Fernando Jorge Teixeira Dos Santos

AS PESCAS EM PORTUGAL CONTINENTAL

O CASO AMOSTRA DA AFURADA

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 26442
Ex. 2
Data 12 / 05 / 1998

043M
S 235 p
ex. 2

551782

FACULDADE DE LETRAS
DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

1997

FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE

DO

PORTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA:
DINÂMICAS ESPACIAIS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA AO ABRIGO DO ARTº 7º DO DECRETO-LEI Nº 216/92 DE 13/10.

INDICE GERAL

PREFÁCIO iv

INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS 1

1. O PANORAMA DAS PESCAS DESDE OS FINS DO SÉCULO XIX À ADESÃO À U.E. 11

1.1. O SECTOR DAS PESCAS EM FINAIS DO SÉCULO XIX 11
1.1.1. Os núcleos piscatórios e a sua importância - Análise regional 16

1.2. DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ 1940 22

1.3. A FASE DE EXPANSÃO ENTRE 1940 E 1964 27

1.4. O DECLÍNIO DE 1964 A 1983 44

1.5. A TÍMIDA RECUPERAÇÃO ENTRE 1983 E 1986 49

2. OS REFLEXOS DA ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA 51

2.1. A POLÍTICA COMUM DA PESCA - VISÃO DE ENQUADRAMENTO 51
2.1.1. As etapas da Política Comum da Pesca 51
2.1.1.1. O Tratado de Roma 51
2.1.1.2. As decisões do Conselho 52
2.1.1.3. Os actos de adesão de 1972 53
2.1.1.4. A criação das zonas de pesca exclusivas das 200 milhas 54
2.1.1.5. A protecção dos pesqueiros e conservação dos recursos biológicos do mar 57
2.1.1.6. O Acordo do Conselho de 25 de Janeiro de 1983 58
2.1.1.7. Do Acordo do Conselho de 25 de Janeiro de 1983 até 1995 58

2.1.2. Os instrumentos da Política Comum da Pesca 59
2.1.2.1. A política de gestão e conservação de recursos 61
2.1.2.2. A política de controle 64
2.1.2.3. A organização comum dos mercados 64
2.1.2.4. A política estrutural 66
2.1.2.5. A política a favor da indústria de transformação 68
2.1.2.6. Os acordos bilaterais e as convenções internacionais de pesca 69
2.1.2.7. A política comercial para os produtos da pesca 71
2.1.2.8. A harmonização das legislações - a realização do mercado interno da pesca 71
2.1.2.9. A política de investigação científica 72
2.1.3. A aplicação da Política Comum da Pesca ao Mediterrâneo 73
2.1.4. O lugar da pesca artesanal no contexto da União Europeia 74
2.1.4.1. A definição da pesca artesanal 75
2.1.4.2. A legislação comunitária para o sector da pesca artesanal 77

2.2. AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA COMUM PARA AS PESCAS EM PORTUGAL CONTINENTAL 80
2.2.1. Os efeitos da adopção do Regime de Acesso, Gestão e Conservação dos Recursos Marinhos 82
2.2.2. As consequências da Organização Comum do Mercado 84
2.2.3. Os reflexos da Política Estrutural 87
2.2.4. Os espaços litorais 93

1. O NÚCLEO PISCATÓRIO DA AFURADA 95

1.1. A ORIGEM DA POVOAÇÃO 98

1.2 A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA 106

1.3 A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE 108

1.4 A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO 111
1.4.1. A habitação social 123
1.4.1.1. O Bairro dos Pescadores 127

2. A ACTIVIDADE PISCATÓRIA 133

2.1. AS PRINCIPAIS ÁREAS DE PESCA 136

2.2. AS CONDICIONANTES LOCAIS/REGIONAIS 139

2.3. A EVOLUÇÃO RECENTE DA ACTIVIDADE 151
2.3.1. A produção de pescado 151
2.3.2. A frota 156
2.3.3. A mão-de-obra 158

3. AS RECENTES DINÂMICAS LOCAIS 164

3.1. OS FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL 164

3.2. OS NOVOS PÓLOS DE CENTRALIDADE 172

3.3. O RECENTE PROJECTO DA BARRA DO DOURO 177

4. O NÚCLEO PISCATÓRIO E O FUTURO 183

CONCLUSÕES 187

ANEXOS 192

BIBLIOGRAFIA 210

ÍNDICE DAS FIGURAS 219

ÍNDICE DOS QUADROS 223

ÍNDICE DOS ANEXOS 224

PREFÁCIO

A minha infância vivida em Nevogilde, freguesia do Porto vizinha do Atlântico, foi marcada por uma intensa relação afectiva com o mar e uma grande admiração por todos aqueles que com ele privavam, nomeadamente, os pescadores que, em dias de intempérie, desafiando o perigo, arrancavam às águas o sustento dos filhos.

A essa imagem da juventude juntou-se uma outra, construída pelos meios de comunicação social que, nos últimos tempos, fizeram incidir a sua atenção sobre as consequências da adesão de Portugal à União Europeia neste sector de actividade.

Esta última imagem, algo ambígua, dado não esclarecer as reais causas do fenómeno, surgiu de forma catastrofista, fruto da especulação mediática que, numa sociedade de consumo, visa tão somente alimentar de informação um público desatento e, por isso, pouco exigente.

A realidade transmitida, pelas contradições que encerrava, despertou uma curiosidade acrescida e o imperativo intelectual de conhecer a verdadeira dimensão do fenómeno.

Assim, em Abril de 1996, deparando com a necessidade de definir um tema para o trabalho de investigação e alheio à complexidade dessa abordagem, optei pela *pesca* como Dissertação de Mestrado.

Foram vários aqueles que, pelo seu saber e amizade, desde logo, me alertaram para as dificuldades que resultariam dessa opção.

Porém, à razão sobrepôs-se a paixão, numa vontade inquebrantável de prosseguir nesse caminho, consciente da dimensão das barreiras a superar.

Efectivamente, várias foram as dificuldades. Entre elas, destaco as relacionadas com a concessão de informação por parte de organismos governamentais. Neste sentido, não posso deixar de lamentar a postura de indiferença de algumas dessas instituições, nomeadamente da Direcção-Geral das Pescas que, contrariamente ao previsível, manifestou indisponibilidade na cedência de informação estatística.[1]

No debelar dos obstáculos, não foi alheio o facto de ter tido o privilégio de receber o sapiente esclarecimento da Profª. Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, a quem muito agradeço, pelo apoio concedido no decurso do presente trabalho e, fundamentalmente, pela motivação transmitida em momentos de algum desânimo.

Não posso, também, deixar de registar a minha gratidão, à responsável pela Biblioteca da A.P.D.L., Dra. Maria de Lurdes Frazão, e ao funcionário Sr. Alberto Silva, pela disponibilidade manifestada na consulta das várias obras aí existentes.

Recordo, também, o apoio da responsável do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Dra. Alda Padrão Temudo e da funcionária Sra. D. Eduarda Fernandes pelas experientes sugestões avançadas na consulta de documentação. Aqui fica o nosso agradecimento pela prestimosa colaboração.

Cumpre-me, ainda, reconhecer a amabilidade manifestada pelo funcionário da lota da Afurada Sr. Francisco Oliveira, na cedência dos dados disponíveis de produção de pescado, sem os quais seria inviável a análise da actividade naquele núcleo piscatório.

Por último, assinalo, com afecto, a compreensão e ajuda da minha família, de meus pais, irmão e cunhada, dos meus amigos e colegas, que sempre me souberam apoiar e encorajar em momentos de desânimo e menor esclarecimento, e cuja companhia, por vezes, me furtei, pela inadiável necessidade de concretizar este trabalho.

[1] Em resposta ao nosso pedido de informação estatística, o Director de Serviços Luís Abrantes Pinheiro da Direcção-Geral das Pescas (em carta datada de 2 de Setembro de 1996), informou não ser "...possível disponibilizar informação anterior a 1991" sobre as embarcações e respectivos desembarques de pescado na delegação da Afurada.

INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

A pesca tem sido, desde sempre, uma actividade humana pouco estudada, o que comprovam não só as reduzidas fontes de informação e, logicamente, os raros trabalhos de investigação. Este facto é tanto mais surpreendente quando pensamos na realidade geográfica portuguesa, ou seja, na extensa faixa litoral a que deve associar-se a nossa tradição marítima.

Este alheamento resulta, em nosso entendimento, da sua elevada especificidade, tanto em termos estruturais como geográficos que, diferenciando-a grandemente das outras actividades de terra,[2] torna difícil a sua compreensão.

Por outro lado, a complexidade e dificuldade das tarefas no mar exigiu sempre aos seus trabalhadores dedicação absoluta e um elevado grau de especialização. Esta vivência materializou-se na formação de culturas costeiras voltadas para o mar, especificamente marítimas com costumes e formas de vida próprias, completamente diferentes das comunidades do "interior".

Gente que, embora fisicamente próxima da de "terra", mas claramente afastada desta em resultado de vários aspectos essenciais (religiosidade, superstição, folclore, endogamia...), constituiu sempre um mundo dotado de uma dinâmica própria e de grande coesão interna. Mundo desconhecido, incompreendido e socialmente marginalizado pelas culturas agrícolas e urbanas.[3]

---

[2] Ao contrário da agricultura, o essencial da produção pesqueira é proveniente da recolha de um recurso vivo em estado livre, com elevada mobilidade e de "propriedade" comum.

[3] Joaquín Bosque Maurel e Joan Vilà Valentí - "Geografia de España - Geografia Humana 1", Editorial Planeta, Barcelona, 1989, p. 504.

Portugal, país detentor de uma costa relativamente extensa,[4] recortada por estuários e numerosos portos de abrigo, situado na proximidade de pesqueiros foi, desde tempos recuados, território propício ao desenvolvimento de comunidades piscatórias, ao longo de todo o litoral.[5]

A pesca foi, assim, o passo inicial das populações na vida do mar, oficio que, por norma, praticavam cumulativamente com a agricultura.

Todavia, a riqueza piscícola das águas costeiras nacionais, quando comparada, por exemplo, com a do mar do Norte, não é das mais favoráveis, dada a estreiteza da nossa plataforma continental.

Este facto motivou, desde cedo, os pescadores portugueses para a necessidade de encontrar outras áreas de pesca mais favoráveis.

Aproveitando os progressos conseguidos na construção naval e nas artes de navegação, durante os séculos XIV e XV, aquando da realização dos grandes descobrimentos marítimos, os pescadores portugueses aventuraram-se na pesca em mares mais distantes, desde o Norte de África, à Inglaterra e aos bancos da Terra Nova.

Nestes últimos, os pescadores portugueses, antecipando-se aos de outras nações na pesca do bacalhau, todos os anos, logo a seguir ao descobrimento da ilha em 1497, com frotas numerosas de caravelas, na maior parte de Lisboa e de Aveiro, dirigiam-se para aquelas paragens.[6]

---

[4] A título de curiosidade é interessante verificar que Armando de Castro numa das suas obras relativas ao Portugal medievo assinala com especial relevância os factores geográfico-naturais determinantes na actividade marítima da sua população, referindo que: "Portugal (...) apresenta a particularidade de possuir uma fronteira marítima muito extensa, pois a 1209 quilómetros de fronteira terrestre ao norte e a leste, correspondem 845 de linha marítima, dos quais 671 abrangem toda a fachada oeste e 174 quilómetros a fachada sul, constituída pela costa do Algarve. (Armando de Castro - "A Evolução da Economia de Portugal", Vol. IV, Portugália Editora, Lisboa, 1966, p. 106).

[5] Orlando Ribeiro, num dos seus escritos, confirma a abundância piscícola das nossas águas quando refere que: "O mar adjacente à costa portuguesa é muito rico e variado de peixe, moluscos e crustáceos". (Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 1131).

[6] "Portugal foi (...) uma das primeiras nações da Europa a mandar anualmente uma frota para os bancos da Terra Nova". (Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 1119).

Durante o domínio espanhol, aos assaltos dos piratas, que infestavam a nossa costa, juntavam-se os dos holandeses, tornando-se assim cada vez mais precária a situação da classe piscatória. Acrescia ainda, a pesada tributação, a que estavam sujeitos os nossos pescadores.

Com a perda temporária de independência a partir de 1581 e "...durante alguns séculos, as pescas portuguesas voltaram a estagnar, confinando-se às águas costeiras".[7]

Assim, a pesca que, durante largos anos, constituiu uma actividade florescente, no século XVII, encontrava-se, bem como outras, em decadência. Já desde o tempo de D. João II a abundância de pescado não era a mesma que anteriormente, devido ao mau estado dos portos, e às estacadas ou caneiros, colocados no leito dos rios, por particulares privilegiados, que impediam a progressão dos peixes, vindos do mar, quando entravam nos cursos de água para a desova.

Durante o século XVIII, o Marquês de Pombal empreendeu a reanimação da pesca na costa algarvia, outrora florescente e então em decadência.[8]

Não obstante, estas medidas, nos finais do século XVIII era notório o declínio da pesca em Portugal, para o qual eram apontadas como principais causas, para além da extrema ignorância e pobreza dos pescadores, as humilhações a que os oficiais de justiça os submetiam quando da arrecadação dos tributos.

---

[7] Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 35.

[8] A política pombalina, procurando incentivar a pesca, criou a Companhia Geral das Pescarias do Reino do Algarve, com o exclusivo da pesca de atum e corvina naquela costa. Em seguida "(...) Pombal ocupou-se da pesca da sardinha, empenhado em expulsar das águas portuguesas os pescadores espanhóis que tinham estabelecido a sua base na praia de Monte Gordo; organizou um sindicato português para a exploração dessa pesca e fundou uma vila junto da foz do Guadiana (Vila Real de Santo António), destinada a servir-lhe de centro, ordenando que a povoação de Monte Gordo fosse abandonada, devendo os pescadores portugueses ali residentes transferir-se para a nova vila. Como eles não obedecessem prontamente, Pombal, num dos seu assomos de inconcebível violência, mandou lançar fogo a Monte Gordo."(Damião Peres e Eleutério Cerdeira - "História de Portugal - Edição Monumental/Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade", Barcelos, Portucalense Editora, Vol. VI, pp. 413-414).

"Deste modo, quando em 1828, uma comissão legislativa se debruça ante uma proposta de lei sobre pescarias, a situação encontrada era a idêntica à anunciada em leis e obras anteriores: «*todas as pessoas informantes confessam a decadencia das pescarias; todos concordam no estado de miseria e abatimento em que vivem os pescadores portuguezes, estado que os obriga a expatriarem-se continuamente*»" [9]

Só em meados do século XIX as pescas portuguesas iniciaram um novo período de progresso. A partir de 1885 foi retomada a pesca do bacalhau no NW Atlântico[10] e, por essa altura, começaram a operar os primeiros arrastões movidos a vapor.

Foi, também, no final do século XIX que se iniciaram os estudos oceanográficos, com o impulso do Rei D. Carlos, tendo-se, então, realizado a «Missão Hidrográfica de Portugal que resultou no levantamento de toda a carta batimétrica portuguesa».[11]

Nos anos trinta, mais concretamente de 1934 a 1939, implantou-se um novo figurino organizativo, inspirado nos princípios corporativos do Estado Novo[12] que consistiu num elevado intervencionismo estatal exercido sobre toda a actividade económica.

A ingerência estatal, manifestou-se nas pescas em diversos domínios, nomeadamente através do condicionamento dos investimentos, da iniciativa empresarial, à aprovação oficial. Assumem, ainda, aspectos fundamentais desta política, no que concerne à comercialização, a excessiva protecção do mercado interno face às importações, assim como o tabelamento dos preços no produtor.

---

[9] Jorge Fernandes Alves - "A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol.VIII, Porto, 1991, pp. 154-156.

[10] "Já no século XVI os portugueses pescavam o bacalhau nas águas frias do Noroeste do Atlântico; mas foi só nos fins do século XIX que esta pesca longínqua voltou a interessar com certa regularidade os armadores de alguns portos portugueses..." (Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 1137).

[11] Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 36.

[12] São exemplos desta política, a nível das pescas, a formação, entre 1934 e 1939, dos Grémios de Armadores e das Casas dos Pescadores, assim como dos organismos de coordenação económica (CRCB - Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e IPCP - Instituto Português de Conservas de Peixe). Acrescente-se que as organizações associativas, tanto empresariais como sindicais eram directamente tuteladas pelo Estado.

Com o 25 de Abril de 1974, abre-se em Portugal um novo ciclo político, em que se sucederam importantes alterações económicas e sociais. Os Grémios e as Casas dos Pescadores foram extintos e, em sua substituição, foram criados por livre iniciativa Associações de Armadores e Sindicatos de Pescadores.

Porém, o quadro de proteccionismo estatal não se esgotou com a Revolução de Abril, antes se alterou. Constituem exemplo desta política as nacionalizações de algumas das principais empresas armadoras e de transformação e comercialização de pescado.

Ao longo da década de setenta assiste-se a um reforço progressivo dos mecanismos de apoio financeiro do Estado às pescas, quer através de subsídios ao investimento ou para compensação dos prejuízos, devido ao tabelamento dos preços, quer através do crédito bonificado.

Nestes últimos anos verificou-se, em termos internacionais, uma verdadeira revolução nas pescas, à escala mundial, associada com a adopção generalizada pelos Estados costeiros de jurisdições nacionais de 200 milhas.[13]

Portugal não ficou indiferente a este movimento e, em 1977,[14] estabeleceu a sua ZEE (Zona Económica Exclusiva) nas 200 milhas, à semelhança do adoptado pelos restantes Estados Europeus.

Este facto obrigou o País a desenvolver intensos esforços diplomáticos, no sentido de salvaguardar os interesses da nossa frota de pesca em águas longínquas que, operando em águas internacionais, encontravam-se agora sob a jurisdição dos respectivos Estados ribeirinhos.

Em 1 de Janeiro de 1986, Portugal ao tornar-se membro da União Europeia, integrou-se num espaço económico, social e político mais alargado, em que o primado da iniciativa privada e da economia de mercado pontificam, deixando, assim de fazer sentido a existência do anterior quadro de proteccionismo e intervencionismo do Estado.

---

[13] O movimento dos Estados costeiros pela soberania nas *zonas marítimas* adjacentes, embora iniciado nos finais da década de 40, só veio a culminar em 1982, com a ratificação internacional da *Acta Final da Terceira Conferencia das Nações Unidas* que consagra o limite das Zonas Económicas Exclusivas (ZEEs) nas 200 milhas.

[14] Em Janeiro de 1977, o Estado Português, através do Decreto-lei nº 33/77 de 28 de Maio fixou a largura e os limites do mar territorial e estabeleceu uma zona económica de 200 milhas.

O sector das pescas, à semelhança de outros, ficou balizado por um novo quadro jurídico, a Política Comum de Pesca, dentro do qual o País, embora possuindo uma reduzida margem de autonomia, não deixa por isso de ter um papel decisivo na mesma, já que esta resulta, em última análise, da vontade do colectivo que a elegeu.

Simultaneamente, em termos mundiais, assiste-se a uma globalização das economias e à consequente internacionalização dos mercados, em que a expressão mais evidente é o desenvolvimento das grandes empresas transnacionais, com implicações aos mais diversos níveis, sendo que a (re)estruturação dos tecidos produtivos e a (re)organização territorial constituem-se como os elementos mais visíveis desta nova ordem económica internacional.

A pesca portuguesa actual sendo, sem dúvida, a resultante de muitos factos ocorridos no passado e desenvolvidos de forma interactiva e diferencial no tempo e no espaço, é hoje dominada pela conjunturalidade, a transformação rápida e a imprevisibilidade.

O actual quadro de referência implica, desta forma, um elevado esforço de restruturação que, alterando de forma significativa a vida das populações, induz intensos processos de reconfiguração espacial das regiões costeiras.

Como reflexo territorial da evolução da actividade esboça-se, desde o início deste século, um processo de concentração espacial, acelerado a partir da década de cinquenta pela alteração tecnológica e motorização das embarcações que então se fez sentir.

Este facto produziu uma nova distribuição dos núcleos piscatórios. À pulverização de toda a linha de costa por aglomerados, onde a pesca possuía, em termos sócio-económicos, um peso significativo, sucede uma nova imagem em que a concentração da actividade nalguns destes centros e o consequente esvaziamento de outros, determina uma descontinuidade territorial.

Com efeito, "...ainda que barquinhos de pesca continuem a salpicar todos os recantos do litoral, saindo para o mar próximo nos dias de bom tempo e ficando varados nas praias ou puxados a meia encosta das arribas em período de temporal, a actividade pesqueira tende cada vez mais a concentrar-se num número reduzido de portos, cuja importância relativa varia ao sabor das sucessivas obras: construção de molhes mais

seguros e de acesso mais fácil, instalações para descarga e conservação do peixe mais eficazes".[15]

O trabalho de investigação a desenvolver, embora procurando clarificar, de uma forma geral, a actual situação da pesca em Portugal Continental, visa, fundamentalmente, compreender a importância desta actividade na organização do espaço, destacando para isso o caso da Afurada.[16]

Perceber os efeitos, nesse espaço, das alterações ocorridas no sector das pescas, fruto do processo de integração do País na União Europeia, a que se sobrepôs um quadro mais alargado de mundialização da economia, são pois nosso propósito.

Contudo, não deixa de ser pertinente assinalar a dificuldade que oferece a estatística portuguesa para o estudo da pesca dado, por um lado, a existência de deficiências no tocante às variáveis tratadas (quebras nas séries estatísticas...) e, por outro, a ocorrência de erros significativos (desembarques infraestimados...).[17]

A insuficiência de estudos sobre o tema, constituiu também um especial entrave ao desenvolvimento do trabalho de investigação.[18]

---

[15] Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 1139.

[16] Dado o início do presente trabalho ter ocorrido em 1996, a pesquisa e tratamento de informação, tanto legislativa como estatística, ficou balizada pelo ano imediatamente anterior, ou seja, 1995.

No entanto, em termos Bibliográficos, foi possível ir um pouco mais além, tendo-se analisado textos publicados em 1996.

[17] As incorrecções da estatística portuguesa, particularmente no sector das pescas, não constituem um problema recente, tendo sido várias as individualidades que, numa atitude de sensibilização, alertaram para os inconvenientes decorrentes dessa situação.

A título de curiosidade, atente-se nas palavras de Vicente D'Eça na comunicação a 4 de Dezembro de 1902: "Devo dizer que, para chegar a este número, tomei o produto da pesca, tal como o dá a estatística (...) e aumento de 25% é o que a experiência nos diz que podemos fazer, para corrigir as deficiências provenientes das fraudes das declarações, dos favores da fiscalização e do valor da alimentação dos próprios pescadores". (Vicente M. M. C. Almeida Eça - "Sobre o Estado Actual das Pescas Marítimas em Portugal", comunicação apresentada à 2ª Conferência preparatória na sede da Liga Naval Portuguesa em 4 de Dezembro de 1902, La Bécarre, Lisboa, 1903, p. 4).

[18] Susanne Daveau confirma esta dificuldade ao referir que: "...escasseiam os estudos de conjunto, que permitam acompanhar a evolução da pesca e do seu papel em Portugal e entender assim melhor os complexos problemas actuais". (Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, p. 1136).

Assim, dada a elevada complexidade da temática a tratar, optou-se por dividir este nosso trabalho em duas partes distintas.

Na primeira, faz-se uma caracterização geral, numa perspectiva histórica, da actividade piscatória em Portugal Continental, desde finais do século XIX até à actualidade, investigando a evolução das variáveis directamente relacionadas com as estruturas de produção de pescado, nomeadamente a frota e o pessoal.

Será, basicamente, através da análise do comportamento destas duas variáveis e da evolução da produção primária,[19] conferindo especial atenção, ao período de integração, das pescas portuguesas na Europa Azul, durante o qual a actividade tem vindo a acusar bastantes dificuldades, que procuraremos realizar esta leitura.

Inicialmente, a abordagem incide no período compreendido entre finais do século passado e a adesão à União Europeia, o que permite obter uma imagem, ainda que geral, da situação que antecede este importante marco político-económico.

Na obtenção daquele desiderato, deparamos com inúmeras dificuldades, particularmente no tocante aos finais de novecentos, dada a escassez das fontes existentes. No entanto, não podemos deixar de referenciar a obra notável do Comandante Baldaque da Silva,[20] que analisa de uma forma precisa e exaustiva a realidade das pescas portuguesas naquela época.

---

[19] Importa, desde já, referir que os valores de produção primária de pescado em análise, incluem não só, os respeitantes à **pesca,** como também, os relativos à **aquicultura**. Este facto deve-se às "Estatísticas da Pesca", publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentarem esses valores agregados, fazendo apenas a sua separação a partir de 1989.

No entanto, este facto tem uma reduzida influência no estudo realizado, já que a aquicultura "...nunca foi relevante em Portugal, comparada com a pesca". (Manuel Cardoso Leal, 1984, p. 185).

Para que se possa aferir a influência da **aquicultura,** diremos que esta representou, segundo dados do INE, para o período compreendido entre 1990 e 1993 inclusive, um valor médio na ordem dos 2,2 % do total da produção primária de pescado em Portugal Continental.

Acresce que, mesmo no período de maior produção, entre 1962 e 1972, este subsector atingiu apenas "...valores correspondentes a cerca de 5 % do valor total das pescas". (Manuel Cardoso Leal, 1984, p. 186).

Não significa isto que a aquicultura na sua globalidade e a localização das suas explorações, em particular, não devam ser alvo de estudos por parte dos Geógrafos portugueses, sendo conhecidas as potencialidades existentes no País, importando tão somente enfatizar o seu reduzido significado no presente trabalho.

[20] António Arthur Baldaque da Silva - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

"BALDAQUE DA SILVA fez um inventário minucioso da actividade piscatória, abordando-a sob vários ângulos que englobam as pormenorizadas descrições de espécies, de embarcações, de artes e de portos, a avaliação sócio-económica nas suas múltiplas componentes, a compilação da legislação publicada à data, ressaltando de toda a sua análise uma preocupação pela preservação dos recursos vivos

Posteriormente, a nossa atenção centra-se nos reflexos da adesão de Portugal à União Europeia. Considerou-se, por isso, oportuno, integrar uma descrição da Política Comum da Pesca que, possibilitando o conhecimento dos seus principais aspectos, permitisse observar a evolução das variáveis em estudo, à luz desse novo enquadramento jurídico e, consequentemente, verificar das suas implicações no sector.

Neste sentido, a análise da legislação comunitária para o sector teve como principais fontes, por um lado, o "Manual sobre a Política Comum da Pesca" e, por outro, os "Relatórios Gerais Sobre a Actividade da União Europeia". Este procedimento não dispensou, obviamente, a análise mais detalhada dos diferentes diplomas legislativos publicados nos Jornais Oficiais.

A segunda parte, constituindo-se como o estudo de um caso, faz incidir a observação sobre evolução da actividade piscatória num espaço local - S. Pedro da Afurada - numa perspectiva de análise pesca / território.

Neste sentido, considerou-se pertinente, numa fase inicial, a abordagem, numa perspectiva histórica, do núcleo piscatório, que permitisse, não só vaticinar sobre a sua origem, como também perspectivar o seu ulterior desenvolvimento.

Para a realização desta tarefa, recorremos a um leque bastante restrito de elementos bibliográficos, dado os estudos sobre a freguesia serem, não só em número diminuto, mas também de qualidade questionável.

Sublinhe-se, igualmente, o importante contributo que resultou da consulta dos processos de licenciamento de obras no Arquivo Geral da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia que, permitindo a obtenção de elementos cartográficos, se revelaram de inegável valor para compreender o desenvolvimento do aglomerado.

Não podemos, também, deixar de referenciar a importância do inquérito realizado, sob a forma de amostragem aleatória, no Bairro dos Pescadores que, abrangendo um total de trinta fogos, possibilitou um conhecimento mais objectivo da população residente.

---

tão sujeitos a constantes agressões". (Fernando Correia da Costa e Maria de Lourdes Paes da Franca - "Pesca Artesanal na Costa Algarvia - subsídio para o conhecimento do seu estado actual", Instituto Nacional de Investigação das Pescas, publicações avulsas nº 1, Lisboa, 1982, p. 7).

Em seguida, abordamos a actividade piscatória sem subestimar a importância das estruturas que lhe servem de suporte. Afigurou-se, por isso, indispensável conferir o devido relevo aos condicionalismos que advém do posicionamento geográfico do seu porto de pesca, nomeadamente a questão da barra do Douro.

O estudo da actividade piscatória, consubstanciado na análise de indicadores quantitativos, correspondeu a um dos assuntos de mais difícil tratamento pela dificuldade com que deparamos na obtenção de dados, devido à confidencialidade a que estão sujeitos por parte dos organismos oficiais.

Em momento subsequente, foram considerados os reflexos, das profundas alterações da pesca, na organização do espaço local e as novas dinâmicas territoriais que lhe são inerentes.

Por último, pelo que, eventualmente se possa concluir, pretendeu-se dar o nosso contributo para um melhor conhecimento da problemática das pescas portuguesas e, no caso particular em estudo, de um pequeno núcleo piscatório que, à semelhança de muitos outros espalhados pelo litoral, parece ter começado a evidenciar uma profunda alteração, desde meados deste século, fruto do declínio da actividade que esteve na sua génese e do seu enquadramento na Área Metropolitana do Porto.

PARTE I - A ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTUGAL CONTINENTAL - DESDE OS FINS DO SÉCULO XIX À ACTUALIDADE

1. O PANORAMA DAS PESCAS DESDE OS FINS DO SÉCULO XIX À ADESÃO À U.E.

1.1. O SECTOR DAS PESCAS EM FINAIS DO SÉCULO XIX

Nos finais do século passado, a actividade piscatória decorria de acordo, com o que hoje designamos de "pesca artesanal local" ou "pequena pesca", exercendo-se sobretudo junto da orla marítima ou pouco afastado dela, em áreas de fácil acostagem, com embarcações movidas a remos, à vela ou à vara.

Aspecto importante, de entre as diversas actividades que tinham lugar no mar, era a apanha do sargaço e a pesca do caranguejo pequeno em cardumes[21], para adubação das terras.

O sargaço, era utilizado na agricultura, como fertilizante, constituindo a sua apanha uma actividade de grande relevância, não só pelo contingente humano envolvido, mas também pelo número de embarcações e o montante das transacções.

Aliás, sublinhe-se a importância deste trabalho considerando a mais-valia económica decorrente da venda do produto para a estrumação dos campos agrícolas, revelando-se, também, como actividade complementar à da pesca proporcionando, por isso, um rendimento acrescido para as famílias dos pescadores, como ainda uma forma de sobreviver quando ocorria o defeso ou em períodos de agitação marítima, por vezes prolongados, que não possibilitavam a saída para o mar.

A pesca do caranguejo para adubo ocorria apenas desde a foz do rio Minho até à Nazaré e, embora ocorresse na restante costa continental, o produto não era aproveitado com esta finalidade, sendo mesmo devolvido ao mar, utilizando-se somente uma pequena quantidade para servir de isco em outras pescarias.

Esta actividade, interessava grandemente aos agricultores que participavam mesmo, ao lado dos pescadores na apanha de ambos os espécimes[22]. Era grande, a relação existente entre ambos os sectores, constituindo a pesca, por vezes, uma actividade exercida a tempo parcial pelas gentes do campo.

Da observação de alguns indicadores sobre a actividade (Quadro 1) é possível obter uma imagem da importância relativa que, então, as diferentes áreas litorais portuguesas possuíam.

---

[21] Este caranguejo pequeno, que servia para adubação das terras era designado de várias formas, sendo as mais comuns *pilado*, *patelo*, *patela*, *mexoalho* e *escasso*. Baldaque da Silva, regista a pesca do pilado, apenas de Sedovem (um pouco a norte da Apúlia) até à foz do Mondego: Sedovem, Apúlia, Aguçadoura, Abremar, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Chã, Lavra, Leça e Matosinhos, Foz (do Douro), Afurada, Lavadores, Granja, Espinho, Paramos, Esmoriz, Furadouro, Torreira, S. Jacinto, Mira, Buarcos e Figueira da Foz. (António Arthur Baldaque da Silva - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, pp. 100-121).

[22] OLIVEIRA refere que "...a gente do campo desde sempre viveu em estreita familiaridade com o mar, não só, como vimos, apanhando o sargaço, mas sobretudo praticando a pesca do caranguejo" (E. Veiga de Oliveira, F. Galhano e Benjamim Pereira - "Actividades Agro-Marítimas em Portugal", Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1975, p. 125).

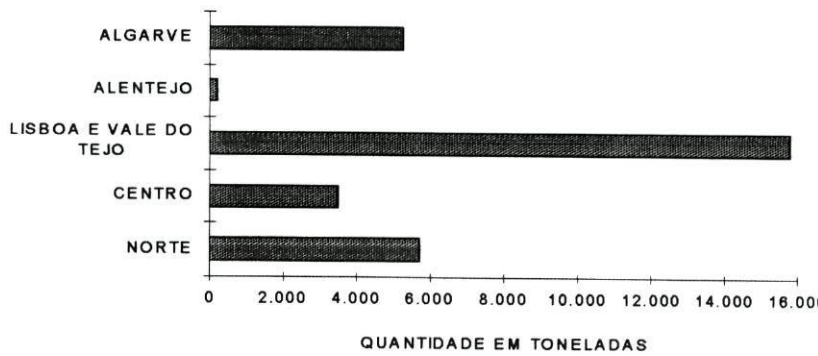
QUADRO 1 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886

REGIÕES (NUTS II)	PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA		EMBARCAÇÕES DE PESCA		PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO			
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	QUANTIDADE EM QUILOS	%	VALOR EM RÉIS	%
NORTE	10.788	36,2	2.496	41,1	5.723.030	18,8	467.197$450	17,8
CENTRO	5.061	17,0	590	9,7	3.502.910	11,5	268.700$817	10,2
LISBOA E VALE DO TEJO	7.405	24,9	2.009	33,1	15.804.540	51,9	1.415.615$108	54,0
ALENTEJO	217	0,7	61	1,0	199.850	0,6	15.932$730	0,6
ALGARVE	6.301	21,2	920	15,1	5.244.700	17,2	456.850$000	17,4
TOTAL	29.772	100,0	6.076	100,0	30.475.030	100,0	2.624.296$105	100,0

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

Assim, a região que registava maior produção de pescado (fig. 1) era a que corresponde hoje à área costeira de Lisboa e Vale do Tejo com 51,9% do valor global, com um predomínio assinalável à das restantes, que apresentam valores semelhantes, à excepção da região alentejana.

Fig. 1 - PRODUÇÃO DE PESCADO NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886



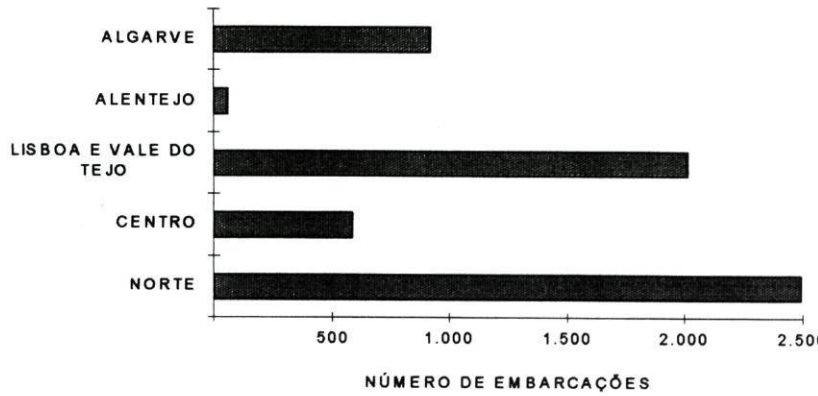
Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

No entanto, embora a região de Lisboa e Vale do Tejo, fosse aquela em que se verificava uma maior produção, não era a que registava os maiores valores absolutos, tanto em embarcações (fig. 2), como em pescadores (fig. 3), mas sim a costa da região Norte de Portugal.

Este facto, poderá ser atribuído, por um lado, ao diferente tipo de pesca que então se praticava nessas regiões e, por outro, à diferente tonelagem das embarcações.

Facto significativo, é também a grande homogeneidade, em termos produtivos, entre a região Norte e a região do Algarve, correspondendo respectivamente a 19% e 17% da produção total (Quadro 1).

Fig. 2 - EMBARCAÇÕES E JANGADAS NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

No tocante às condições de trabalho dos pescadores, é lícito afirmar que as tarefas desenvolvidas eram árduas, de cariz estritamente manual, estando sujeitos, não só à elevada adversidade que o mar constituía e que a fragilidade das embarcações potencializava, mas também à incerteza dos proveitos a obter.

É significativa ainda a quantidade de indivíduos ligados directamente à actividade, em relação à população total do País, representando um valor aproximado de 0,7%, Já que, mesmo nesta altura, a pesca possuía um efeito indutor significativo na restante actividade económica.[23]

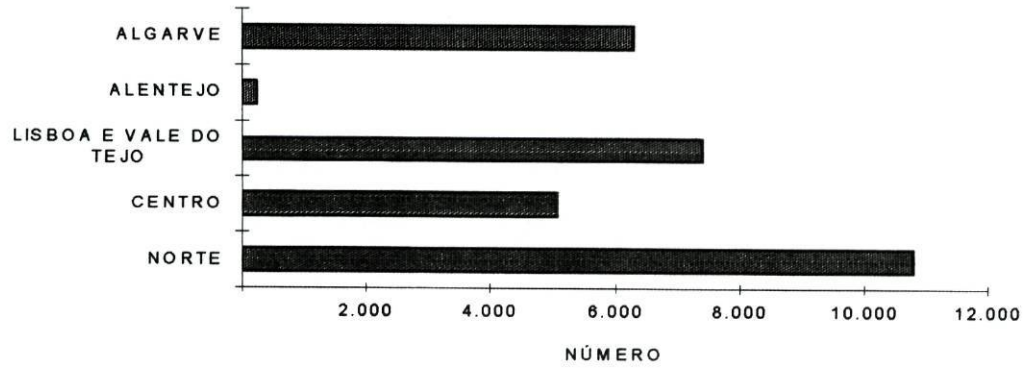
Aliás, sublinhe-se que, é a partir dos finais de oitocentos que se inicia o processo de expansão da indústria conserveira.[24]

---

[23] Baldaque da Silva ao referir-se à actividade piscatória sublinha que esta "...promove o exercício de outras indústrias, como a das construções navais, a do fabrico de cabos e redes, a da preparação de conservas de peixe, a da extracção dos óleos, etc." (António Arthur Baldaque da Silva - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, p. 427).

[24] A este propósito Armando de Castro refere que "Desde a década de 1890 em diante, expandiram-se as indústrias de conservas de peixe...". (Armando de Castro - "A Economia Portuguesa do Século XX - 1900/1925", Edições 70, Lisboa, 1979, p. 53).

Fig. 3 - PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886

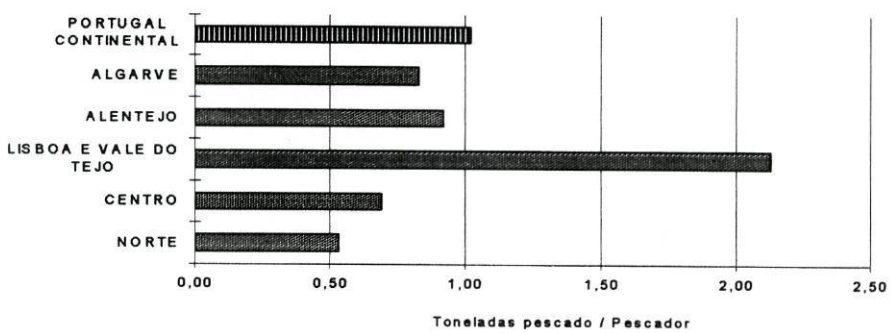


Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

Relativamente à produtividade (fig. 4), é notória a discrepância entre a obtida na região de Lisboa e Vale do Tejo (aproximadamente 2,1 toneladas de pescado/pescador) e as restantes áreas do País, que apresentam valores inferiores a metade das registadas naquela.[25]

A este facto, não devem ser alheias as condições de pesca, nomeadamente o tipo de embarcações e a sua tonelagem, artes utilizadas e área geográfica em que incidia.

Fig. 4 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, EM 1886



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.
Nota: A "Produtividade da Mão-de-Obra" corresponde à razão entre o total de pescado e o número de pescadores afectos a essa produção.

A descrição da actividade piscatória, até agora realizada, embora permita uma visão de conjunto, deixa escapar a realidade regional e, até, local.

[25] Anexo 1, p. 193.

Assume, por isso, carácter fundamental a observação do desenvolvimento do sector a outra escala, contemplando aspectos de maior pormenor que permitam, por um lado, observar a distribuição dos núcleos piscatórios e, por outro, apurar a sua importância relativa.

1.1.1. OS NÚCLEOS PISCATÓRIOS E A SUA IMPORTÂNCIA - ANÁLISE REGIONAL

A observação do mapa relativo á localização dos diferentes núcleos piscatórios em 1886 (fig. 5) permite-nos, não só, obter uma imagem da distribuição espacial desses centros, como também percepcionar, pelo elevadíssimo número de locais piscatórios, a dimensão que a actividade possuía.

No entanto, dada a importância da observação regional, e sem pretendermos ser exaustivos, faremos inicialmente recair a nossa atenção nos diferentes espaços regionais do Continente.

Assim, na área marítima da Região Norte de Portugal, actualmente compreendida entre as Capitanias dos Portos de Caminha e do Douro, todas as informações levam a admitir uma intensa actividade piscatória.

De acordo com os dados publicados por Baldaque da Silva,[26] laboravam nesta área, um total de 10.788 pescadores que utilizavam 2.496 embarcações. Na frota estavam ainda incluídos 29 barcos de pesca do alto matriculados nos portos de Viana do Castelo, Leça e Matosinhos, Foz, Afurada, Porto e Valbom e um vapor de arrasto pelo fundo, do Porto.

Ainda de acordo com aquele autor, os números referidos diziam respeito a um total de 55 portos de pesca costeiros e fluviais, a saber: Monção, Geito Velho de Còrtes, Lapela, Gingleta, Segadães, S.Pedro da Torre, Carvalha, Vila Nova de Cerveira, Motta de Gondarém, Lanhelas, Seixas, Caminha, Ponta do Cabedelo, Insua de Caminha, Moledo, Cahide, Porto Novo, Portinho de Gontinhães, Penedim, Caneiro, Afife, Carrêço, Fornelos, Fonte do Mar, Rego de Fontes, Viana do Castelo, Darque, Moinho do Bispo, Neiva, S. Bartolomeu do Mar, Marinhas, Esposende, Fão, Costa de Fão,

[26] Anexo 2, p. 193.

Frade, Sedovém, Apúlia, Aguçadoura, Abremar, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Chã, Lavra, Leça e Matosinhos, Foz, Afurada, Porto, Valbom, Lavadores, Granja, Espinho, Paramos, Esmoriz, Cortegaça e Maceda.

Dos 55 portos, onze encontravam-se dependentes exclusivamente da apanha do sargaço, não possuindo assim qualquer outra actividade de pesca. Eram eles: Ponta do Cabedelo, Insua de Caminha, Moledo, Cahide, Porto Novo, Penedim, Afife, Fornelos, Rego de Fontes, Moinho do Bispo, S. Bartolomeu do Mar.

Destas comunidades, a mais importante, tanto pela sua frota, como pelo número de pescadores envolvidos e, ainda pela quantidade de pescado descarregado, era a da Póvoa de Varzim.

No Centro, que se encontra sob jurisdição das Capitanias de Aveiro e da Figueira da Foz, existiam 19 portos de pesca costeira e fluvial, a saber: Furadouro, Torreira, S. Jacinto, Ria de Aveiro, Costa Nova, Arião, Mira, Tocha, Costinha, Quiaios, Buarcos, Figueira da Foz, Montemór-o-Velho, Coimbra, Cova, Lavos, Leirosa, Pedrogão e Vieira.

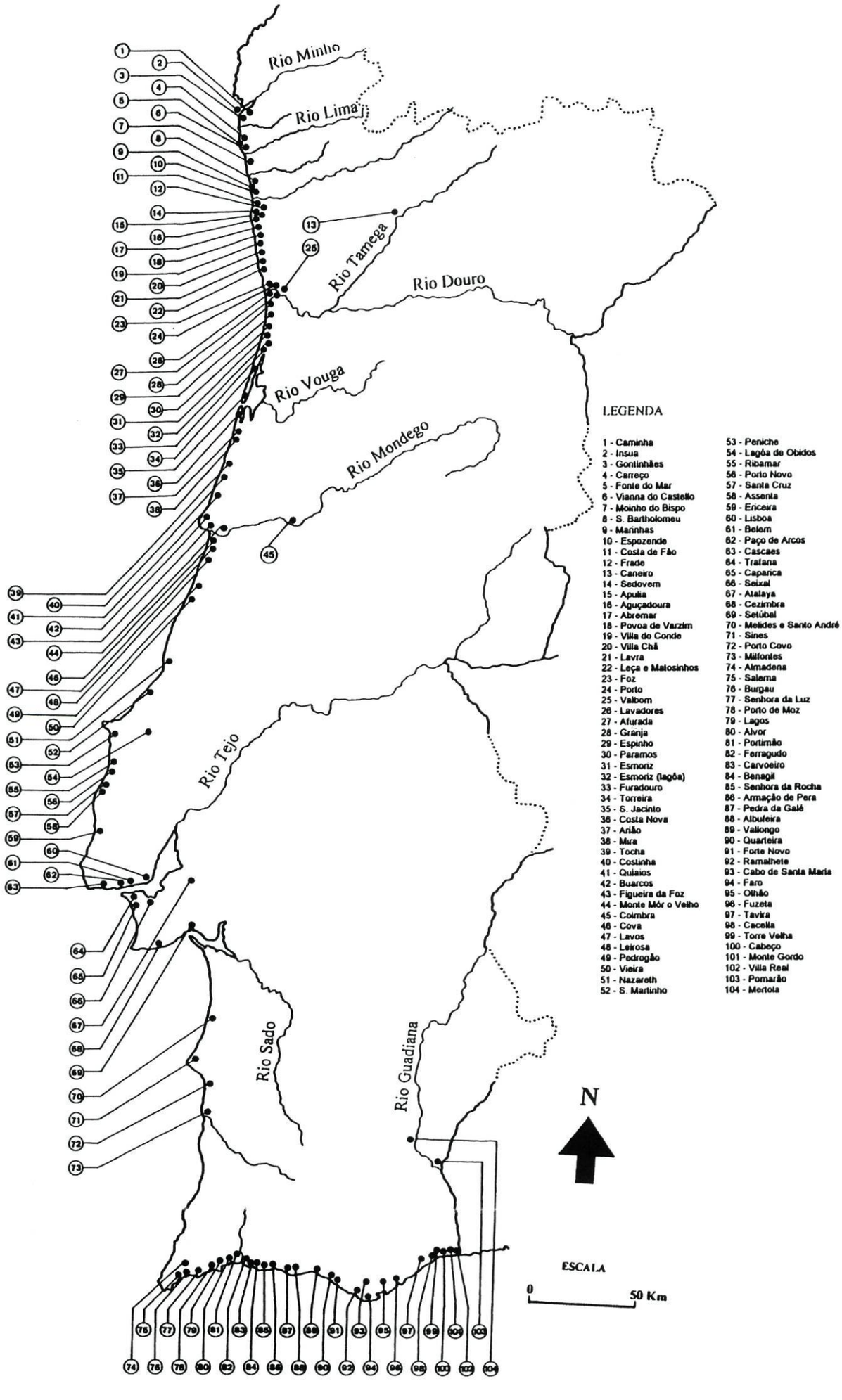
De acordo com os dados disponíveis, laboravam nesta área, um total de 5.061 pescadores que utilizavam 590 embarcações.[27]

Destas comunidades, a mais importante, tanto pela sua frota, como pelo número de pescadores envolvidos e, ainda pela quantidade de pescado descarregado, era a da Ria de Aveiro.

Na Ria de Aveiro, os principais recursos explorados pelos ribeirinhos eram não só o marisco e o moliço, como também certos peixes existentes na laguna, em particular a enguia, a solha e as taínhas.

[27] Anexo 3, p. 194.

Fig. 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS NÚCLEOS PISCATÓRIOS
PORTUGAL CONTINENTAL - 1886



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

No levantamento da pesca em Portugal Continental, efectuado em 1885/86, Baldaque da Silva,[28] considerou, para a área da costa ocidental que hoje corresponde à área marítima da região de Lisboa e Vale do Tejo, relativa ao espaço compreendido entre o domínio da Capitania do Porto da Nazaré e o da Delegação Marítima da Trafaria, um total de 22 portos de pesca, a saber: Nazaré, S. Martinho do Porto, Foz do Arelho, Peniche, Seixal, Atalaia, Ribamar, Porto Novo, Santa Cruz, Assenta, Ericeira, Cascais, Paço de Arcos, Belém, Lisboa, Vila Franca, Barreiro, Seixal, Trafaria, Caparica, Sesimbra e Setúbal.

Destas comunidades, destacam-se os portos da Nazaré, Peniche, Lisboa, Sesimbra e Setúbal, não só pelo maior número de embarcações e de pescadores que lhe estavam adstritas, como também pela existência de uma importante pesca de anzol costeira e do alto principalmente dirigida à pescada.

No entanto, o porto que mais se distinguia, pela quantidade do pescado descarregado, era o de Lisboa, sendo mesmo aqui que se aparelhavam alguns dos raros navios para a pesca do bacalhau na Terra Nova.

Na área marítima correspondente à Região do Alentejo,[29] actualmente sob jurisdição da Capitania do Porto de Sines, verificava-se a existência de um total de 6 portos de pesca costeiros e fluviais, a saber: Melides, Santo André, Sines, Porto Covo, Vila Nova de Milfontes e Calheta do Sardão.

Destas comunidades, a mais importante, tanto pela sua frota, como pelo número de pescadores envolvidos e, ainda pela quantidade de pescado descarregado, era a da Sines.

A costa algarvia, correspondente à área marítima compreendida entre a Capitania do porto de Vila Real de Santo António e a Delegação Marítima de Sagres,[30] era possuidora de um total de 31 portos de pesca costeiros e fluviais, a saber: Salema, Almadena, Burgau, Senhora da Luz, Porto de Moz, Lagos, Alvor, Portimão, Ferragudo, Carvoeiro, Benagil, Senhora da Rocha, Armação de Pera, Pedra da Galé, Albufeira, Valongo, Quarteira, Forte Novo, Ramalhete, Cabo de Santa Maria, Faro, Olhão, Fuzeta,

[28] Anexo 4, p. 194.

[29] Anexo 5, p. 195.

[30] Anexo 6, p. 195.

Tavira, Cacela, Torre Velha, Cabeço, Monte Gordo, Vila Real de Santo António, Pomarão e Mértola.

Ainda de acordo com o citado autor, laboravam em toda a costa Sul de Portugal, desde o Cabo de São Vicente até Vila Real de Santo António (incluindo os portos de pesca de Pomarão e de Mértola no Rio Guadiana), um número aproximado de 6.301 pescadores que utilizavam um total de cerca de 920 embarcações e jangadas.

Destas comunidades, as mais importantes, tanto pelas suas frotas, como pelo número de pescadores envolvidos, e ainda pelo pescado transaccionado, eram as de Vila Real de Santo António, Olhão, Tavira e Lagos.

Os portos de Almadena, Senhora da Luz, Porto de Moz, Carvoeiro, Pedra da Galé, Cabo de Santa Maria, Cacela, Torre Velha, funcionavam apenas como arraiais das armações, quer de atum, quer de sardinha.

A área de pesca limitava-se ou à orla costeira ou a uma "zona" que pouco se afastava dela, com excepção de alguns barcos do porto de Olhão que se aventuravam até aos mares fronteiros à costa marroquina, e de outros, também de Olhão e ainda da Fuzeta e de Tavira, que praticavam uma pesca de anzol um pouco afastada da costa, denominada pesca do alto.

Sobre o pescado tradicionalmente capturado na costa algarvia, Baldaque da Silva apenas refere a sardinha e o atum, que deveriam constituir a base de todas as pescarias. No caso particular do porto de Olhão, o autor cita, contudo, outras espécies, provenientes das capturas dos barcos de pesca à linha que laboravam nos mares fronteiros de Marrocos, tais como a cavala, a pescada, o dentão, o lírio e o sarrajão.

Esta breve síntese, sobre a distribuição dos principais núcleos piscatórios, em final de século, permite obter uma imagem, embora superficial, do desenvolvimento da actividade em toda a franja litoral.

Verificava-se, nessa altura, ao longo de toda a linha de costa, uma elevada dispersão de núcleos piscatórios de pequena e média dimensão. Certamente que este elevado índice de dispersão espacial, corresponde directamente à dos locais de desembarque de pescado.

É, ainda, possível afirmar que, exactamente 100 anos antes de vir a ocorrer a integração de Portugal na União Europeia, predominava uma pesca local, realizada próximo da costa e em áreas com facilidade de acostagem.[31]

Confirma-se igualmente, a existência de um elevado grau de homogeneidade relativamente às técnicas de pesca utilizadas pelas diferentes comunidades piscatórias, o que é explicável pelo facto de as características dos navios, das suas condições de navegabilidade e do tipo de propulsão (à vela) não permitir outra navegação que a de cabotagem, não exigindo, por isso, artes mais evoluídas.

A esse elevado grau de homogeneidade não será alheio o facto desses núcleos serem conectados pela cabotagem que tinha lugar ao longo de todo o litoral, favorecendo a difusão dessas técnicas.

Registe-se, no entanto, a acentuada mobilidade[32] de pescadores e respectivos meios de produção (embarcações e artes de pesca) ao longo de toda a costa, acompanhando o movimento dos cardumes. Estas migrações assumiam predominantemente um caracter sazonal, embora, por vezes, configurassem uma deslocação com carácter definitivo.

Nesta época era, portanto, notória a existência de um número considerável de núcleos em que a actividade piscatória complementava a agrícola, existindo assim uma intensa relação entre ambas as comunidades.

Por fim, importa realçar a dimensão da pesca fluvial que, embora não sendo objecto do presente trabalho, em muitos pontos do Reino, continua nesta altura, a ter interesse no mercado de consumo local e regional. Tanto nos grandes como nos pequenos cursos de água a colheita de «pescado» justificava o tipo de povoamento e a vida ribeirinha, esta na dependência preferencial da pesca.

É, por isso, também, perceptível uma distribuição uniforme de núcleos de pesca fluvial ao longo dos diferentes cursos de água.

---

[31] A este propósito ver: Fernando Correia da Costa e Maria de Lourdes Paes da Franca, 1982, p. 10; Maria de Lourdes Paes da Franca e Fernando Correia da Costa, 1984, p. 10-11; Fernando Correia da Costa e Maria de Lourdes Paes da Franca, 1985, p. 13.

[32] A titulo de exemplo veja-se Baldaque da Silva que ao abordar a actividade piscatória na praia da Granja refere que "Os pescadores da Afurada aproveitam este porto quando há pouco peixe no Douro, e têem aqui uns vinte e cinco barcos varados na praia para lhes servirem nestas ocasiões." (António Arthur Baldaque da Silva - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, p. 111).

1.2. DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ 1940

Numa primeira leitura dos diferentes indicadores disponíveis[33] (figs. 6, 7 e 8),[34] é possível observar um crescimento lento, embora progressivo do número de embarcações empenhadas na actividade piscatória, de 1886 até 1930, ano a partir do qual, tem lugar uma inversão dessa tendência.

Este desenvolvimento da actividade piscatória terá sido estimulado pelo maior acréscimo das necessidades de consumo de uma população globalmente crescente[35] e pela exigência de matéria-prima por parte da indústria conserveira.

No entanto, esta expansão lenta, é interrompida por dois momentos de estagnação, o primeiro em 1899/1900 e, em seguida, o período compreendido entre 1915 e 1920.

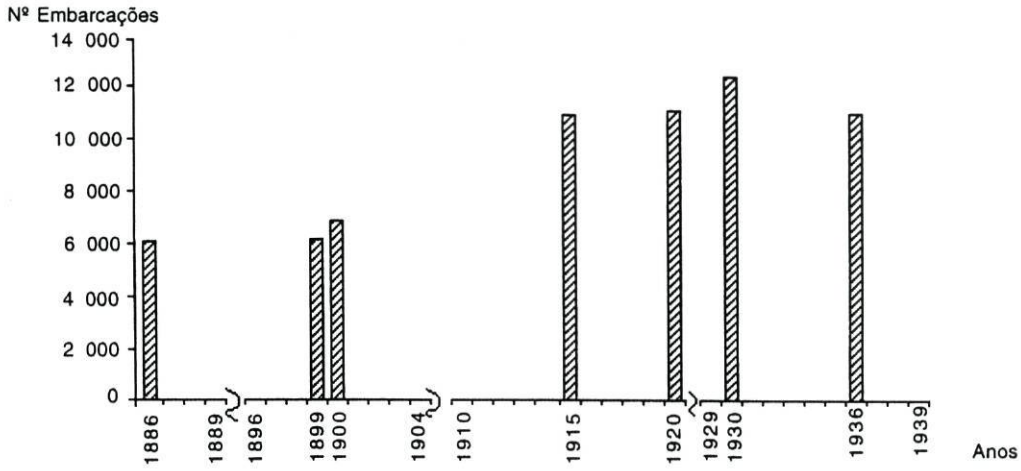
É interessante notar que relativamente à evolução do número de embarcações (fig. 6), constata-se um crescimento contínuo, sem, contudo, se verificar qualquer interrupção, contrariando, de certa forma, a existência dos dois momentos críticos já referenciados.

[33] Infelizmente, não nos foi possível utilizar o indicador "produção de pescado", devido à única fonte disponível para este período serem os Anuários Estatísticos do INE, e estes possuírem valores quantitativos em unidades diversas e não conversíveis, o que inviabilizou o seu tratamento. No entanto, somos de opinião que a observação do comportamento das restantes variáveis, nomeadamente do total de embarcações e sua tonelagem, é suficiente para permitir um conhecimento adequado do período em análise.

[34] Anexo 7, p. 196.

[35] "A progressão demográfica constantemente verificada desde meados do sec. XIX fora interrompida na década de 1910-1920 pela acção conjunta do surto migratório, das epidemias mortíferas de 1918-1919 e das baixas da I Guerra Mundial, mas o crescimento populacional retomara e intensificara o seu ritmo a partir de 1920."(José Mattoso - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994, Vol. VII, p. 21).

Fig. 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886; Adolpho Loureiro, Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1904, para os anos de 1899 a 1936.
Nota: Dada a impossibilidade de contemplar intervalos anuais regulares, a construção gráfica encontra-se, propositadamente, com base a tracejado para evidenciar essa descontinuidade.

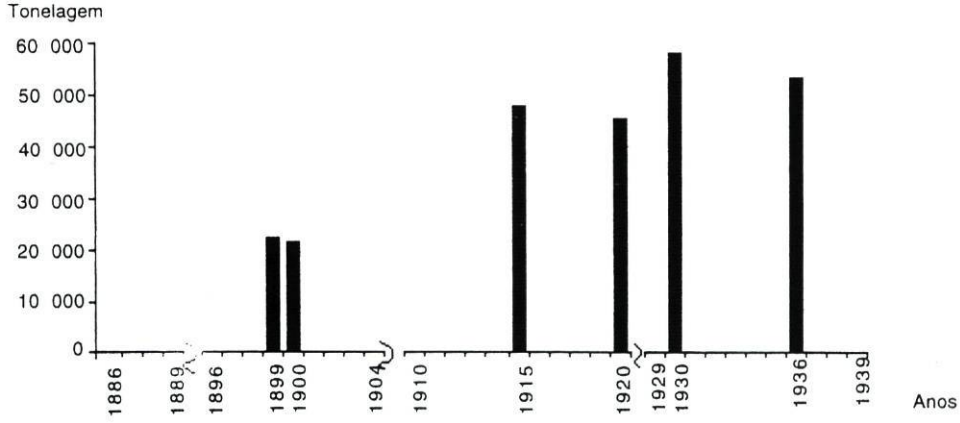
No entanto, se fizermos recair a nossa observação sobre a evolução da tonelagem das embarcações (fig. 7), facilmente verificamos a diminuição deste indicador nesses dois momentos, o que indicia, dado o número de embarcações não ter registado qualquer decréscimo, uma incidência da pesca junto da costa e nos principais acidentes do litoral, realizada por embarcações de reduzida dimensão, correspondendo, por isso, a fases críticas do desenvolvimento da actividade.[36]

Sublinhe-se que, no período em análise, de uma forma geral os índices de motorização das embarcações são extremamente diminutos.[37]

[36] Estes dois momentos críticos são, por isso, visíveis no comportamento da tonelagem média por embarcação que, entre 1899 e 1900, diminui de 3,68 para 3,02 tAB e, de 1915 a 1920, baixa de 4,23 para 3,87 tAB. (Anexo 7, p. 196).

[37] A este propósito Armando de Castro refere que "...no ano de 1919, no Continente e Ilhas Adjacentes, (...) a frota pesqueira era composta de 12.398 unidades, mas só 188 dispunham de motores mecânicos; todas as demais (12.210 embarcações) eram movidas pelo vento ou pela força muscular humana, visto serem à vela ou a remos. Note-se aliás que em 1915, de 12.505 embarcações destes últimos tipos apenas 98 eram movidas por motores mecânicos". (Armando de Castro - "A Economia Portuguesa do Século XX - 1900/1925", Edições 70, Lisboa, 1979, p. 68).

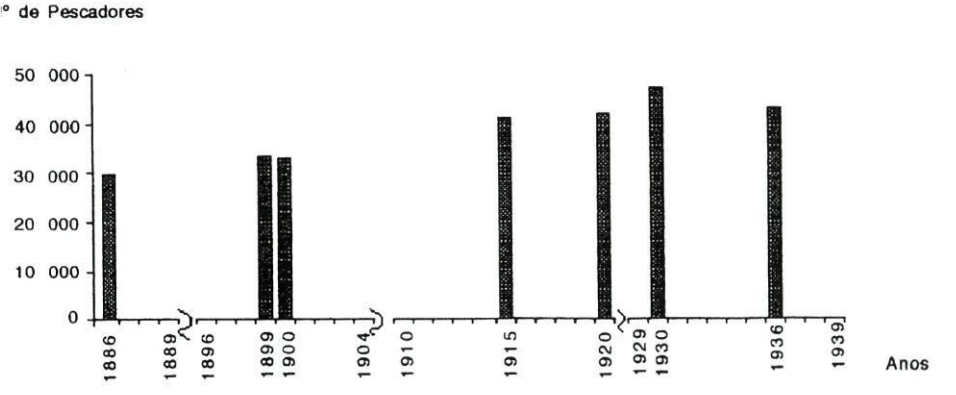
Fig 7 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886; Adolpho Loureiro, Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1904, para os anos de 1899 a 1936.
Nota: Dada a impossibilidade de contemplar intervalos anuais regulares, a construção gráfica encontra-se, propositadamente, com base a tracejado para evidenciar essa descontinuidade.

Relativamente ao número de pescadores (fig. 8), é notório um crescimento de aproximadamente 59%, tendo-se passado de 29.772 em 1886 para 47.214 indivíduos na actividade em 1930.[38] Este facto coincide, por um lado, com o aumento do número de embarcações e, por outro, com a progressiva substituição de pequenas unidades de pesca por embarcações de maior tAB,[39] movimentando logicamente mais mão-de-obra.

Fig. 8 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESCADORES EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886; Adolpho Loureiro, Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1904, para os anos de 1899 a 1936.
Nota: Dada a impossibilidade de contemplar intervalos anuais regulares, a construção gráfica encontra-se, propositadamente, com base a tracejado para evidenciar essa descontinuidade.

[38] Anexo 7, p. 196.

[39] A tonelagem média por embarcação sofreu um ligeiro acréscimo, passando de 3,68 tAB em 1899 para 4,64 tAB em 1930 (Anexo 7, p. 196).

Não deixa de ser oportuno, recordar que todo este período, de aproximadamente quatro décadas, foi marcado por acontecimentos que influenciaram de forma decisiva a evolução da actividade piscatória em particular, bem como toda a vida económica e social do país.

Assim, os dois momentos de diminuição tanto da tonelagem das embarcações como do número de pescadores, estarão relacionados com toda a instabilidade governativa vivida durante este interregno de tempo.

Para além da incerteza governativa patente, entre a implantação da República (1910) e o estabelecimento do Estado Novo em 1926 , constituiu um facto, negativamente marcante, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), em que o País participou, tendo impossibilitado profundamente o desenvolvimento da actividade.

O período de guerra, além de ter sido crítico para a generalidade das actividades produtivas, foi-o com especial relevância para com a actividade piscatória pois os próprios meios de produção (barcos de pesca) foram requisitados para esses fins, situação que terminou em Janeiro de 1918, através de uma iniciativa legislativa do Governo.[40]

Só nos anos 20, em pleno pós-guerra, as pescas portuguesas experimentaram um período de franco desenvolvimento como reflecte o crescimento da tonelagem das embarcações (fig.7) bem como o número de pescadores (fig.8).

De facto, de 1900 a 1930, ocorre um desenvolvimento do sector, apenas interrompido pela 1ª Grande Guerra (1914-1918), correspondente a uma fase de dinamismo, expresso no crescimento do número de embarcações em 70%, da sua *tonelagem de Arqueação Bruta*[41] em cerca de 160% e de pescadores em 47%.[42]

---

[40] Damião Peres refere mesmo que, nos primeiros dias de Janeiro, foi tomada a decisão governativa "...de suspender as requisições de vapores de pesca, em vista da falta de peixe no mercado;" (Damião Peres - "História de Portugal - Edição Monumental/Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade", Barcelos, Portucalense Editora, Volume Suplementar, p. 193).

[41] tonelagem de Arqueação Bruta (tAB) - Volume interno, total, do casco do navio e das superestruturas (compreendendo portanto, todos os espaços relacionados ou destinados a carga, passageiros e tripulação, à navegação e T.S.F., paióis e tanques). É expressa em toneladas de arqueação ou toneladas Moorson, iguais a 2,832 metros cúbicos (100 pés cúbicos). Simplificadamente indicada por GRT (Groos Registered Tonnage)". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - Agenda 91, Matosinhos, 1991, p. 144).

De todas as vissicitudes porque passou o País, a implantação do Estado Novo em 1926, lançou as bases de um regime corporativo de economia dirigida e constituiu um dos factos de maior significado, no condicionamento de toda a actividade produtiva no período subsequente.

Nos anos 30, o sector entrou numa das suas maiores crises de sempre, devido à «grande depressão de 1929» e ao consequente encerramento do mercado exterior, o que afectou de forma dramática a indústria conserveira. A recessão económica propagou-se a quase todos os países e sectores de actividade.

"A pesca da sardinha era de longe a mais importante, fornecendo mais de 50% do total de desembarques de pescado, por intermédio de boas embarcações de madeira, à vela ou a vapor, algumas raras com motor diesel, abastecendo o consumo e as 222 fábricas de conservas então existentes; a indústria de conservas, aliás, passou então pelo período mais difícil da sua história, sofrendo um colapso nas suas exportações para um mercado internacional gravemente afectado pela «grande depressão de 1929»".[43]

A situação difícil em que se encontrava o sector, atingiu o seu ponto crítico em 1940/1941, com uma produção na ordem das 180.000 toneladas de pescado e um total de aproximadamente 26.700 pescadores.

Situação que começou a inverter-se em pleno período da II Guerra Mundial (1939-1945), perante a qual o País manteve uma posição neutral, o sector conheceu um novo incremento.

No período correspondente ao pós-guerra e até 1950, as pescas acusaram um ligeiro decréscimo, porventura relacionado com uma diminuição de mercado, para logo depois iniciar o período de maior expansão de sempre.

A este propósito veja-se o Decreto-lei nº 245/94 de 26 de Setembro que define as regras para o calculo da arqueação bruta. (Diário da República, I Série-A, nº 223.

[42] O número de pescadores registados passa de 32.096, em 1900, para 47.214 em 1930. (Anexo 11, p. 201).

[43] Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 36.

1.3. A FASE DE EXPANSÃO ENTRE 1940 E 1964

Entre 1940 e 1964, o sector conheceu o seu maior surto de expansão, apenas interrompido por um curto período de tempo (entre 1946 e 1949) imediatamente após a II Grande Guerra, em que se verificou um ligeiro decréscimo na produção de pescado.[44]

Este hiato na dinâmica de crescimento está claramente relacionado com uma diminuição de mercado. No entanto, passada esta ligeira quebra, o sector de imediato reiniciou uma dinâmica ascendente que só viria a inverter-se em meados da década de sessenta.

Este período, de aproximadamente três décadas, constituindo sem dúvida, uma fase ímpar no desenvolvimento da actividade piscatória em Portugal, beneficiou da conexão de vários factores, de entre os quais se destaca, desde logo, o proteccionismo e apoio do Estado.

O intervencionismo Estatal nas pescas, à semelhança de outros sectores, ficou marcado pelo condicionamento das iniciativas de investimento, pelo tabelamento dos preços no produtor e pelo isolamento do mercado interno perante a concorrência externa[45]. Um outro instrumento do dirigismo económico do Estado Novo foi a tutela directa das funções associativas, quer empresariais, quer sindicais.[46]

---

[44] Anexo 8, p. 197.

[45] A este propósito, Fernando Rosas ao abordar a organização corporativa refere que: "Através dos organismos de coordenação económica ou dos grémios obrigatórios, o Estado regulava tudo, ou quase tudo: dimensão mínima das empresas, cotas de produção, normas de produção, cotas de consumo de matérias-primas, preços desde o produtor ao consumidor, autorizações de importação, preços de exportação, etc....Pouco ficava para a «autodirecção» pelos interessados". (José Mattoso - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994, Vol. VII, p. 255).

[46] Ao referir-se à intervenção da organização corporativa, Fernando Rosas menciona como dois aspectos essenciais da mesma, os seguintes: "O primeiro é a liquidação da liberdade sindical dos trabalhadores, enquadrados nos «sindicatos nacionais» - ponto reivindicativo comum a todos os sectores da classe dominante, como questão prévia para a imposição de salários e de condições de trabalho a níveis de verdadeira sobreexploração. O segundo é o condicionamento da liberdade de associação patronal, com a compartimentação sectorial e regional dos grémios e o encerramento de algumas das velhas associações patronais (não as principais), medida necessária para evitar a formação de frentes patronais que dificultassem a movimentação autoritária e arbitral do Estado". (José Mattoso - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994, Vol. VII, p. 256).

Esta política, tendo sido útil na fase de arranque da industrialização das pescas até aos anos 50, revelar-se-á, em nossa opinião, demasiado rígida e bloqueadora da dinâmica do sector, no período subsequente devido às limitações impostas à iniciativa empresarial.

Porém, outros factores se configuraram como decisivos no desenvolvimento da actividade. A boa situação dos pesqueiros internacionais e a liberdade no seu acesso, bem como o contributo notável da introdução de novas tecnologias, nomeadamente a propulsão a diesel, propiciaram um bom desempenho da produção píscicola.

A este propósito será oportuno referir que nos finais dos anos cinquenta se iniciou uma vaga de inovação tecnológica, com a progressiva difusão e introdução de melhorias substanciais nos meios de produção, como são exemplo as fibras de plástico de elevada resistência, radar, ecossondas, aparelhos de comunicação e, principalmente, os haladores das artes de pesca.

Esta vaga de inovação que, a nível mundial, se generalizou rapidamente, proporcionando à actividade uma menor necessidade de mão-de-obra, encontrou em Portugal como principal barreira o condicionamento do Estado[47], tendo tido, por isso, um impacto tardio.

O estímulo que esteve na base da expansão ocorreu em pleno período da II Guerra Mundial (1939-1945), em que o País manteve uma posição neutral face ao conflito, aproveitando a oportunidade para a exportação de diversos produtos,[48] nomeadamente, de conservas de peixe.[49]

---

[47] Manuel Cardoso Leal refere a este propósito que: "(...) a iniciativa empresarial parece ter sido demasiadamente condicionada na introdução de inovações tecnológicas - cite-se, como exemplo, o desfasamento da reconversão da frota bacalhoeira, a qual só em 1973 deixou de contar com navios de pesca à linha e foi durante muito tempo obrigada a salgar o pescado como meio de conservação". (Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 43).

[48] "O Portugal exportador de produtos agrícolas, matérias-primas e produtos semimanufacturados viria a enfrentar com razoável proveito imediato a conjuntura económica de guerra". (José Mattoso - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994, Vol. VII, p. 329).

[49] "Tal como se tinha verificado aquando do primeiro conflito mundial, o deflagrar da guerra teve como imediata consequência, uma intensa procura das nossas conservas de peixe. Durante aquele período tudo se vendeu, incluindo as existências acumuladas e, até 1946, a procura excedeu ou igualou a oferta". (José M. Lopes Cordeiro - "A Indústria Conserveira em Matosinhos", Exposição de Arqueologia Industrial, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 37).

Neste período, verifica-se um crescimento da produção (fig. 9),[50] na ordem dos 100%, correspondendo a uma subida, em termos absolutos, de aproximadamente duzentas mil toneladas, atingindo-se um máximo histórico em 1964, com 417.074 toneladas.[51]

O crescimento inicial, bastante célere, foi conseguido sobretudo graças às pescas em águas distantes, com especial contributo da pesca do bacalhau (fig. 10) que atingiu o seu valor relativo mais elevado em 1955, com 25,9% do pescado total desembarcado, registando, no entanto, o seu máximo absoluto, em 1967, com 97.312 toneladas.[52]

Aliás, diga-se que as capturas de bacalhau, tendo contribuído de forma decisiva para o incremento global das pescas, durante este período, acusaram, depois de um crescimento inicial rápido, uma fase de estagnação entre 1956 e meados da década de 60, altura a partir da qual, se tem verificado o seu decréscimo progressivo.

De entre as pescarias costeiras, cabe fazer uma especial referência, devido ao seu elevado contributo para a época áurea do sector, à sardinha (fig. 11), em cuja frota se processou a gradual substituição dos velhos cercos por traineiras motorizadas, que protagonizaram uma clara expansão da produção até 1964, ano em que se atingiu o valor ímpar de 163.294 toneladas.[53]

---

[50] Anexo 13, p. 203.

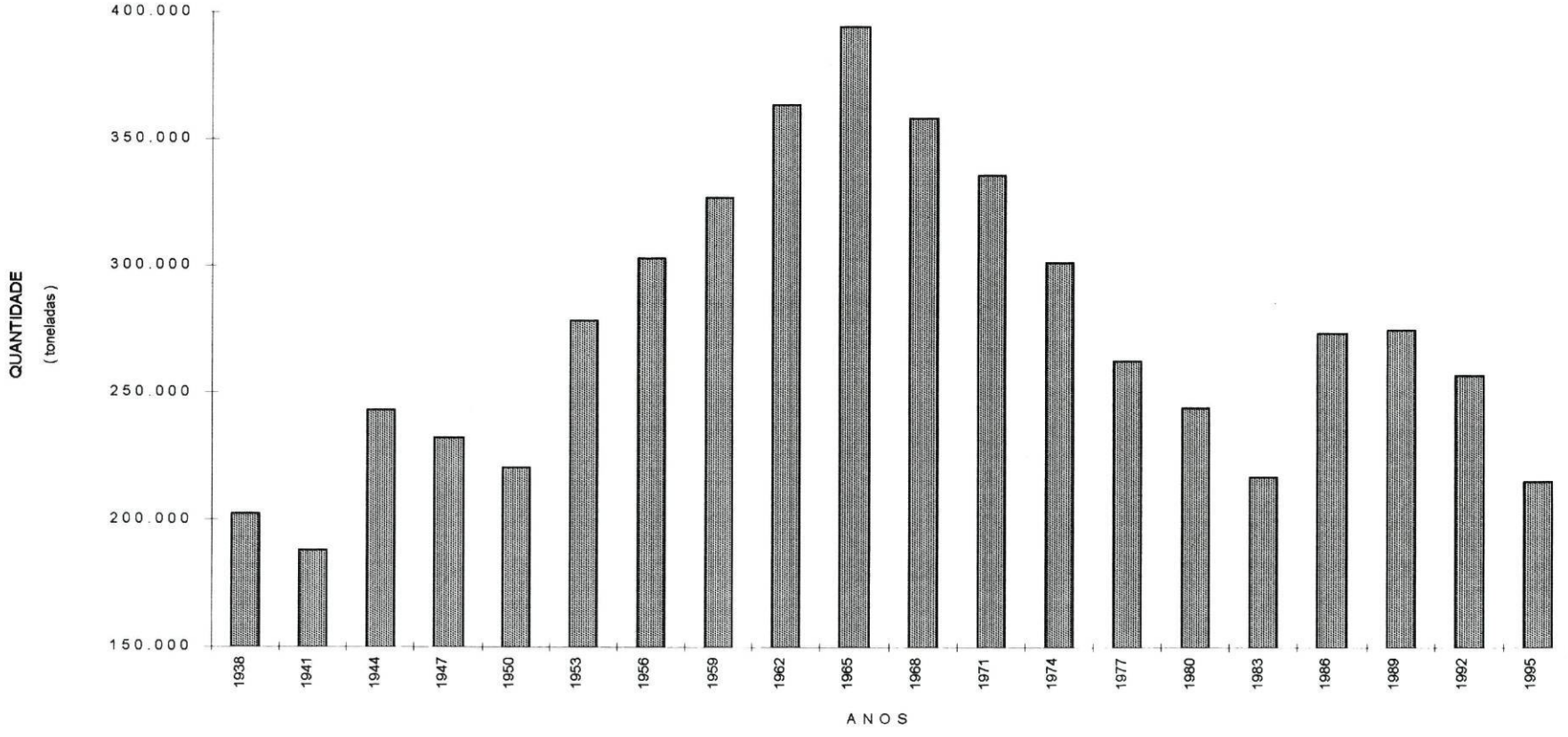
[51] Sublinhe-se o facto de *1964* ser efectivamente o *ano em que ocorre o máximo de capturas* (Anexo 8, p. 197). No entanto, em termos gráficos (fig. 9) aparece o ano de 1965, como sendo aquele em que se verifica o valor mais elevado, dado corresponder a uma média trienal centrada naquela data.

A construção gráfica foi realizada com base em médias trienais com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas, facilitando a observação de tendências.

[52] Anexo 8, p. 197.

[53] Anexo 8, p. 197.

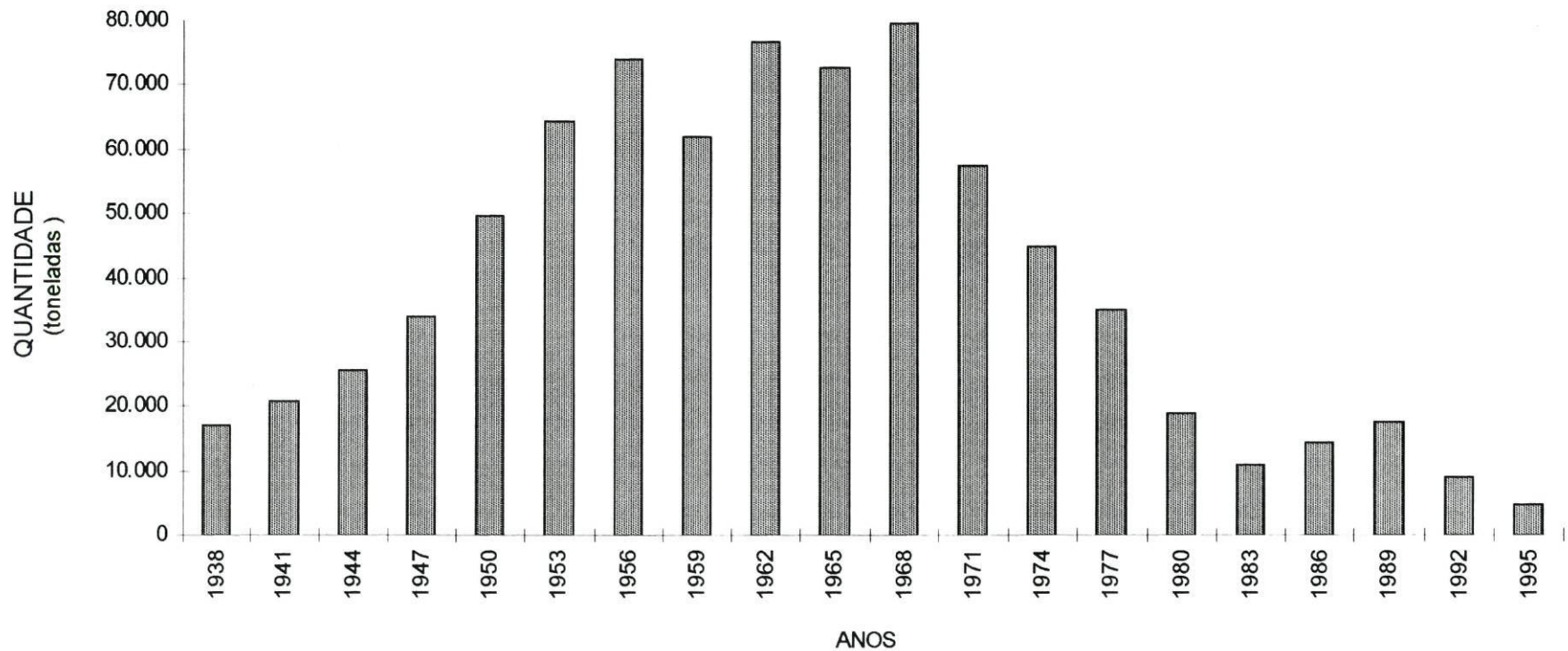
Fig. 9 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL (1938/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados (exceptuando o ano de 1995 que corresponde a uma média bienal), com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas.

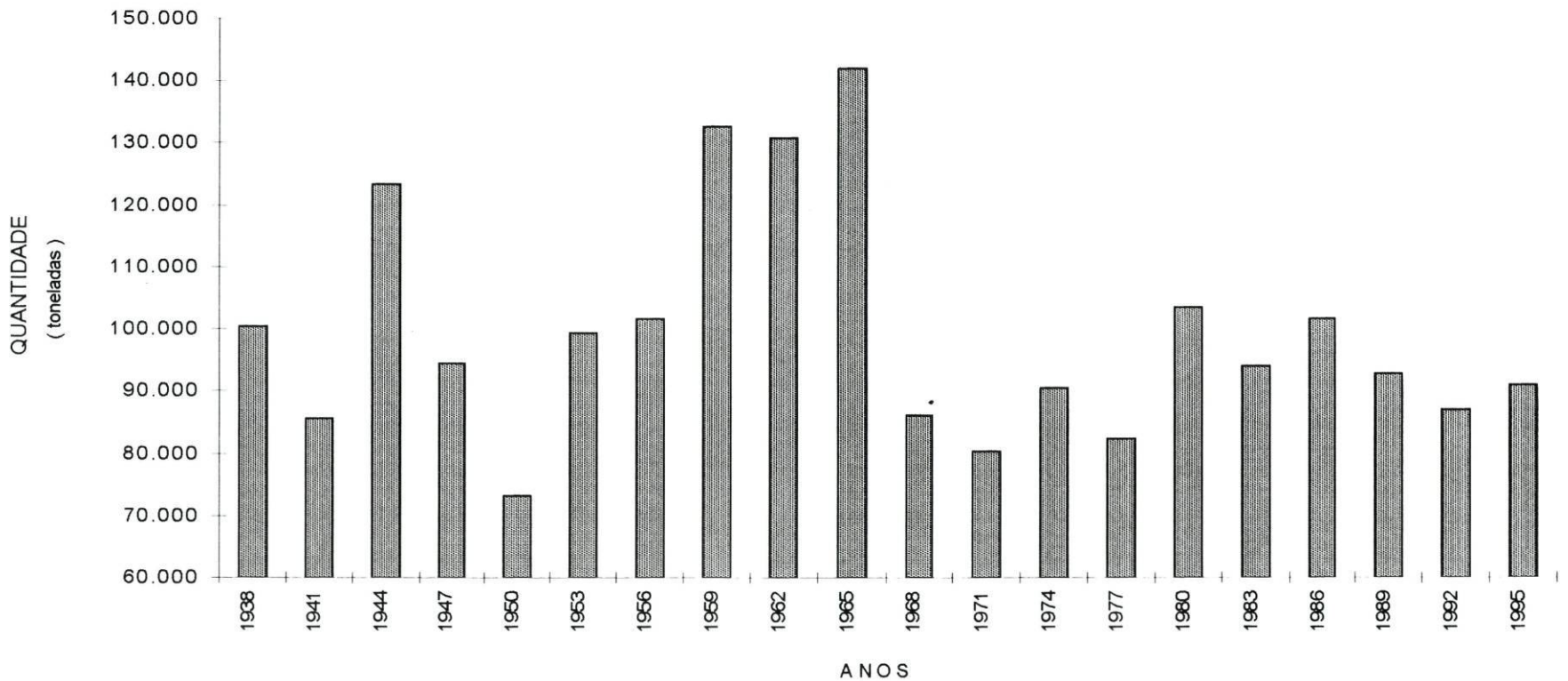
Fig. 10 - EVOLUÇÃO DA PESCA DO BACALHAU EM PORTUGAL CONTINENTAL (1938/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados (com excepção do ano de 1995 que corresponde a uma média bienal) com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas.

Fig. 11 - EVOLUÇÃO DA PESCA DA SARDINHA EM PORTUGAL CONTINENTAL (1938/1995)

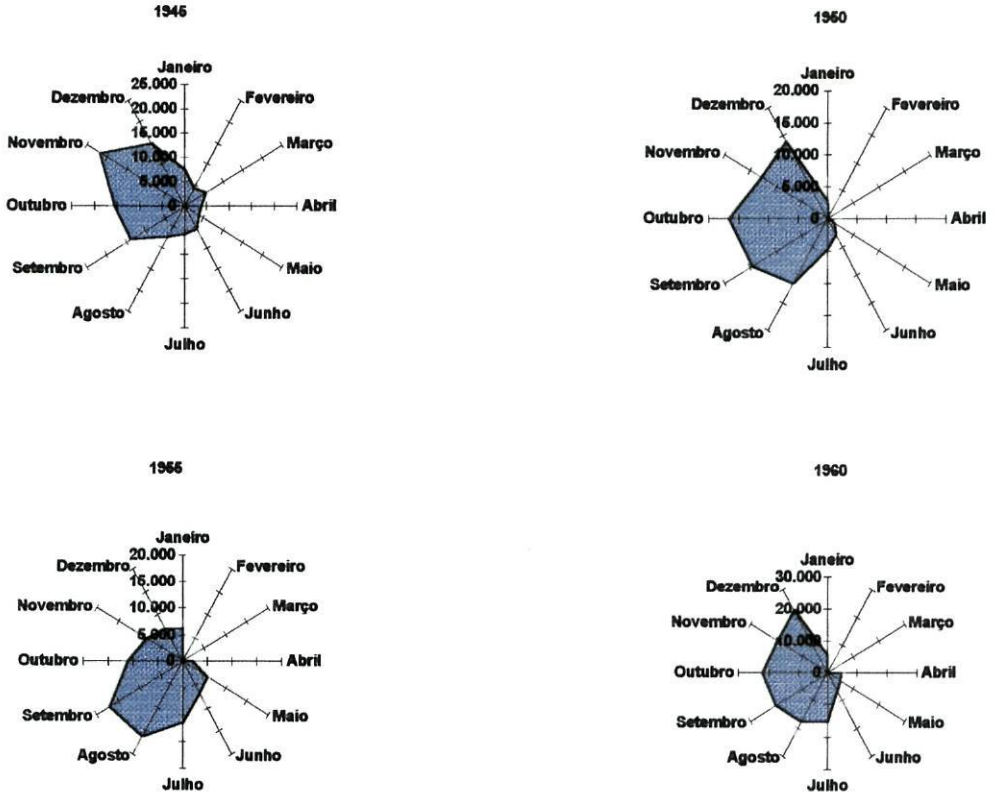


Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados (com excepção do ano de 1995 que corresponde a uma média bienal) com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas.

Aliás, esta importante espécie pelágica[54], cuja pesca é claramente estacional, com máximos principais entre Setembro e Dezembro (fig. 12),[55] contribuiu também, de forma decisiva, para o crescimento do emprego no sector, já que a sua captura exige um elevado volume de mão-de-obra[56].

Fig. 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAPTURAS DE SARDINHA, AO LONGO DO ANO, EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: Boletim Mensal, INE, Lisboa, para os anos referenciados;
Nota: Os gráficos foram elaborados com base nos totais de produção de sardinha no continente, cujos quantitativos estão representados em quilogramas

54 Manuel Cardoso Leal a propósito da inventariação dos recursos halieuticos, define as espécies pelágicas (sardinha, carapau, cavala, trombeteiro...), como sendo aquelas que, "(...) em geral, se encontram a meia-água ou à superfície, em grandes cardumes, e efectuam importantes deslocações; o seu valor comercial é relativamente baixo e a arte mais utilizada na sua captura é a do cerco, na ausência de arrasto pelágico". (Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 78).

55 Anexo 10, p. 201.

56 A este propósito, Maurel ao referir-se à captura de espécies pelágicas autóctones (como por exemplo a sardinha, o boqueirão...), afirma que: "En conjunto, son especies cuyas masivas capturas, pese a las recientes mejoras tecnológicas, siguen exigiendo un elevado número de trabajadores por barco". (Joaquín Bosque Maurel e Joan Vilà Valentí - "Geografia de España - Geografia Humana 1", Editorial Planeta, Barcelona, 1989, Vol. II, p. 519).

O número de pescadores matriculados (fig. 13) cresceu até atingir um máximo de 39.741 em 1959,[57] diminuindo depois, certamente, graças à abertura de melhores oportunidades de emprego quer no país, quer no estrangeiro.

A frota de pesca, neste mesmo período, acusou um crescimento progressivo do número de embarcações que passaram das 11.443 em 1941 para 15.975 em 1965,[58] correspondendo a um crescimento de aproximadamente 40% (fig. 14).

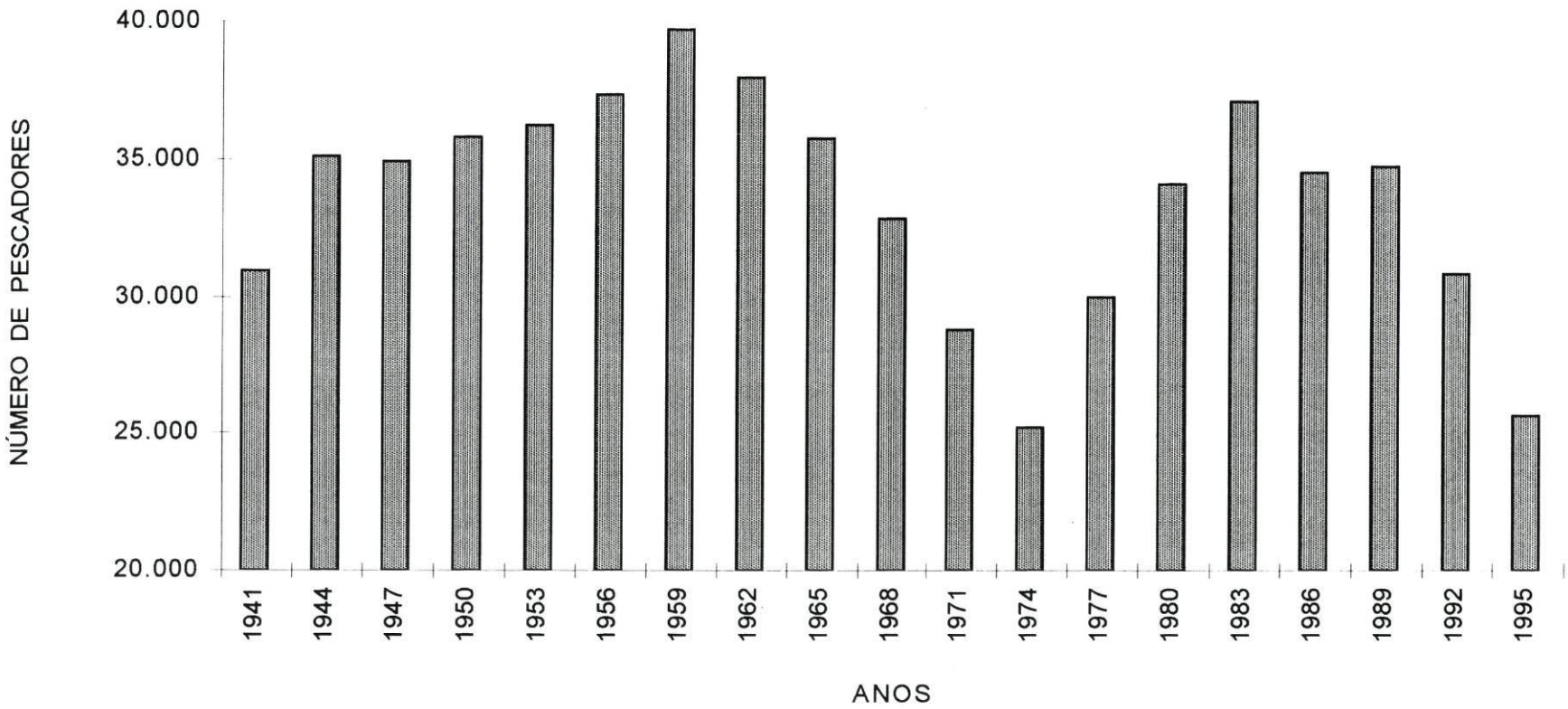
De igual modo, a tonelagem das embarcações (fig. 15) registou um acréscimo na ordem dos 154%, passando de 63.155, em 1941, para 160.157 tAB em 1965.[59] Significativa é, também, a alteração da tonelagem média por embarcação, que passa de 5,52 tAB, em 1941, para 10,03 tAB, em 1965, o que revela uma alteração estrutural profunda em termos da dimensão das embarcações.

[57] Anexo 13, p. 203.

[58] Anexo 13, p. 203.

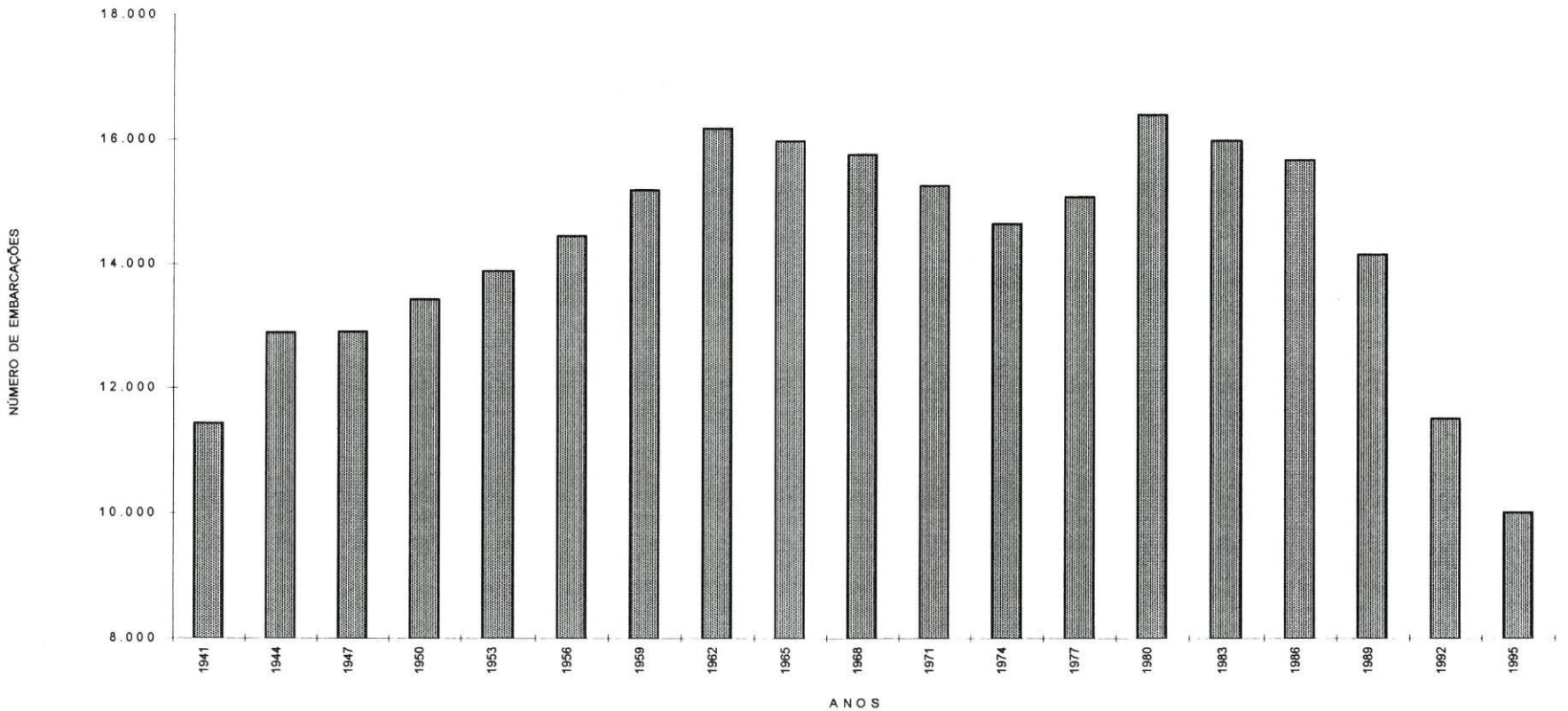
[59] Anexo 13, p. 203.

Fig. 13 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE PESCADORES EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941/1995)



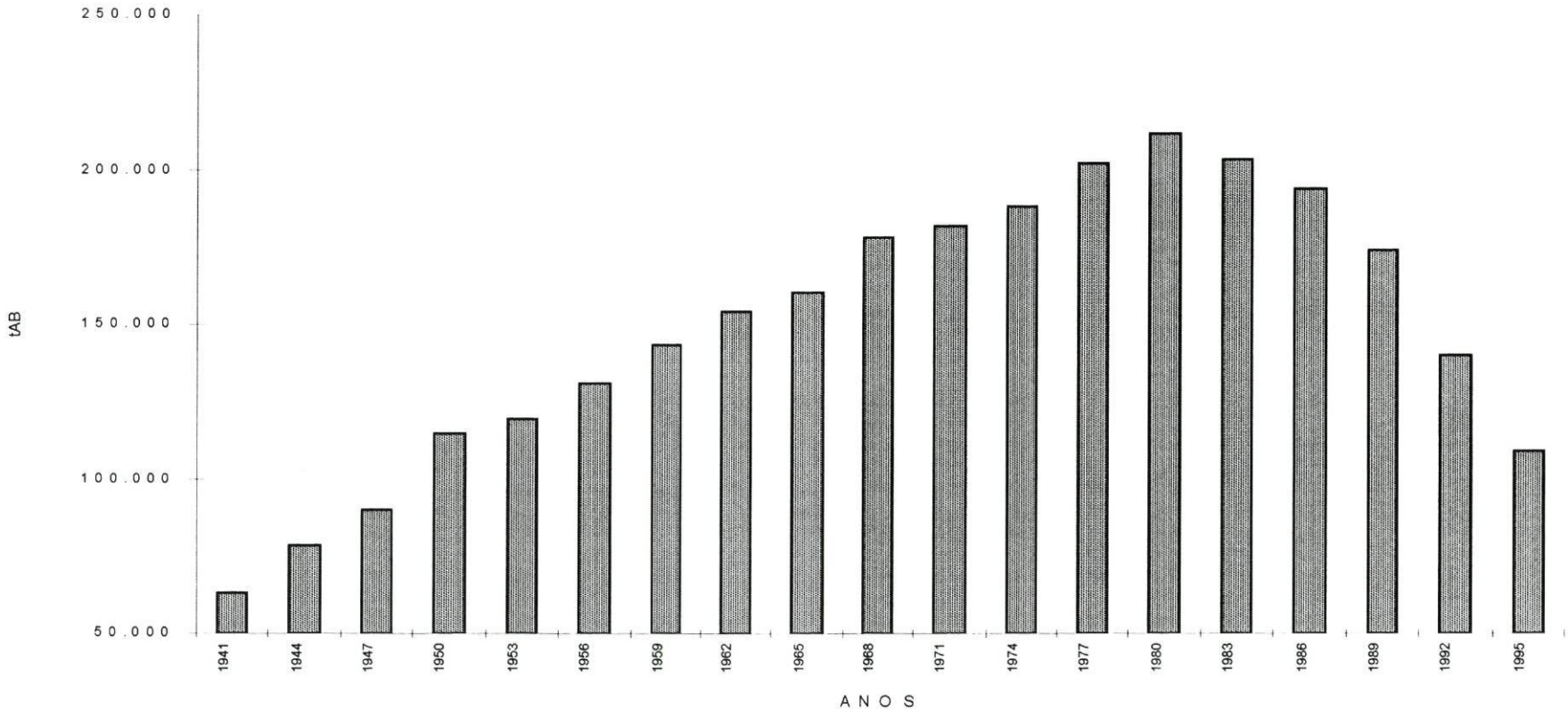
Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.
Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados, com excepção de 1995 que corresponde a uma média bienal.

Fig. 14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMBARCAÇÕES EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1939 a 1968;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.
Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados, com excepção de 1995 que corresponde a uma média bienal.

Fig. 15 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1940 a 1968;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.

Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados, com excepção de 1995 que corresponde a uma média bienal.

Esta modificação foi acompanhada pela evolução do sistema de propulsão (figªs. 16 e 17) dessas mesmas embarcações, sendo possível afirmar que o número de barcos a motor acusou um crescimento na ordem dos 355% enquanto que os sem motor apenas registam um crescimento próximo de 25,9%.

Aspecto não menos importante, é a concentração dos meios de produção sob o aspecto tecnológico, que se revela de forma clara na circunstância de em 1940 a frota pesqueira ser composta por 11.068 embarcações e só 622 disporem de motores mecânicos. No entanto estas últimas possuíam uma tonelagem unitária média de 64,2 toneladas, enquanto as primeiras não passavam de umas escassas duas toneladas. Em 1965 de um total de 15.988 unidades, 2.832 dispunham motor (detendo uma tonelagem unitária média de 49,3 toneladas), sendo as restantes (13.156 embarcações) movidas pelo vento ou pela força muscular, dado serem à vela ou de remos e cuja tonelagem unitária média era de 1,5 toneladas.[60]

Contudo, apesar do bom desempenho das pescas neste período, considerando os diferentes indicadores "de per si", o que poderá levar a supor a existência de uma gestão eficaz, esconde uma realidade bem diferente, em que são notórias as deficiências estruturais profundas do sector.

Assim, se atendermos à produtividade da frota (fig. 18),[61] constatamos um progressivo decréscimo ou, quando muito a estagnação, registando-se o valor 2,98 toneladas de pescado/tAB, em 1941 e, 2,46 toneladas de pescado/tAB, em 1965.[62]

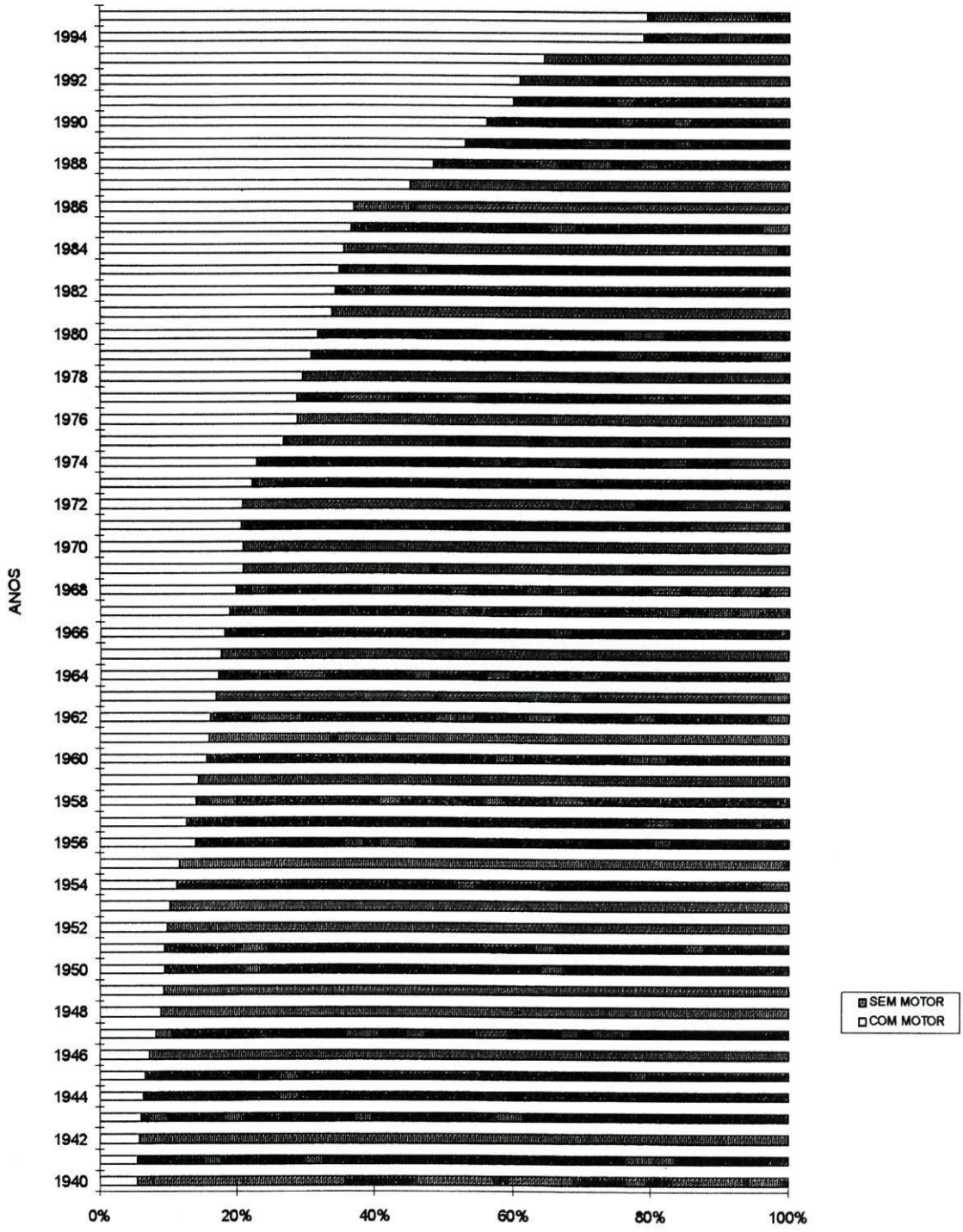
[60] Anexo 12, p. 202.

[61] A produtividade da frota corresponde à razão entre o total de pescado e a tonelagem de Arqueação Bruta (tAB) utilizada nessas capturas, exprimindo-se normalmente em toneladas de pescado/tAB.

Este indicador, ao relacionar o produto da pesca com o capital utilizado, permite observar o desempenho a nível de gestão da actividade e, consequentemente, favorece a emergência de questões de ordem estrutural.

[62] Anexo 13, p. 203.

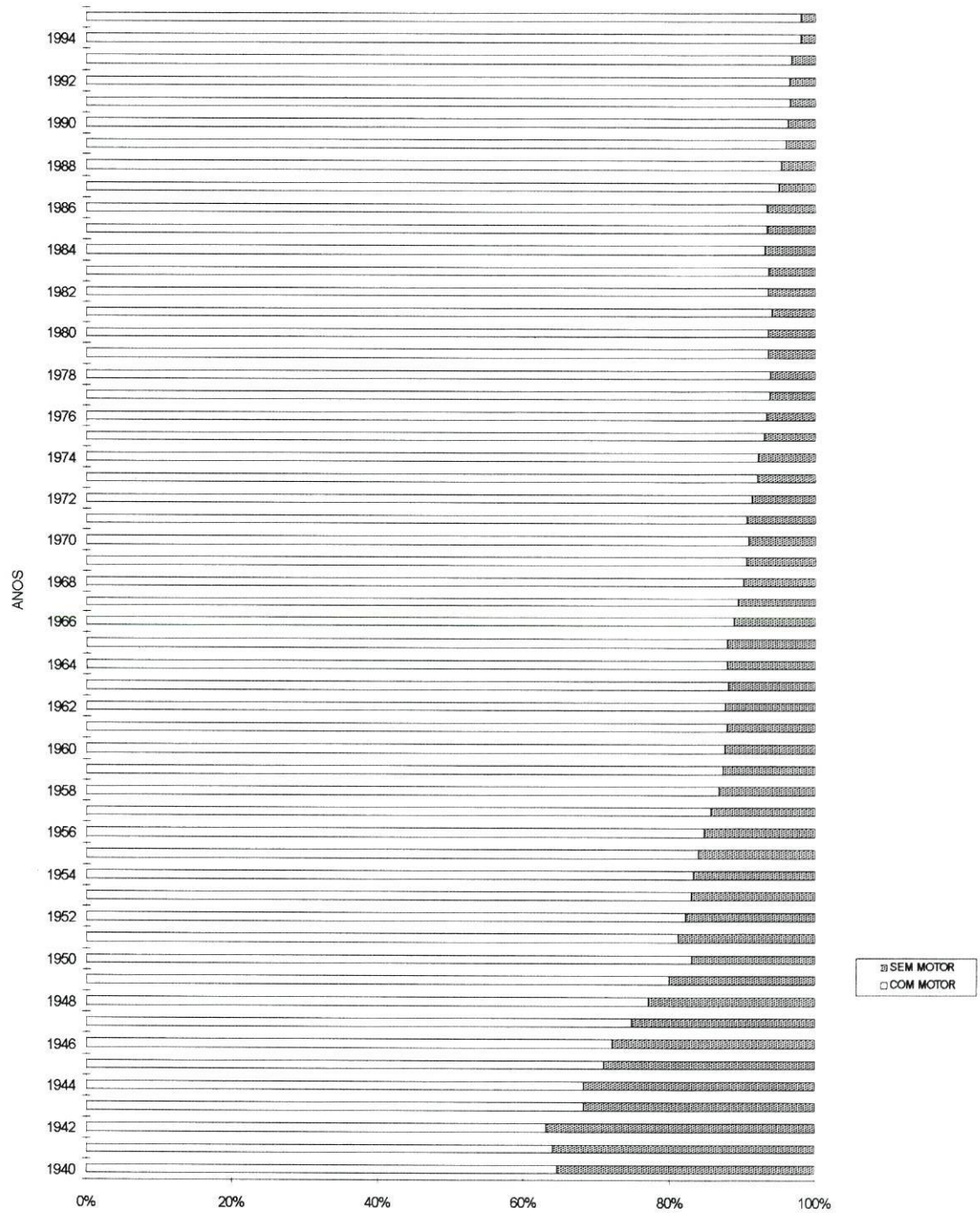
Fig. 16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES EM FUNÇÃO DO SISTEMA DE PROPULSÃO EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1940 a 1968; Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995

Nota: Os valores relativos a 1987 e 1988 são estimados, dado existir quebra na série estatística publicada pelo INE.

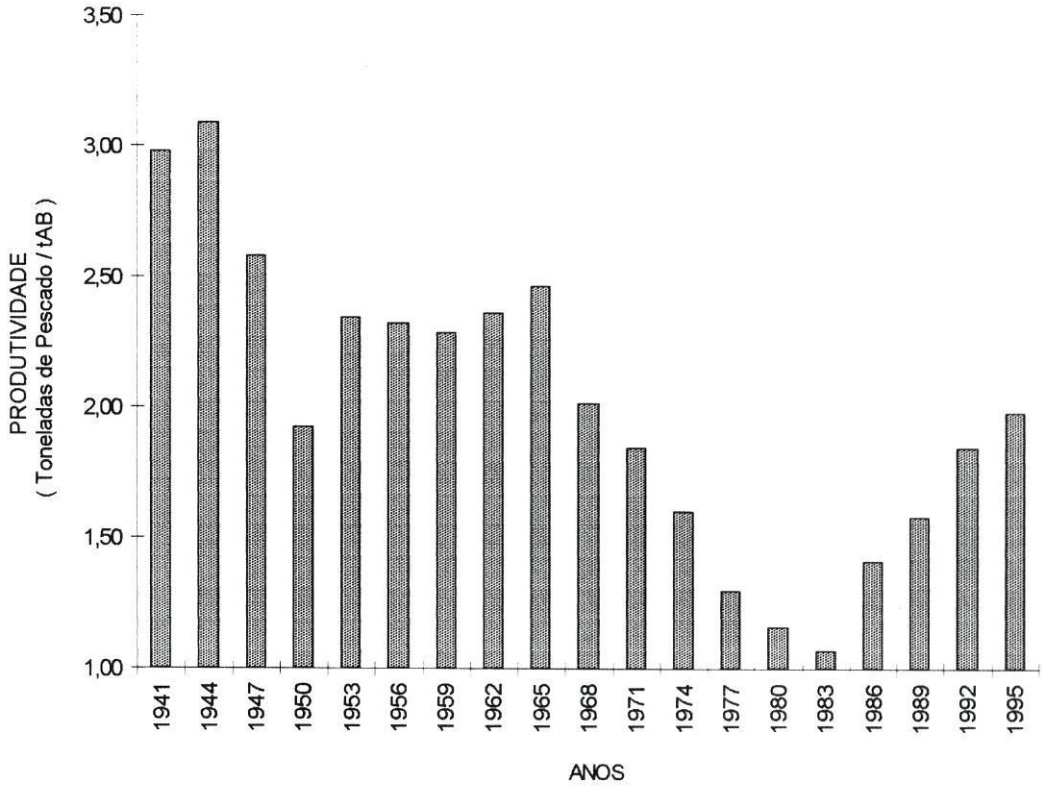
Fig. 17 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES EM FUNÇÃO DO SISTEMA DE PROPULSÃO EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1940 a 1968; Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995

Nota: Os valores relativos a 1987 e 1988 são estimados, dado existir quebra na série estatística publicada pelo INE.

Fig. 18 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA FROTA DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1939 a 1968; Estatísticas da pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.
Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados, de 1941 a 1995.

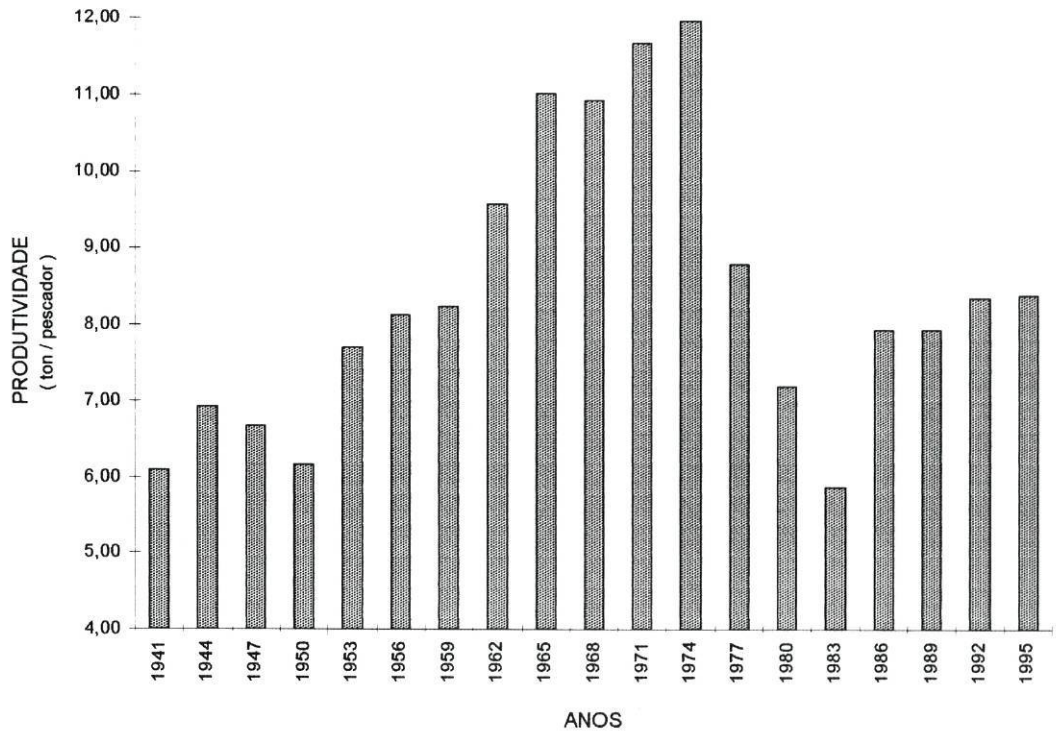
Neste sentido, é interessante notar que a produtividade da frota de pesca apresenta, em termos de pescado desembarcado por cada tAB, para este período, valores decrescentes simultaneamente coincidentes com o aumento de produção, revelando a dificuldade em conseguir aumentos de produto proporcionais aos aumentos do capital utilizado.

Este facto adquire maior significado se tivermos em atenção que ele se verifica na fase de excelência das pescas, em termos produtivos, evidenciando assim, de forma clara, problemas de ordem estrutural e de incapacidade de gestão.

Pelo contrário, na produtividade da mão-de-obra (fig. 19), constata-se o inverso, isto é, os ganhos de produtividade são sensivelmente proporcionais aos acréscimos do produto, o que revela o bom desempenho neste indicador até 1958. Facto, tanto mais

significativo, se tivermos em atenção que este acréscimo não advém da penalização do emprego mas sim do aumento da produção.

Fig. 19 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941/1995)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1939 a 1968; Estatísticas da pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.
Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados, de 1941 a 1995.

Porém, a partir daquela data os ganhos de produtividade fazem-se à custa de uma redução efectiva da mão-de-obra, já que o número de pescadores matriculados diminui de 40.231, em 1958, para 35.781, em 1965.[63]

Até meados da década de 60, a elevada prosperidade, em termos produtivos, das pescas portuguesas reflectiu-se de forma significativa no desenvolvimento económico e social do país. Esta importância advém do facto de ter, por um lado, contribuído para a criação de riqueza e, por outro, ter mantido um elevado nível de emprego.[64]

[63] Anexo 11, p. 201.

[64] Deve levar-se em consideração tanto o emprego directo na pesca como aquele que é induzido em todas as actividades que com ela se relacionam, quer a montante , quer a jusante. Neste sentido convirá recordar que por cada "(...) posto de trabalho no mar são gerados quatro ou cinco outros em

Assumiram, ainda, um real significado na reconfiguração espacial das áreas litorais, nomeadamente na estruturação da rede urbana pesqueira.

A este propósito é importante recordar que, nos finais do século XIX, uma das características era a dispersão espacial da actividade, coincidindo esta com os diferentes locais de desembarque, estando a sua importância relativa em função da riqueza piscícola local.

Pelo contrário, simultaneamente com a progressiva motorização, observa-se um fenómeno de concentração espacial da actividade (frota e pescadores) e, paralelamente, acentua-se o fenómeno de não coincidência entre os locais de descarga de pescado e de registo das respectivas embarcações.

Toda esta alteração é acompanhada da migração de pescadores dos pequenos núcleos para os lugares dotados de instalações portuárias capazes de corresponder às novas solicitações da actividade piscatória.

O desenvolvimento deste processo favoreceu a emergência de áreas marginais, outrora núcleos piscatórios com certo grau de importância, correspondendo hoje, na sua maior parte, a áreas residuais.

Deste facto, decorre que os processos de (re)configuração espacial das áreas litorais envolvidas na pesca, no que diz respeito à rede urbana, estão intimamente relacionados com as profundas alterações estruturais da actividade, nomeadamente no que concerne à modernização dos meios de produção (aumento de tonelagem das embarcações, motorização...) e, consequentemente, com os novos imperativos no âmbito das infra-estruturas de apoio (porto de pesca, rede de frio...) daí resultantes, bem como à concentração dos meios de armazenamento e de distribuição.

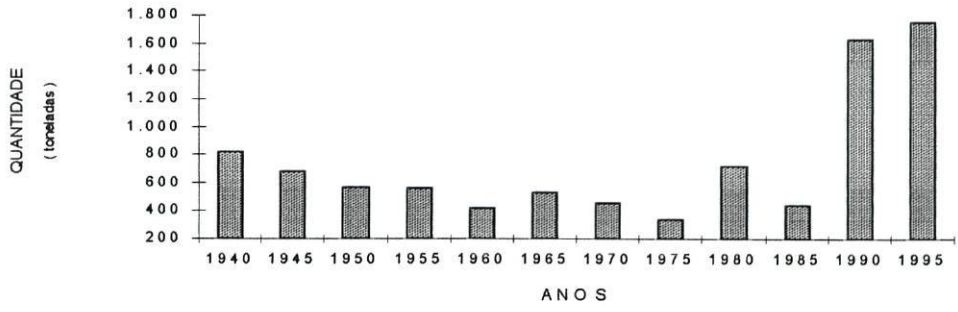
Referência particular, impõe-se fazer em relação à pesca fluvial (fig. 20)[65] que, tendo assumido uma importância económica significativa em finais de oitocentos, denota

terra". (Comissão Europeia, Direcção-Geral da Pesca - "A Nova Política Comum da Pesca", Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1994, p. 5). Assim, levando em consideração esse factor de ponderação é possível estimar, para este período (1940-1964), atendendo a que o número médio de pescadores matriculados no continente foi de 36.044, um volume médio global de emprego que deveria oscilar entre os 144.176 e os 180.220 postos de trabalho.

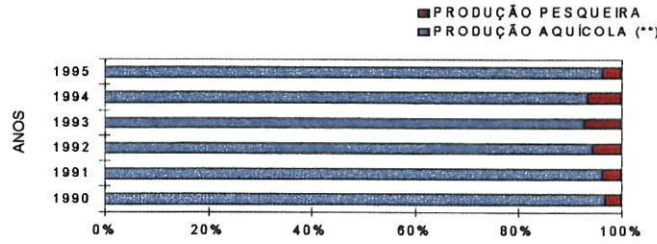
[65] Importa sublinhar que o total de produção primária em águas salobras inclui a produção resultante da aquicultura não reflectindo, por isso, a situação real da pesca em águas interiores que, nos últimos anos, tem apresentado valores pouco significativos e tendencialmente decrescentes.

agora uma tendência de progressivo decréscimo, devido principalmente à intensa poluição de grande parte dos rios portugueses.

Fig. 20 - EVOLUÇÃO DA PESCA EM ÁGUAS SALOBRAS / PORTUGAL CONTINENTAL (*)



Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.
Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias quinquenais centradas nos anos referenciados, de 1940 a 1995 (com excepção do ano de 1995 que corresponde à média trienal 1993-1995, centrada neste último ano).



Fonte: Estatísticas da pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1990 a 1995.
(**) - Inclui apenas a piscicultura (peixes diádromos) em águas salobras.

(*) - A produção de pescado em águas salobras resulta dos valores de duas actividades distintas: a **pesca** e a **aquicultura**.

1.4. O DECLÍNIO DE 1964 A 1983

No período compreendido entre 1964 e 1983, regista-se um decréscimo significativo da produção, na ordem dos 100%, correspondendo a uma descida, em termos absolutos, de aproximadamente duzentas mil toneladas. Foi no ano de 1983 que se obteve o nível mais baixo de sempre, com 205.135 toneladas.[66]

[66] Anexo 8, p. 197.

O sector é assim marcado por um acentuado declínio, com reflexos negativos não só em todas as actividades subsidiárias, bem como naquelas que, encontrando-se a jusante, contribuíam de forma significativa para a valorização da produção primária.

Este enfraquecimento da actividade veio potenciar o processo já referenciado de marginalização dos núcleos piscatórios de reduzida dimensão e, consequentemente, favorecer em termos relativos a concentração da actividade.

Para este cenário de decadência concorreram diversos factores de entre os quais se destacam, pela sua maior importância, os seguintes:

- em primeiro lugar, pelo seu elevado ónus, o intervencionismo Estatal.

Se é verdade que até à Revolução de Abril, o condicionamento industrial e a organização corporativa foram os dois principais instrumentos da política económica, não será menos certo que a partir dessa altura assiste-se apenas a uma alteração dos contornos dessa ingerência.

Efectivamente, a partir de 1974, pese embora a maior liberalização, nomeadamente em termos de liberdades associativas, regime de preços e de importações, continuou a intervenção directa e desgastante do Estado, nomeadamente através das nacionalizações de algumas das principais empresas armadoras e de transformação e comercialização de pescado.

Ao longo da década de 70 existiu ainda um reforço progressivo dos mecanismos de apoio financeiro do Estado às pescas, quer através de subsídios ao investimento ou para compensação dos prejuízos devido ao tabelamento dos preços, quer através do crédito bonificado, nomeadamente após a entrada, em 1979, em funcionamento do IFADAP (Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas).[67]

- à acentuada decadência das pescas portuguesas não é alheia a sobrepesca e a consequente degradação dos recursos vivos do mar, os quais não puderam suportar, na

[67] Em 1979, tem lugar a criação, "(...) junto do Banco de Portugal, do IFADAP (Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas), como órgão centralizador, normalizador e coordenador do crédito aos sectores da agricultura e pescas, apoiando o sistema bancário ao qual compete efectuar directamente os empréstimos". (Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 269).

ausência de uma regulamentação adequada e efectivamente aplicada, a intensificação desenfreada do esforço de frotas cada vez mais poderosas e sofisticadas, quer nos pesqueiros internacionais quer, embora numa escala diferente, nos pesqueiros próximos da costa portuguesa.

Saliente-se a este propósito que também nas águas costeiras portuguesas se fez sentir, de forma preocupante, o problema da degradação dos recursos, tendo-se atingido níveis críticos, como é exemplo o caso da sardinha, cujos desembarques caíram drasticamente, entre 1964 e 1969, de 163.294 para 64.103 toneladas.[68] Esta acentuada quebra nas capturas de sardinha, afectou gravemente a indústria de conservas[69], tendo sido a principal responsável pelo encerramento de numerosas unidades industriais.

Porém, na década de setenta, as produções de sardinha melhoraram ligeiramente (fig. 11).

O grave empobrecimento da maioria dos grandes pesqueiros internacionais, perante a impotência das várias Comissões de pescas criadas para a sua protecção, provocou sucessivas reacções de muitos países ribeirinhos no sentido da extensão das suas jurisdições até 200 milhas, com o que as frotas portuguesas encontraram acrescidas dificuldades, designadamente no Canadá, Gronelândia, Mauritânia e África do Sul.

- o aparecimento de um novo regime jurídico internacional das pescas (o estabelecimento das Zonas Económicas Exclusivas);[70]

Uma das alterações com maior impacte no sector das pescas foi, sem dúvida, a que ocorreu no direito internacional das pescas, tendo culminado na segunda metade da década de 70, com o estabelecimento, pela maioria dos Estados costeiros do mundo, de

---

[68] Anexo 8, p. 197.

[69] José M. Lopes Cordeiro ao abordar o declínio da indústria conserveira refere que: "Nos anos de 1964 e 1965 atingiram-se os níveis mais elevados de produção e exportação. A partir de então, e principalmente até ao debaldar dos anos setenta, o sector conserveiro conheceu uma profunda crise, na sequência de uma forte quebra nas capturas de sardinha. Convém assinalar que o principal motivo deste declínio da pesca resultou de uma situação de degradação dos recursos vivos marítimos, surgida como consequência de uma intensificação da actividade pesqueira internacional junto da costa portuguesa". (José M. Lopes Cordeiro - "A Indústria Conserveira em Matosinhos", Exposição de Arqueologia Industrial, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 51).

[70] Esta alteração no regime jurídico internacional é alvo de uma abordagem mais detalhada no ponto 2.1.1.4 do capitulo 2 relativo à Política Comum da Pesca, já que, em nosso entendimento, este foi o factor com maior relevância na emergência de uma política consistente para o sector a nível europeu.

zonas de pesca de 200 milhas. Este facto afectou de forma significativa o segmento externo das pescas portuguesas[71], na medida em que as frotas passaram a experimentar limitações crescentes na exploração das áreas de pesca que ficaram sob jurisdição de outros países. Consequentemente, a produção da pesca distante, em especial do bacalhau, caiu acentuadamente. Assim, a partir de 1964, a captura deste espécime sofreu um decréscimo na ordem dos 715%, atingindo o seu valor mínimo em 1982, com 9.311 toneladas.[72] Portugal acompanha, desta forma, a tendência internacional[73] de diminuição das capturas, fruto por um lado das limitações internacionalmente impostas e, por outro, reflexo da exaustão dos stocks devido a sobrepesca.

Na origem do movimento internacional de criação das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), esteve a deterioração progressiva dos mananciais pesqueiros sujeitos à crescente pressão de poderosas frotas de diversos países, sobretudo desde a II Guerra Mundial. Tornou-se assim claro, a uma escala global, a condicionante específica da actividade piscatória, que consiste na sua subordinação à disponibilidade de recursos halieuticos, isto é, a estrita dependência da abundância, do estado biológico destes recursos e das condições para o seu acesso.

Portugal não ficou indiferente a este movimento e veio a estabelecer a sua ZEE de 200 milhas, em 1977.[74]

---

[71] "...o facto do Estado costeiro exercer jurisdição na Zona Económica Exclusiva onde tem direitos soberanos para fins de exploração de recursos naturais, biológicos ou não, teve como consequência, em certos casos, a impossibilidade absoluta, e noutros, a redução drástica das actividades de captura de uma parte importante da frota pesqueira portuguesa. (Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação; Secretaria de Estado das Pescas - "Acordos de Pesca CEE/Países Terceiros", Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1988, p. 7).

[72] Anexo 8, p. 197.

[73] Meadows a propósito da exaustão dos stocks refere que as: "Estatísticas recentes da F.A.O. indicam que a pesca mundial, apesar de se encontrar cada vez mais mecanizada e intensiva, decresceu em 1969 pela primeira vez desde 1950 (entre as espécies que escasseiam encontram-se o arenque escandinavo e o bacalhau atlântico)". (Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens - "Os Limites do Crescimento", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972, p. 186).

[74] De acordo com a Lei nº 33/77, de 28 de Maio, o Estado Português exerce soberania sobre uma extensão de mar territorial com a largura de 12 milhas e jurisdição sobre uma zona económica exclusiva de 200 milhas.

A definição destas áreas marítimas está referenciada de forma explicita no texto legislativo, nomeadamente no ponto 1 do artigo 1º em que se refere que "A largura do mar territorial português é de 12 milhas marítimas" e no ponto 1º do artigo 2º em que é "...estabelecida uma zona económica exclusiva cujo limite exterior é uma linha em que cada ponto se encontra a uma distância de 200 milhas marítimas do ponto mais próximo da linha de base a partir da qual se mede a largura do mar territorial português". (Lei nº 33/77 de 28 de Maio, Diário da República número 124, I Série, pp. 1241-1242).

- os consecutivos «choques petrolíferos» a partir de 1973.

Perante os sucessivos «choques petrolíferos» que ocorreram a partir de meados da década de 70, com os consequentes aumentos no valor do crude, os combustíveis sofreram acréscimos de preço com reflexos negativos nos custos de produção. No entanto, refira-se que também neste aspecto o Estado foi chamado a intervir, nomeadamente através da concessão do subsídio ao gasóleo.[75]

- a repentina liberalização imprimida em 1981, originando o superabastecimento do mercado de bens de consumo directo e causando acrescidas dificuldades aos produtores nacionais, nomeadamente na pesca do bacalhau,[76] tendo resultado em défices substanciais nas trocas de produtos da pesca.

A partir de 1974 e até 1984 em que se registavam respectivamente 26.625 e 35.119 pescadores,[77] o número de activos tem aumentado de forma progressiva, funcionando a pesca, sobretudo a artesanal, como compensadora, nas comunidades piscatórias, das situações de desemprego sentidas em outras actividades.[78]

---

[75] A este propósito Manuel Cardoso Leal refere que, só entre 1980 e 1982 o valor total de subsídios atingiu "(...) cerca de 250 mil contos". (Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 267).

[76] Manuel Cardoso Leal ao abordar a política de liberalização iniciada em 1981, refere que: "(...) a abertura do mercado português às importações de pescado (sobretudo do bacalhau) não tem sido normalmente utilizada (excepto desde 1983) como contrapartida para a obtenção de quotas de pesca para a frota portuguesa de pesca distante: o Canadá, em cujas águas os navios portugueses têm pescado grande parte da produção nacional de bacalhau, "red fish" e outras espécies, tem ocupado um espaço modesto no mercado português, ao passo que os maiores fornecedores (Islândia e Noruega) têm atribuído nulas ou reduzidas quotas de pesca à frota portuguesa, nas respectivas águas. Os acordos com o Canadá e a Noruega para 1983 e 1984 poderão modificar, pelo menos em parte, esta situação." (Manuel Cardoso Leal - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, 1984, p. 253).

[77] Anexo 11, p. 201.

[78] Na verdade, o aumento progressivo do número de pescadores desde 1974, permitindo atenuar as dificuldades sentidas no mercado de emprego derivadas da insuficiente criação de postos de trabalho noutras actividades, assumiu um papel fundamental na descompressão de eventuais tensões sociais, fundamentalmente nas áreas litorais.

Convirá recordar que, principalmente, a partir de 1974, a evolução da taxa de desemprego no continente sofreu um aumento substancial passando de 2,3% da população activa nesse ano, para 10,9% em 1985, altura a partir da qual sofre progressivamente ligeiros decréscimos. (Maria Branca Camacho e Carlos Antunes - "Séries Retrospectivas de Indicadores Diversos Para a Economia Portuguesa

A frota de pesca, no tocante ao número de embarcações, apresenta-se estacionária, verificando-se em 1964, 16.159 e, em 1983, 16.099 embarcações registadas,[79] embora simultaneamente a sua tonelagem apresente valores crescentes (fig. 15).

A produtividade da frota de pesca apresenta, em termos de pescado desembarcado por cada tAB (fig. 18), para este período, valores progressivamente decrescentes, atingindo-se um mínimo histórico em 1983 com 1,07 toneladas/tAB.

Esta diminuição de produtividade da frota é acompanhada, como vimos, por um acréscimo de tonelagem, emergindo agora com maior visibilidade as deficiências estruturais do sector.

No tocante à produtividade da mão-de-obra (fig. 19), verifica-se que até à década de 70 continua com a dinâmica de crescimento do período anterior e, a partir dessa altura, inicia-se um processo de diminuição, atingindo-se em 1983 o valor mais baixo desde sempre (5,86 toneladas/pescador).[80]

A observação dos diferentes indicadores permite inferir, de forma clara, a inadaptabilidade das pescas portuguesas face às novas condicionantes externas.

1.5. A TÍMIDA RECUPERAÇÃO ENTRE 1983 E 1986

Efectivamente, a partir de 1983 o sector enceta um curto período de recuperação, perceptível em variadíssimos indicadores, nomeadamente no crescimento da produção total de pescado (fig. 9), em que passa de 205.135 toneladas, nesse ano, para 292.448 toneladas em 1986,[81] ano da integração do País na União Europeia.

De entre as espécies que mais contribuíram para esta efémera recuperação, contam-se o bacalhau e a sardinha. O bacalhau que passa de 9.311 toneladas em 1982 para 20.051 em 1986, correspondendo a um acréscimo próximo dos 115%. A sardinha,

1960-1988", Banco de Fomento Exterior, Núcleo de Apoio Técnico Estatístico dos Serviços de Estudos Económicos, Lisboa, 1990).

[79] Anexo 12, p. 202.

[80] Anexo 13, p. 203.

[81] Anexo 8, p. 197.

embora tendo um papel mais modesto, não deixa de ser importante, passando de 85.974 toneladas em 1983, para 111.583 em 1985.[82]

Tanto a produtividade da frota (fig. 18) como a que diz respeito à mão-de-obra (fig. 19), iniciaram em 1983 uma franca recuperação, apresentando ambas valores de elevado crescimento.

O aumento da produtividade da frota foi conseguido através de uma redução significativa da tonelagem de arqueação bruta das embarcações, passando de 207.591 em 1983, para 193.685 em 1986.[83]

O melhor desempenho na produtividade da mão-de-obra, foi alcançado através de uma diminuição substancial do número de pescadores, passando estes de 41.778 em 1982 para 35.466 registados em 1986.[84]

[82] Anexo 8, p. 197.

[83] Anexo 12, p. 202.

[84] Anexo 11, p. 201.

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

2. OS REFLEXOS DA ADESÃO À UNIÃO EUROPEIA

2.1. A POLÍTICA COMUM DA PESCA - VISÃO DE ENQUADRAMENTO

2.1.1. AS ETAPAS DA POLÍTICA COMUM DA PESCA

2.1.1.1. O Tratado de Roma

Aquando da assinatura, em 25 de Março de 1957, pelos seis Estados-membros fundadores - Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, República Federal Alemã, França e Itália - do Tratado de Roma, estava já prevista a elaboração de uma política de pescas como fazendo parte integrante da Política Agrícola Comum.

Neste sentido, "...l'article 39, paragraphe 1, décrit les objectifs de la politique agricole commune (PAC), qui sont également ceux de la politique commune de la pêche (PCP) en vertu de l'article 38 (qui définit les produits agricoles comme « les produits du sol, de l'élevage et de la pêcherie, ainsi que les produits de première transformation qui sont en rapport direct avec ces produits »)".[85]

Deste modo, ficou definida a base jurídica para a intervenção da União Europeia no sector da pesca, já que os artigos 38° e 39° do Tratado de Roma, definindo os

[85] Manuel Sur la Politique Commune de la Pêche, Parlement Européen, Direction Générale des Études, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, Luxemburgo, 1992, p. 17.

diferentes objectivos e métodos de organização da política agrícola, incluem de forma explicita a pesca.

2.1.1.2. As decisões do Conselho

No entanto, a política de pescas da União Europeia teve o seu início em Fevereiro de 1971, com a entrada em vigor dos regulamentos de base (Regulamento (CEE) nº 2141/70, JO L 236 de 27.10.1970, p. 1, e Regulamento (CEE) nº 2142/70, JO L 236 de 27.10.1970, p. 5), correspondendo às primeiras decisões do Conselho, estabeleciam, respectivamente, uma política estrutural comunitária para o sector da pesca e uma organização comum de mercado (OCM) para os produtos da pesca.

Nestes dois diplomas ficaram definidos, como aspectos fundamentais, o princípio da liberdade de acesso às "zonas de pesca" comunitárias por parte de todos os Estados membros, admitindo-se, transitoriamente, um regime de pesca exclusiva na zona das três milhas, em benefício das populações locais. Foi criada a organização de um mercado comum (OCM) de produtos da pesca que comporta mecanismos de protecção do mercado comunitário, tendo como objectivo permitir um desenvolvimento racional das actividades da pesca, assegurar um nível de vida equitativo aos produtores, estabilizar os mercados e garantir o aprovisionamento a preços razoáveis dos consumidores. E, por último, com o objectivo de modernizar e igualizar as condições de concorrência é instaurada uma política estrutural comunitária.

Na década de 70, mercê da actuação de diversos factores, a política de pescas comunitária assume uma nova dimensão, no sentido de tratar com maior especificidade os problemas deste sector. De entre os diversos factores que contribuíram para este novo incremento, destacam-se os seguintes:

- os actos de adesão de 1972 de três novos Estados (Reino-Unido, Dinamarca e Irlanda) com grandes interesses pesqueiros e potencialmente conflituais com a política de pescas então vigente na CEE;

- a evolução do Direito Marítimo Internacional no sentido da extensão das jurisdições nacionais em matéria de pescas, isto é a criação das zonas de pesca exclusivas

de 200 milhas marítimas [86] (a que os Estados membros da CEE aderiram a partir de 1 de Janeiro de 1977);

- a necessidade de protecção dos pesqueiros e conservação dos recursos biológicos do mar da exploração desenfreada a que vinham estando sujeitos.

2.1.1.3. Os actos de adesão de 1972

Os actos de adesão de 1972 contemplam referências específicas para a pesca, o que, de forma alguma, surpreende dada a importância deste sector nos três novos Estados membros (Reino-Unido, Dinamarca e Irlanda).

A adesão destes três Estados, cujas capturas conjuntas correspondiam a cerca do dobro das dos seis Estados-membros fundadores, fez aumentar a importância do sector das pescas na Comunidade

Com este primeiro alargamento da CEE, em 1973, verificou-se o primeiro confronto entre o regime comum de pesca já em vigor, e os interesses destes novos Estados membros, dadas as implicações previsivelmente negativas do princípio da igualdade de acesso aos recursos. No sentido de reservar para si os direitos de pesca dentro da "zona das 6 milhas", os novos Estados conseguiram que o Tratado de Adesão contivesse uma derrogação temporária ao princípio da igualdade e da não-discriminação, pela qual os Estados membros foram autorizados, até 31 de Dezembro de 1982, a reservar para os seus navios o exercício da pesca dentro da zona de 6 milhas (ou 12 milhas, para certas regiões indicadas no mesmo Tratado de Adesão), sem prejuízo dos direitos tradicionais de pesca dos outros Estados membros, exercidos em 31 de Janeiro de 1971.

Por fim, refira-se que o artigo 102 do Tratado de Adesão, comparativamente com o disposto no Regulamento nº 2141/70, confere uma maior ênfase à necessidade de protecção dos pesqueiros e de conservação dos recursos vivos do mar fixando, pela primeira vez, um calendário e encarregando o Conselho de determinar as condições de exercício da pesca, o mais tardar a partir de 1 de Janeiro de 1979.

---

[86] A *milha marítima* é uma unidade empregada na navegação marítima, e que é igual ao comprimento do minuto do grau do meridiano. Este comprimento varia um pouco com a latitude e, por isso, a milha marítima foi fixada internacionalmente em 1852 metros.

2.1.1.4. A criação das zonas de pesca exclusivas das 200 milhas

Durante longos anos vigorou, enquanto regime dos oceanos, o princípio da liberdade dos mares.

Porém, a partir dos finais da década de 40 alguns Estados da América Latina (México, Panamá, Argentina) lançaram um movimento no sentido do alargamento das zonas marítimas sob sua jurisdição a fim de protegerem e utilizarem os recursos biológicos para a satisfação exclusiva dos interesses nacionais. Este movimento visava obter a soberania sobre as respectivas plataformas continentais.

Este movimento terá sido possivelmente, inspirado na apropriação unilateral, levada a cabo pelos Estados Unidos da América, da respectiva plataforma continental em 1945.[87]

Seguiu-se em 1952 a Declaração de Santiago, subscrita pelos três países do Pacífico Sul (Equador, Chile e Peru), que proclamou a soberania e jurisdição exclusiva sobre o mar que banha as suas costas até uma distância mínima de 200 milhas marítimas.[88]

O argumento que serviu de base à extensão de poderes dos Estados costeiros, sobre zonas marítimas alargadas adjacentes às costas dos respectivos territórios, foram a responsabilidade de garantir os meios necessários ao desenvolvimento económico e social dos respectivos países e de assegurar a protecção e utilização dos recursos naturais, em benefício das populações locais.

A primeira e a segunda Conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1958 e 1960) tiveram lugar numa época em que o direito tradicional começava parcialmente a ser contestado. Certos países da América Latina haviam expressado, já então, posições consideradas radicais. Todavia, as convenções assinadas nesta altura não

---

[87] A este propósito, Pedro Álvares refere que "...já em 1945, o presidente Truman, numa declaração que fez escola, tinha proclamado a soberania americana sobre os recursos naturais dos fundos de pesca e do subsolo da plataforma continental dos Estados Unidos com o fim de estabelecer zonas de conservação dos recursos para além do limite das três milhas". (Pedro Álvares - "Portugal na CEE", Publicações Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 339).

[88] A distância das 200 milhas marítimas foi escolhida, fundamentalmente, com base em critérios de ordem ecológica, por forma a englobar as zonas mais produtivas da Corrente Oceânica fria de Humboldt, que passa ao largo das costa ocidental da América do Sul.

Refira-se que tanto o Chile como o Peru possuem plataformas continentais cuja extensão é limitada e daí a necessidade de controlar uma área mais vasta.

trouxeram qualquer solução a problemas como a definição dos limites exteriores do mar territorial e da zona de pesca exclusiva.

Com a multiplicação das situações de sobrepesca a nível mundial, ao mesmo tempo que novos Estados, arcavam com a responsabilidade pelo seu desenvolvimento económico, generalizou-se a contestação do princípio da liberdade dos mares.

Nos anos 70, após o acesso à independência de um número significativo de territórios africanos, os novos Estados retomaram as reivindicações dos pioneiros latino-americanos.

A organização progressiva dos Estados em desenvolvimento e a instituição de um mecanismo representativo destes Estados, o Grupo dos 77,[89] criou as condições para a incorporação de reivindicações de natureza económica nas negociações internacionais.

Na primeira fase da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, convocada em 1973, os países em desenvolvimento colocaram, imediatamente, sobre a mesa as suas reivindicações de jurisdição nacional até ao limite das 200 milhas. Foram os Estados africanos que introduziram o conceito de zona económica exclusiva, na sequência de uma declaração adoptada pela Organização de Unidade Africana.

Na Europa, a Islândia que havia estendido a sua jurisdição sobre as águas adjacentes até às 12 milhas, depois do fracasso da Conferência de 1958, alargou-as, em 1972 até às 50 milhas.[90]

Dado todo este movimento e a convergência progressiva das posições dos Estados costeiros em desenvolvimento, e da força posta por estes na afirmação das suas posições, nomeadamente na conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, generalizou-se a convicção de que o movimento era irreversível.

A partir de 1974, o contexto internacional evoluiu muito rapidamente neste domínio, ao mesmo tempo que prosseguiam as negociações na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

---

[89] O Grupo dos 77, fundado em 1962, é assim designado por dele fazerem parte 77 Estados em vias de desenvolvimento.

[90] A Islândia tomou esta decisão, dada a sua dependência económica em relação às actividades de pesca, tendo, por isso, aproximado a sua posição da dos países da América Latina. Sendo assim considerada uma excepção no continente europeu.

Em 1975, um grupo de países, nomeadamente a Islândia, Noruega e Canadá, estendem as suas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), - sobre as quais proclamam a sua soberania em matéria de pesca - a 200 milhas marinhas. Com o objectivo de salvaguardar os seus interesses, os Estados-membros da Comunidade, através do Conselho de Ministros dos « negócios estrangeiros » da CEE, na sua reunião de Haia de 3.11.1976, responderam com medidas idênticas, acordando numa acção concertada de alargamento, para 200 milhas, dos limites de pesca ao largo das suas costas do mar do Norte e do Atlântico Norte (o Mediterrâneo não é considerado nesta extensão), a partir de 1 de Janeiro de 1977.[91]

O consenso mostrava-se difícil de obter, já que as legislações nacionais divergiam nos seus objectivos. Umas visavam a criação de zonas exclusivas de pesca, outras a de zonas económicas exclusivas propriamente ditas, englobando, para além das competências de carácter económico sobre a exploração dos recursos, competências para fins de controlo da poluição e de protecção do ambiente marítimo, em geral, assim como sobre investigação científica marinha.[92]

As 200 milhas da ZEE vieram a ser confirmadas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM),[93] assinada por 119 Estados, na Jamaica, em 1982.[94] Esta Convenção abordava também as questões do uso racional dos recursos da pesca e sua conservação.

---

[91] Resolução do Conselho, de 3 de Novembro de 1976, respeitante a alguns aspectos externos da criação na Comunidade, a partir de 1 de Janeiro de 1977, de uma zona de pesca que se estende até 200 milhas, (JO C 105 de 07.05.81, p. 1).

[92] Em Junho de 1978, 67 Estados haviam já estabelecido zonas de jurisdição nacional de 200 milhas, de entre as quais 28 eram zonas económicas exclusivas, 27 eram zonas de pesca e 14 mares territoriais.

[93] "Every State has the right to establish the breadth of its territorial sea up to a limit not exceeding 12 nautical miles, measured from baselines determined in accordance with this Convention. (United Nations - "Final Act of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea", New York, Part II, Section 2, Article 3, 1983, p. 3).

"The exclusive economic zone shall not extend beyond 200 nautical miles from the baselines from which the bredth of the territorial sea is mesured". (United Nations - "Final Act of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea", New York, Part V, Article 57, 1983, p. 18).

[94] A este propósito, Pedro Álvares refere que "...a nível mundial, a Convenção assinada por 119 delegações em fins de 1982, na Jamaica, constituiu o coroamento de vários anos de esforço no sentido de abolir o conceito de liberdade nos mares, incompatível com as realidades do nosso tempo, em que o rápido crescimento demográfico em certas zonas do globo, directamente ameaçadas na sua sobrevivência, impõe esforços planificados de conservação e desenvolvimento dos recursos existentes". (Pedro Álvares - "Portugal na CEE", Publicações Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 341).

Sublinhe-se que as ZEE foram criadas em resposta a uma actividade pesqueira excessiva no período do pós-guerra, ou seja como medida cautelar, concebida pelos Estados costeiros, para compensarem os efeitos negativos da exploração irresponsável dos seus recursos de pesca por intrusos que procuravam fontes pouco onerosas de proteínas depois do colapso dos sistemas agrícolas.

2.1.1.5. A protecção dos pesqueiros e conservação dos recursos biológicos do mar

Relativamente à gestão e conservação dos recursos da pesca, o acordo de Haia de 1976 estabeleceu, desde início, critérios sobre os quais repousa a fixação de TACs (Totais Admissíveis de Captura)[95] e a repartição destes por quotas entre os Estados-membros.

Porém, não foi, desde logo, adoptado um regime de gestão e conservação dos recursos da pesca, pelo contrário, abriu-se um longo período de divergência entre os Estados comunitários relativamente a aspectos fundamentais tendo, no entanto, estes sido autorizados a tomar medidas nacionais de conservação dos recursos de pesca, não adulterando, contudo, o espírito do Tratado de Roma.

Todavia, dada a situação precária em que se encontravam determinadas espécies foram então definidas algumas medidas intercalares de conservação, adquirindo especial relevância a adopção pela Comunidade do Regulamento nº 2115/77[96] que interdita a pesca directa do arenque no Mar do Norte.

Desde então e até Janeiro de 1983, pouco se avançou em matéria de protecção e gestão dos recursos da pesca, tendo-se verificado alguns avanços pontuais, dos quais se destacam os seguintes:

- em 1979, a criação do Comité Científico e Técnico, como órgão consultivo da Comissão para a política de conservação e gestão dos recursos,[97]

---

[95] TAC (Total Allowable Catches), sigla inglesa para designar o total admissível de capturas para as principais espécies.

[96] Regulamento (CEE) nº 2115/77 do Conselho, de 27 de Setembro de 1977, que proíbe a pesca directa, bem como o desembarque do arenque destinado a fins industriais que não seja para consumo humano (JO L 247 de 28.09.77, p. 2).

[97] Até esta data as decisões baseavam-se apenas nas recomendações do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM). Ao Comité Científico e Técnico competia elaborar um relatório

- o Regulamento nº 353/80, que estabeleceu as regras para o registo e transmissão de informações respeitantes às capturas efectuadas pelos navios dos Estados-membros,

- o Regulamento nº 754/80, que definiu os TACs por stock para o ano de 1980, e

- o Regulamento nº 2527/80, que estipulava diversas medidas técnicas de conservação (malhagens, tamanhos mínimos de captura por espécie, zonas de interdição para certas espécies em determinadas épocas, etc.).

2.1.1.6.O Acordo do Conselho de 25 de Janeiro de 1983

Em 25 de Janeiro de 1983, foi obtido o acordo que, compreendendo dois aspectos fundamentais; a instituição de um regime comunitário de conservação e de gestão dos recursos da pesca[98] e, uma declaração de intenção, por intermédio de uma resolução do Conselho (JO C 28 de 03.02.1983) de no prazo de seis meses se delinear uma política de estruturas no sector da pesca, permitiu definir, de forma praticamente completa, a Política Comum da Pesca (PCP).

O acordo de 25 de Janeiro de 1983 completou o acordo de Haia de 3 de Novembro de 1976 e integrou medidas de ordem diversa e pontual, num todo coerente, consubstanciando uma política comum de pesca. Este acordo seria aplicável, em princípio, até 31 de Dezembro de 1992, altura em que seria decidido se haveria lugar a modificações ou, eventualmente, a uma recondução desse regime por dez anos, isto é até Dezembro de 2002.

2.1.1.7.Do Acordo do Conselho de 25 de Janeiro de 1983 até 1995

Este período caracterizou-se por sete eventos fundamentais, a saber:

- a retirada da Gronelândia,[99] da Comunidade e a consequente perda de uma quantidade considerável de recursos haliêuticos, em 1985,

anual sobre a situação dos recursos da pesca, sobre as condições que permitiam assegurar a conservação dos fundos e dos stocks e sobre os equipamentos científicos e técnicos disponíveis na Comunidade.

[98] Regulamento (CEE) nº 170/83 do Conselho de 25 de Janeiro de 1983 que institui um regime comunitário de conservação e de gestão dos recursos da pesca (JO L 24 de 27.01.1983, p. 1).

[99] A Gronelândia embora sendo parte integrante do reino da Dinamarca mantém um governo autónomo.

- a adesão de Espanha e de Portugal, que aumentou de forma significativa a capacidade da frota pesqueira da Comunidade e o número dos empregados dependentes do sector da pesca, em 1986,

- o reforço de certos aspectos da Política Comum da Pesca (PCP)[100],

- as negociações do Uruguai Round no âmbito do GATT,[101] nas quais as pescas são consideradas "recursos naturais", em 1986,

- a reunificação da Alemanha, com a consequente herança da responsabilidade pela frota da República Democrática Alemã (a 3 de Outubro de 1990),

- as negociações com o objectivo da criação do Espaço Económico Europeu (EEE) nas quais as pescas ocuparam um lugar de destaque, em 1992,

- a realização do grande mercado interno em 1992,

- a adesão da Áustria, Suécia e Finlândia em 1995.

2.1.2. OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA COMUM DA PESCA

Após vários anos de negociações a nível interno, em 25 de Janeiro de 1983, o Conselho aprovou finalmente o Regulamento[102] que estabelece a Política Comum de Pesca (PCP) de "nova geração". Previa-se que esta política estaria em vigor por um período de dez anos, procedendo-se em 1992 à revisão da mesma, seguida da renovação por um período de mais dez anos, ou seja até ao ano 2002.[103]

---

[100] Em especial a introdução do Regulamento (CEE) nº 4028/86 (JO L nº 376 de 31.12.1986, p. 7) que criou programas de orientação plurianuais no sector das pescas e da aquicultura, assim como a criação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia no sector das Pescas (FEOGP), em 1989.

[101] GATT ("General Agreement on Tariffs and Trade" ou "Acordo Geral Sobre Pautas Aduaneiras e o Comércio"), nascido em 1948 e actualmente assinado por 108 países ou "partes contratantes", estabelece as regras do comércio internacional, regulamentando as relações comerciais no mundo actual. Desde 1962 que os produtos da pesca estão abrangidos por estas regras de comércio internacional.

[102] Regulamento (CEE) nº 170/83 do Conselho de 25 de Janeiro de 1983 que institui um regime comunitário de conservação e de gestão dos recursos da pesca (JO L 24 de 27.01.1983, p. 1).

[103] De acordo com o calendário estabelecido, no Regulamento (CEE) nº 170/83 (JO L nº 24 de 27.01.1983, p. 1), a revisão foi iniciada em Dezembro de 1990, quando a Comissão apresentou um relatório ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre este tema (SEC(90) 2244, de 30.11.1990). A este relatório seguiram-se outros em que o problema de maior importância assinalado pela Comissão foi o do desequilíbrio entre a capacidade das frotas e as potenciais capturas, resultante de uma sobrexploração crónica. Esta situação só podia ser rectificada por uma redução drástica da frota comunitária, que exigiria um sistema paralelo de medidas estruturais para atenuar o impacto junto daqueles cuja sobrevivência está dependente das pescas. À luz desta conclusão, foi criado um novo Objectivo da

Neste sentido, a 20 de Dezembro de 1992, o Conselho chegou a acordo sobre os termos em que irá vigorar a Política Comum de Pesca, a partir de 1 de Janeiro de 1993 até ao ano 2002, tendo aprovado para o efeito o Regulamento (CEE) nº 3760/92.[104]

A Política Comum de Pesca (PCP), por vezes informalmente designada por «Europa Azul», sendo uma das mais integradas das políticas comunitárias, tem por base três princípios fundamentais, a saber:

a) O Acesso às Águas

O acesso às águas comunitárias por parte dos diferentes Estados membros é livre, excepto no interior de uma faixa de 12 milhas, em que estes são autorizados a limitar o exercício da pesca pelos não-nacionais, com a condição de respeitarem os direitos históricos, isto é os direitos que se exerciam em 25 de Janeiro de 1983. Este regime que era de aplicação até 31 de Dezembro de 1992, foi reconduzido até 31 de Dezembro de 2002, data esta a partir da qual, salvo decisão em contrário do Conselho, os pescadores de um qualquer Estado membro da União Europeia (U.E.) poderão ter acesso, sem restrições, às águas de um outro Estado membro.[105]

b) A Preservação dos Recursos

A política de pesca visa assegurar uma exploração racional dos recursos haliêuticos, por forma a garantir a continuidade do exercício das actividades da pesca ao longo do tempo e, por isso, assenta na preservação dos recursos e consequentemente, na adaptação das capacidades de pesca às possibilidades de capturas. Trata-se de um princípio que, embora já contemplado em 1983, foi renovado em 1992.

c) A Estabilidade Relativa

Este princípio constitui o garante da prossecução das actividades ligadas, directa ou indirectamente à pesca. Neste sentido, como principal instrumento para limitar o *esforço de pesca*, num contexto de grande pressão das frotas sobre os recursos, consistiu em fixar anualmente, de acordo com recomendações científicas os TAC (Total

Política Regional (Objectivo 6), especialmente orientado para as necessidades das regiões dependentes da pesca, no âmbito do Pacote Delors II, proposto pela Comissão em 1992 e que veio a ser rejeitado no Conselho de Edimburgo de Dezembro de 1992.

[104] Regulamento (CEE) nº 3760/92 (JO L nº 389, de 20.12.1992, p. 1), relativo à reformulação do Regulamento (CEE) nº 170/83 (JO L nº 24 de 27.01.1983), que estabelece um quadro jurídico que servirá de base à actividade das pescas e da aquicultura na próxima década.

[105] Regulamento (CEE) nº 170/83 (JO L 24 de 27.01.1983, p. 1), artigos 6 e 8.

Admissível de Capturas) de cada uma das principais espécies e a sua repartição em quotas pelos diferentes Estados membros. Esta repartição visa assegurar a *estabilidade relativa*[106] das actividades de pesca de uns e de outros, levando em consideração os seguintes critérios:

- as actividades de pesca tradicionais;

- as necessidades específicas das regiões particularmente dependentes da pesca e das indústrias correlativas;[107]

- a perda de oportunidades de pesca em águas de países terceiros, devido à introdução das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) das 200 milhas.

Os principais instrumentos da Política Comum da Pesca podem ser agrupados nas seguintes componentes: a política de gestão e conservação de recursos, a política de controle, a organização comum dos mercados de produtos da pesca, a política de estruturas, a política a favor da indústria de transformação, os acordos com países terceiros e as convenções internacionais, a política comercial, a homogeneização das legislações e a política de investigação científica. Estes aspectos serão sucintamente tratados nos pontos que se seguem:

2.1.2.1. A política de gestão e conservação de recursos

A gestão e conservação dos recursos halieuticos é realizada através da regulamentação das taxas de exploração. Esta regulamentação pode ser concretizada de duas formas diferentes, a saber:

a) *a regulamentação directa* das taxas de exploração de uma população («stock»)[108] cujos mecanismos se baseiam na limitação de todos os factores que possam, de alguma forma, influenciar a capacidade total de pesca, como por exemplo o número

---

[106] "Suite à l'accord du 25 Janvier 1983 et aux arrangements conclus dans les actes d'adhésion de 1985, le Conseil a défini les clés de répartition des TAC (Total Allowable Catches, sigle anglais désignant le total des captures autorisées) pour les espèces - dont les stocks risquent d'être surexploités - par quotas entre les États membres. Cette répartition vise à assurer la stabilité relative des activités de pêche des uns et des autres". (Manuel Sur la Politique Commune de la Pêche, Parlement Européen, Direction Générale des Études, Office des publications officielles des Communautés Européennes, Luxemburgo, 1992, p. 25).

[107] Este princípio tem origem no Conselho dos Assuntos Externos realizado em Novembro de 1976, em Haia, e é vulgarmente conhecido como "The Hague Preferences".

[108] Podemos definir stock como um conjunto homogéneo e isolado de indivíduos de uma mesma espécie, submetido a uma exploração pela pesca.

de embarcações autorizadas a pescar, a sua potência, o número de dias que cada embarcação passa no mar, os equipamentos auxiliares (tais como radares e sonares), o tipo de engenhos utilizados, etc. Dada a possibilidade de complicações e de problemas políticos que este mecanismo pode gerar (nomeadamente por implicar uma limitação da liberdade de acesso às zonas de pesca), não foi tentado quando da instauração da política comum de pesca, a não ser em aspectos de ordem pontual e num âmbito muito limitado.

b) *a regulamentação indirecta* da taxa de exploração de uma população («stock»), tendo por base a limitação de capturas pela fixação de TAC (Total Admissível de Capturas).

Os Totais Admissíveis de Capturas são definidos com base no conhecimento prévio do número de peixes nas diversas classes de idade e no peso médio de cada uma destas últimas, o que permite calcular o peso total do peixe que poderá ser capturado tendo em vista uma certa taxa de mortalidade. Uma vez fixada a taxa de mortalidade para o peixe e para as diferentes populações («stocks») (ou grupos de stocks), são definidos os TACs correspondentes a cada uma das populações («stocks») identificadas, que permitem atender cada ano os objectivos fixados em matéria de gestão dos recursos halieuticos.

O sistema da União Europeia em matéria de gestão e de conservação de recursos repousa fundamentalmente neste mecanismo, isto é na fixação dos TACs (Totais Admissíveis de Capturas) dos stocks e na repartição destes em quotas de pesca pelos diferentes Estados membros[109]. Acrescente-se que a repartição dos TACs entre os Estados membros deverá ser feita de modo a assegurar uma *estabilidade relativa* das actividades exercidas sobre cada um dos "stocks" considerados, tendo em atenção a sua situação biológica e de modo a garantir a repartição equitativa dos recursos disponíveis.

Em 1992 com o Regulamento (CEE) 3760/92,[110] embora se dê continuidade ao sistema de TAC e quotas ficou desde logo definido que, de modo gradual e até Janeiro

---

[109] Esta matéria è tratada no artigo 61º na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo (CNUDM).

[110] Regulamento (CEE) nº 3760/92 do Conselho, de 20 de Dezembro de 1992, que institui um regime comunitário da pesca e da aquicultura (JO L 389 de 31.12.1992, p. 1). Este Regulamento, relativo à reformulação do Regulamento (CEE) nº 170/83, prevê um conjunto de medidas de regulamentação e repartição do acesso, de gestão e de controlo dos esforços de pesca. Concentra os meios da política comum da pesca num quadro jurídico único, com vista ao estabelecimento de um equilíbrio duradouro entre os recursos e os esforços de pesca desenvolvidos, prevendo uma programação

de 1995, seria instituído um regime de *licenças de pesca*[111] para todas as embarcações de pesca da CE, por forma a melhorarem o processo de regulamentação da exploração e a aumentarem a transparência.

Como tónica na questão da conservação e protecção dos recursos marinhos foi ainda definida a constituição de um Comité Científico Técnico e Económico das Pescas (CCTEP)[112], sob a égide da Comissão, com a função de elaborar relatórios anuais sobre os recursos haliêuticos e no qual seriam também estudadas as implicações económicas da situação.

A 27 de Março de 1995 o Conselho adoptou o Regulamento [113] que estabelece *os critérios e os procedimentos para a instauração de um regime de gestão dos esforços de pesca* com vista à contenção das capacidades da frota e das capturas. Este elemento novo da Política Comum de Pesca, que completa a política tradicional de gestão dos recursos baseada na limitação quantitativa das capturas, diz respeito às águas comunitárias do Atlântico e tem por objectivo uma repartição espacial dos esforços de pesca que preserve os equilíbrios actualmente existentes entre as diversas zonas. Na sequência deste texto, o Conselho adoptou, em 15 de Junho de 1995, o Regulamento[114] que institui um *regime de gestão do esforço de pesca* no que respeita a determinadas zonas e recursos de pesca comunitários. Este regime que produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1996, representa a primeira aplicação de um novo instrumento de gestão

restritiva dos parâmetros que podem ter influência na mortalidade por pesca, o estabelecimento de um regime comunitário de licenças de pesca, gerido e implementado por cada Estado-membro e a instauração de um sistema de controlo da aplicação da política comum da pesca.

[111] A 20 de Dezembro de 1993, o Conselho adoptou o Regulamento (CE) nº 3690/93 (JO L 341 de 31.12.1993), relativo à instituição do regime comunitário de licenças de pesca previsto pelo regulamento (CEE) nº 3760/92 (JO L 389 de 31.12.1992, p. 1).

[112] 93/619/CE: Decisão da Comissão, de 19 de Novembro de 1993, relativa à criação de um Comité Científico , Técnico e Económico da Pesca (CCTEP).

[113] Regulamento (CE) nº 685/95 do conselho, de 27 de Março de 1995, relativo à gestão dos esforços de pesca no que respeita a determinadas zonas e recursos de pesca comunitários (JO L 071 de 31.03.1995, p. 5).

[114] Regulamento (CE) nº 2027/95 do conselho, de 15 de Junho de 1995, relativo ao regime de gestão do esforço de pesca (JO L 199 de 24.08.1995). Refira-se que este representa igualmente a *conclusão do processo de integração definitiva da Espanha e de Portugal na Política Comum da Pesca*, tal como aprovado pelo Conselho em duas etapas: em Maio de 1994, pelo Regulamento (CE) nº 1275/94 (JO L 140 de 3.06.1994 e Relatório Geral 1994, nº 644), relativo às adaptações do regime previsto no capítulo «Pesca» do Acto de Adesão de 1985, e em Março de 1995, com o lançamento da base deste regime de gestão do esforço de pesca pelo Regulamento (CE) nº 685/95 (JO L 071 de 31.03.1995).

da política comum (a regulação do esforço de pesca), que consiste na fixação do nível máximo anual do esforço de pesca por Estado-membro e por pescaria.

2.1.2.2.A política de controle

A preservação dos recursos haliêuticos, através de medidas de gestão e conservação, poderia ser posto em causa, caso não se verificasse a existência de mecanismos de controle e vigilância das actividades de pesca exercidas pelos diferentes Estados-membros.

Refira-se, a este propósito, que algumas medidas de controle das actividades de pesca foram estabelecidas, ainda antes da aprovação do novo regime comunitário de conservação e gestão de recursos, através do Regulamento nº 2057/82.[115] A comunidade descentralizou o controle ao nível dos Estados membros, sendo da competência de cada um destes a inspecção, no interior dos portos e nas águas sob a sua soberania ou jurisdição, dos navios de qualquer um deles, a fim de fazer respeitar toda a regulamentação em vigor referente às medidas de conservação.

Porém, a política comum da pesca não foi submetida a um controlo tão rigoroso, quanto seria desejável, durante a sua primeira década de existência, situação esta que levou a que fossem propostas novas medidas, que os governos acordaram em Junho de 1993 e aprovaram em Outubro desse mesmo ano.[116] Estas novas medidas, substituindo as precedentes que datam de 1987, para além de reforçarem o controlo, alargam o seu âmbito, que deixa de estar limitado às capturas para abranger outros aspectos como estruturas, comercialização do pescado e aquicultura.

2.1.2.3.A organização comum dos mercados

A Organização Comum do Mercado (OCM) dos produtos da pesca visa permitir o desenvolvimento racional da pesca, assegurar um nível de vida equitativo aos

---

[115] Regulamento (CEE) nº 2057/82, JO L 220 de 29.07.1982, p. 1 codificado no Regulamento (CEE) nº 2241/87 (JO L 207 de 29.07.1987, p. 1) e modificado pelo Regulamento (CEE) nº 3483/88. Tendo posteriormente surgido novo Regulamento de base (CEE) nº 3946/92 (JO L nº 401 de 31.12.1992).

[116] Regulamento (CEE) nº 2847/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993, que institui um regime de controlo aplicável à política comum da pesca (JO L 261 de 20.10.1993, p. 1). Estas novas medidas, substituindo as precedentes que datavam de 1987.

produtores, estabilizar os mercados e garantir a segurança dos aprovisionamentos a preços razoáveis para os consumidores.

Este instrumento sendo, de entre todos, um dos mais consolidados da Política Comum de Pesca, já se encontra em funcionamento desde 1971,[117] tendo sido mais recentemente reformada em 1992.[118]

As principais áreas abrangidas pela OCM são:

- *as normas comuns de comercialização*, visando a melhoria do pescado a comercializar e o seu escoamento, em que são definidos os critérios de qualidade, tamanho, peso e de apresentação ou embalagem;

- *as organizações de produtores (OP)* livremente constituídas e cujos aderentes se comprometem a aplicar as regras comuns no que à produção e comercialização concerne, podendo esta disciplina ser extensível aos não-aderentes que operem na mesma zona dessas Ops;

- *um regime de preços e de compensações financeiras*, cujo mecanismo se baseia na definição para as principais espécies, de "*preços de orientação*"[119] ou preços ideais. Destes emanam os níveis de preços para as intervenções no mercado e possíveis retiradas pelas quais os pescadores, em certos casos, são indemnizados;

- *um regime de trocas com o exterior*; em caso de excedentes, as exportações podem ser encorajadas por *restituições à exportação*,[120] que compensem a diferença

---

[117] Regulamento (CEE) nº 2141/70.

[118] Regulamento (CEE) nº 3759/92 do Conselho, de 17 de Dezembro de 1992 (JO L 388 de 31.12.92, p. 1), que estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos da pesca e da aquicultura.

[119] A propósito do preço de orientação, Pedro Álvares refere que este "...é fixado para cada campanha com base na média dos preços constatados nos mercados por grosso ou nos portos representativos no decurso das três últimas campanhas de pesca precedendo aquela para a qual o preço é fixado, para uma parte significativa da produção comunitária e um produto com características comerciais bem definidas, e tendo em conta as perspectivas de evolução da produção e da procura.

Ao fixar-se o preço de orientação, deverá, entre outros objectivos, ter-se em conta a necessidade de estabilizar as cotações nos diferentes mercados e de evitar a formação de excedentes.

Os preços de orientação são fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão". (Pedro Álvares - "Portugal na CEE", Publicações Europa-América, Mem Martins, 1986, p. 354).

[120] As restituições à exportação, constituem subsídios à exportação para países terceiros, cujo objectivo é o de permitir o escoamento do pescado da União Europeia no mercado mundial. As restituições cobrem, pois, a diferença de preço entre o mercado comunitário e o mercado mundial e são fixadas de acordo com as regras comunitárias no quadro da organização comum do mercado.

entre os preços europeus e os preços mundiais. Inversamente, os *preços de referencia*, ou seja, os preços mínimos de entrada na Comunidade de alguns produtos da pesca, são estabilizados, na base dos "*preços de orientação*", de retirada ou de mercado, para certas espécies quando os preços de importação são anormalmente baixos; as taxas compensatórias poderão então ser instauradas. Ao contrário quando a produção europeia é insuficiente, os *direitos aduaneiros* sobre as importações podem ser suspensos e os contingentes tarifários podem ser abertos como são os casos do atum e do bacalhau, a fim de garantir um aprovisionamento regular da indústria comunitária.

- *uma disciplina de ajudas nacionais*, dada a possibilidade de perturbação que poderão causar a concessão destas, pois os dispositivos para a sua apreciação regem-se pela aplicação dos artigos 92° e 94° do Tratado de Roma, no sentido de proibir aquelas que forem consideradas incompatíveis com o Mercado Comum;

- *um fluxo de informação estatística*, entre a comissão e os Estados-membros, necessário à gestão do mercado.

2.1.2.4. A política estrutural

A política estrutural no sector da pesca data de 1971,[121] quando se convencionou fazer apelo ao FEOGA (Secção Orientação) para promover a construção e a modernização das unidades de pesca costeira e pelágica, assim como a comercialização e a transformação do peixe.

A Política Estrutural veio a sofrer modificações em 1983 e 1986, mas as pescas foram excluídas da reforma dos fundos estruturais, pelo que não beneficiaram da duplicação dos respectivos recursos, em 1988.

Os Programas de Orientação Plurianuais são os instrumentos principais da nova política, tendo sido estabelecidos pelo Regulamento de base (CEE) n° 4028/86.[122] Estes

[121] Regulamento (CEE) n° 2141/70.

[122] O Regulamento (CEE) n° 4028/86 (JO L n° 376 de 31.12.1986, pp. 7-22), destinado a facilitar a evolução estrutural do sector, de acordo com as orientações da Política Comum da Pesca (PCP), aponta fundamentalmente para a elaboração de dois tipos de *Programas de Orientação Plurianuais*. Os *relativos à frota de pesca* que contemplam apoios financeiros, quer à renovação e modernização das embarcações, como também à interrupção temporária ou definitiva da actividade de determinados navios de pesca. Os *relativos à aquicultura e às zonas marinhas protegidas* com o objectivo de melhorar a gestão da faixa de pesca costeira.

programas visam fundamentalmente a reestruturação e modernização das embarcações de pesca, através da fixação de limites para o esforço de pesca. O actual Programa de Orientação Plurianual, dizendo respeito ao período 1992-1996, aponta para uma redução de 10 % na tonelagem e na potência das embarcações.

O Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP)[123] é um fundo específico para permitir realizar a adaptação do sector, cujo orçamento para o período 1994-1999 é de 2,7 biliões de ECUS. Este fundo está disponível para todos os que estão envolvidos na actividade e poderá contribuir para algumas medidas como o afastamento permanente de embarcações, renovação e modernização da frota, investimentos na aquicultura desenvolvimento das áreas costeiras, facilidades portuárias.

Em termos de medidas socioeconómicas, as áreas dependentes da pesca podem beneficiar de ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE). No tocante ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, este participa no financiamento de investimento produtivo, estimulando a criação de actividades económicas e de emprego. O Fundo Social Europeu financia acções de formação.

Para além dos Programas de Orientação Plurianuais mencionados, o referido Regulamento aponta ainda para o apoio financeiro a *"campanhas de pesca experimental"*, ao *equipamento dos portos* de pesca e à *prospecção de "novos mercados para os produtos provenientes de espécies excedentárias ou subexploradas"*.

Este Regulamento base veio a sofrer alterações através do Regulamento nº 3944/90 (JO L nº 380 de 31.12.1990), cujas disposições previstas dizem principalmente respeito à pequena pesca artesanal.

[123] O Regulamento nº 2080/93 (JO L nº 193 de 31.07.1993, p. 1), do Conselho de 20 de Julho de 1993 estabeleceu as regras de execução do Regulamento (CEE) nº 2052/88, no que respeita ao Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP).

Sublinhe-se que o Regulamento (CEE) nº 2052/88 de 24 de Junho de 1988 (JO L nº 185 de 15.07.1988, p. 9) relativo "...às missões dos Fundos com finalidade estrutural, à sua eficácia e à coordenação das suas intervenções, entre si, com as intervenções do Banco Europeu de Investimento e com as dos outros instrumentos financeiros existentes" constitui, depois de várias alterações posteriores, um texto consolidado. (EUROPEAN COMMISSION, "Collection of consolidated texts - 388 R 2052 - Council Regulation (EEC) No 2052/88 of 24 June 1988 on the tasks of the Structural Funds and their effectiveness and on coordination of their activities between themselves and with the operations of the European Investment Bank and the other existing financial instruments", Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1996).

A iniciativa Comunitária designada de PESCA[124] é complementar do sistema de fundos estruturais e visa a prossecução de medidas socioeconómicas, tendo sido adoptado em 1994 e 1995.

No que diz respeito à indústria de transformação dos produtos da pesca o Regulamento do Conselho (CEE) nº 4042/89 estabelece as medidas estruturais para a sua modernização.[125]

Assim, a política estrutural das pescas assenta fundamentalmente:

1º) Sobre a redução temporária ou definitiva das capacidades de pesca no interior das águas comunitárias, em ligação com os TACs e as quotas.

2º) Sobre a reorientação das capacidades de pesca.

3º) Sobre as acções comuns de reestruturação, de modernização e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

2.1.2.5. A política a favor da indústria de transformação

O sector da transformação e da comercialização dos produtos da pesca é uma componente essencial da fileira agro-alimentar.

Uma parte significativa dos produtos da pesca são alvo de uma transformação antes de chegarem ao consumidor final.

Os problemas do sector de transformação prendem-se, fundamentalmente, com os aspectos de abastecimento de matéria-prima, a falta de investimento na melhoria de instalações e equipamentos, a baixa rentabilidade e a necessidade de racionalizar e modernizar a produção.

Com o objectivo de apoiar a melhoria das estruturas de transformação e de comercialização dos produtos da agricultura e da pesca surgiu no início o Regulamento nº 355/77.[126] Posteriormente, a partir de 1986 surgiu o Regulamento (CEE) nº 4028/86

---

[124] PESCA é uma Iniciativa Comunitária relativa à Restruturação do Sector da Pesca, podendo contribuir para as adaptações necessárias no sector da pesca bem como no apoio à diversificação das actividades económicas, nas áreas costeiras.

[125] O Regulamento do conselho (CEE) nº 4042/89 (JO L nº388 de 30.12.1989, p. 1) relativo à melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, marca também a separação definitiva entre a Política Comum de Pesca (PCP) e Política Agrícola Comum (PAC) no domínio anteriormente regido pelo Regulamento comum (CEE) nº 355/77 (JO L nº 51 de 23.02.1977, p. 1).

[126] Regulamento (CEE) nº 355/77 (JO L 51 de 23.02.1977, p. 7).

(JO L 376 de 31.12.1986, p. 1), onde os pontos VIII e IX tem como objectivo, respectivamente, o equipamento dos portos de pesca e a promoção dos produtos da pesca.

O desenvolvimento em favor da valorização dos produtos da pesca, criadores de riqueza e emprego, conhecem uma nova dinâmica no quadro da reforma dos fundos estruturais que visa assumir a coesão económica e social da Comunidade (Regulamento (CEE) nº 4042/89, JO L 388 de 30.12.1989, p. 1).

2.1.2.6. Os acordos bilaterais e as convenções internacionais de pesca

O fim da liberdade dos mares e o facto dos Estados costeiros passarem a exercer jurisdição nas respectivas Zonas Económicas Exclusivas (ZEEs), onde possuem direitos de soberania, originou dificuldades acrescidas para as frotas de pesca longínqua dos diferentes Estados-membros da União Europeia.

No sentido de minimizar os efeitos da situação gerada, a comunidade encetou um intenso esforço diplomático para conseguir manter operativas as frotas de pesca longínqua dos diferentes Estados-membros, que se traduziu na celebração de inúmeros acordos com países terceiros, que tomaram a forma de "Acordos Bilaterais"[127] e "Convenções Internacionais de Pesca".

Relativamente aos primeiros é possível reagrupá-los nas seguintes categorias:

- *acordos de reciprocidade*, nos termos dos quais se acordam os direitos de pesca de embarcações de países terceiros em troca de direitos semelhantes para os navios da União nas águas destes países (*acesso aos recursos/acesso aos recursos*);

- *acordo de acesso a recursos excedentários com os Estados-Unidos* que são repartidos entre países terceiros na base das suas actividades tradicionais, encontrando-se presentemente praticamente sem efeito (*acesso aos stocks ditos « excedentários »*);

- *acordo de acesso aos recursos do Canadá* em troca de uma redução das tarifas aduaneiras para certos contingentes de produtos das pescas canadianas. O acordo CEE-Canadá, ainda que formalmente em vigor deixou de ser aplicado depois do fim de 1987

[127] "A gestão dos Acordos de Pesca é efectuada pela Comissão das Comunidades Europeias...". (Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação; Secretaria de Estado das Pescas - "Acordos de Pesca CEE/Países Terceiros", Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1988, p. 8).

tendo sido recentemente reactivado, após um bloqueamento de sete anos (*acesso aos recursos/acesso aos mercados*);

- *acordos com países em vias de desenvolvimento* (na sua maioria Países ACP)[128] para que as embarcações da UE possam efectuar capturas nas águas destes países, oferecendo como contrapartidas compensações financeiras, contribuições para programas científicos assim como bolsas de estudo e de formação com interesse para o sector da pesca (*acesso aos recursos/compensação financeira*);

- *acordos que são uma combinação dos tipos precedentes* e cujos exemplos são os acordos CEE-Marrocos e CEE-Gronelândia (*acesso aos recursos/acesso aos mercados/ compensação financeira*).

- *acordo com a Argentina* em 30 de Novembro de 1992, sendo o primeiro dos Acordos de "Segunda Geração" que a Comissão concebe como constituindo a via futura a seguir no domínio dos acordos de pesca *(acesso aos recursos/cooperação em empreendimentos conjuntos e assistência técnica*).

Quanto ao estipulado nos segundos consta que os direitos e obrigações dos Estados, no que diz respeito à exploração, conservação e à gestão dos recursos biológicos do mar são enquadrados pelos princípios gerais decorrentes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

Porém a União Europeia participa nos trabalhos de várias organizações internacionais de pesca (relações multilaterais), como por exemplo na Northwest Atlantic Fisheries Organisation (NAFO), na International Baltic Sea Fishery Commission (IBFSC) na North Atlantic Salmon Conservation Organisation (NASCO) na Northeast Atlantic Fisheries Commission (NEAFC), na International Whaler Commission (IWC) e na Comissão para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas do Antárctico (CCAMLR). A Comunidade está ainda empenhada na preparação de recomendações internacionais para uma exploração racional dos recursos em águas internacionais no âmbito da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO)[129] e da ONU.

---

[128] ACP (Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção de Lomé).

[129] A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO - Food and Agriculture Organisation) enquanto agência especializada do sistema das Nações Unidas com competência para a promoção da cooperação internacional na gestão e utilização dos recursos vivos, desempenha um papel fundamental no domínio das pescas.

2.1.2.7. A política comercial para os produtos da pesca

Para responder à procura dos consumidores e da indústria transformadora a União Europeia tem necessidade de recorrer à importação, tendo no entanto desenvolvido mecanismos que lhe permitem conciliar o interesse dos pescadores na obtenção de rendimentos razoáveis, as necessidades das empresas de transformação na aquisição de matéria-prima e as exigências dos consumidores em obterem preços acessíveis.

A pauta aduaneira comum para os produtos da pesca, que faz parte integrante da regulamentação relativa à organização comum do mercado dos produtos da pesca, constitui o elemento de base que permite assegurar a aplicação do princípio de preferência comunitária.

Através do seu regime de *preços de referência*, a comissão controla cuidadosamente o preço do pescado importado, a fim de garantir que as importações não perturbem a estabilidade do mercado comunitário.

Todavia, é cada vez mais notória a tendência para um aumento da concorrência internacional devido ao desenvolvimento dos transportes aéreos, que permitem ao pescado fresco de alta qualidade chegar diariamente aos países da comunidade vindo de regiões tão distantes como a América do Sul.

2.1.2.8. A harmonização das legislações - a realização do mercado interno da pesca

Não é ainda possível falar-se de um mercado comum da pesca, mas sim de um mercado comum de determinados produtos da pesca e, mesmo assim, com algumas reservas, já que estes estão basicamente localizados nos países produtores e apenas para certos produtos transformados, fundamentalmente sobre a forma de conservas:

- *o arenque*: localizado nos países do norte da Europa (Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Países-Baixos, Alemanha e Reino-Unido);

- *o atum congelado ou em conservas*: existe igualmente um mercado comunitário do atum fresco localizado nos países produtores, nomeadamente em França e Espanha. A Itália é o primeiro mercado para o atum congelado, que é em seguida transformado nas conserveiras locais;

- *as sardinhas em conservas*: os três países produtores, exportadores e consumidores de sardinhas em azeite são, por excelência, Portugal, a Itália e a Espanha;

- *os filetes de badejo congelado*: os grandes consumidores e importadores deste tipo de peixe são o Reino-Unido, a França e a Alemanha;

- *o peixe seco, salgado ou fumado*: os principais consumidores são Portugal, a Itália, a Espanha e a Grécia.

2.1.2.9. A política de investigação científica

Uma das prioridades da União Europeia para o sector das pescas é pôr a investigação e o progresso científico e tecnológico ao serviço da sua competitividade internacional.

O empenhamento da União Europeia nesta área remonta a 1987[130], data em que foi adoptado o programa de investigação no sector das pescas e da aquicultura.

As razões do financiamento comunitário aos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico foram expostas na decisão do Conselho relativa ao segundo programa-quadro para o período 1987-1991, sendo o programa relativo à pesca definido pelo Regulamento (CEE) nº 3252 do Conselho (JO L 314 de 4.11.1987, p. 17), e adoptado pela Decisão 87/534/CEE do Conselho (JO L 314 de 4.11.1987, p. 20).

Esta Decisão definiu os programas comunitários de pesquisa, para o período de 1988-1992, nos seguintes domínios da pesca:

- gestão da pesca (nomeadamente no que diz respeito aos aspectos de conservação, capacidade da frota comunitária e ambiente),

- técnicas de pesca,

- aquicultura,

- valorização dos produtos da pesca.

A coordenação dos programas de pesquisa nacionais ficou a cargo do programa FAR (Fisheries and Aquaculture Research), que constituiu a primeira tentativa comunitária de pôr em marcha um programa de pesquisa no sector da pesca e que seria

[130] Regulamento (CEE) nº 3252/87 do Conselho, de 19 de Outubro de 1987 (JO L 314 de 04.11.87, p. 17), relativo à coordenação e à promoção da investigação no sector da pesca.

prorrogado para além de 1992, por exemplo no quadro do Programa AIR destinado à investigação agrícola (1991-1994).

Assim, entre 1991 e 1994 a investigação foi bastante potenciada pelo programa específico de pesquisa agrícola AIR que cobriu os seguintes domínios:

- produção primária da agricultura, da silvicultura, da aquicultura e da pesca;
- imputes destes quatro sectores;
- tratamento da matéria primária biológica destes quatro sectores;
- utilização final dos produtos.

2.1.3. A APLICAÇÃO DA POLÍTICA COMUM DA PESCA AO MEDITERRÂNEO

A Política Comum de Pesca, tal como foi definida em 1983, só parcialmente é aplicada ao Mediterrâneo. De entre os aspectos que foram, desde logo, de aplicação total a este espaço, temos a regulamentação para a organização dos mercados e aquela que tem a ver com as estruturas, enquanto os aspectos relativos à conservação e à gestão dos recursos haliêuticos não foram extensivos a esta área.

Em 1994 o Conselho adoptou regulamentação no sentido de conseguir uma maior uniformidade relativamente aos Estados-membros costeiros da União Europeia, no tocante à conservação dos recursos. Neste sentido, através da adopção do Regulamento (CEE) nº 1626/94,[131] em 27 de Junho, foi instaurado um regime comum de conservação e gestão dos recursos haliêuticos no Mediterrâneo, harmonizando para o efeito determinadas regulamentações nacionais, com base nos trabalhos científicos disponíveis e tendo em conta o papel socioeconómico da pesca em certas regiões costeiras. A importância atribuída a uma política de conservação e gestão dos recursos aceitável e aplicável por todos os países ribeirinhos levou a União Europeia a organizar uma conferência sobre a gestão da pesca no Mediterrâneo, que se realizou em Creta em Dezembro.

[131] Regulamento (CEE) nº 1626/94 do conselho, de 27 de Junho de 1994, que prevê determinadas medidas técnicas de conservação dos recursos da pesca no Mediterrâneo (JO L 171 de 06.07.94, p. 1).

A União Europeia mostrou-se também disponível para cooperar com todos os países que circundem e/ou pesquem no Mediterrâneo. Por iniciativa da União, foi organizada uma conferência diplomática internacional em 1994, sobre a gestão dos recursos de pesca no Mediterrâneo e uma outra teve lugar em 1996 com vista a consolidar a cooperação de todos os países e partes interessadas.

2.1.4. O LUGAR DA PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

O sector da pesca marítima caracteriza-se por uma grande diversidade de sistemas disponíveis, para a produção de peixe. Em geral, o sector divide-se em dois grandes tipos, a pesca industrial e a pesca artesanal.

A pesca industrial caracteriza-se pela exploração intensiva de um capital com base numa mão-de-obra extensiva e a produção ser mais destinada à comercialização do que ao autoconsumo. As embarcações são do tipo tipicamente médio ou grande e as operações de pesca são sustentadas por uma infra-estrutura específica e relativamente complexa em terra. Normalmente estas comportam não só equipamentos especializados para a transformação e a comercialização, como também instalações específicas para a manutenção das embarcações. As possibilidades de desenvolvimento da pesca industrial são determinadas pelos recursos haliêuticos disponíveis, as opções de gestão feitas pelos governantes, a disponibilidade em mão-de-obra qualificada, assim como a capacidade de manter e gerar a infra-estrutura específica do sistema produção-comercialização. Dado os recursos serem limitados, as pescas industrial e artesanal estão em competição pelos mesmos fundos de pesca.

A pesca artesanal ou "pesca em pequena escala" caracteriza-se por uma mão-de-obra e capitais extensivos. Ela é de natureza tradicional, sendo algumas das vezes executada a tempo parcial. As embarcações utilizadas são relativamente pequenas, sendo a produção destinada à subsistência, à comercialização, ou simultaneamente às duas e o pagamento dos membros da equipa faz-se segundo sistemas e regras tradicionais. As mulheres jogam um papel predominante na comercialização do peixe, constituindo um elemento económico fundamental das comunidades que vivem da pesca. Em

determinados países, a pesca artesanal exerce-se conjuntamente com certas formas de agricultura, em pequena escala.

No contexto geral, a pesca artesanal na União Europeia constitui uma actividade económica muito importante, em razão do grande número de empregos que representa, do valor do produto desembarcado e do número de embarcações que lhe servem de suporte. Nas fontes bibliográficas ela é designada por "pesca costeira", por vezes de "pequena pesca", o que poderá gerar confusão.

A pesca artesanal possui também um impacto, não negligenciável, ao nível social, em várias regiões marítimas da Comunidade, fortemente dependentes da pesca, ou naquelas em que representa a principal actividade económica assegurando a subsistência de pequenas comunidades de pescadores. Ela anima, igualmente, todo um tecido económico (comércio, artesanato, indústria ...) que se estende no litoral comunitário.

Para dar uma ideia da importância deste tipo de pesca ao nível comunitário, é suficiente referir que a "pequena pesca", por si só, representa 80% em número de embarcações da frota nacional de Espanha, da França, da Grécia e de Portugal. Esta frota é composta aproximadamente por 45000 embarcações de menos de 9 metros de comprimento, ou de 12 metros para aqueles que praticam o arrasto, com uma tonelagem média pouco elevada e com um raio de acção limitado ao interior da faixa costeira (aproximadamente 6 milhas). O número de pescadores embarcados é de dois a cinco pescadores em média. A maior parte desta frota (aproximadamente 40 000 embarcações) encontram-se no Mediterrâneo.[132]

2.1.4.1. A definição da pesca artesanal

As embarcações que constituem a frota artesanal da União Europeia, possuem uma elevada heterogeneidade, na medida em que podemos encontrar, lado a lado, pequenas embarcações sem motor, barcos equipados com motor fora de borda e grandes unidades com motor e um poder de propulsão considerável.

---

[132] "...la «petite pêche» (...) représente 80% en nombre de navires de la flotte nationale de l'Espagne, de la France, de la Grèce et du Portugal. Cette flotte est composée d'environ 45.000 navires de moins de 9 mètres de longueur, ou de 12 mètres pour ceux qui pratiquent le chalutage, d'un tonnage moyen peu élevé et d'un rayon d'action limité à l'intérieur de la bande côtière (6 milles)". (Manuel Sur la Politique Commune de la Pêche, Parlement Européen, Direction Générale des Études, Office des publications officielles des Communautés Européennes, Luxemburgo, 1992, p. 130).

Esta diversidade de situações torna particularmente difícil a tarefa de definir a pesca artesanal através da adopção de um *critério uniforme*, em virtude de esta revestir múltiplas formas, o que lhe confere um elevado grau de complexidade.

As dificuldades inerentes à definição da pesca artesanal derivam assim, não só das grandes diferenças existentes entre os Estados-membros, como também das verificadas dentro dos próprios países, entre as diferentes regiões, o que ainda dificulta mais a tarefa de encontrar um critério uniforme para distinguir a pesca artesanal.

Um critério com base num período mínimo de duração de dias no mar, poderá eventualmente desempenhar um papel importante, ainda que se torne necessário levar em conta o facto de um razoável número de embarcações não disporem a bordo de meios de conservação pelo frio do peixe capturado e, por isso, a sua actividade de pesca não poder desenvolver-se para além de períodos de tempo muito limitados. Uma tentativa de definição das empresas de pesca artesanal, em função de certos critérios económicos (valor do pescado, valor acrescentado, emprego criado, etc.), possui também limitações, dada a extrema heterogeneidade dos dados.

Na realidade não existe uma mas sim várias categorias de pesca artesanal, devido à elevada diversidade estrutural existente entre os Estados-membros, assim como no interior de cada um desses países e entre as suas diferentes regiões. É possível distinguir três grandes categorias de pesca artesanal ao nível da União Europeia, a saber:

a) *a pequena pesca artesanal*, formada por unidades em geral com comprimentos inferiores a 9 metros entre perpendiculares e possuindo raramente um motor, dominada por uma estrutura de exploração de tipo familiar que garante um grande número de empregos, baixamente remunerados. Por outro lado, este sector oferece - levando em conta as estruturas sociais tradicionais - uma certa rigidez face, por um lado, aos constrangimentos exógenos (regulamentação/controle) e, por outro, aos progressos técnicos. Estas estruturas socioeconómicas favorecem o individualismo. A pequena pesca artesanal engloba um elevado número de embarcações que exercem as suas actividades no interior das águas costeiras e vendem os produtos directamente ao consumidor.

Este tipo de pesca ocorre sobretudo nos países da bacia do Mediterrâneo, Espanha, Grécia e Itália, e também em Portugal;

b) *a pesca artesanal média* é formada por unidades de tamanho superior a 9 metros e inferior a 18 metros de comprimento entre perpendiculares, sendo geralmente embarcações antigas e obsoletas. O seu número menos elevado e o facto das suas características as obrigarem a descarregar o pescado nos portos possibilita um controle mais rigoroso da sua actuação Será de referir que certas actividades deste segmento da frota artesanal no Mediterrâneo são objecto de regulamentação importante, de entre as quais se pode citar as interdições temporárias de actividade, veja-se - no caso dos controlos rigorosos de acesso aos recursos - as autorizações prévias de construção, as licenças e a interdição de construção de novos navios.

Este tipo de pesca existe no Mediterrâneo, mas é fundamentalmente praticado no Atlântico, sobretudo por Espanha e Portugal.

c) *a grande pesca artesanal*, utilizando unidades de 18 a 26 metros de comprimento entre perpendiculares, operando no Atlântico e no Mar Báltico. Convirá sublinhar, para este tipo de pesca, a importância do capital investido, ainda que se trate sobretudo de empresas individuais.

Esta diversidade estrutural põe em evidência que a imagem duma pesca artesanal relativamente homogénea, tanto nas estruturas como nos seus resultados, não corresponde à realidade.

Por outro lado, a realidade das características da frota de pesca artesanal não são idênticas na região atlântica e na região mediterrânea da União Europeia, o que reforça o caracter heterogéneo do sector.

Esta heterogeneidade tem consequências no plano da legislação comunitária.

2.1.4.2. A legislação comunitária para o sector da pesca artesanal

Até ao presente, a pesca artesanal - mau grado a importância económica e social que ela reveste em várias regiões marítimas desfavorecidas - não foi objecto de um tratamento específico no quadro da política comum da pesca. O tratamento desta ultima é fundamentalmente um tratamento por disciplina (conservação de recursos, desenvolvimento das estruturas, a organização dos mercados, etc.), mais do que um tratamento sobre os diferentes tipos de pesca. No entanto um ou outro aspecto da pesca artesanal foram alvo de tratamento nos diferentes capítulos da política comum da pesca.

Porém, a pesca artesanal beneficiou indirectamente de diversas medidas no quadro de outras políticas comunitárias.

No que diz respeito à política estrutural relativa à frota de pesca, o Regulamento (CEE) nº 4028/86 exclui do seu campo de aplicação a maior parte da frota da pesca artesanal. Com efeito, ele previa um apoio financeiro da comunidade para a compra, a construção e a modernização das embarcações que possuíssem um comprimento mínimo de 9 metros. Esta lacuna foi colmatada através da adopção pelo Conselho do Regulamento (CEE) nº 3944/90 (JO L 380 de 31.12.1990, p. 1), que torna extensivo o quadro jurídico do Regulamento (CEE) nº 4028/86 às embarcações de menos de 9 metros de comprimento entre perpendiculares.

No domínio da transformação e da comercialização dos produtos da pesca, o sector da pesca artesanal beneficiou dos projectos de investimento que a Comissão financiou ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 355/77. Convirá lembrar que este último foi substituído, pelo que diz respeito ao sector da pesca, pelo Regulamento (CEE) nº 4042/89 (JO L 388 de 30.12.1989, p. 1).

A acção da União Europeia para o equipamento dos portos de pesca é de um interesse particular para a pesca artesanal nas regiões com atraso em termos de desenvolvimento. O Regulamento (CEE) nº 4028/86 prevê nomeadamente, na sua subdivisão VIII, diversas disposições permitindo ajudas financeiras aos investimentos materiais públicos, semi-públicos ou privados relativos ao equipamento dos portos de pesca.

A promoção dos mercados dos produtos da pesca repousa no Regulamento de base (CEE) nº 4028/86 e seu Regulamento de aplicação (CEE) nº 2320/88, podendo contribuir para melhor valorizar os produtos da pesca artesanal.

No tocante ao agrupamento de pescadores-produtores, o Regulamento (CEE) nº 3796/81 (JO L 379 de 31.12.1981, p. 1) apresenta igualmente um interesse para os pequenos pescadores, sobretudo do Sul da União Europeia.

Quanto à pesquisa científica no sector da pesca, algumas das suas actividades actuais ou futuras são passíveis de se revelarem bastante benéficas para a pesca artesanal.

A ausência duma regulamentação específica para a pesca artesanal apresenta dois grandes inconvenientes.

Em primeiro lugar, as medidas previstas sobre o plano horizontal correm o risco de não cobrir inteiramente certas categorias de actividades, como a pequena pesca artesanal, que foi excluída do campo de aplicação de certas medidas da política estrutural em 1986.

Seguidamente, a relação e a coordenação entre todas as medidas comunitárias, que digam respeito directa ou indirectamente a esta ou aquela categoria de pesca artesanal, não serão evidentes.

Parece, pois, essencial que se proceda a uma definição do conceito de pesca artesanal, definindo as suas diferentes categorias e elaborando um repertório preciso das políticas da União Europeia ou nacionais que lhe são aplicáveis.

Isto permitirá de seguida estabelecer um programa integrado de apoio ao sector da pesca artesanal ao nível da União Europeia. Este programa, escalonado em vários anos, apoiar-se-ia em medidas existentes e, no caso de se vir a verificar, introduzirá novas medidas.

As medidas de sustentação da pesca artesanal deverão, com efeito, explorar ao máximo as possibilidades oferecidas pelos diferentes aspectos da política comum de pesca, modificando certas disposições para melhor as ajustar às particularidades deste tipo de pesca.

2.2. AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA COMUM PARA AS PESCAS EM PORTUGAL CONTINENTAL

Portugal ao tornar-se membro da União Europeia, em 1 de Janeiro de 1986, contribuiu de forma significativa para o alargamento da Zona Económica Exclusiva (ZEE) comunitária, já que possui a mais extensa área marítima de todas as dos Estados-membros, cobrindo uma superfície total de cerca de 1 683 000 Km^2 distribuída por três subáreas, a do Continente e a das duas Regiões Autónomas, Madeira e Açores[133](fig. 21).

Possibilitou também, através dos acordos bilaterais que mantinha com países terceiros, o incremento do conjunto de recursos externos da União, já que a gestão destes passou a ser da responsabilidade dos órgãos comunitários.[134]

De toda a actividade económica a pesca constitui um dos sectores que mais directamente tem sido influenciado pela integração europeia, encontrando-se, por isso, num profundo processo de reconversão.

A Política Comum da Pesca enforma o quadro jurídico que baliza o desenvolvimento desta actividade em Portugal e, como tal, transporta consigo inegáveis benefícios, mas também alguns constrangimentos, cuja superação passa pelo dinamismo, tanto dos poderes públicos, como dos diferentes agentes económicos envolvidos.

Se, por um lado, é verdade que este novo quadro normativo condiciona e restringe bastante a capacidade de decisão dos Governos dos diferentes Estados-membros, por outro lado, não será menos verdade que a política da União resulta da vontade de um colectivo em que cada elemento, tem um papel decisivo. Portugal embora não dispondo, por isso, de grande margem de manobra negocial, não se pode furtar a ter um papel activo na defesa dos interesses nacionais do sector.

---

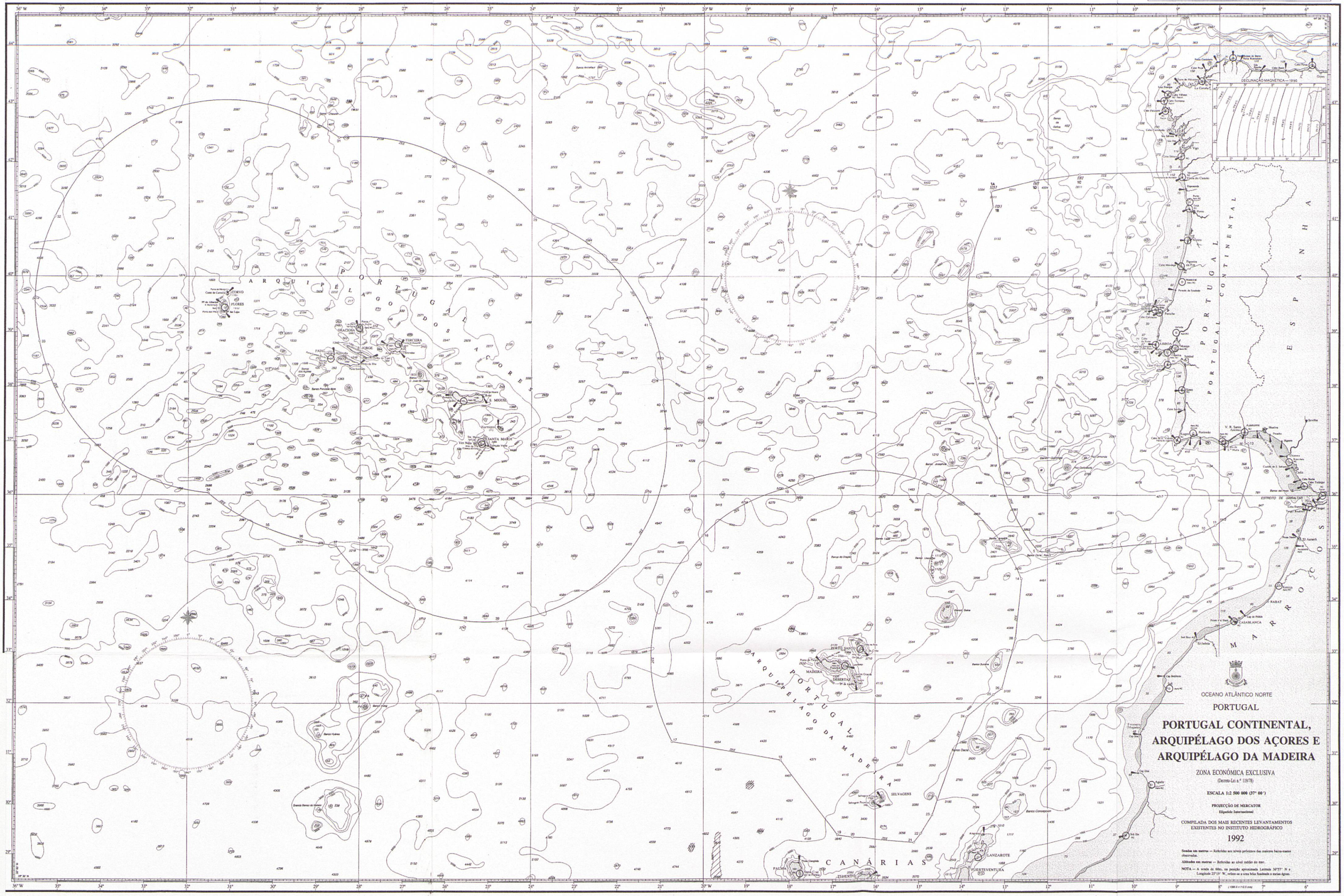
133 "Esta estrutura geográfica proporciona uma vasta zona económica exclusiva dividida em três subzonas, correspondentes ao continente (319.000 Km^2), aos Açores (938.000 Km^2) e à Madeira (426.000 Km^2)". (Comissão das Comunidades Europeias - "Quadro Comunitário de Apoio 1991-1993", Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1992, p. 11).

134 "A gestão dos Acordos de Pesca é efectuada pela Comissão das Comunidades Europeias...". (Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação; Secretaria de Estado das Pescas - "Acordos de Pesca CEE/Países Terceiros", Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1988, p. 8).

1001 E

Fig. 21 - ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE) DE PORTUGAL

CONSULTE OUTRAS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO: Avisos aos Navegantes (preliminares, temporários e permanentes), Rotativo, Livro de Faróis, Listas de Radiosinais (informações e recepção), portulo, hidrovolícia, serviços de pilotagem e portuários, Tabela de Marés, Catálogo de Cartas, Catálogo de Símbolos e Abreviaturas, etc. - ASSEGURE-SE QUE POSSUI AS CARTAS E PUBLICAÇÕES ACTUALIZADAS.



Pequenas correcções: 1992 - 89; 230 1993 - 61 e 68 1994 - 104 1995 - 77

Fonte: Instituto Hidrográfico, Lisboa, 1992

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MARINHA
Desenhado, impresso e publicado pelo INSTITUTO HIDROGRÁFICO — LISBOA — PORTUGAL
© Copyright Depósito Legal n.º 59605/92
Proibida a reprodução total ou parcial

5ª EDIÇÃO — AGOSTO 1992

1001 E

INSTITUTO HIDROGRÁFICO
CORRECTA DOS
AVISOS AOS NAVEGANTES
Até ao prime
Data do ve

No sentido de realizar as adaptações estruturais necessárias, de maneira progressiva, evitando-se atritos violentos, Portugal, à semelhança de outros Estados-membros, beneficiou de um período de transição.

O processo de integração de Portugal (bem como de Espanha) na Política Comum da Pesca, processou-se em duas etapas: a primeira concluída em Maio de 1994, pelo Regulamento (CEE) nº 1275/94,[135] relativo às adaptações do regime previsto no capítulo «Pesca» do Acto de Adesão de 1985, e a segunda em Março de 1995, com o lançamento da base de um regime de gestão do esforços de pesca pelo Regulamento (CEE) nº 685/95.[136]

Por questões de ordem metodológica, far-se-á a análise das implicações, para o sector em Portugal, dos principais instrumentos da Política Comum da Pesca, agrupados em três aspectos fundamentais, a saber:

- *Os efeitos da adopção do regime de acesso, gestão e conservação dos recursos marinhos;*

- *As consequências da organização comum do mercado;*

- *Os reflexos da política estrutural.*

2.2.1. OS EFEITOS DA ADOPÇÃO DO REGIME DE ACESSO, GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS MARINHOS

A Zona Económica Exclusiva é aberta a todos os pescadores da União, embora Portugal reserve para os seus pescadores, como outros Estados-membros, uma "zona de pesca" em mar territorial até 12 milhas da linha de costa (só a partir de Janeiro de 2003 se aplicará o princípio do livre acesso ao conjunto das águas da União Europeia pelos pescadores dos diferentes Estados-membros).

---

[135] Regulamento (CEE) nº 1275/94, relativo às adaptações do regime previsto no capítulo «Pesca» do Acto de Adesão de 1985 (JO L 140 de 03.06.1994, p. 1 e Relatório Geral 1994, nº 644). Este Regulamento adaptou o regime de adesão de Espanha e Portugal por forma a assegurar a plena integração destes dois Estados-membros no regime comum de conservação e gestão dos recursos, a partir de 1 de Janeiro de 1996. Este novo regime, fundado no respeito do acervo comunitário, confirma o princípio da liberdade de acesso às águas, mantendo embora algumas das derrogações previstas no Regulamento base da política comum. Teve, além disso, em conta a protecção das necessidades específicas das regiões cujo desenvolvimento socioeconómico é particularmente dependente da pesca.

[136] Regulamento (CEE) nº 685/95 do Conselho de 27 de Março, relativo aos regimes de acesso a determinadas zonas e recursos (JO L 71 de 31.03.1995).

Esta derrogação ao princípio da igualdade de acesso, pela qual cada Estado-membro pôde reservar a zona das 12 milhas às empresas dos portos ribeirinhos foi, sem dúvida, favorável aos interesses nacionais e correspondeu a uma das pretensões mais sentidas das pescas costeiras portuguesas, já que a actividade piscatória está largamente concentrada numa estreita faixa na qual ocorre, devido à estreiteza da plataforma continental.[137]

Os recursos internos das nossas águas, constituem assim, um valor estratégico insubstituível para o desenvolvimento da pesca no futuro.

Somos, por isso, de opinião que a reserva das 12 milhas para os pescadores nacionais deveria manter-se após 2002, sob pena de afectar gravemente as comunidades dependentes da actividade piscatória. A defesa da manutenção da actual área de reserva, justifica-se, por um lado, pela necessidade de proteger as comunidades de pesca local e costeira e, por outro, pelo incentivo ao enraizamento das embarcações aos seus pesqueiros habituais o que provoca uma maior sensibilidade para a conservação dos recursos.

Relativamente à problemática da conservação e gestão dos recursos, como já foi referido, estas são asseguradas através, não só da fixação anual dos limites máximos de captura, TACs (Totais Admissíveis de Capturas) para as espécies menos abundantes e/ou sobreexploradas, os quais são repartidos pelos Estados-membros, mediante a atribuição de *quotas de pesca* (i.e. capturas máximas autorizadas para cada país da União), como também através de medidas técnicas (ex.: malhagens mínimas para as redes de pesca).

Nos últimos anos, devido à escassez de recursos halieuticos, tem-se assistido a uma diminuição gradual das quotas de pesca, com repercussões negativas na produção de pescado, nomeadamente de algumas espécies demersais como o bacalhau.

---

[137] A plataforma continental, segundo Fernando Cabo, "Es el zócalo que bordea a los continentes a cuyo dominio pertenece y que se estiende con mayor o menor extensión o amplitud, según los casos, hasta unos 200 metros de profundidad". (Fernando Lozano Cabo - "Oceanografia, Biologia Marina y Pesca", Paraninfo, Madrid , 1983, p. 109).

Esta forma da topografia submarina possui, em Portugal, uma dimensão bastante reduzida, correspondendo a uma faixa com uma largura de 30 a 60 Km e mostrando "...por toda a parte notável paralelismo com a linha de costa: mais desenvolvida no norte do que no sul, descai bruscamente para as grandes profundidades oceânicas, sendo o talude muito mais inclinado no troço setentrional". (Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau - "Geografia de Portugal", Vol. I, 1ª edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987, p. 74).

O controlo e fiscalização das actividades piscatórias tem vindo a ser assegurada, embora de forma deficiente,[138] por vários organismos nacionais[139] e comunitários.

Neste sentido, urge conferir maior eficiência ao sistema de fiscalização nacional, sob pena de se estar a comprometer, em termos futuros a actividade, já que a existência de um quadro normativo, só por si, não é suficiente para assegurar a observância desses princípios.

2.2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DA ORGANIZAÇÃO COMUM DO MERCADO

Embora Portugal tenha vindo a beneficiar de um período de transição no domínio dos mercados, durante o qual o mercado nacional se abriu progressivamente à concorrência quer dos produtos dos outros Estados-membros quer de países terceiros, é facto que tem vindo a ressentir-se dessa maior concorrência.

Competição que advém do facto de participar num mercado mais alargado, como é o da União Europeia, mas também fruto de um outro mais abrangente que, tendo a ver com a crescente *globalização da economia* em que factores como a internacionalização[140] e a mobilidade das unidades de produção são cada vez mais vulgares, se sobrepõem a este.

Assinale-se, no entanto, que o mercado dos produtos da pesca tem vindo a registar uma procura crescente,[141] mostrando-se a produção incapaz de satisfazer este

---

[138] A título de exemplo, veja-se o caso dos juvenis, das mais variadas espécies, que são comercializados diariamente nos mais variados centros do circuito comercial português.

[139] A fiscalização da actividade piscatória é da responsabilidade da Policia Marítima.

[140] A este propósito Manuel Cardoso Leal refere que: "Começa a verificar-se, tal como no resto da economia, a entrada nas pescas de grupos económicos (ex.: IPE, S. Caetano / S. Costa / Tertir, G. Gomes, Luzostela / Mota e Cª.) implantados em outros sectores.

Nas actividades de transformação e de comercialização do pescado também há empresas melhor dimensionadas e, nos últimos anos, houve a entrada de importantes capitais estrangeiros (Heinz, Nestlé, Unilever, Kio, Pescanova". (Manuel Cardoso Leal - "Pescas Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990, p. 12).

[141] "O consumo comunitário tem crescido constantemente desde há uns 10 anos, devido à boa imagem do pescado como alimento saudável e de grande valor nutricional (...) Na base do desenvolvimento deste consumo, encontram-se as indústrias de transformação do pescado cada vez mais evoluídas, empregando novas tecnologias e processos de marketing capazes de adaptar o pescado aos gostos e conveniências do consumidor moderno, bem como as modernas formas de distribuição de produtos embalados (ex: hipermercados, frezing-centers)...". (Manuel Cardoso Leal - "Pescas Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990, p. 35).

aumento progressivo do consumo[142], o que significa, em termos gerais, que a crise das pescas (produção) nada tem que ver com o mercado.[143]

No entanto, perante um quadro de globalização da economia, em que os factores de proteccionismo, associados a economias fechadas, vão deixando de ter lugar, Portugal passou a enfrentar uma concorrência acrescida, não só por parte dos Estados-membros da União em que se insere, mas também fruto do mercado mundial.

Daqui decorre que, as dificuldades que Portugal tem vindo sofrer nos tempos recentes, contrariamente à informação veiculada pelos media, não deverá ser atribuível à sua inserção no espaço comunitário, mas antes a toda uma dinâmica recente de mundialização da economia que não só transcende a constituição daquele espaço, como se lhe sobrepõem.

Assim, a inserção de Portugal na União Europeia, não deverá ser vista como um constrangimento exógeno para o sector, mas antes, pelo contrário, como um espaço em que o País deverá retirar vantagens em termos de cooperação, de especialização produtiva e de alargamento de mercado.

As consequências, para as pescas portuguesas, da organização comum do mercado (OCM), fez-se sentir em duas vertentes fundamentais, a saber: *o mercado intra-comunitário e o regime de trocas entre este e o exterior.*

Quanto ao mercado intra-comunitário, a União Europeia constitui, para os produtos da pesca, um mercado amplo e em expansão, com elevada intensidade de trocas comerciais, o que significa, à partida, não só um melhor escoamento, mas também

---

142 "Os recursos de pesca da Comunidade alargada têm-se mostrado insuficientes para satisfazer parte significativa das necessidades do mercado interno, razão que leva a manter um esforço de pesca importante em águas não comunitárias.

Mesmo assim, as necessidades de consumo não são satisfeitas, havendo que recorrer, de modo muito expressivo, a importações". (Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas - "Pescas na CEE", Lisboa, 1987, p. 15).

143 No entanto, partilhamos da opinião que as *"organizações de produtores"* deveriam assumir uma postura mais activa relativamente ao mercado.

Esta intervenção passaria nomeadamente pela conservação do pescado de qualidade que, sendo retirado do mercado quando atinge valores muito baixos, poderia ser (re)colocado no circuito comercial logo que se verificasse uma situação de escassez, isto é, ajustando a oferta à procura.

Tal propósito pressupõe por parte das *"organizações de produtores"* a *prestação de serviços* de apoio aos seus associados (produção primária) como por exemplo fornecimento de gelo, disponibilização de instalações frigoríficos, conservação do pescado e informação resultante de análise do evolução do mercado.

uma maior valorização, dada a relação entre a oferta e a procura se encontrar desequilibrada a favor da primeira.

Porém, a livre circulação de produtos no espaço da União Europeia, transportou consigo algumas dificuldades para as pescas portuguesas, dada a organização do mercado nacional ter estado sujeita, durante longos anos, a uma acentuada intervenção do Estado, enquanto na União Europeia, onde impera a livre iniciativa, o principal papel ser desempenhado pelos agentes económicos.

Neste contexto competitivo, não podemos deixar de realçar o papel da Espanha, não só devido à sua proximidade geográfica, mas também pelo peso relativo que a actividade possui no contexto da União Europeia, apresentando-se como um dos Estados-membros que mais directamente influencia o sector em Portugal, através de uma concorrência acrescida.

Por variadíssimas vezes os meios de comunicação fizeram eco do elevado descontentamento dos pescadores portugueses perante o poder competitivo dos espanhóis, ao conseguirem colocar os seus produtos, no mercado nacional mais cedo do que estes, impossibilitando-os de escoarem a sua produção.[144]

No domínio do regime de trocas com o exterior, a União Europeia constitui, no tocante ao sector da pesca, um mercado bastante aberto sendo o seu regime bastante liberal.[145]

Este facto produz uma concorrência acrescida para as pescas nacionais, defrontando-se com a concorrência dos restantes Estados-membros e com a integração num mercado internacional mais amplo.

No caso particular da comercialização das conservas de peixe existem actualmente dificuldades resultantes do acordo global de Associação Comercial da União

---

[144] O ano de 1996 foi fértil nesta matéria, tendo os diferentes meios de comunicação social (televisão, jornais, rádio...) feito eco do amplo descontentamento dos pescadores portugueses, face á entrada de peixe do país vizinho.

[145] A este propósito Manuel Cardoso Leal refere que: "A política comunitária face às importações é bastante liberal, com um grau de abertura bem maior do que os outros mercados importadores de dimensão idêntica (ex. Japão, EUA). O sector da pesca da CEE está muito mais exposto à concorrência externa do que o sector agrícola. Não só o nível dos direitos aduaneiros aplicados ao pescado e aos produtos da pesca é moderado - cerca de 15%, em média - como também há numerosas situações de isenções ou suspensões destes direitos, de tal modo que apenas uma proporção pequena das importações é efectivamente sujeita aos direitos". (Manuel Cardoso Leal - "Pescas Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990, p. 37).

Europeia com Marrocos que, entre outras coisas, previa liberalizar as exportações de conservas de sardinha marroquinas para o mercado da União. As pretensões marroquinas, terão sido atendidas e em 1999 teremos a abertura total do mercado europeu àquelas conservas, sem qualquer limitação e sem pagamento de direitos aduaneiros. Refira-se que este acordo não afecta exclusivamente a nossa indústria conserveira, mas também cerca de metade da nossa frota de cerco poderá estar comprometida.

Daqui decorre que as dificuldades por que passa a indústria de transformação são inerentes ao próprio mercado, nomeadamente no que concerne à indústria conserveira da sardinha.[146]

2.2.3. OS REFLEXOS DA POLÍTICA ESTRUTURAL

As ajudas estruturais da União, tendo sido vitais no período pós-adesão, continuam a constituir um meio indispensável para assegurar que o confronto com as pescas dos restantes Estados-membros, em geral mais competitivas e estruturalmente mais equilibradas, se processe sem provocar sérios traumatismos de ordem económica e social.

No entanto, será bom recordar que as medidas de ajustamento estrutural, em função dos recursos disponíveis, deveriam ter sido acompanhadas de medidas de carácter social,[147] o que efectivamente não se veio a verificar. Tal facto teve repercussões dramáticas a nível dos pescadores portugueses,[148] já que os armadores, pese embora o

---

[146] Recordamos que o Conselho aprovou em 20 de Dezembro de 1985 uma acção comunitária em favor da indústria conserveira da sardinha para que esta estivesse em condições de fazer face às consequências do alargamento (JO L 361 de 31.12.1985 e Bol. CE 12-1985).

[147] Estas medidas de acompanhamento social poderiam passar não só pela reconversão do pessoal excedentário, nomeadamente para actividades associadas como por exemplo a aquicultura, distribuição e processamento do pescado, mas também por reformas antecipadas. No entanto, sublinhe-se que a prudência não só não imperou, como continua a manter-se, à luz da corrente de crítica radical do "Estado-Providência" que, na última década tem varrido toda a Europa e encontrado eco entre nós, o mais completo alheamento pelas questões de ordem social.

[148] A este propósito Manuel Cardoso Leal refere que: "Portugal está naturalmente interessado no desenvolvimento de uma vertente social na política comum de pescas, conforme diversos organismos comunitários tem proposto, até agora sem sucesso, que integre a segurança e a assistência médica a bordo dos navios, a formação profissional e outras questões, a fim de ajudar a resolver as dificuldades de natureza social resultantes da necessária restruturação das pescas". (Manuel Cardoso Leal - "Pescas

facto de verem algumas expectativas empresariais frustradas, tiveram sempre os seus legítimos interesses acautelados no aspecto material.[149]

Dado as medidas de *conservação* visarem a limitação do esforço de pesca, no sentido de assegurarem um equilíbrio entre o desenvolvimento da actividade piscatória e os recursos e, sendo conhecida a existência de sobrecapacidade em alguns segmentos da frota, impunha-se fazer o respectivo ajustamento estrutural.

Portugal viu-se assim obrigado a corresponder a esta exigência, através da modernização e redução da sua frota pesqueira, em conformidade com o definido no Regulamento base (CEE) nº 4028/86 do Conselho.[150]

Neste sentido, como principal instrumento da política estrutural, para a frota de pesca, surgem os Programas de Orientação Plurianuais que, embora visando assegurar a competitividade do sector, impõem reduções à capacidade da frota pesqueira.

Assim, respondendo a este novo enquadramento jurídico e, no que diz respeito ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 1987 e 31 de Dezembro de 1991,[151] o Programa de Orientação Plurianual definiu como objectivos a redução de capacidade em termos de tonelagem e de potência. Estes objectivos, fixados para 1991, tinham já sido atingidos em finais de 1989,[152] tendo correspondido a uma redução significativa na capacidade da nossa frota.

Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990, pp. 47-48).

149 A este propósito será conveniente trancrever as palavras de Repussard, aquando do Seminário sobre os aspectos sociais da política comum da pesca marítima: "Il faut être très clair, la prime d'arrêt définitif, prévue par le règlement 4028/86 est destinée aux propriétaires de navires. C'est une prime pour indemniser l'exploitation, cela n'a rien à voir avec le problème des hommes qui perdent leur emploi, ça c'est l'affaire des mesures d'accompagnement". (Commission des Communautés Européennes; Direction générale de l'emploi et des affaires sociales, V/A/2 - "Aspects sociaux de la politique commune de la pêche maritime", Hanstholm, Danemark, Actes du Séminaire, Avril, 1992, pp. 37-38).

150 Recorde-se que o Regulamento base (CEE) nº 4028/86 do Conselho de 18 de Dezembro de 1986 (JO L nº 376 de 31.12.1986, p.7-24) veio, posteriormente a ser alterado pelo Regulamento (CEE) nº 3944/90 (JO L nº 380 de 31.12.1990, p.1), por forma a englobar as embarcações da "Pequena Pesca" (i.e. as embarcações com comprimento entre perpendiculares inferior a 9 metros).

151 Aprovado em 11 de Dezembro de 1987 (JO L 4 de 7.01.1988 e BOL. CE 12-1987).

152 "(...) o programa de orientação plurianual de Portugal para a evolução da frota de pesca fixou objectivos de redução de capacidade em termos de tonelagem e de potência. Estes objectivos, fixados para 1991, tinham já sido atingidos, em 31 de Dezembro de 1989, uma vez que se obteve uma redução de 6% da tAB e 3% da potência". (Comissão das Comunidades Europeias - "Quadro Comunitário de Apoio 1991-1993", Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1992, p. 11).

No que concerne ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 1992 e 31 de Dezembro de 1996,[153] ainda a decorrer, aponta-se para uma redução de média global na ordem dos 10% na tonelagem e na potência das embarcações.

A análise da evolução do número de embarcações no continente (fig. 14), permite-nos confirmar o acentuado decréscimo a partir de 1986, ano da integração, em que se encontravam registadas 15.181 unidades, passando, em 1995, a apenas 9.857.

Através da análise da evolução da tonelagem (fig. 15), reforça-se a imagem regressiva da frota pesqueira, sendo possível constatar o seu acentuado decréscimo, registando-se no ano da integração um valor total de 193.685 tAB e, em 1995, totalizando apenas 105.383 tAB.[154]

Aspecto relevante é o facto da produtividade da frota (fig. 18), continuar a apresentar valores progressivamente crescentes, tendência esta, já por nós referenciada, que teve o seu início em 1983.

Outra das características da frota, reside no facto de a cada embarcação de pesca, corresponder uma empresa, ou mais concretamente, um mestre proprietário. Caracterizando-se, por isso, as empresas do sector, pela sua pequena dimensão.

Associada a esta característica, está a ocorrência de um reduzido índice de concentração financeira das empresas (tanto a nível horizontal, como a nível vertical), verificando-se apenas nas pescas longínquas,[155] algumas situações com este perfil.

No âmbito da mão-de-obra, considerando a evolução do número de pescadores (fig. 13), regista-se uma acentuada redução no número de efectivos matriculados no

---

[153] 92/598/CEE: Decisão da Comissão, de 21 de Dezembro de 1992, relativa a um programa de orientação plurianual da frota de pesca de Portugal, para o período 1993/1996, em conformidade com o disposto no Regulamento. Neste documento são apontadas as seguintes reduções: "20% no caso dos segmentos que praticam a pesca de arrasto pelo fundo de unidades populacionais demersais..."; "15% no caso dos navios de draga e dos arrastões de retrancas que pescam as unidades populacionais bentónicas"; "0%, ou seja, não aumento, no caso dos demais segmentos. Estas reduções aplicam-se aos objectivos fixados em 31 de Dezembro de 1991, como ponto de partida...". (CEE) nº 4028/86 do Conselho (JO L 401 de 31.12.1992).

[154] Anexo 12, p. 202.

[155] A este propósito Leal refere que: "Só nas pescas longínquas é que há empresas de maior dimensão, algumas possuidoras de vários navios, acumulando em alguns casos com actividades de transformação do pescado com estruturas em terra de apreciável dimensão (Ex.: EPA, SP Miradouro/Friopesca, SNAB, EP Viana)". (Manuel Cardoso Leal - "Pescas Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990, p. 12).

continente a partir de 1986, ano em que se verificava a existência de 35.466, passando, em 1995, para apenas 25.110.[156]

Este acentuado decréscimo, na ordem dos dez mil indivíduos, assume um maior grau de gravidade, quando é sabido que, ao longo do tempo, os aspectos laborais pouco se alteraram, continuando a persistir, na esmagadora maioria dos casos, uma forma jurídica de «associação» entre os pescadores e o empresário, cuja forma de remuneração é por partes.[157]

Os pescadores são assim, na maioria das situações, trabalhadores por conta própria, associados livremente a um empresário, em troca do seu trabalho. Daqui decorre que o pescador não está protegido pela legislação laboral geral[158] e, por isso, só em determinadas situações a perda do trabalho é acompanhada de subsídio de desemprego.

Deste modo, a continuidade de trabalho exige que se suportem, por vezes, situações vexatórias, predominando uma espécie de pacto de silêncio perante práticas menos transparentes.[159]

É ainda interessante notar que, para além das pescas, em nenhum outro sector laboral se observa uma coincidência de interesses e um comprometimento explicito, no aspecto reivindicativo, entre patrões e empregados, contra determinadas medidas da administração central.

Relativamente à evolução da produtividade da mão-de-obra (fig. 19), é possível constatar que a partir de 1986 se verifica uma estagnação até 1994, ano a partir do qual se inicia um acentuado decréscimo. Este facto, vem legitimar as interrogações sobre o

---

156 Anexo 11, p. 201.

157 "O pescador não aufere de um rendimento fixo, mas dependente da quantidade de pescado conseguido. Pelo sistema em vigor, depois de descontadas todas as despesas, o lucro da pesca é dividido em 40 por cento para o armador e 60 por cento para os tripulantes". (Alexandra Figueira - "Jornal de Notícias - Especial / V. N. Gaia" de 14 de Março de 1996, p. 12).

158 "Uma das principais aspirações é a integração na Lei Geral do Trabalho. Ao contrário de outros trabalhadores protegidos por um contrato geral de trabalho, que lhes confere uma segurança mínima, o pescador encontra-se numa situação de precariedade total. A legislação não o defende contra uma carga horária excessiva, não lhe confere um salário mínimo nem sequer lhe assegura a estabilidade no emprego. Não são raros os casos de pescadores despedidos sem justa causa, cuja única protecção é um Tribunal de Trabalho demasiado lento nas suas conclusões". (Alexandra Figueira - "Jornal de Notícias - Especial / V. N. Gaia" de 14 de Março de 1996, p. 12).

159 Esta relação laboral de contornos imprecisos em que ao pescador não assistem quaisquer tipo de direitos, resulta obviamente numa situação de dependência e de cumplicidades, em que os limites se tornam indefinidos.

problema da eficácia no processo de restruturação das pescas, já que a uma diminuição substancial do número de trabalhadores não corresponde um aumento de produtividade, antes pelo contrário.

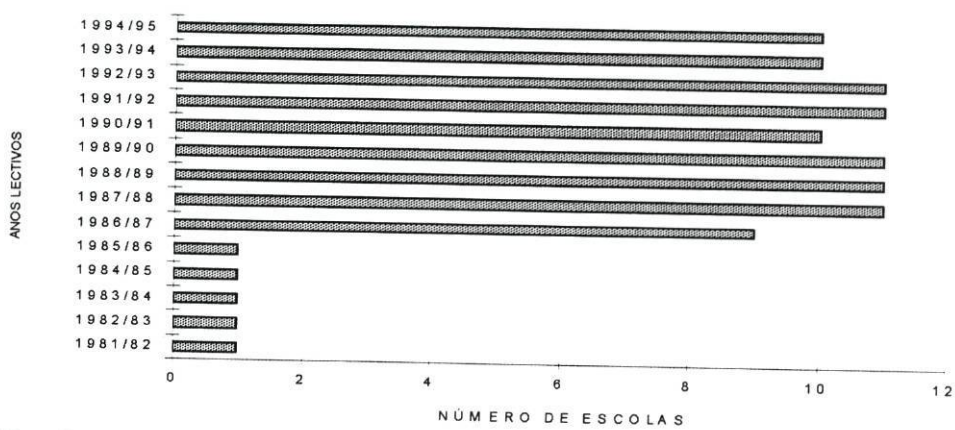
Sublinhe-se que a existência de um elevado grau de flexibilidade nas relações laborais, tendo permitido uma diminuição substancial de mão-de-obra, sem custos materiais para o tecido empresarial, contrariamente ao que seria economicamente previsível, não foi aproveitada para aumentar a eficiência produtiva, pela introdução de medidas tendentes à melhoria do desempenho profissional dos pescadores, entre outras.

Na verdade, a formação profissional constitui, sem dúvida, um factor determinante no desenvolvimento do sector, dado as embarcações de pesca modernas serem cada vez mais unidades industriais complexas impondo, por isso, uma preparação técnica especializada nos mais diversos domínios (navegação, meteorologia, detecção de recursos, conservação do pescado, organização e gestão da produção...).

Assim, a preparação dos profissionais da pesca, ante as novas tecnologias introduzidas nas embarcações, assume uma importância estratégica para a eficiência e competitividade do sector.

Nos últimos anos tem-se verificado um grande esforço de acções de formação, dirigidas sobretudo aos pescadores.[160] Este maior empenhamento é notório, a partir de 1986, na evolução tanto do número de escolas de pesca (fig. 22), como no número de formandos (fig. 23).

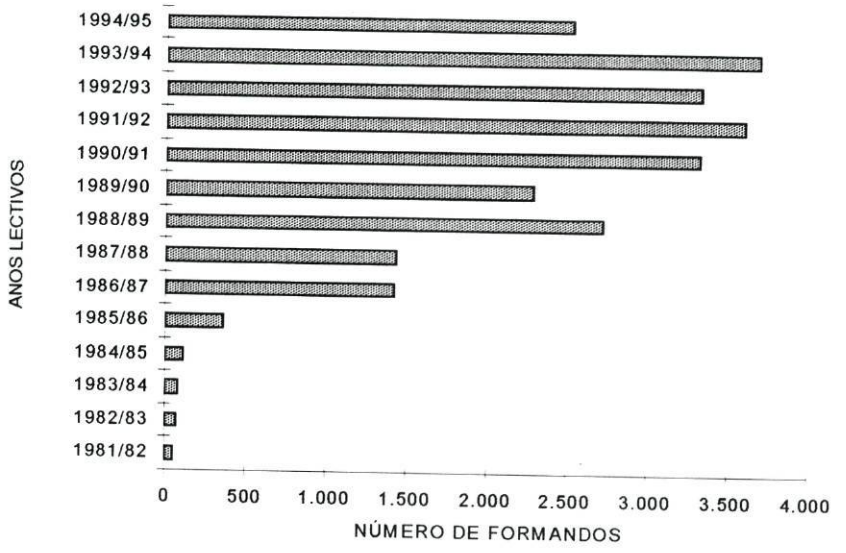
Fig. 22 - NÚMERO DE ESCOLAS DE PESCA, EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: Estatísticas da pesca, INE, Lisboa.

[160] Anexo 14, p. 203.

Fig. 23 - NÚMERO DE FORMANDOS, EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS, EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: Estatísticas da pesca, INE, Lisboa.

Estas acções dirigiram-se fundamentalmente à mão-de-obra directa, isto é, ao pessoal das embarcações, preparando-o não só para o manuseamento dos diferentes meios de pesca, como para a condução dos mesmos.

No entanto, referira-se que o âmbito da formação deveria não só ser extensível a outras actividades do sector,[161] como ter uma elevada incidência naquelas que, como a transformação do pescado, acrescentam um valor de capital importância à produção primária.

A política estrutural reflectiu-se, também, ao nível da produção primária, evidenciando, na globalidade, uma tendência regressiva, passando de 292.448 toneladas, em 1986, para 210.070 toneladas, em 1995.[162]

[161] É nosso entendimento que a formação profissional, face à crescente complexidade do exercício da pesca actualmente (não só em termos da sofisticação dos meios empregues, mas também no tocante à regulamentação condicionadora do seu exercício, exigências de mercado...), deveria ser mais abrangente, incluindo as diferentes áreas conexas, designadamente a gestão das pescas, incidindo desta maneira na formação dos próprios quadros médios e superiores da Administração Pública com ela relacionados que, embora possuindo cursos de nível médio e universitário, não detém formação especifica para as pescas, mas tão somente aquela que advém da própria prática profissional.

[162] Anexo 8, p. 197.

No entanto, é de salientar que a pesca fluvial (fig. 20), pelo contrário, regista um acréscimo significativo, embora continue a ter um peso relativo diminuto (cerca de 1%, em 1995) no valor total de produção.

A sardinha sofre uma diminuição[163] progressiva, na ordem das dezasseis mil toneladas, a partir de 1986, ano em que a produção foi de 103.451 toneladas, sendo em 1995 de 87.710 toneladas 1995.[164]

O bacalhau a partir de 1991 sofre um decréscimo significativo, passando de 20.118 toneladas, nesse ano, para 4.949, em 1995.

2.2.4. OS ESPAÇOS LITORAIS

É hoje, mais do que nunca, visível a tendência para a concentração geográfica da actividade piscatória e o seu consequente desaparecimento dos pequenos núcleos, que vão constituindo aglomerados onde a pesca se torna apenas residual.

Embora a distribuição dos núcleos piscatórios no litoral português continue intimamente relacionada com os factores de ordem física[165] que historicamente estiveram na sua génese, outros há[166] que, tendo a ver com as transformações recentes do sector,

---

163 "Fica por saber se esta diminuição tão acentuada é, de algum modo, resultado de uma reorientação da frota em consequência da crise que, nos últimos anos, tem afectado os principais clientes do sector para essa espécie (indústria conserveira) ou, caso mais grave para a matéria que nos preocupa aqui, **se se deve a uma eventual quebra de abundância do stock**. Alguns estudos realizados sobre a abundância desta espécie nas águas ibéricas explicam as **variações deste stock com base em factores de natureza climática e ambiental**, atribuindo pouca importância ao esforço de pesca exercido sobre ele". (Comissão de Coordenação da Região Norte - "O Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território na Região do Norte", Porto, Dezembro de 1995, p. 24).

164 Anexo 8, p. 197.

165 A pesca é, de todas as actividades, aquela em que os factores de ordem física assumiram maior preponderância, no aspecto locativo e, por isso, a actual distribuição geográfica dos aglomerados, sendo parcialmente uma herança do passado, justifica-se em função desses mesmos factores.

Se, por um lado, não restam dúvidas, que a morfologia do litoral e o potencial piscícola local, estiveram na origem dos múltiplos núcleos piscatórios que desde tempos remotos povoam toda a faixa costeira.

Por outro, é inquestionável o facto da abundância dos recursos halieuticos estar intimamente relacionada, não só com o substrato (morfologia e textura) e a profundidade dos fundos, mas também com os elementos do clima (vento, insolação, precipitação...).

Porém, não podemos deixar de sublinhar que a progressiva relativização desta relação ocorre à medida que a dimensão e tecnificação das pescas avança.

166 Constituem-se, a nosso ver, como factores de recente transformação do sector, em Portugal, atendendo ao seu grau de importância relativa, os seguintes:

1º) o acentuar da escassez de recursos;

se tornam manifestos no progressivo esvaziamento da actividade em muitos deles, contribuindo assim, para acelerar aquelas dinâmicas territoriais.

Se, por um lado, não há dúvida que a motorização das embarcações contribuiu para acelerar os processos de concentração espacial da actividade, por outro, restam ainda menos incertezas relativamente ao peso decisivo que a localização e o progresso das infra-estruturas de apoio às pescas, nomeadamente a melhoria das instalações portuárias, tiveram nas dinâmicas de reconfiguração territorial que se consubstanciam numa transição progressiva de um tecido socio-produtivo, marcadamente piscatório para outro que assenta em actividades dos sectores secundário e terciário.

Assim, considerando a impossibilidade de compreender a mutação acima alvitrada, relativamente à generalidade dos centros populacionais (povoações) piscatórias, cuja situação não deixa de nos preocupar, do litoral português que sofrem os efeitos conjunturais da integração económica e transformações económicas e sociais recentes, optamos pelo estudo do caso de uma pequena povoação piscatória fixada há longos anos nas proximidades dos grandes centros urbanos do Porto e de Vila Nova de Gaia.

Deste modo a povoação da Afurada, freguesia ribeirinha do concelho de Vila Nova de Gaia, mostra-se-nos como um caso passível de ilustrar a problemática que vimos debatendo e de nos permitir, pelas conclusões a que cheguemos, extrapolar para localidades eventualmente inseridas em contextos e problemáticas similares.

2°) o novo regime jurídico dos mares e o consequente desaparecimento da liberdade de pesca;
3°) a abertura ao exterior e a globalização da economia;
4°) a integração europeia.

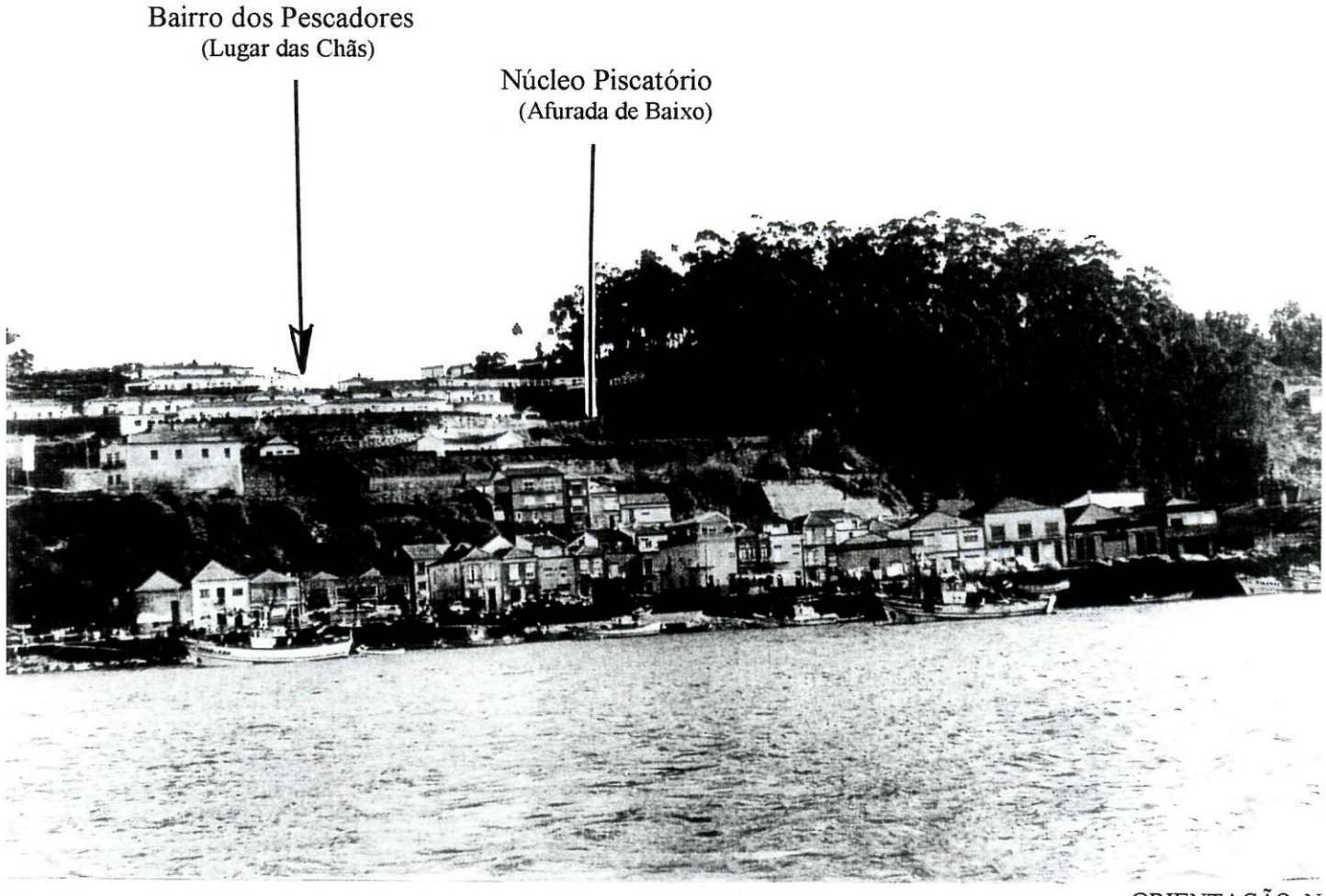
PARTE II - ESTUDO DE CASO: - O NÚCLEO PISCATÓRIO DA AFURADA

1. O NÚCLEO PISCATÓRIO DA AFURADA

A Afurada é uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia, situada na margem esquerda do estuário do rio Douro.

Desde tempos recuados, por motivos geográficos e sociais, constituiu um povoado isolado e marginal do concelho de Gaia. Se, relativamente aos primeiros, grande parte da responsabilidade caberá à própria topografia (fig. 24), nomeadamente ao pendor da vertente do Douro em que se instala, voltada de costas para a sede e restante território municipal, sendo a via fluvial o principal elo de ligação com o espaço exterior, no que toca aos aspectos sociais e, logo culturais, a principal actividade económica em que a sua população se ocupa será a principal responsável.

Fig. 24 - O NÚCLEO PISCATÓRIO DA AFURADA - 1977



ORIENTAÇÃO: Norte - Sul

Fotografia realizada em 1977.

Com efeito a pesca e a comercialização do pescado, enquanto actividades desenvolvidas no exterior - no mar e nos mercados da cidade do Porto, após a travessia do Douro - nada tinham de comum com a vida dos munícipes gaienses, predominantemente agrícola os das áreas exteriores à sede municipal e, industrial e de comércio e serviços, todos quantos labutavam nesta e nas suas imediações, ou do outro lado do rio, no grande centro empregador determinante na orientação para o trabalho da maioria dos gaienses.

Em termos gerais seria deste modo que se estruturava o tecido produtivo e o emprego em Vila Nova de Gaia, concelho do qual a Afurada sempre esteve ausente, ante as dificuldades impostas pela fraca rede de acessibilidade e transportes públicos disponíveis.

Assim, embora formalmente, os destinos administrativos, fossem conduzidos pela autarquia, no fundo, era no mar e na cidade do Porto que a sua economia se inscrevia através da produção e comercialização de pescado.

Porém, em 1963, toda esta situação se alterou radicalmente com a nova infraestrutura de ligação entre as duas margens do Douro, ou seja a Ponte da Arrábida, sobre a qual passou a assentar a autoestrada de ligação ao sul, colocando este centro piscatório a cinco minutos do Campo Alegre e da Boavista, áreas de expansão da cidade do Porto, ora por influência da planificação institucional e autárquica, ora por uma extensão natural da população e das actividades económicas para espaços mais qualificados económica e socialmente do oeste do concelho, em direcção ao mar e à Foz do Douro.

A crescente ocupação do eixo Campo Alegre-Rotunda da Boavista pela função residêncial e serviços de elevado potencial económico e qualidade, a contracção do espaço provocado por estes "invasores" despertou a atenção para a outra margem próxima do Douro, precisamente a Afurada. O espaço livre disponível, passível de ser comercializado a baixo custo, como ainda a alienação do património, nomeadamente de terrenos e habitações da população piscatória, empobrecida pela crescente dificuldade posta pelo estuário do Douro, constituíram factores relevantes numa primeira usurpação dos domínios dos autóctenes, incapazes de rivalizarem com o poder económico desses

"invasores" e com a sua cobiça por espaços próximos do grande centro empregador que é a cidade do Porto, e livres da poluição que a intensa circulação citadina sempre causa.

Se estas duas primeiras fases se demarcam de forma distinta na alteração continuada do tecido sócioeconómico da Afurada, com consequências importantes na posse, valorização e utilização de um solo, mais fundamental se revelou a recente lógica de localização das grandes superficies comerciais, que elegem as vias rodoviárias, a sua proximidade e os terrenos amplos e de reduzido valor como factores de optimização locativa das suas infraestruturas.

Assim, e porque se impõe verificar os aspectos que acima foram referidos e presumivelmente estarão na base da evolução do núcleo da Afurada passamos, de seguida, a uma análise retrospectiva da problemática que encerra a freguesia e a população da Afurada. O estudo deste caso, pelas razões já enunciadas, parece-nos passível de abordar e enquadrar na problemática e evolução das pescas em Portugal Continental, constituindo, contudo, as complexidades locativas geradas pela expansão urbana da cidade do Porto, um factor fundamental para a área, que não para espaços onde só a conjuntura da Política Comum de Pescas interfere.

1.1. A ORIGEM DA POVOAÇÃO

Procurando estabelecer as raízes históricas da povoação, foi possível apurar que a Afurada é já citada em documentos do século XIII, especialmente no Foral de Gaia de D. Afonso III, em 1255, onde são feitas alusões à actividade piscatória.

Efectivamente, nesta Carta de Foral "...dada pelo rei D. Afonso, Conde de Bolonha, em Setembro de 1255, faz-se referência aos direitos do Mordomo relativos às pescarias tanto nas «abargas» da Afurada, como nas de Arrinhos (Areinho)".[167]

Cerca de trinta anos mais tarde, este núcleo piscatório é referenciado no Foral de D. Dinis, em 1288.[168]

---

[167] Óscar Fangueiro - "Achegas Sobre o Passado da Pesca no Rio Douro", Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Dezembro de 1987, p. 121.

[168] "Dom Dinis, em 1288 confirmou que os pescadores de Vila Nova de Gaia pagassem um quinto, do que pescassem em Furada, e um sexto, do que pescassem nos pesqueiros do Areinho que fica

Pela reforma do Foral de Gaia, de D. Manuel I, em 1518 este lugar é de novo citado a propósito dos impostos que recaíam sobre a actividade. Assim, os que pescassem "...no arynho da furada homde chamam Sam payo abaixo de Gaya no fundo de Santa Caterina, e do que pescam em outra pesqueira que chamam Veiga do Arynho de Sam Martynho pagarám o seisto por direito de comdado, além dos dizimos".[169]

Como particularidade a assinalar, revela-se a contínua citação do nome de *Furada* nesses documentos o qual, segundo parece, só em meados do século passado evoluiu para Afurada, o que resultou da próstese do "A".

No entanto, durante o século passado, este local era designado de *Aforada*, tendo sido, desde logo, indevidamente associado ao *aforamento* dos terrenos à Câmara, primeiro do Porto e, depois, de Vila Nova de Gaia.[170]

Ainda se conhece uma citação mais recuada, a propósito da Afurada, pois é referenciada por Sanhoame de Furada (S. Joanne) no livro de linhagem de D. Pedro, e parece ter constituído o palco do rapto da mulher de Ramiro II de Leão por um Emir.[171] Deste facto, poder-se-á deduzir que o local era já conhecido antes da nacionalidade.

---

em S. Paio, hoje conhecido por Cabedelo...". (Joaquim de Araújo - "História da Afurada", Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, 1992, p. 10).

[169] Óscar Fangueiro - "Achegas Sobre o Passado da Pesca no Rio Douro", Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Dezembro de 1987, p. 123.

[170] A título de curiosidade atente-se num parecer sobre o *Aforamento* de terrenos da Afurada existente no Arquivo Geral da Câmara Municipal de Gaia: "Por Alvará Régio de 30 de Março de 1812 foi autorizada a Câmara Municipal do Porto a aforar por escritura do mesmo mez e ano e arquivada no arquivo da referida Câmara, ao Snr. Vicente de Mello de Noronha Leme e Cernache uns terrenos desde a ponte do Aveiro à Afurada até ao Cabedêlo, alguns ainda cobertos pelo rio Douro, para aquele snr. mandar aterrar em seu proveito.

Em 1834 foi constituída a primeira Câmara Municipal de Gaia, e n'essa data passaram para esta Câmara, todos os direitos que a Câmara Municipal do Porto tinha em Gaia, razão porque sou de opinião, que êsses terrenos são pertença da Câmara Municipal de Gaia, assim como o foram da Câmara Municipal do Porto, até aquela data.

Acho porém, conveniente que seja consultada a escritura em referência, ou pedida uma certidão da mesma afim de se apreciar melhor o assunto". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Parecer sobre os terrenos d'Afurada", datado de 28 de Julho de 1929).

[171] "Outro documento em que vem referida, a propósito do rapto da mulher de D. Ramiro II de Leão, por certo Emir, é o livro de linhagem de D. Pedro, em que é designada por Sanhoane de Furada (S. Joanne)". (Celeste Malpique - "Ausência do pai / Estudo Sociopsicológico na Freguesia de S. Pedro da Afurada - Vila Nova de Gaia", Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, 1984, p. 123).

Embora referenciada em séculos remotos como local físico onde decorriam várias pescarias, à varga[172] em especial, continua a constituir um atractivo para a pesca, e passa à categoria de povoação em meados do século passado, contribuindo para tal a fixação de pescadores provenientes de várias localidades do litoral norte, como sejam: Espinho, Ovar, Murtosa[173] e mais recentemente, de Matosinhos.

Se no início esses pescadores construíram casas de madeira sobre estacas - *os palheiros* - com o tempo foram sendo substituídas por residências permanentes, estas já edificadas em pedra.[174]

Com o volver dos anos o núcleo da Afurada foi-se desenvolvendo, facto difícil de constatar pela consulta estatística, mas facilmente perceptível pelas manifestações da comunidade, quer de índole religiosa, quer na criação de instituições que revelam a cooperação de necessidades sentidas.

---

[172] A *Varga* é uma armadilha para a pesca correspondendo, em nossa opinião, a uma *rede de emalhar de um só pano.*

A este propósito, Armando de Castro (1966) afirma que: "As «vargas» foram um instrumento intermediário entre o simples uso de ramos de árvore e o emprego de utensílios mais produtivos e exigindo uma elaboração mais complexa do que o simples corte de ramagens. Consistia em armadilhas, primitivamente feitas com ramos de árvores entrelaçados ou vergas; posteriormente, deu-se essa mesma designação a alguns tipos de redes.

Como exemplificou Viterbo (no Elucidário..., palavra Abbarga) o foral dado aos moradores de Gaia pelo rei Afonso III em 1255 falava nas vargas do soberano colocadas em dois pontos do rio Douro, no Arainho, pouco mais ou menos em frente a Campanhã, e mais a jusante, já próximo da foz, na Afurada". (Armando de Castro - "A Evolução da Economia de Portugal", Vol. IV, Portugália Editora, Lisboa, 1966, p. 361).

O actual Pároco da Afurada ao referir-se a este tipo de pesca descreve-a com elevado pormenor dizendo que: "Havia várias modalidades de pesca, mas a mais importante era a pesca da Varga, que é uma rede de arrastar para terra. Noutras terras piscatórias, essas redes eram puxadas, para terra, por várias juntas de bois. Aqui não havia lavradores, por isso a pesca era feita, puxando as redes por força humana. Os sócios das várias Companhas da Varga, assalariavam pessoas, mesmo mulheres ou até "Rabelos ou Vilões", como aqui se designavam os que não eram de cá naturais, especialmente do Minho ou Douro, quando para aqui arribavam por motivos de trabalho, ou de amor. A distribuição do pescado, ou do produto da sua venda era por quinhões. Assim tantos quinhões por cada sócio patrão, tantos para a rede, tantos para a bateira, um quinhão para o vertedouro, apreste próprio para escoar as águas que entravam no barco. Assim tantos quinhões se faziam que, para os desgraçados dos assalariados ocasionais, pouco restava". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 13).

[173] Baldaque da Silva ao referir-se à Afurada diz que "Este centro de pescarias é constituído na maior parte pelos pescadores emigrantes da ria de Aveiro, principalmente da Murtoza,...". (António Arthur Baldaque da Silva - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, p. 107).

[174] "Como o terreno era arenoso, a construção era em estacaria, só mais tarde, os alicerces seriam em pedra e betão". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 12).

Como é sabido, a Afurada encontra-se um pouco à mercê das cheias do Douro[175] e dos temporais marítimos, fenómenos naturais a que a população responde em termos de culto ao sobrenatural, de onde lhe advém um equilíbrio psicológico, ou consubstanciando essas respostas em realizações que contribuem para o bem estar social.

De entre essas realizações destacam-se a construção de uma creche[176] (figs. 25 e 40) inaugurada em 14 de Julho de 1893, para instalar os órfãos dos pescadores vitimados por um naufrágio anterior.[177]

Entretanto, em 1894, e em resultado do crescimento demográfico, iniciou-se a construção de uma capela (figs. 26 e 27) para o culto religioso a qual, anos mais tarde, em 1909, foi parcialmente destruída pela barca América, que com ela chocou ao ser arrastada pelas águas do Douro na cheia ocorrida nesse ano.[178]

---

[175] Desde sempre que os Afuradenses "(...) se acostumaram às periódicas cheias do rio Douro. Muito cedo nos fomos habituando às inundações ribeirinhas, à problemática de quando acabarão as cheias, aos problemas sócio-económicos que elas acarretam; fomo-nos habituando, ainda, a ver embarcações rio abaixo, sem comando; às multidões extasiadas com a força das águas e à expectativa de ver o que vai rio abaixo. Desde crianças que fomos ouvindo o narrar de acontecimentos, alguns deles trágicos, enquadrados na agitação constante em que se movem as pessoas em tempo de cheia; desde sempre que nos fomos habituando ao espectáculo único da subida das águas e da quase impotência do povo em defender-se perante tal fenómeno da natureza". (Maria Alexandra M. Barbosa Barrote e Maria Beatriz Fernandes Tato Leite Coutinho - "As Cheias do Rio Douro", Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro 25 de Abril a 2 de Março de 1986, Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vol. V, V. N. de Gaia, 1987, p. 50).

[176] O edifício da «Creche da Afurada» encontra-se proposto para ser classificado como Monumento constando "...na lista do Inventário do Património Construído de V. N. de Gaia (Edital de 23 de Julho de 1989) e respectivos Aditamentos aprovados pela Câmara Municipal". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - "Relatório do Plano Director Municipal", V. N. de Gaia, Outubro de 1993, pp. 122-123).

Este imóvel serve, actualmente, de «abrigo a famílias que não têm casa e aqui remedeiam gratuitamente». (Joaquim de Araújo, 1992, p. 15).

[177] O naufrágio que ocorreu a 27 de Fevereiro de 1892 foi, sem dúvida, uma das catástrofes mais marcantes em Afurada.

O Padre Joaquim de Araújo ao aludir a este triste acontecimento refere que: "Nessa data morreram afogados muitos pescadores, deixando as viúvas e filhos, que ficaram orfãos, em tenra idade. Logo se criou um movimento de solidariedade e foi dado o nome desta catástrofe a uma rua de Afurada, chamada Rua 27 de Fevereiro. Faleceram 35 pescadores, entre eles os mestres...

Desse movimento de solidariedade, para com o povo de Afurada, especialmente orfãos e viúvas, nasceu a ideia da construção de uma creche". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 14).

[178] A cheia ocorreu de 19 a 25 de Dezembro de 1909, tendo atingido a cota de 5,16 metros no cais da Ribeira.

"No dia 23 a enchente atingiu a sua culminância - 11 milhas por hora e à 1 h da tarde a distância entre o tabuleiro inferior da Ponte D. Luís e a água é de 80 cm! (a altura das águas ultrapassou, em 1 metro, a cheia de 1860). Por esse motivo, foram tomadas providências no sentido de demolir o referido tabuleiro, com explosivos em caso de máxima necessidade". (Maria Alexandra M. Barbosa Barrote e Maria Beatriz Fernandes Tato Leite Coutinho, 1987, p. 58).

Embora alvo de restauro, a capela foi, em 1955, encerrada ao culto, devido não só ao seu avançado estado de degradação, como também pela exiguidade do espaço, dando lugar, após a sua posterior demolição, à actual Praceta de São Pedro[179] (fig. 40).

Naquele ano, teve por isso, lugar a inauguração de uma nova Igreja Paroquial, em substituição da primitiva, embora com alguma resistência dos populares devido à sua "modernidade".[180]

Contudo, impunha-se a construção de uma igreja de maiores dimensões, como forma de corresponder ao crescimento populacional que, entretanto a Afurada apresentou que, em 1945, somava mais de cinco mil habitantes.

Em conformidade com o inegável desenvolvimento da povoação, foram várias as vozes que, vindo a público, começaram a colocar a questão da independência quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o aspecto administrativo em relação à freguesia de Santa Marinha, da qual eram parte integrante.[181]

---

[179] Com o encerramento da capela ao público e a consequente degradação do edifício, ameaçando mesmo perigo de desabamento, iniciou-se o processo de demolição, embora por várias vezes interrompido devido à vontade da população em manter de pé aquele que, tendo sido o seu primeiro templo, era o símbolo da sua devoção.

No entanto, decorridos que foram vários anos, veio aquele espaço a dar lugar, em 19 de Outubro de 1969, à actual Praceta de S. Pedro. (Joaquim de Araújo, 1992, pp. 120-128).

[180] "Quando visitámos a Igreja e conversámos com o seu pároco, o Pe. Joaquim de Araújo, compreendemos a dificuldade que teria tido em fazer aceitar àquela comunidade tradicional, uma igreja de traços arquitectónicos modernos em que impera a sobriedade, para não falarmos de certa frieza. As estátuas dos santos, esculpidas em madeira, alinham-se ao longo da parede sul, sem altares, quase despersonalizadas, austeras, num contraste total com as imagens tradicionais. A população reagiu na altura e chamava-lhes «os santos pretos»; não podiam reconhecer neles os ídolos da sua devoção.

Quem conheça a forte religiosidade dos pescadores e a necessidade psicológica profunda em que ela se filia, pelo permanente risco do mar, compreenderá a importância sociocultural deste acontecimento". (Celeste Malpique, 1984, p. 140).

[181] A titulo de exemplo atente-se num dos artigos sobre o assunto: "O lugar da Afurada, um dos extremos da freguesia de Santa Marinha, é aquele que se divisa á beira-rio, junto a Massarelos, onde vive uma das mais típicas e numerosas colónias piscatórias do Norte.

O lugar conta para cima de cinco mil habitantes que, na sua maioria, labuta na vida do mar.

O lugar divide-se em Afurada de Cima e Afurada de Baixo, com muitas ruas paralelas umas às outras especialmente a zona que fica junto ao rio.

O populoso lugar onde existe, também comércio desenvolvido, segundo o Código Administrativo em vigor tem condições para formar uma freguesia civil.

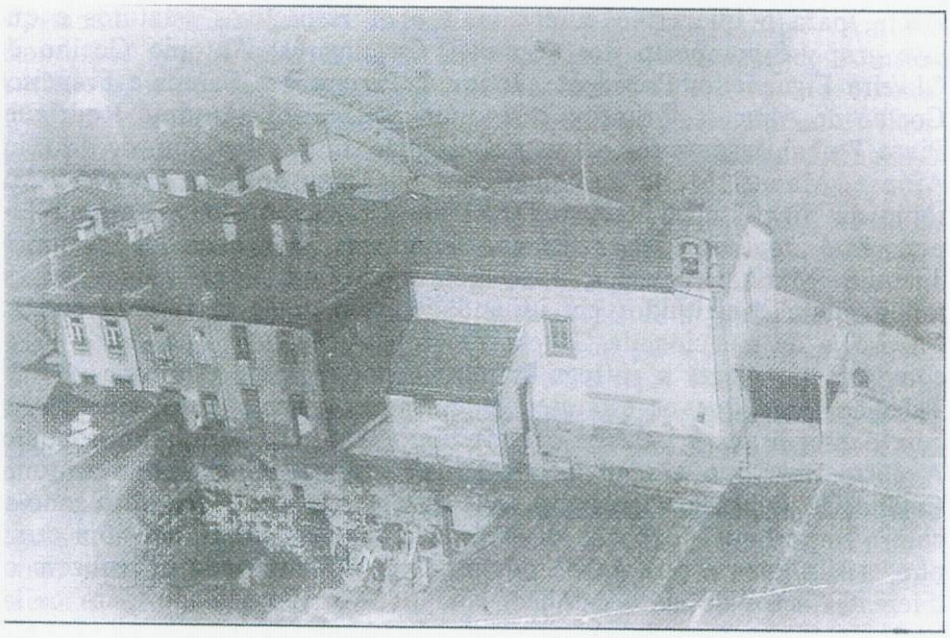
Um grupo de Afuradenses estão animados da melhor vontade, para apresentarem o desejo do povo de Afurada, ás instancias superiores". (Comércio do Porto, 14 de Junho de 1945).

Fig. 25 - EDIFÍCIO DA CRECHE DA AFURADA (INAUGURADO EM 1893)



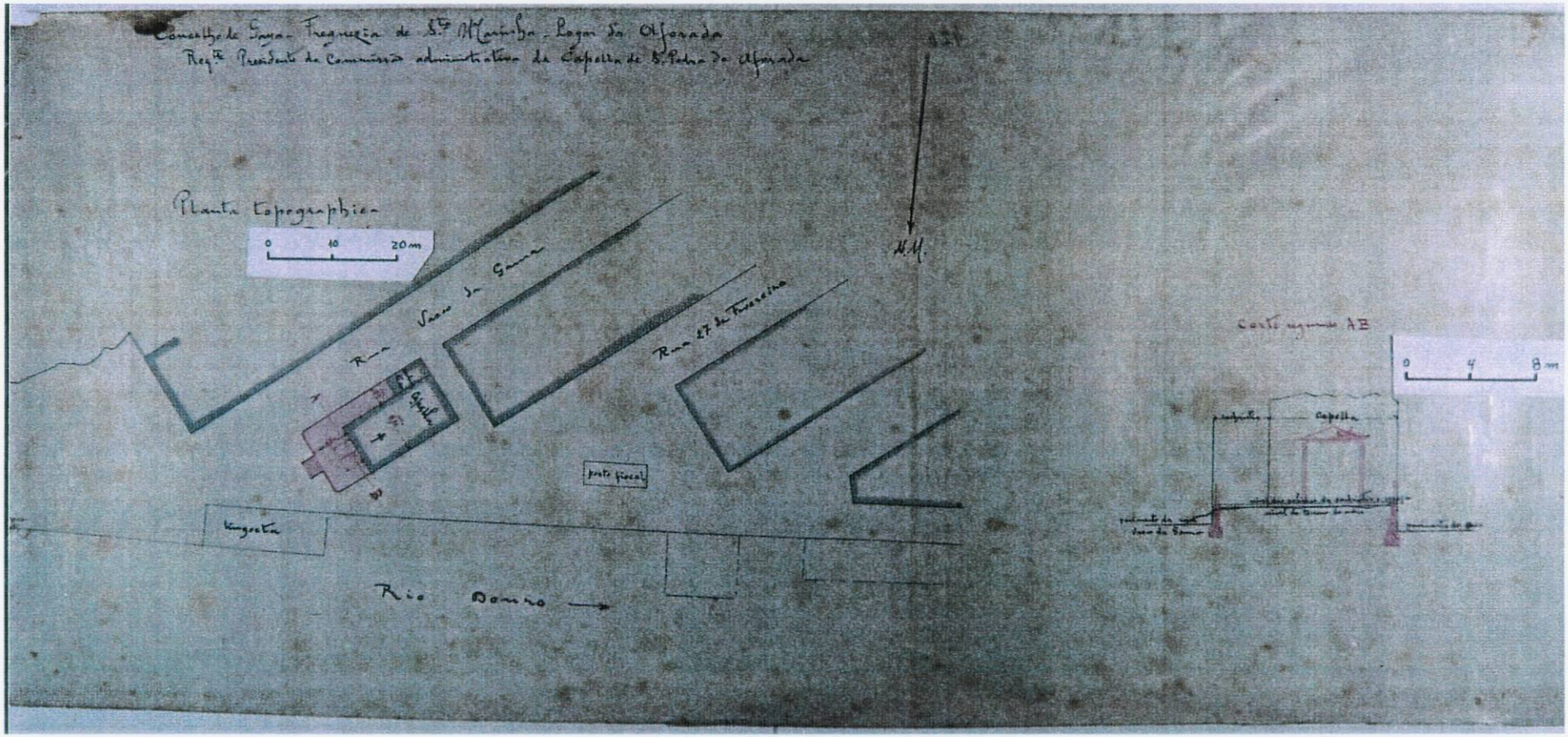
Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

Fig. 26 - EDIFÍCIO DA PRIMEIRA CAPELA DA AFURADA (CONSTRUÍDO ENTRE 1894 E 1898)



Fonte: Joaquim de Araújo, *História da Afurada*, 1992, p. 21.
Nota: Este edifício localizava-se no espaço ocupado pela actual "Praceta de São Pedro".

Fig. 27 - LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CAPELA DA AFURADA (CONSTRUÍDA ENTRE 1894 E 1898)



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral, "Processo de Criação da Capela da Afurada, P73SM", 1903.

Assim, fruto de um crescimento populacional notável, impunha-se a criação de uma paróquia,[182] primeiro sintoma de autonomia religiosa, o que veio a ocorrer em 1952.

Nesse mesmo ano ascendeu à categoria de freguesia civil,[183] sob a designação de São Pedro da Afurada, destacando-se da freguesia de Santa Marinha.

Pela leitura do Decreto-Lei que consagrou a sua génese pode verificar-se uma coincidência total com os limites, já anteriormente definidos, pela Igreja aquando da criação da paróquia. Refira-se que, a nível do país, este terá sido um dos raros exemplos em que uma freguesia canónica precede a criação da freguesia civil, o que evidencia a autonomia já então conseguida pela comunidade piscatória da Afurada.

Este processo de autonomia e a consequente definição territorial, não se fez sem alguma conflitualidade,[184] dado ter sido incluída na petição de criação da freguesia, para além dos limites actuais, o lugar contíguo de São Paio, onde se encontrava a Fábrica de Conservas de Afurada e um estaleiro de construção naval, o qual efectivamente, e em

---

[182] O início do funcionamento da nova paróquia, ocorreu a 2 de Fevereiro de 1952, por determinação do Bispo do Porto, Dom Agostinho de Jesus e Sousa, assinada em 31 de Dezembro de 1951.

[183] A freguesia de S. Pedro da Afurada com sede na povoação da Afurada foi criada pelo Decreto-Lei nº 38637 de 9 de Fevereiro de 1952 (Diário do Governo nº 30, I Série de 09.02.1952).

A nova freguesia é, neste diploma, delimitada da seguinte forma: "pelo norte e poente o rio Douro, desde a antiga fábrica Calheiros (hoje Corticeira do Norte), inclusive, até ao regato denominado Rio de Baixo, que serve de limite entre a freguesia de Santa Marinha e a de Canidelo; pelo sul o dito regato e até ao lavadouro público conhecido por tanque de Santarém, e do nascente pelo muro de vedação da Quinta das Chãs, desde o aludido lavadouro até à Rua das Chãs, seguindo a mesma rua, pela direita, até interceptar a Rua de Camilo Castelo Branco, e continuando por esta última, pela esquerda, até à estrada da Fábrica Calheiros, junto da qual termina".

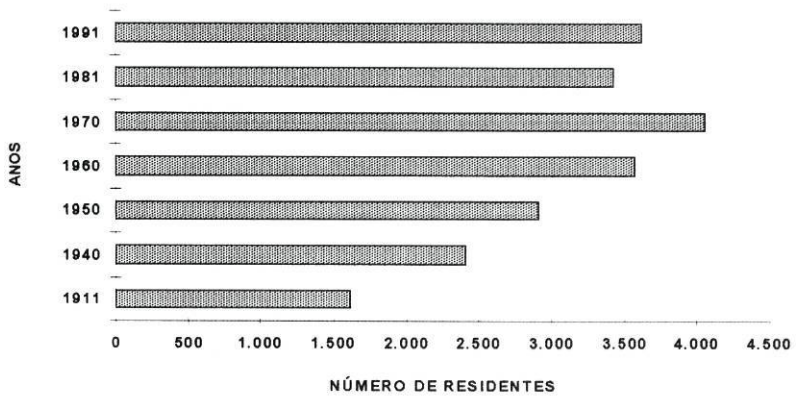
[184] É interessante, determo-nos na exposição feita pelos habitantes da freguesia do Canidelo, ao Governador Civil do Porto, em que a dado passo pode ler-se: "Certos de que os habitantes do lugar da Afurada, da vizinha freguesia de Santa Marinha deste concelho de Gaia, procuram tornar-se independentes da freguesia mãe a que pertencem, e, para isso, criar a freguesia civil da Afurada; e querendo eles que o populoso e bairrista lugar do S. Paio e Bairro, desta freguesia de Santo André de Canidelo, - a que felizmente aquele lugar pertence e queremos que continue a pertencer de futuro, - seja integrado na projectada freguesia da Afurada, para o que, abusivamente, já andaram, em comissão, a colher assinaturas, naquele lugar; nós, os abaixo assinados, autoridades e chefes de família de Santo André de Canidelo, mui respeitosamente e com o preito de toda a nossa veneração, tomamos a liberdade de vir junto de V.Ex.ª. e de Quem de Direito, - a quem, fazendo-nos justiça, apresentará esta exposição, - vir protestar contra o inqualificável abuso da recolha de assinaturas, em terra alheia, para tal fim, e mostrar a V.Ex.ª. e á respectiva Entidade Superior da Nação a nossa vontade forte e inquebrantável, e o desejo ardente, que temos, de que aquele lugar continue a pertencer de futuro á freguesia de Santo André de Canidelo, e não a outra...". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Processo de Criação da Freguesia de S. Pedro da Afurada - Exposição dos residentes na freguesia de Santo André de Canidelo", datado de 26 de Julho de 1945).

nosso entendimento, teria mais a ver com Afurada, do que propriamente com a freguesia de Canidelo, na qual se integra.

1.2 A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Através do estudo da evolução da população residente no aglomerado da Afurada, até 1940, e posteriormente na freguesia de S. Pedro da Afurada (fig. 28), é possível individualizar dois períodos na dinâmica demográfica deste espaço.

Fig. 28 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA AFURADA (1911/1991)



Fonte: Recenseamento Geral da População, 1960/70/81/91, INE, Lisboa.
Nota: Os valores relativos a 1911 e 1940 foram fornecidos pelo Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal de V. N. de Gaia; O valor relativo à Afurada em 1950 é citado pela Dr.ª Celeste Malpique.

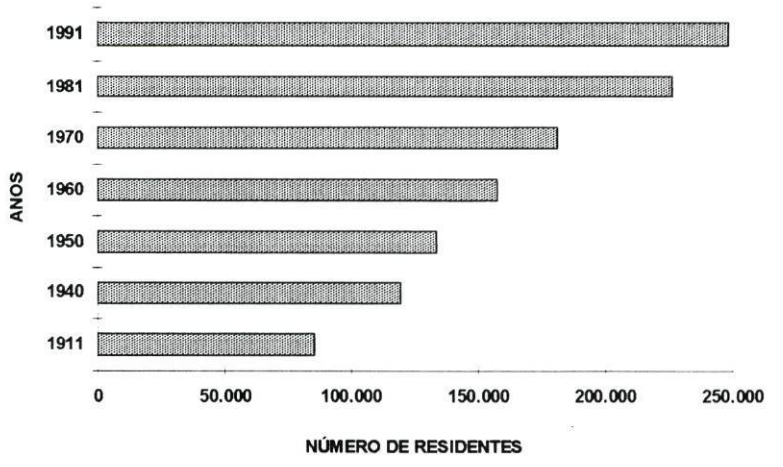
Entre 1911 e 1970 é notório um crescimento demográfico progressivo, passando de 1.613 para 4.055 residentes.[185] Identificando-se, a partir daquela altura, um segundo período em que se verifica uma certa estabilidade.

Efectivamente, de 1911 a 1940 este núcleo acusou um crescimento bastante acentuado, na ordem dos 49,7%, passando de 1.613 para 2.414 residentes.[186]

Esta dinâmica demográfica é ainda reforçada quando comparada com a evolução da população residente do concelho (fig. 29) de que é parte integrante, em que se assiste apenas a um crescimento na ordem dos 39,3%.

[185] Anexo 15, p. 203.
[186] Anexo 15, p. 203.

Fig. 29 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA (1911/1991)



Fonte: Recenseamento Geral da População, 1960/70/81/91, INE, Lisboa.
Nota: Os valores relativos a 1911 e 1940 foram fornecidos pelo Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal de V. N. de Gaia.

De 1940 a 1950 a tendência geral de crescimento da população mantêm-se, cifrando-se em 20,5%, enquanto no concelho apenas se regista um valor de aproximadamente 11,9%.

Entre 1950 e 1960 é possível observar uma continuidade da tendência de crescimento evidenciada no período anterior, cifrando-se agora num valor próximo dos 22,8%, o que demonstra uma efectiva capacidade na fixação de população. Assinale-se que, a nível concelhio, apenas se regista um crescimento na ordem dos 17,6%.

Na década seguinte (1960/1970), a freguesia começa a ressentir-se do surto de emigração[187] que atravessa todo o País, apresentando valores de crescimento que, embora positivos (na ordem dos 13,5%), são significativamente inferiores aos do período antecedente. Assinale-se que este pendor migratório também se faz sentir em termos concelhios, verificando-se um crescimento bastante inferior ao período precedente, de aproximadamente 15,1%.

O declínio demográfico na freguesia é visível entre 1970 e 1981, apresentando valores de crescimento negativos na ordem dos quinze pontos percentuais.

[187] A este propósito Celeste Malpique refere que o "(...) movimento de emigração é mais notório desde 1960 e acompanha o surto migratório de todo o país. Resultou, em parte, das grandes carências económicas pelo fraco rendimento da pesca artesanal e da quebra da pesca do bacalhau na Terra Nova". (Celeste Malpique, 1984, p. 130).

Fenómeno, a nosso ver, intimamente relacionado com o acentuar do surto migratório, já referenciado, que aqui se fez sentir com maior ênfase numa fase mais tardia.

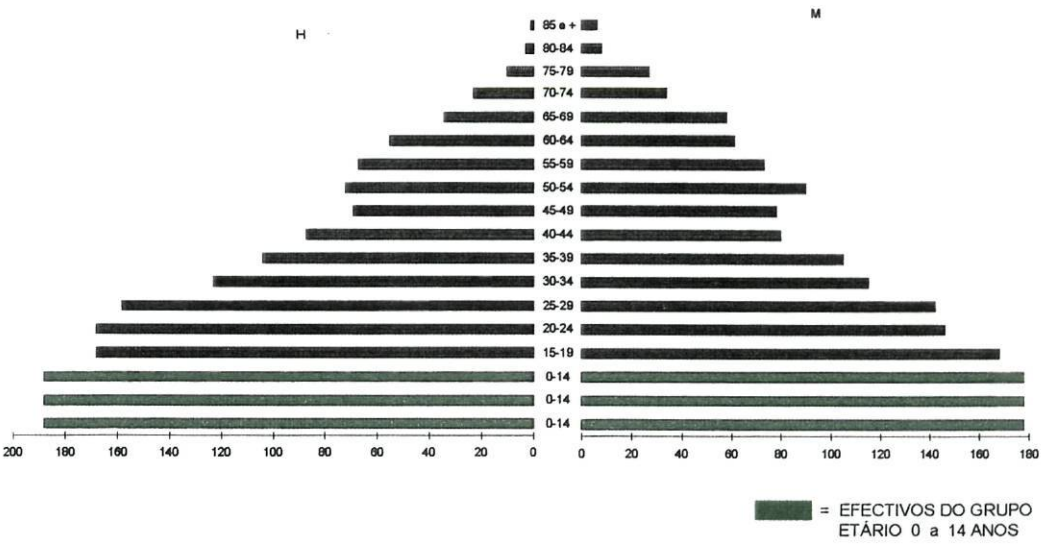
Este facto é ainda mais marcante se atendermos ao comportamento demográfico do concelho que, contrariando aquela tendência, apresenta nesta década um crescimento positivo na ordem dos 25%.

Por último, e no que concerne ao período entre 1981 e 1991 é possível observar um crescimento que, embora diminuto, se cifra em aproximadamente 5,4%. O concelho apresenta um crescimento ligeiramente superior com cerca de 9,8%.

1.3 A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Podemos considerar, de uma forma geral, a pirâmide etária relativa a 1981 (fig. 30), representativa de uma população ainda jovem, já que o número de indivíduos até aos vinte anos de idade representa cerca de 42% do efectivo total.[188]

Fig. 30 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1981



Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa. 1981.
Nota: Os efectivos do grupo etário 0 a 14 anos encontram-se uniformemente distribuídos pela área assinalada a verde, dada a inexistência de valores desagregados para os grupos de idades de 0/4, 5/9 e 10/14.

188 Anexo 16, p. 204.

É de assinalar a acentuada diminuição de indivíduos do sexo masculino na classe etária 35/49 anos. Este facto poderá estar, segundo a nossa opinião, relacionado com as diferentes fases do ciclo migratório, correspondendo a uma franja da população afectada pelo surto emigratório de 1950/60.[189]

Verifica-se também uma diminuição de efectivos do sexo feminino nas idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos, o que eventualmente poderá ter a ver com o fenómeno migratório assinalado, neste caso devendo-se ao acompanhamento dos maridos.

Relativamente à diminuição da população nas classes 35/39 anos, somos de opinião que esta é consequência da elevada taxa de mortalidade infantil ocorrida durante o período de 1940/45, o qual coincide com o segundo conflito mundial e que no caso português se faz sentir por uma vasta crise económica e expansão da tuberculose.

Aliás, nos anos cinquenta, a taxa de mortalidade infantil atingia ainda valores bastante elevados indiciando as más condições de vida da população.

As condições de insalubridade eram alarmantes: a mortalidade infantil, das mais elevadas do país (nos anos de 1952-53 em 1000 nascimentos morriam na Afurada 258 crianças, enquanto no concelho de Vila Nova de Gaia, 190, na cidade do Porto 111,5, para uma média nacional de 94,5). Assim, embora as famílias fossem prolíferas, tinham uma média de 3 filhos. A incidência de tuberculose, tinha e tracoma era elevada (Malpique, 1984).

É igualmente provável que haja relação entre a diminuição do número de homens e a ocorrência da guerra colonial (1961/1975), devido à mortalidade masculina.

O facto de existir um baixo efectivo na classe 60/64 anos, embora mais acentuado no sexo masculino, estará provavelmente relacionado, por um lado, com a mortalidade infantil (epidemia de 1918) e, por outro, com a diminuição da taxa de natalidade devido ao fenómeno da emigração que, nesta altura, se fez sentir predominantemente para o Brasil.

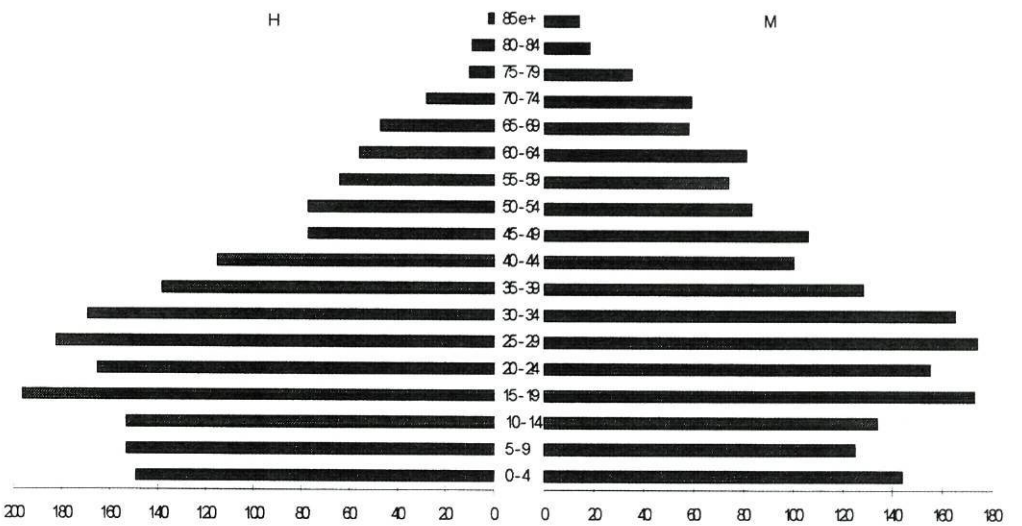
---

[189] "A emigração portuguesa do segundo pós-guerra conheceu, fundamentalmente, dois pontos altos. O primeiro entre 1955-1956, tendo ainda o Brasil como principal destino. O segundo terá tido início em 1963-1964 e estende-se até 1973-1974, quando a crise económica europeia refreia a procura desenfreada da mão-de-obra não especializada dos países periféricos, iniciada cerca de 10 anos antes. Esta segunda leva teve a Europa como principal destino e revestiu-se de uma particularidade: o enorme peso das saídas clandestinas". (José Mattoso - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994, Vol. VII, p. 421).

A pirâmide, de uma maneira geral, mostra um certo desequilíbrio entre o número de indivíduos de ambos os sexos, com superioridade do feminino em que se regista um valor superior de efectivos. A este facto não será alheio, por um lado, o fenómeno das migrações se fazer sentir mais nos homens e, por outro lado, devido a um índice de mortalidade superior na população masculina.

No que concerne à pirâmide etária relativa a 1991 (fig. 31), constata-se a permanência de uma população ainda jovem, já que o número de indivíduos até aos vinte anos de idade representa 33,9% do efectivo total.[190]

Fig. 31 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1991

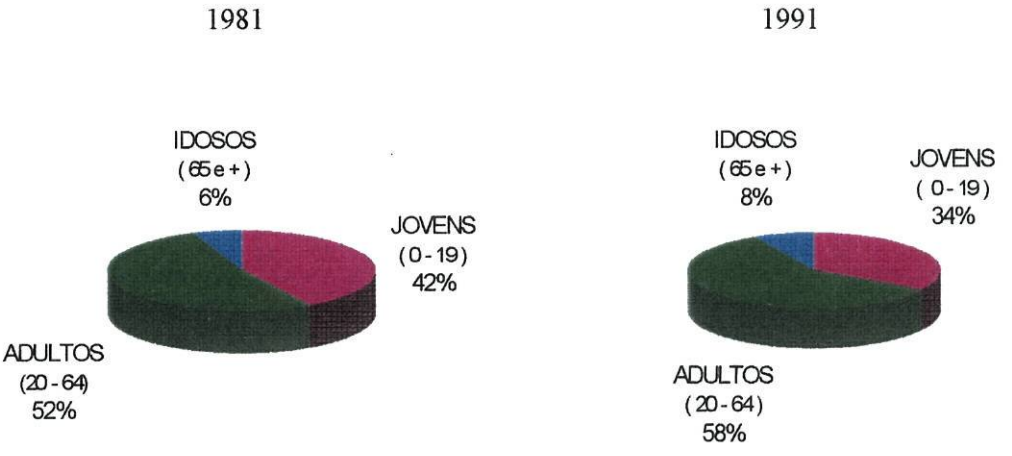


Fonte: Recenseamento Geral da População, INE, Lisboa. 1991.

Porém, será oportuno assinalar que a população idosa (com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos) apenas representa 8% do total (fig. 32), ou seja 280 pessoas.

190 Anexo 17, p. 204.

Fig. 32 - A ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA FREGUESIA DE S. PEDRO DA AFURADA (1981 e 1991)



Fonte: Recenseamento Geral da População, 1981/91, INE, Lisboa.

Da análise da evolução da estrutura demográfica (fig. 32) é ainda possível observar o progressivo envelhecimento da população desta freguesia, patente no crescimento do grupo dos adultos e idosos e na consequente diminuição do grupo dos jovens.

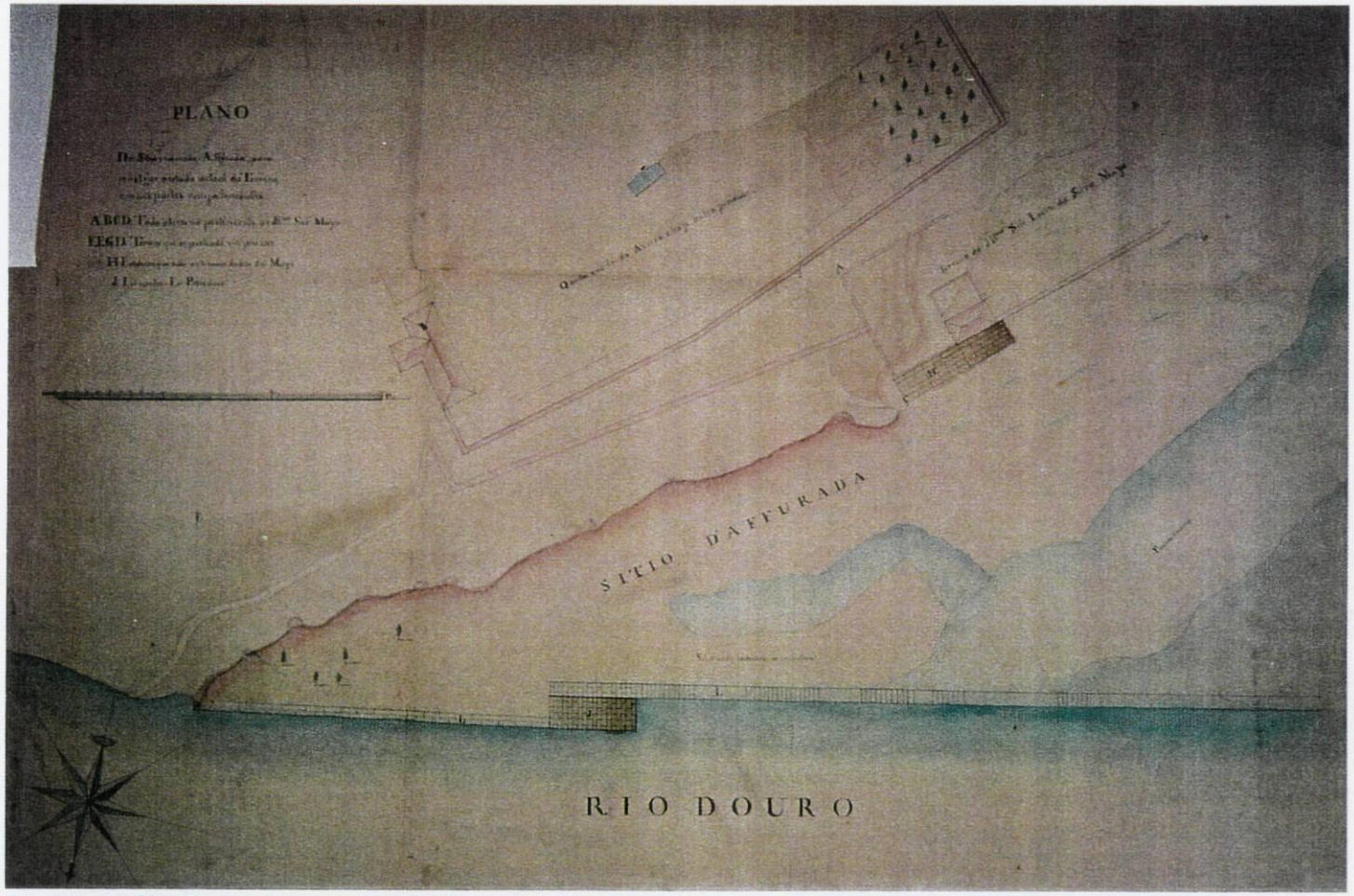
Como é natural, o panorama demográfico veio, ao longo dos anos, a reflectir-se no desenvolvimento do espaço edificado.

1.4 A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

As escassas plantas existentes, detectadas no decurso da pesquisa, pertencentes a processos de licenciamento de obras apresentados à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e depositadas no Arquivo Geral dessa Edilidade permitem-nos obter uma imagem da evolução do espaço construído e de como se foi estruturando o plano urbano.

Como referenciamos, o espaço da Afurada deverá ter começado a ser habitado, de forma permanente, em meados do século passado, numa pequena enseada, na margem esquerda do estuário do Douro (fig. 33).

Fig. 33 - PLANTA DA AFURADA DE BAIXO RELATIVA A PROCESSO DE APRAZAMENTO DE TERRENOS DO (início do Sec. XIX)*



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral.

* Este documento cartográfico não se encontra datado nem anexo a qualquer processo que permita identificar o momento da sua elaboração. No entanto, segundo informações colhidas naqueles serviços, julgamos ser passível de se atribuir ao início do Sec. XIX.

Este espaço, por volta de 1880, veio a sofrer um ligeiro acréscimo fruto do entulhamento da margem com materiais provenientes das obras de construção da Ponte de Luís I.[191]

Através da observação da planta da Afurada de Baixo em 1883 (fig. 34), constata-se a existência de um único eixo estruturante, constituído pelas actuais *Ruas Vasco da Gama e Alves Corrêa*, então designado por *Rua da Aforada*.

Terá sido, porventura, aquela via, paralela à margem fluvial e confinante com a praia[192] que, constituindo o elemento viário inicial do núcleo primitivo, definiu todo o seu ulterior desenvolvimento.

Naquela planta é, ainda, possível observar, um *"caminho"* de reduzida dimensão, situado no extremo sudeste, actualmente designado *Rua da Crêche* que, devido à sua orientação e estreiteza, mantém ainda hoje ausência de exposição solar directa, originando deficientes condições de salubridade nas habitações aí existentes (fig. 35).

Com a abertura da *Rua 27 de Fevereiro*, em 1883, iniciou-se a expansão do núcleo primitivo. Esta nova via, impôs o (re)alinhamento de alguns espaços privados, obrigando os seus proprietários, nalguns casos a alienar e, noutros, a adquirir pequenas parcelas de terreno.[193]

---

[191] São testemunho deste processo de entulhamento os protestos então dirigidos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia dos quais se cita com exemplo o seguinte: "O entulho de que os requerentes Francisco Ribeiro dos Santos, José Francisco da Luz Reis e Agostinho Correia da Lus è proveniente das obras da Ponte D. Luís 1°, é aí deitado com autorização legal segundo consta, e de facto resulta effectivamente o serem devassadas as propriedades dos mesmos requerentes, permitindo o acesso fácil as mesmas..." (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - Requerimento datado de 12 de Setembro de 1882).

[192] Embora constituindo uma descrição algo imprecisa, não deixa de ser interessante determo-nos na leitura de um excerto da obra do Padre Joaquim de Araújo, dado confirmar que "(...) todo o lugar que hoje ocupa a Rua Alves Correia já foi areal, bem como o lugar da actual Afurada". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 8).

[193] A titulo de curiosidade é interessante determo-nos na exposição feita, pelos proprietários, à edilidade em que a dado passo pode ler-se: *"Na planta junta vê-se designado a traço vermelho o alinhamento que alguns indivíduos têm a seguir, com as vedações a fazer nas suas ribeiras do lugar d'Aforada freguesia de Santa Marinha, o qual é conforme com o resolvido por V. Ex^a. em acto de vistoria que ali teve lugar.*

De tal alinhamento resulta que o requerente Agostinho Corrêa da Luz, tem de adquirir junta da testada do seu prédio, uma porção de terreno, que tem forma triangular e mede de superfície cerca de 58,50 m².

Anna Alves, tem de ceder, para o indicado fim, uma porção de terreno que mede de superfície 22,425 m².

O requerente José Francisco da Luz Reis, tem de alienar para uso publico uma porção de terreno que mede de superfície cerca de 43,14 m².

A comparação da planta de 1883 (fig. 34) com a de 1930 (fig. 36) permite-nos avaliar as transformações do seu plano inicial e constatar que o aglomerado foi dotado de mais vias de circulação, particularmente as paralelas à margem fluvial, como são a *Rua Agostinho Albano* e *Rua Cais do Estaleiro*.

Estas novas artérias intersectadas por perpendiculares (Rua Costa Goldofim e Rua Magalhães Lima) conferiram uma forma ortogonal ao plano da área ribeirinha do aglomerado que, em finais dos anos vinte, se encontraria praticamente consolidado.

A área que hoje designamos de Afurada de Baixo, sendo aquela onde se localizavam as residências, viu também desenvolverem-se, no início deste século, algumas actividades conexas com a pesca como são disso exemplo armazéns de sal, salga de peixe e artigos de pesca (fig. 37).[194]

A implantação e desenvolvimento de actividades a jusante da produção primária, vem demonstrar a crescente importância da pesca no tecido económico do núcleo.

José Domingos Gonçalves tem de ceder para o mesmo fim, uma porção de terreno que mede de superficie 13,20 m².

O requerente Francisco Ribeiro dos Santos, tem de alienar para o dito fim, uma porção de terreno que mede de superficie 1236,64 m².

O terreno que tem de adquirir Agostinho Corrêa da Luz, vale onze mil e setecentos reis.

O terreno que tem de alienar Anna Alves, vale oito mil novecentos e setenta reis.

O terreno que tem de alienar José Francisco da Luz Reis, vale dezassete mil quatrocentos e noventa e seis reis.

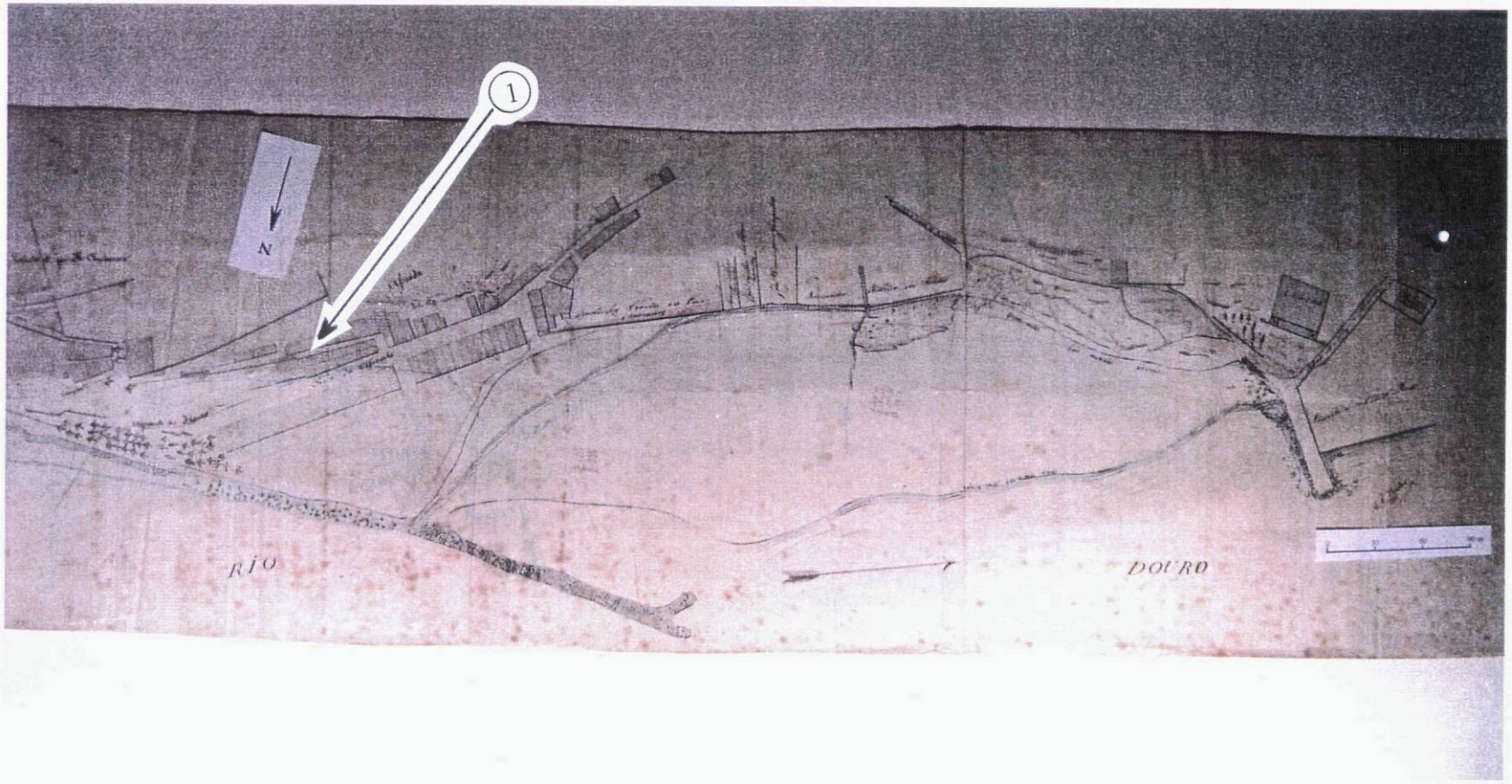
O terreno que tem de alienar José Domingos Gonçalves, vale vinte e nove mil duzentos e oitenta reis.

O terreno que tem de alienar Francisco Ribeiro dos Santos, vale quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis reis". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Arquivo Geral - "Plano de uma rua nova no lugar da Afurada", Processo datado de 11 de Abril de 1883).

[194] A título de exemplo atente-se num dos requerimentos dirigidos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com aquele propósito: "...estes prédios destinam-se a armazéns de sal para salga de peixe e outros artigos próprios e adequados ao bairro onde se explora a indústria de pesca".

Estes "...armazéns de sal e outros artigos de pesca" localizavam-se na confluência das Ruas Costa Goldofim e Agostinho Albano. (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Requerimento de Bernardo Soares de Almeida, datado de 6 de Agosto de 1934", Processo nº P529SM).

Fig. 34 - PLANTA RELATIVA À ABERTURA DA RUA 27 DE FEVEREIRO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA (1833)



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral, "Processo de abertura de uma rua nova no lugar da Afurada", 1833.

1 - Rua da Creche

Fig. 35 - ASPECTO DA RUA DA CRECHE, ONDE A AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO SOLAR CONTRIBUI PARA GERAR UM AMBIENTE POUCO APRAZÍVEL - 1977

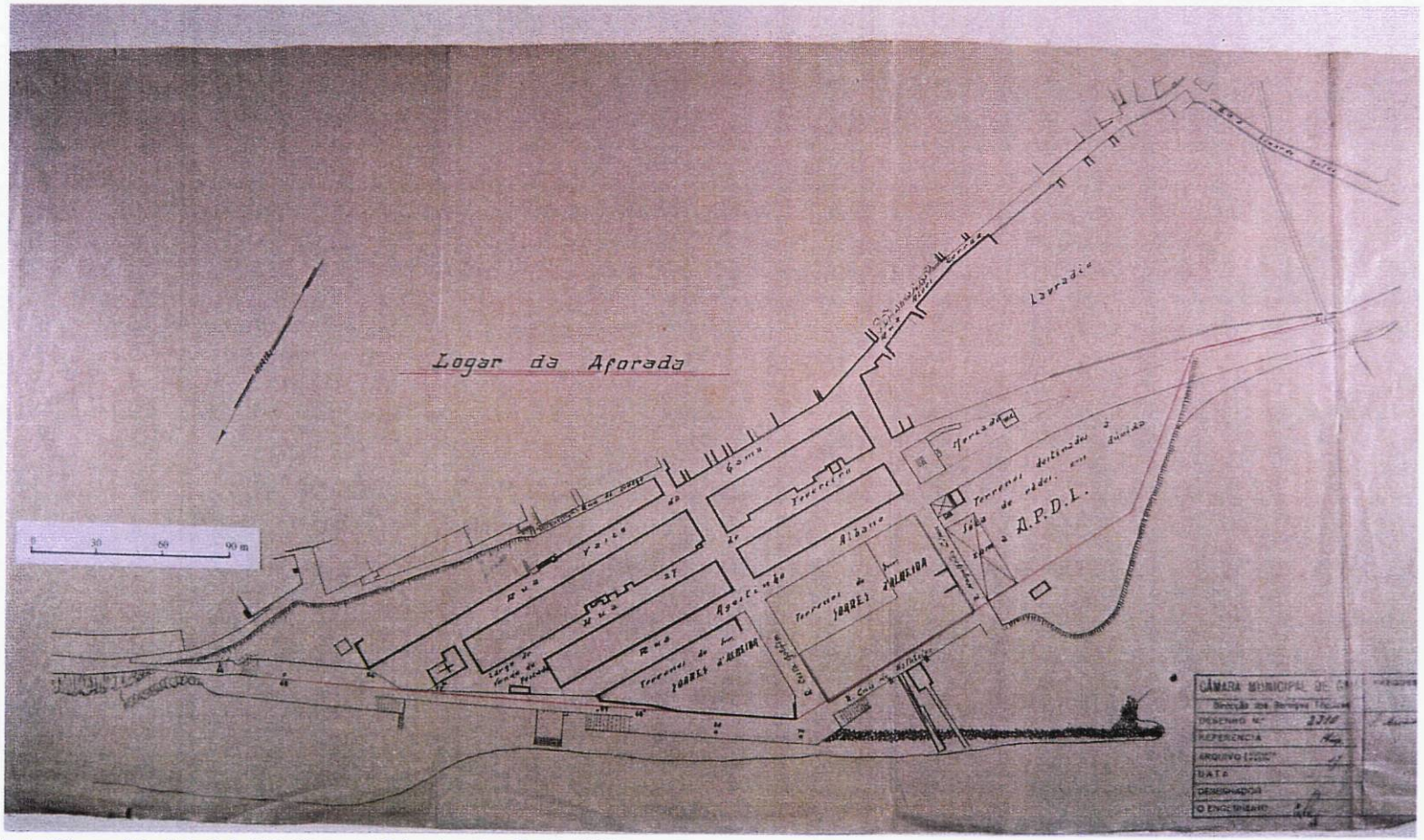


ORIENTAÇÃO : NORDESTE /.SUDOESTE

Fotografia realizada em 1977.

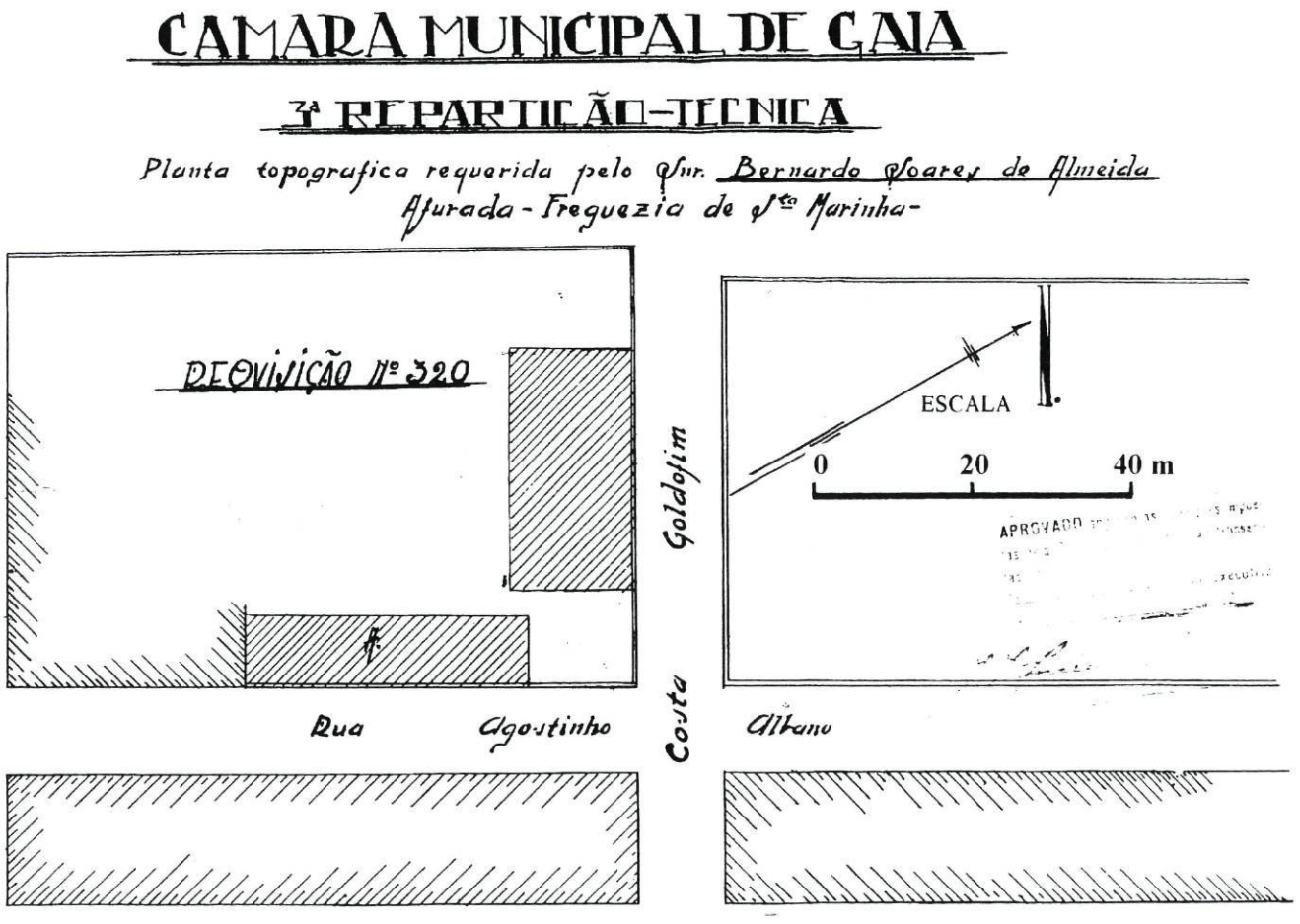
De traça arquitectónica inalterada, a Rua da Creche, mantém ainda hoje, como característica fundamental, o mesmo aspecto sombrio.

Fig. 36 - PLANTA DA AFURADA DE BAIXO EM 1930



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral, 1930.
Nota: Este documento cartográfico não se encontra anexo a qualquer processo.

Fig. 37 - LOCALIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS DE ARTIGOS DE PESCA PERTENCENTES A BERNARDO SOARES DE ALMEIDA (1934)



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Requerimento de Bernardo Soares de Almeida", Processo nº P529SM, 6 de Agosto de 1934.

Por outro lado, a carta topográfica de 1947 (fig. 38), possibilita uma observação de conjunto, em que é possível constatar o desenvolvimento do espaço construído, pela vertente voltada para o Douro e a existência de uma significativa mancha construída na parte alta da Afurada.

A análise, embora incipiente, destes elementos cartográficos, permite-nos confirmar a génese do núcleo piscatório, nos terrenos confinantes do Douro e a sua progressiva expansão, numa primeira fase em direcção a este rio e posteriormente pela vertente voltada a norte.

É, pois, no espaço ribeirinho da freguesia da Afurada e na referida vertente que se encontra inscrita a história do desenvolvimento urbanístico desta localidade, onde, em resposta a cada surto de desenvolvimento económico, decorrente do rendimento proporcionado pela pesca e pelas actividades conexas, se terão implantado novas unidades urbanas, materializadas em arruamentos e construções para novas e melhores habitações e actividades terciárias de apoio, nomeadamente o pequeno comércio.

Os traços urbanísticos desses novos quarteirões parecem característicos de uma ocupação faseada da vertente que adquire tipologias residenciais cada vez mais modernas à medida que a altitude aumenta, adequando-se ao nível socio-economico da população que a ocupa, cada vez mais distante do estereotipo protagonizado pela classe piscatória, aproximando-se, isso sim, do perfil urbano.

Assim, através de uma análise mais detalhada deste espaço e dos diferentes tipos de casa existentes pareceu-nos possível confirmar que a povoação terá evoluído por fases acompanhando o aumento populacional, já referenciado. Somos, por isso, de opinião que o núcleo primitivo da freguesia de São Pedro da Afurada deveria ser próximo da antiga capela que ficava situada na actual Praceta de São Pedro, já que daí irradiam não só as principais ruas, como se torna fácil e possível o acesso por via fluvial, o que deixa antever, sem dúvida, uma estreita ligação ainda hoje patente entre a actividade piscatória, que a partir daí se desenvolveu, e toda a dinâmica de povoamento que constitui suporte desta população.

Fig. 38 - A FOZ DO RIO DOURO E FREGUESIAS RIBEIRINHAS



Fonte: Serviço Cartográfico do Exército, 1947.

Nesta freguesia as casas são servidas por estreitíssimas e sinuosas ruas, por vezes de forte declive. Este facto tem a ver principalmente com a circunstância de a povoação se ter expandido acompanhando o declive da vertente Noroeste, onde se encontra particularmente concentrada.

Embora designada no geral por Afurada, a povoação congrega dois lugares fisicos nitidamente demarcados e distintos, quer pela posição geográfica quer pela componente sócio-cultural das populações que os habitam.

Na Afurada de Baixo, lugar ancestral onde se movimenta a comunidade piscatória, podem ver-se ainda intactas todas as manifestações características de uma população ocupada essencialmente na pesca, convivendo estreitamente com o rio e o mar e dirigindo para eles todas as suas acções.

Pelo que nos foi dado observar, esta área correspondente ao núcleo primitivo, é constituída por quatro ruas, que se iniciam na praça de São Pedro e terminam num largo onde se instalam a Escola, o mercado o edifício da Junta de Freguesia e o lavadouro público, conhecido por Tanque de Santarém.

As ruas, no respeitante à parte baixa da Afurada, a mais ribeirinha, oferecem durante o dia uma movimentação típica de uma povoação piscatória.

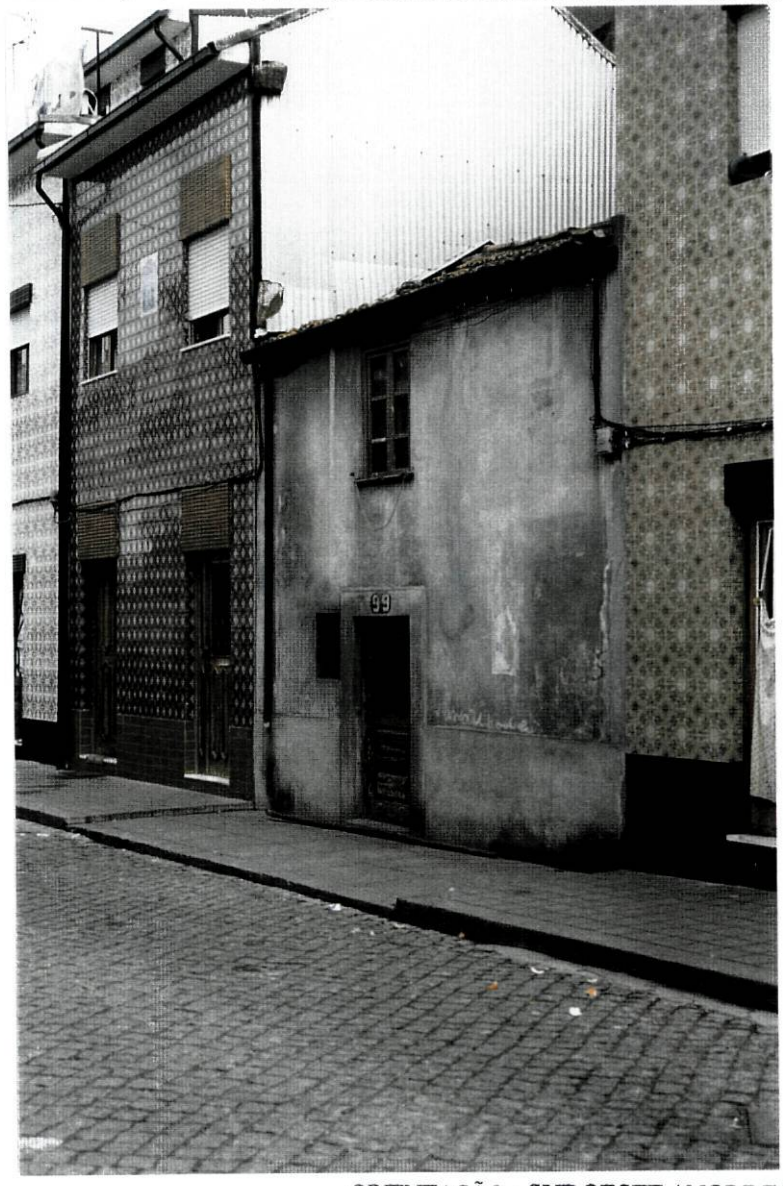
Nesta área contígua ao Douro, as actuais casas apresentam-se com dois pisos, rés-do-chão e andar, e foram sendo construídas a partir das primitivas que eram térreas.

É uso local revesti-las a azulejo, material que melhor resiste à constante degradação provocada pela humidade, do que resulta um aspecto policromado (fig. 39).

A Afurada de Cima contrasta, de certa forma, com aquela outra, não só no tocante ao movimento da sua população, bem como ao tipo de habitação, cujo traçado deixa antever uma construção mais recente.

Aqui a população além de acusar uma mobilidade mais elevada, decorrente da sua situação económica e profissional, tem outros gostos e padrões culturais diferentes das dos pescadores.

Fig. 39 - HABITAÇÃO REVESTIDA A AZULEJO NA RUA VASCO DA GAMA - 1997



ORIENTAÇÃO : SUDOESTE / NORDESTE

Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

É constituída por uma população heterogénea que actua profissionalmente nos sectores secundários e terciário ou, então, são pescadores que evoluíram economicamente e pragmatizaram o seu modo de viver.

Como resposta a este tipo de personalidade mais individualizada, aparecem edifícios de arquitectura variada, segundo o gosto de cada proprietário, que vão desde a

casa do pescador emigrante, ainda de certo modo humilde, às vivendas dos mestres e emigrantes melhor sucedidos, dotadas de vários pisos e boa qualidade de construção, por vezes ainda utilizando motivos decorativos alusivos à faina da pesca.

A multiplicidade cromática é uma constante e a confusão urbanística domina, dificultando a instalação de infraestruturas pelo poder autárquico. Nestas áreas de expansão, são inúmeras as construções clandestinas e, por vezes, há boas habitações sem água, saneamento e acesso de automóvel.

Ao contrário do que se passa na parte baixa, aqui é vulgar encontrarem-se muitos automóveis, de marcas conceituadas, estacionados nas ruelas e os telhados das casas apresentam potentes antenas para televisão, o que denota um considerável diferencial económico. É o domínio das habitações unifamiliares, das vivendas instaladas juntos de espaços de circulação pouco vocacionados para o movimento automóvel, onde a par da estreiteza e da sinuosidade se alia o declive, tornando difícil o acesso de viaturas e até pedestre, no entanto, como referimos, os traços arquitectónicos e o uso do espaço pelos habitantes demonstram uma inegável ligação às gentes da pesca, de quem as gerações se distanciam sucessivamente.

Esta população recusa a mistura social com a da parte ribeirinha da povoação e afirma um certo sentimento de superioridade e de crítica.[195]

1.4.1. A HABITAÇÃO SOCIAL

No núcleo piscatório tem-se constatado ao longo do tempo enormes carências de ordem habitacional, bem patentes nas precárias condições de vida de muitas famílias de pescadores.[196]

---

[195] Celeste Malpique ao referir-se à população da Afurada de Cima, menciona que: "Algumas destas famílias demarcam-se nitidamente dos afuradenses, tem dificuldade de adaptação ao meio e tomam uma posição crítica em relação aos naturais (*os pescadores fazem muita intriga e são malcriados, os emigrantes são novos-ricos*)". (Celeste Malpique, 1984, p. 131).

[196] Pina Cabral, em 1955, concluia que: "O problema habitacional na Afurada resume-se a um enorme déficite de habitações, que conduz à utilização das existentes, ainda que com más condições de habitabilidade, por um exagerado número de locatários.

O mesmo factor expõe-nos à especulação das rendas". (José Manuel de Pina Cabral - "Afurada", Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 24, 4º Vol., Vila Nova de Gaia. Junho de 1988, p. 35).

Nos anos recentes tem existido alguma sensibilidade e preocupação com as condições de habitação da população desta freguesia e nomeadamente com as dos pescadores e suas famílias.[197]

Esta atenção para com as condições de habitação veio a ser consubstanciada através de realizações várias (fig. 40), das quais as mais significativas são o Bairro dos Pescadores e os bairros Cavaco I e II[198] (figs. 41 e 42).

No entanto, as deficientes condições de habitação continuam a persistir e estão patentes nos resultados obtidos no levantamento habitacional realizado pela autarquia em 1991, registando-se, naquela altura, cerca de cento e dez famílias com deficientes condições de habitação (Quadro 2).

QUADRO 2 - LEVANTAMENTO HABITACIONAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA, REALIZADO EM 1991

	BARRACA		CONSTRUÇÃO CLANDESTINA		CASA DEGRADADA		CASAS DE ILHA		ANEXO / GARAGEM		OUTROS (*)		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FREGUESIA DE S. PEDRO DA AFURADA	7	0,2	0	0,0	11	0,3	92	2,6	0	0,0	0	0,0	110	3,1
CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA	319	9,0	265	7,4	985	27,7	1675	47,0	148	4,2	169	4,8	3561	100,0

(*) Inclui casa em ruína, roulote, alojamento colectivo, etc.
Fonte: Levantamento habitacional do concelho de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1991.

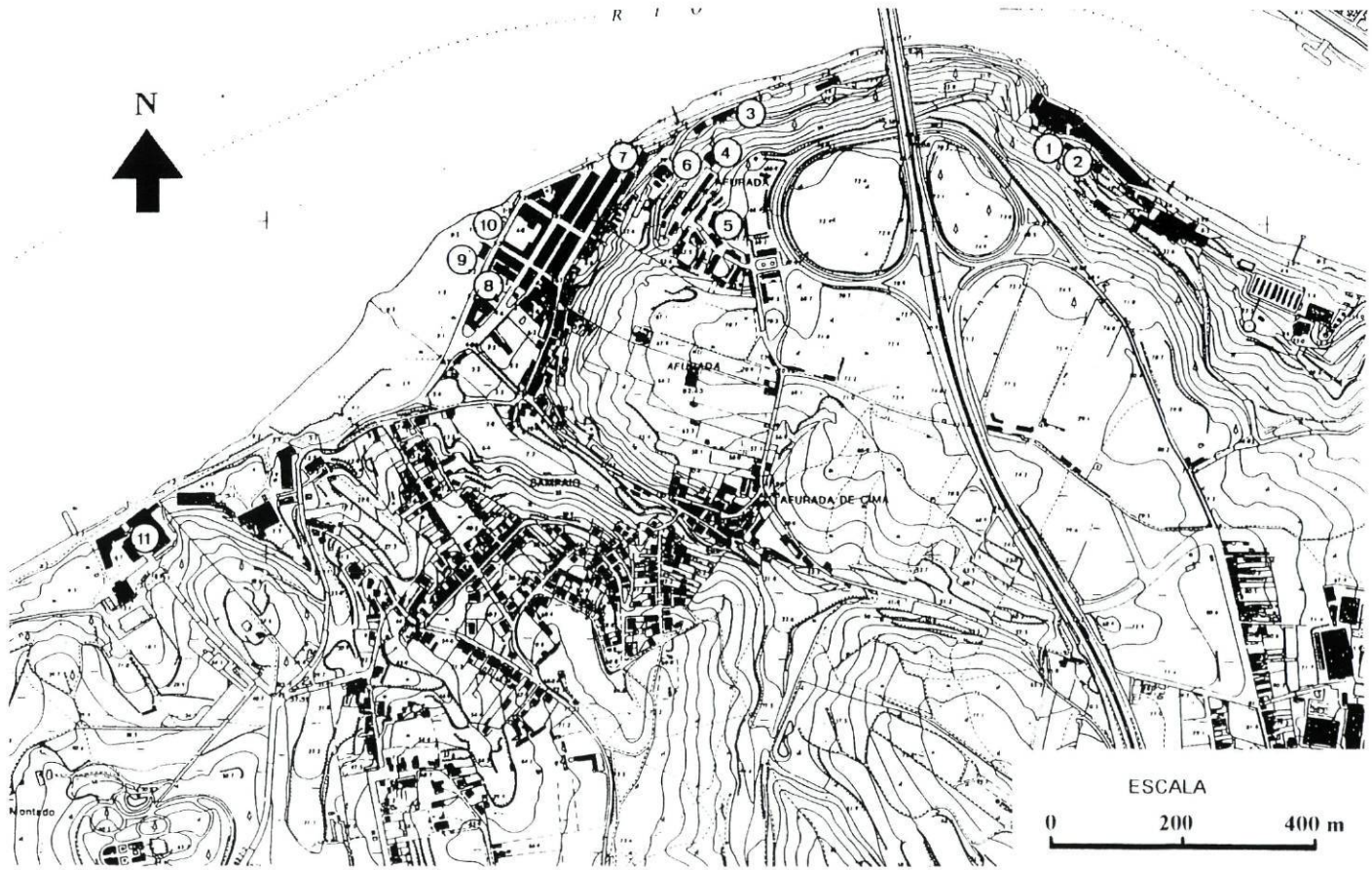
De entre as situações de maior debilidade habitacional, na Afurada assume particular relevância as casas de "ilha", com 2,6% da totalidade, seguindo-se, por ordem de importância decrescente, as casas degradadas e as barracas.

Sublinhe-se que em termos concelhios, também as casas de "ilha" assumem o valor mais elevado, confirmando igual tendência à da freguesia de S. Pedro da Afurada.

197 Embora desde 1947 tenha existido alguma preocupação com a habitação social, nomeadamente através da construção do Bairro dos Pescadores, esta dinâmica só veio a ser retomada na década de 80 com a construção dos Bairros Sociais Cavaco I e II.

198 Segundo informação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia o Bairro do Cavaco I, construído entre 1982 e 1983, é composto por vários blocos integrando vinte e quatro fogos de diferentes tipologias, sendo o do Cavaco II, construído entre 1988 e 1989, composto por quarenta e um fogos, dos quais catorze com dois quartos, destinados a famílias de quatro a cinco pessoas e 20 com três quartos destinados a famílias com seis elementos.

Fig. 40 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS EM SÃO PEDRO DA AFURADA - 1997



1 - BAIRRO DO CAVACO I
2 - BAIRRO DO CAVACO II
3 - IGREJA PAROQUIAL
4 - CRECHE DA AFURADA
5 - BAIRRO DOS PESCADORES
6 - CASA DOS PESCADORES
7 - PRACETA DE SÃO PEDRO
8 - SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA
9 - LOTA
10 - PORTO DE PESCA / CAIS DE ACOSTAGEM
11 - FÁBRICA DE CONSERVAS DA AFURADA (Freguesia de Canidelo)

Fonte: Direcção Geral de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de V. N. de Gaia, Planta Topográfica, Esc. 1/5000, 1978.

Fig. 41 - O BAIRRO SOCIAL CAVACO I (CONSTRUÍDO ENTRE 1982 E 1983)



ORIENTAÇÃO : NOROESTE / SUDESTE

Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

Fig. 42 - O BAIRRO SOCIAL CAVACO II (CONSTRUÍDO ENTRE 1988 E 1989)



ORIENTAÇÃO : NOROESTE / SUDESTE

Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

1.4.1.1. O Bairro dos Pescadores

Com o objectivo de melhorar as condições de habitação, respondendo aos problemas postos pela sobreocupação, insalubridade e promiscuidade, iniciou-se a construção em 1947 do Bairro dos Pescadores[199] (fig. 43) na parte superior da vertente,[200] lugar das Chãs, o que, correspondendo a uma fase de expansão da área construida, descongestionando o espaço mais antigo, desde logo levantou problemas por parte da população, pois não aceitavam que as habitações ficassem longe do rio, onde se encontravam os seus apetrechos de pesca. Daqui resultou que muitas casas viessem a ser habitadas por famílias de não pescadores.[201]

---

[199] Sem pretendermos ser exaustivos refira-se que, o concurso para a construção do bairro, foi tornado público no Diário do Governo: "A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia faz público que no dia 15 de Outubro próximo, pelas 17 horas, na sala das suas reuniões, terá lugar o concurso público, por meio de propostas em carta fechada, para a adjudicação da empreitada de urbanização do bairro de casas para pescadores na Afurada, freguesia de Santa Marinha.

A base de licitação é de 487.413$66". (Diário do Governo, nº 219, III Série, 18 de Setembro de 1948).

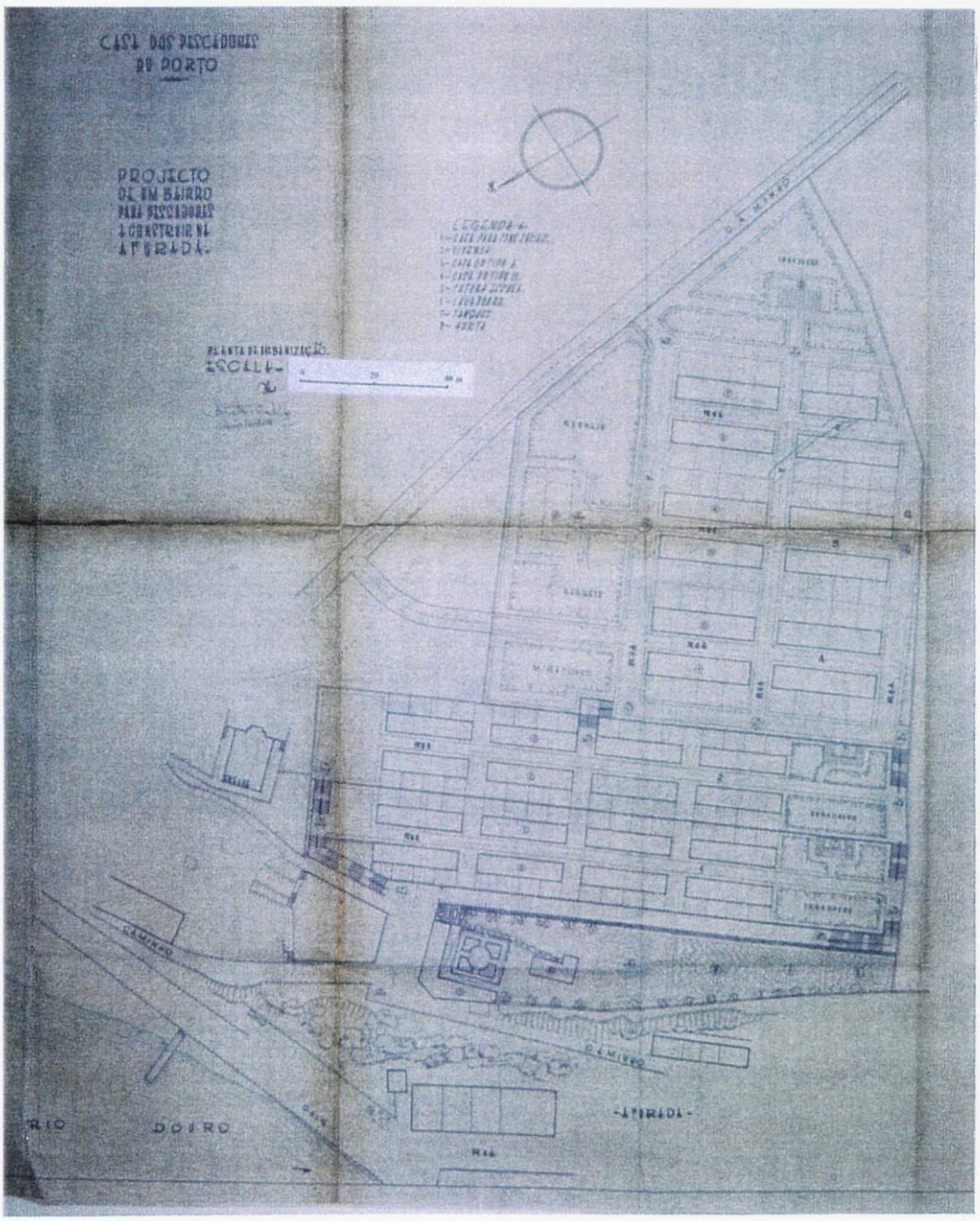
[200] A titulo de curiosidade, atente-se na descrição do local de construção: "A sua situação, sobranceira ao Rio Douro, dá-lhe um panorama deslumbrante, com um belo horizonte sobre a barra e sobre a cidade do Porto. Admiravelmente arejado e de boa insolação, com a altitude mínima de 30 m e a máxima de 63 m acima do nível médio das marés". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Casa dos Pescadores do Porto / Projecto de um Bairro para Pescadores a construir na Afurada / Memória descritiva", 1946, p. 1).

[201] "Não acorreram em massa, como seria de esperar, a habitar as casas do Bairro, de tal modo que muitos meses depois da sua inauguração, algumas delas tiveram que ser cedidas a elementos estranhos à classe!

Ouvimos, dadas pelo povo, várias explicações:

Que ficavam relativamente longe do rio; que a água e luz constituíam uma despesa obrigatória que não podiam suportar; que os homens quando iam para o mar à noite tinham medo de passar em alguns pontos do trajecto; que não podiam na mesma casa viver várias famílias, o que atenuaria o aluguer; que muitas vezes não podiam pagar este durante vários meses, o que era contra os regulamentos". (José Manuel de Pina Cabral - "Afurada", Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 25, 4º Vol., Vila Nova de Gaia, Novembro de 1988, p. 58).

Fig. 43 - PLANTA DO PROJECTO DO BAIRRO DOS PESCADORES MANDADO CONSTRUIR NO LUGAR DAS CHÃS (inaugurado em 1952)



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral, "Projecto do Bairro para Pescadores na Afurada", 1946.

O Bairro é constituído por um conjunto de 111 casas unifamiliares de dois tipos (fig. 44), habitação de três quartos e habitação mais pequena de dois quartos, possuindo todas elas sala com cozinha, casa de banho, um pequeno quintal e galinheiro.[202]

Fig. 44 - EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR NO BAIRRO DOS PESCADORES - 1997



Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

Nos últimos anos estas casas tem vindo a sofrer alterações com a construção de anexos, como forma de ultrapassar o problema do crescimento das famílias.

Estas habitações são todas elas arrendadas, sendo a entidade responsável a Caixa Nacional de Pensões.

[202] Segundo a Memória Descritiva do Projecto o Bairro seria constituído por: "Casas do tipo A para famílias de 4 pessoas; Casas do tipo B para famílias de 6 pessoas. Serão construídas quer as do tipo A, quer as do tipo B em grupos de 4 casas, tendo cada casa um quintal privativo.

Construir-se-ão 64 do tipo A ou seja habitação para 256 pessoas e 47 do tipo B ou seja alojamento para 282 pessoas, quer dizer um total de 538 pessoas". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Casa dos Pescadores do Porto / Projecto de um Bairro para Pescadores a construir na Afurada / Memória descritiva", 1946, p. 3).

Refira-se que as 64 casas do tipo A projectadas eram constituídas por dois quartos, sala comum com cozinha e W.C. com banheiro, sendo as 48 casas do tipo B compostas por três quartos, sala comum com cozinha e W.C. com banheiro.

A situação socioeconómica actual da população residente no *Bairro dos Pescadores* alterou-se de forma significativa relativamente aos seus primeiros habitantes.

A mudança mais visível é a alteração profissional, sendo hoje minoritário o grupo dos pescadores que habita o bairro.

A esta diminuição efectiva do número de pescadores não serão alheias por um lado a alteração das opções profissionais da actual geração que aí reside e, por outro, o facto da anterior geração estar já aposentada.

Os dados obtidos no inquérito realizado neste Bairro Social permite-nos, desde logo, constatar a elevada intensidade na ocupação dos alojamentos, ressaltando os casos em que o número de pessoas por alojamento é nitidamente exagerado como se pode constatar nos casos de oito e onze pessoas a habitar a mesma casa. [203]

Esta situação é ainda patente na elevada percentagem de habitações (cerca de 30,5%) que, possuindo apenas dois quartos, são ocupados por cinco e seis pessoas.

Deficientes condições de habitação são o lugar comum não só neste bairro, como na generalidade da povoação, reflexo do baixo nível económico daquelas famílias incapazes de gerarem uma mutação que permita libertar-se da miséria e promiscuidade que se verificam.[204]

Reforçando ainda esta opinião podemos afirmar que os agregados familiares são compostos por bastantes elementos,[205] o que deixa perceber que os casais ainda possuem um elevado número de filhos; 63,9% dos agregados detém entre três e cinco pessoas e 25% compreendem mais de seis pessoas, o que nos parece elevado se compararmos com as condições de habitabilidade dos alojamentos e os escassos recursos dessas famílias.

---

[203] Anexo 18, p. 205.

[204] Ao abordar as condições de habitação dos pescadores locais, Celeste Malpique assinalava já, em 1984, que: "Famílias numerosas em tão pouco espaço levam a situações de promiscuidade verificando-se, talvez também por esse facto, que a vida se passa na rua. A porta geralmente está aberta; algumas têm postigo. Os apetrechos de pesca ficam de fora, encostados à parede, assim como as botas dos homens e os chinelos das mulheres". (Celeste Malpique, 1984, p. 153).

[205] Anexo 19, p. 205.

Refira-se que as rendas dos alojamentos são bastante reduzidas, sendo 93,3% inferiores a quinhentos e noventa escudos, não constituindo, para a maioria dos seus residentes, um encargo substancial.[206]

É sabido que as condições de vida de uma população estão, em larga medida, dependentes do seu nível de instrução. É este o equipamento natural que permite eliminar e aperceber as carências de cada um, fazendo-o evoluir, para estádios superiores de desenvolvimento mas, por outro lado, tal só é possível se essa comunidade conseguir um excesso de recursos que lhe permita abstrair da necessidade premente de obstar às necessidades mais elementares, aquelas que põem em risco a própria existência.

Das pessoas abrangidas pelo nosso inquérito ressaltam logo 14,6% de analfabetos,[207] pertencendo na sua maioria às faixas etárias dos adultos mais velhos. Com a frequência do primeiro ciclo do Ensino Básico (antiga instrução primária) surgem 44,4%, embora se registem bastantes que não o completaram, ficando-se pelos anos intermédios.

Acima deste nível apenas ascenderam 32,7% que se posicionam no segundo e terceiro ciclo do Ensino Básico, exceptuando seis casos (3,5%) no Ensino Secundário e nenhum no Ensino Universitário.

Perante tão baixo nível de escolaridade não é difícil prosseguir o raciocínio antes avançado, de que é, de facto, a necessidade premente de satisfazer os níveis mais elementares da existência que preocupa esta população.

Aspecto não menos importante é a circunstância da população deste Bairro ter vindo a ser acrescida por indivíduos oriundos de outras povoações, atraídos por uniões matrimoniais com os autóctones.

Prova eloquente desse comportamento é que 28% dos inquiridos são originários de outras localidades e alguns de áreas do interior do país e distantes de centenas de quilómetros.[208]

---

[206] Anexo 20, p. 205.

[207] Anexo 21, p. 206.

[208] Anexo 22, p. 206.

Relevante é, também, o facto de entre a população residente activa se verificar uma diminuta percentagem de pescadores, apenas 12,5% dos inquiridos, sendo a profissão de trolha aquela que assume maior importância, com 18,1% do total.[209]

Acrescente-se que da população residente activa apenas 2,2% trabalha por conta própria, sendo os restantes assalariados.[210]

Confirma-se assim uma alteração significativa na situação profissional dos residentes que, tendo sido maioritariamente pescadores, actualmente vêm os jovens renegarem a profissão dos seus progenitores e optarem por outras de rendimento certo e regular, evitando os perigos do mar.[211]

Reforça-se também a ideia, já por nós assinalada, de um esvaziamento da actividade piscatória e a consequente contracção da comunidade que a pratica.

Esta realidade é tanto mais notória quando nos debruçamos sobre o desenvolvimento da pesca, em que as debilidades desta actividade emergem com especial ênfase, correspondendo a uma tendência de contínuo declínio.

---

[209] Anexo 23, p. 207.

[210] Anexo 24, p. 207.

[211] A este propósito, Celeste Malpique, refere que: "Há tendência generalizada para desvalorizar a profissão de pescador. O aumento da escolaridade dos filhos desvia-os cada vez mais de profissões ligadas ao mar. Todavia são estas famílias que dão maior contingente de pescadores" (Celeste Malpique, 1984, p. 170).

2. A ACTIVIDADE PISCATÓRIA

Se, por um lado, o percurso histórico da Afurada, tanto no tocante à sua origem como em relação ao seu desenvolvimento populacional e urbanístico, é indissociável da sua posição geográfica no curso do rio Douro, das especificidades topográficas em que assenta, da sua intima ligação à margem contrária, o mercado que é a cidade do Porto, por outro, é na pesca que radicam as raízes mais profundas da sua génese.

A observação dos valores relativos à actividade piscatória nos diferentes portos do rio Douro em 1886 (Quadro 3) permite obter uma imagem da importância relativa da Afurada no contexto dos portos então existentes no curso terminal deste rio.

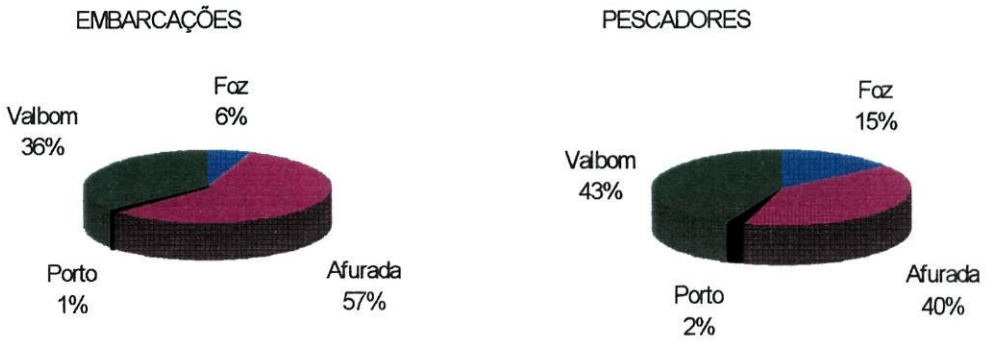
QUADRO 3 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS DIFERENTES PORTOS DO RIO DOURO, NO ANO DE 1886

PORTOS	PESCA DO ALTO			PESCA COSTEIRA E FLUVIAL		TOTAL			
DE PESCA	VAPOR	LANCHAS	TRIPULANTES	BARCOS	TRIPULANTES	EMBARCAÇÕES	TRIPULANTES	QUANTIDADE (quilos)	VALOR (REIS)
Foz	0	8	100	20	80	26	180	533.500	42.762$980
Afurada	0	4	80	250	400	254	480	280.000	23.766$590
Porto	1	1	23	0	0	2	28	94.000	7.500$000
Valbom	0	8	222	150	300	158	522	280.000	23.766$590

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.
Obs.: - Os portos mencionados são de pesca marítima e fluvial.
Baldaque da Silva assinalou ainda a existência de mais dois portos no rio Douro (Foz do Sousa e Pedorido) apenas de pesca fluvial, dos quais não refere valores estatísticos.

Assim, ao nível das embarcações, podemos confirmar que, em finais do século XIX, a Afurada correspondia ao núcleo com maior frota pesqueira dispondo de 254 embarcações, isto é cerca de 57% das existentes nesta área (fig. 45).

Fig. 45 - EMBARCAÇÕES E PESCADORES NOS DIFERENTES PORTOS DO ESTUÁRIO DO RIO DOURO, NO ANO DE 1886



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

Considerável era também o número de indivíduos que participavam na actividade, correspondendo a um valor próximo de 40% da população piscatória do estuário do Douro.

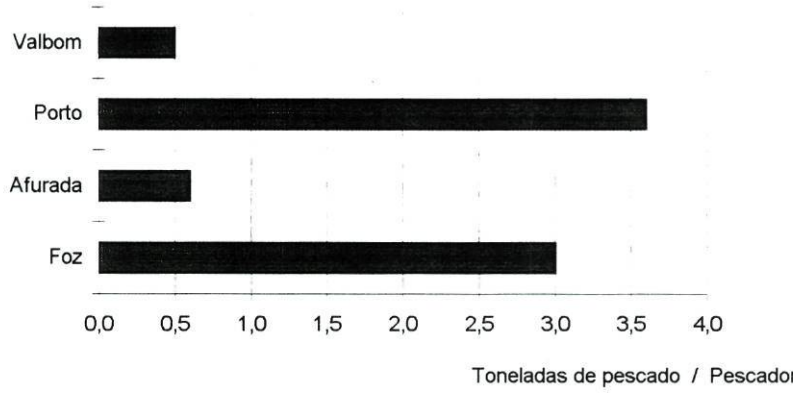
Porém, no que diz respeito à produtividade da mão-de-obra (fig. 46), a realidade é bem diferente, já que a Afurada apresenta, à semelhança de Valbom, um reduzido valor, sendo o Porto o núcleo piscatório em que este indicador se apresenta mais elevado.

Esta realidade tem a ver com os diferentes tipos de pesca que se começam a esboçar em finais do século passado, nomeadamente a introdução dos barcos a vapor com redes de arrasto, permitindo maior número de capturas com menor utilização de mão-de-obra.[212]

[212] É importante reforçar a ideia, já por nós delineada na primeira parte deste trabalho, de que nos finais do século passado, nomeadamente nos anos 80, ocorre uma alteração tecnológica significativa na actividade piscatória, consubstanciada na introdução de barcos a vapor operando com redes de arrasto o que implicou, não só uma redução a nível da mão-de-obra, como uma conflitualidade crescente com os pescadores tradicionais que se confrontaram com a destruição das redes vulgares.

"Em 1891, o governo vê-se mesmo obrigado a estabelecer um «regulamento provisório para a pesca com redes de arrastar pelo fundo», que será logo contestado pelos armadores dos barcos a vapor". (Jorge Fernandes Alves - "A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol.VIII, Porto, 1991, p. 158).

Fig. 46 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NOS DIFERENTES PORTOS DO ESTUÁRIO DO RIO DOURO, EM 1886



Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

Entre as diversas actividades que tinham lugar no mar, a pesca do caranguejo pequeno em cardumes, para adubação das terras, constituía uma importante ocupação.

Na Afurada, o mexoalho chegava a ser vendido, ainda antes de chegar a terra, na própria bateira,[213] às gentes do campo, nomeadamente aos lavradores de Avintes e Valbom que, vindo rio abaixo nas suas embarcações, o transportavam por esse meio para as respectivas terras.

Uma elevada quantidade deste caranguejo era adquirida por uma fábrica aqui existente que, depois de o transformar em adubo, o comercializava aos agricultores.

A pesca deste caranguejo decorria principalmente nos meses de Verão, de Junho a Setembro e tinha lugar em áreas geográficamente próximas do porto de abrigo, incidindo sobretudo na Boa Nova, Senhor da Pedra e Espinho.

213 "O tipo de barco de fundo chato e proa levantada, empregado no litoral do Centro do país, tem na Afurada o limite setentrional da sua zona de expansão. A bateira da Afurada é um barco muito bem ajustado para o lançamento ao mar em praias arenosas, desabrigadas e de vaga alta, e a sua existência na Afurada, dentro do estuário do Douro, explica-se seguramente pelo facto da gente que formou esse povoado ser originária da ria de Aveiro. Baldaque da Silva notara já, nos finais do século passado, que «este centro de pescarias é constituído na maior parte pelos pescadores emigrantes da ria de Aveiro, principalmente da Murtosa, que exploram em grande escala o mexoalho, nome que começam aqui a dar ao caranguejo empregado para adubo das terras»". (E. Veiga Oliveira, F. Galhano e Benjamim Pereira - "Actividades Agro-Marítimas em Portugal", Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1975, p. 159).

Nos últimos tempos em que se praticou a pesca do pilado na nossa costa, por volta dos anos cinquenta, trabalhavam na Afurada, cerca de cem bateiras, com cinco homens cada.[214]

A mobilidade dos pescadores, consubstanciada em migrações sazonais, era uma realidade que decorria da escassez de peixe no rio Douro e da consequente necessidade de o procurar no mar.

Quando os pescadores deste aglomerado tinham necessidade de pescar em águas marítimas, faziam varadouro para as suas embarcações em Lavadores e na Granja,[215] áreas estas em que desenvolviam a sua actividade.

Desde cedo, as mulheres dos pescadores, atravessando o Douro nos caícos, vendiam o peixe nas ruas da cidade do Porto.

2.1. AS PRINCIPAIS ÁREAS DE PESCA

A actividade piscatória tem-se desenvolvido em duas áreas distintas, por um lado as águas estuarinas do Douro e, por outro, ao longo da costa.

No tocante às águas estuarinas do Douro é reconhecida a sua qualidade de ecossistema altamente produtivo devido à abundância de sedimentos finos e de detritos e nutrientes dissolvidos sujeitos, pela mistura constante de águas doces e salgadas, a contínuas variações de salinidade, nível de água e temperatura. Entre as funções que nele se desenvolvem destaca-se a da reprodução e criação de juvenis de variadíssimas espécies, não só do próprio estuário, mas também das águas costeiras próximas, significando isto que este estuário, à semelhança de outros, constitui um autêntico viveiro da costa.

---

[214] A este propósito Oliveira refere que "...nos últimos tempos em que se praticou a pesca do pilado na nossa costa, há cerca de 20 a 30 anos, trabalhavam (...) na Afurada, umas 100 bateiras, com 5 homens cada". (E. Veiga Oliveira, F. Galhano e Benjamim Pereira, 1975, p. 151).

[215] Baldaque da Silva ao mencionar a diminuta importância da actividade piscatória nesta localidade refere que: "...mas apanha-se muita pescaria quando a esta praia affluem os pescadores da Afurada, fazendo aqui varadouro para as suas embarcações, e dedicando-se á pesca marítima nas occasiões em que o peixe escasseia no rio Douro". O mesmo autor ao relatar a pesca na Granja, refere que os pescadores da Afurada "...aproveitam este porto quando ha pouco peixe no Douro, e têem aqui uns vinte e cinco barcos varados na praia para lhes servirem n'estas occasiões". (António Arthur Baldaque da Silva, 1891, pp. 110-111).

No entanto se é real o valor deste estuário enquanto viveiro natural, não é menos verdade que se tem vindo a verificar um despovoamento contínuo do rio provocado fundamentalmente por um conjunto de acções que vão desde o lançamento nas águas de poluentes urbanos e industriais, às alterações no regime hidráulico em consequência da construção de barragens e também à extracção de inertes.

Aqui tinha lugar uma parte substancial da pesca realizada por esta comunidade, consubstanciando-se na captura de diferentes espécies de águas salobras como os anádromos[216] (salmão, lampreia, sável e truta marisca) e os catádromos[217] (como por exemplo o «meixão»).[218]

Hoje, nesta área, a actividade piscatória é reduzida, realizando-se em botes com uma tripulação de cinco a seis pescadores, sendo as artes mais utilizadas as redes de emalhar[219] de deriva (sobretudo para a pesca da lampreia e do sável).

Relativamente à pesca em águas marinhas é de salientar que esta se desenvolve em duas áreas distintas, cujo afastamento da orla costeira não é superior a 40 milhas.

Assim, a frota costeira (fig. 47), composta essencialmente por motoras e cuja tripulação oscila entre os 18 e os 26 homens, concentra a sua actividade dentro de uma faixa que raramente excede as 12 milhas da costa, mas frequentemente se situa entre esta e as 6 milhas.

---

[216] Os anádromos são os peixes que sobem do mar aos rios.

[217] Os catádromos são os peixes que periodicamente abandonam os rios, para irem realizar a postura ao oceano, como por exemplo a enguia. No caso específico da enguia, esta abandona os rios para se ir reproduzir numa área do Atlântico Ocidental que coincide com a parte oriental do mar dos Sargaços. Uma vez nascidas as larvas das enguias estas são levadas para a Europa pela corrente quente do Golfo, viagem e crescimento no mar que dura aproximadamente três anos. Ao fim deste tempo metamorfoseiam-se em civelas, que são jovens enguias transparentes, por isso também designadas por «enguias-de-vidro». É sob esta forma que invadem as lagoas litorais e as bacias fluviais.

[218] O «meixão» também designado nalgumas comunidades por loura ou enguia-de-vidro corresponde a enguias no estado pós-larvar. A maior entrada do «meixão» nas águas continentais coincide aproximadamente com o período compreendido entre fins de Setembro e Maio, com maior intensidade nos meses de Outubro a Fevereiro, no entanto, hoje em dia, a apanha só é permitida com rapeta conforme estabelecido no número 10 do Anexo 1 da Portaria nº 568/90, em que se define a arte e se estabelece as suas dimensões.

[219] As redes de emalhar correspondem a artes formadas por panos de rede rectangulares, emendados sucessivamente e nos quais o peixe, ao atravessá-los, é retido nas malhas pelos opérculos ou pelas barbatanas. Sendo a mais utilizada das artes de pesca, toma designações diversas consoante a pescaria que visa em dada época do ano, e assim se designam de lampreeiras, robaleiras, sardinheiras, redes da faneca, redes da pescada, etc., correspondendo no entanto à mesma arte, quer na estrutura, quer em modo de actuar.

Fig. 47 - EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA



Fotografia realizada em 1977.
A frota costeira é constituída, ainda hoje, por este tipo de embarcações.

As embarcações da pesca local, para além de se ocuparem das águas estuarinas, como já referenciamos, laboram muito junto à costa, só se arriscando a um maior distanciamento com condições de tempo excepcionais.

As artes de pesca mais utilizadas são as redes de emalhar fundeadas (para a pescada, faneca), as redes de emalhar derivantes (para a sardinha) e as murejonas, concretamente, as boscas mais pequenas (para a apanha de polvos, navalheiras e outros crustáceos).

Desta distribuição geográfica das embarcações, resulta que a maior pressão de pesca vai incidir sobre ecossistemas em que predominam formas juvenis da fauna que habita o estuário e os pequenos fundos costeiros, o que coloca graves problemas de conservação dos recursos haliêuticos, suscitados, também, pela utilização, por vezes, de artes pouco selectivas, em nada contribuindo, para um crescimento sustentável da actividade.

No estuário do Douro a conservação dos recursos é posta em causa, não só devido às sucessivas barragens no rio que impedem a adequada ascensão das espécies na altura da desova, impossibilitando os peixes de se reproduzirem, mas também devido aos elevados níveis de poluição. São exemplo, a lampreia e o sável, que povoavam abundantemente o rio Douro e que se encontram em extinção.[220]

Acresce o facto de se continuar, ainda hoje, a assistir a atentados contra a conservação dos recursos, como por exemplo a realização, nas águas estuarinas, do arrasto pelo fundo, o que afecta a fauna sobretudo nas formas imaturas.

Embora proibida por lei, a apanha da «loura» através de redes de malhagem muito pequena, continua a ser uma prática frequente, podendo com isso afectar o futuro "stock" de enguia.

A vigilância realizada pela Capitania do Porto do Douro, através do seu corpo da Polícia Marítima, a quem incumbe realizar a fiscalização, é bastante ineficiente, devido não só a escassez de meios, como também à extensa área a vigiar.

Na pesca marítima a utilização de explosivos é outra das práticas que, sob pena de se estar a comprometer a actividade futura, deveria ser banida através da sensibilização dos pescadores.

2.2. AS CONDICIONANTES LOCAIS/REGIONAIS

Além dos aspectos de ordem conjuntural decorrentes, fundamentalmente, da nova ordem jurídica internacional e, de índole estrutural que tem vindo a afectar o sector na sua globalidade, no caso específico da Afurada, há factores de ordem local/regional que têm vindo a interferir de forma negativa no desenvolvimento da actividade piscatória deste núcleo.

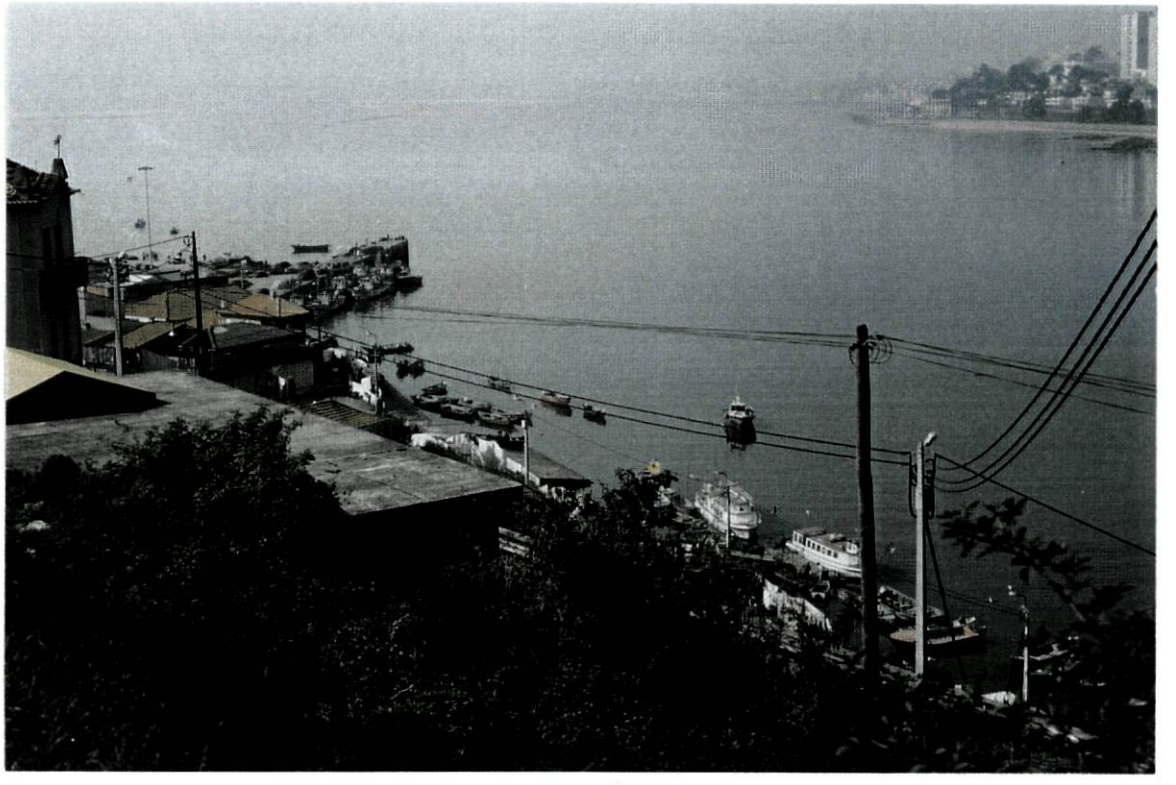
[220] "A lampreia e o sável, que povoavam abundantemente o rio Douro, já quase desapareceram. As sucessivas barragens no rio impedem o seu caminho na altura da desova, impossibilitando os peixes de se reproduzirem, mas a grande razão para o desaparecimento das espécies é a poluição fluvial". (Alexandra Figueira - "Jornal de Notícias - Especial / V. N. Gaia" de 14 de Março de 1996, p. 12).

O porto de pesca de Afurada situando-se a poucos quilómetros da foz do rio Douro, é um dos actuais quatro portos de pesca naturais deste rio.[221]

O seu pequeno cais (fig. 48),[222] que foi construído na margem esquerda do Douro, proporciona um acesso fácil ao tecido urbano que, a partir daí, se desenvolve por uma acentuada vertente.

Porém devido ao volume de pescado que tinha de desembarcar, foi-se revelando exíguo, situação ainda mais complicada, durante o período de Inverno, devido à inexistência de um verdadeiro porto de abrigo.

Fig. 48 - ASPECTO DO PORTO DE PESCA DA AFURADA COM O SEU PEQUENO CAIS DE ACOSTAGEM - 1997



ORIENTAÇÃO: SUDESTE / NOROESTE

Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

221 Existem, referenciados, nas Estatísticas da Pesca do INE, publicadas em 1995, quatro portos de pesca naturais, dois na margem norte, Lordelo e Valbom e dois na margem sul, Areinho e Afurada.

222 Este pequeno paredão de acostagem das embarcações de pesca não possui, ainda hoje, qualquer ponto de luz dificultando as tarefas em período nocturno e em dias de fraca visibilidade.

Todavia, não parecem ter sido estes os principais factores condicionantes do porto de pesca da Afurada, mas antes os que se reportavam com as suas características de porto natural, extremamente dependente da fisionomia do leito do rio e da própria foz, com assoreamentos constantes, além das irregularidades do seu caudal.

"São os problemas postos pelas características fisiográficas da foz, mais especificamente, os problemas do *cabedelo* e da *barra* ou bancos exteriores, que em verdade criam maior número de condicionantes à livre utilização do porto fluvial do Douro.

A foz do Douro tem características particulares que não podem deixar de ser consideradas, geneticamente, como um resultado de compromisso flúvio-marinho.

Não podemos entrar em exaustivas explicações de processo e limitar-nos-emos a evidenciar que a acção de transporte e acumulação do mar, dos detritos de desgastes costeiros ou dos aluviões fluviais, o transporte destas últimas pelo escoamento fluvial e a acção acumuladora dos ventos predominantes na costa, são os responsáveis, no jogo entre si estabelecido, mas sempre em desequilíbrio ao longo do ano, pela variabilidade da forma de acumulação que estrangula a saída do rio para o mar e ainda pela mobilidade e variação dos fundos em frente da foz e no próprio interior do rio a jusante da Arrábida".[223]

O porto de pesca é, desta forma, afectado pela elevada insegurança que a *barra* do Douro implica, não só devido aos grandes problemas de assoreamento no canal de entrada que exigiriam uma dragagem quase constante, mas também às formações rochosas nela existentes, que muito dificultam e, por vezes até impedem o movimento das embarcações, mesmo as de menor dimensão.[224]

---

[223] J. M. Pereira de Oliveira, - "O Espaço Urbano do Porto - Condições Naturais e Desenvolvimento", Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 135.

[224] "Em conclusão, parece-nos legítimo dizer que os condicionalismos da navegação de entrada e saída do porto fluvial do Douro se devem em termos gerais às precárias condições fisiográficas da foz. Conjugam-se as acções do regime do rio com as do mar na continua variação da topografia submersa e emersa da área da foz, interna e externamente e tudo, de tal modo que, quer por motivo do estado do mar (agitação excessiva, rebentação violenta, temporal e turbulência complexa do movimento das águas, enfim, densos nevoeiros), quer pelo rio (volume, velocidade e turbulência da corrente fluvial, conflitos de força e direcção deste com a enchente da maré em alturas especiais, marés vivas e cheias mesmo ordinárias), quer ainda por ambas as coisas ao mesmo tempo, a barra do Douro torna-se difícil ou infranqueável...". (J. M. Pereira de Oliveira, 1973, pp. 172-173).

Assim, a *barra* do Douro pela sua elevada perigosidade constituiu, desde sempre, um elemento negativo ao desenvolvimento da actividade.[225]

De igual modo, desde tempos recuados, tem-se verificado sucessivas diligências, no sentido de encontrar uma solução viável para o problema que este acidente natural causa à navegação.[226]

O primeiro projecto com alguma consistência, de que há memória, data de 1779 e é da autoria de Monteiro Salazar (fig. 49), embora nunca tenha sido levado à prática.

De todos os projectos e intervenções posteriores, destacam-se pela sua maior importância as dirigidas e concebidas pelo Engenheiro Reynaldo Oudinot e mais tarde, em 1816, pelo Engenheiro Luiz Gomes de Carvalho.

O projecto do Eng. Oudinot (fig. 50), consistia, fundamentalmente, na construção de um paredão, na margem direita, desde a Cantareira até às pedras de Felgueiras, com o objectivo de regularizar a corrente e, na margem esquerda, no corte do monte do Cobello, para aumentar a secção de vazão do Douro.[227]

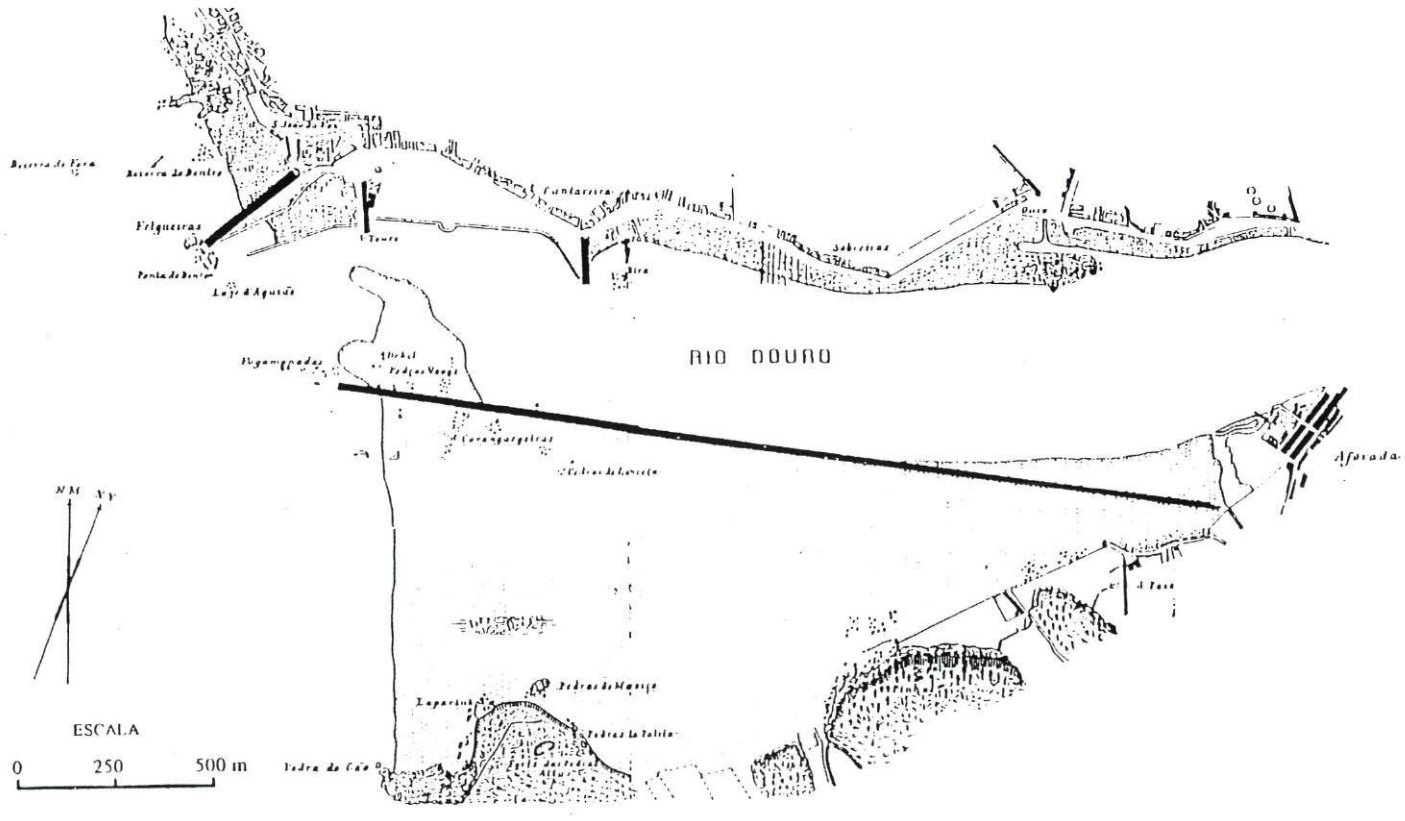
---

[225] A este propósito o Padre Joaquim Araújo refere que: "Durante os meses de Inverno, a barra como que se fechava para os pescadores de Afurada. Umas vezes, era o mar que estava agitado e a barra apertada, outras vezes os pescadores entendiam que era temerário sair a barra, porque poderiam não entrar por ela, mas sim arribar em qualquer parte da costa, lançados mortos nas areias das praias". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 36).

[226] "O mau estado da barra já em 1450 era tão reconhecido, que nas côrtes geraes, que n'aquelle anno se celebraram em Lisboa, de entre os capitulos especiaes do Porto se encontra um que se refere a varias providencias para bem da navegação, attendendo á difficultosa barra do Douro, onde os navios não podiam entrar logo que chegavam". (Adolpho Loureiro - "Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes", Volume I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904, p. 43).

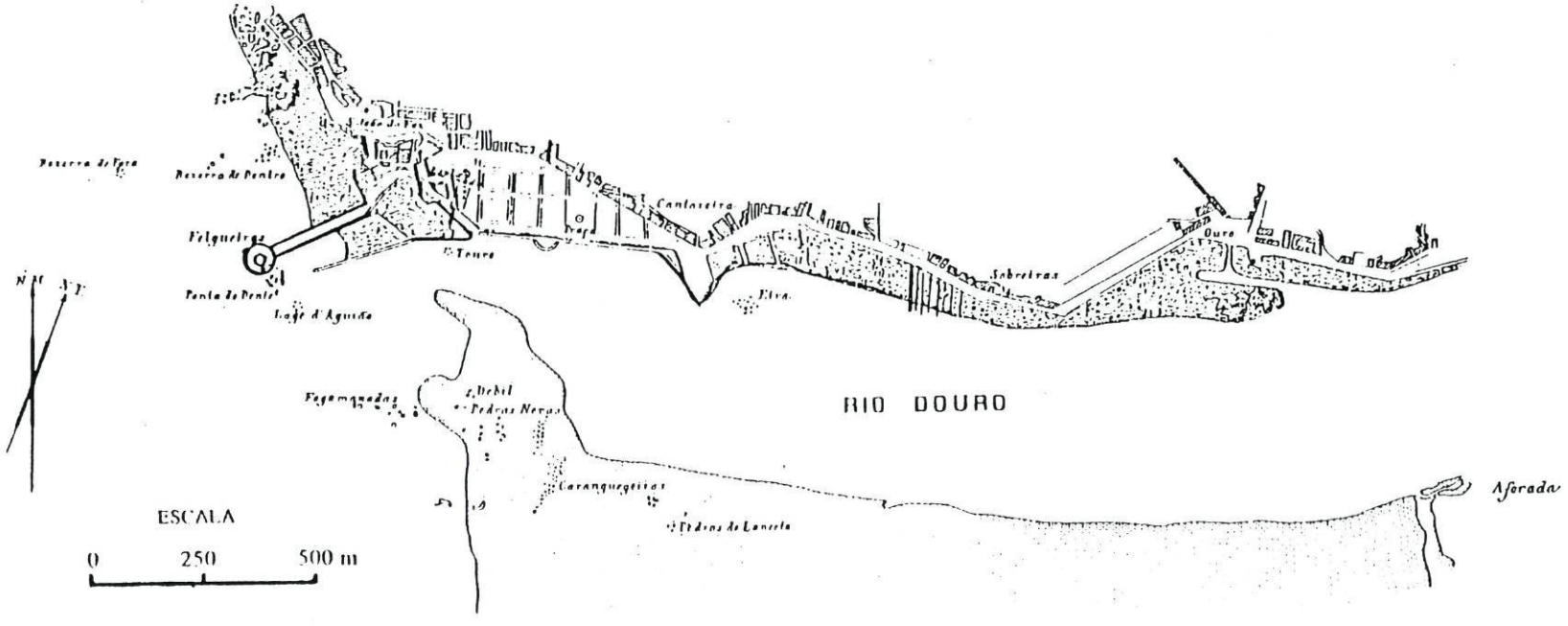
[227] O projecto de Reynaldo Oudinot "Compreendia uma obra marginal desde a Cantareira até uma secção fronteira ao castelo de S. João da Foz, segundo o alinhamento da margem actual. O seu objectivo era a regularização da margem direita, por forma a evitar a progressão excessiva da ponta do Cabedelo para norte. Foi apenas executada a parte submarina do dique, a jusante da Cantareira". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 2, Tomo 1, p. 4).

Fig. 49 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE MONTEIRO SALAZAR (1779)



Fonte: Adolpho Loureiro, "Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes", 1904.

Fig. 50 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE REYNALDO OUDINOT (1789)



Fonte: Adolpho Loureiro, "Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes", 1904.

Em relação ao projecto de Luiz Gomes de Carvalho (fig. 51), este consistia na construção, na margem norte, de um molhe desde Sobreiras até Felgueiras e, na margem sul, a construção de um molhe paralelo da Brevia às Caranguejeiras.[228]

Esta situação manteve-se ao longo do tempo, tendo-se verificado apenas intervenções pontuais que não conseguiram resolver cabalmente o problema.

Dada, por um lado, a dificuldade de levar à prática uma solução para a embocadura do Douro e, por outro, a necessidade de criar condições portuárias, não tanto devido à actividade piscatória, mas mais para dar resposta à navegação comercial, veio em 1884 a iniciar-se a construção do Porto de Leixões em Matosinhos.[229]

Esta nova infraestrutura veio a ter uma enorme influência, não só devido à sua proximidade geográfica, mas principalmente pelas condições que proporciona ao desenvolvimento da actividade piscatória, nomeadamente, de segurança, facilidade de descarga e comercialização do pescado, considerando os equipamentos, cais de acostagem, lota, armazéns de frio e facilidade de circulação que permite aos comerciantes e armazenistas.

Aliás, a barra do Douro constituindo um problema antigo, viu já vários projectos serem votados ao esquecimento por inércia dos poderes públicos.

---

[228] O projecto de Luiz Gomes de Carvalho "Era idêntico ao anterior no que respeita à margem direita. Diferia francamente no tratamento da margem esquerda. Enquanto que Oudinot nada previa para essa margem, Gomes de Carvalho preconizava, como obra fundamental de todo o projecto, um longo dique que deveria separar a bacia de S. Paio do canal principal do estuário, prolongado para fora do Cabedelo por um molhe. Este avançaria sobre a zona de afloramentos rochosos até uma posição próxima do meridiano de Felgueiras.

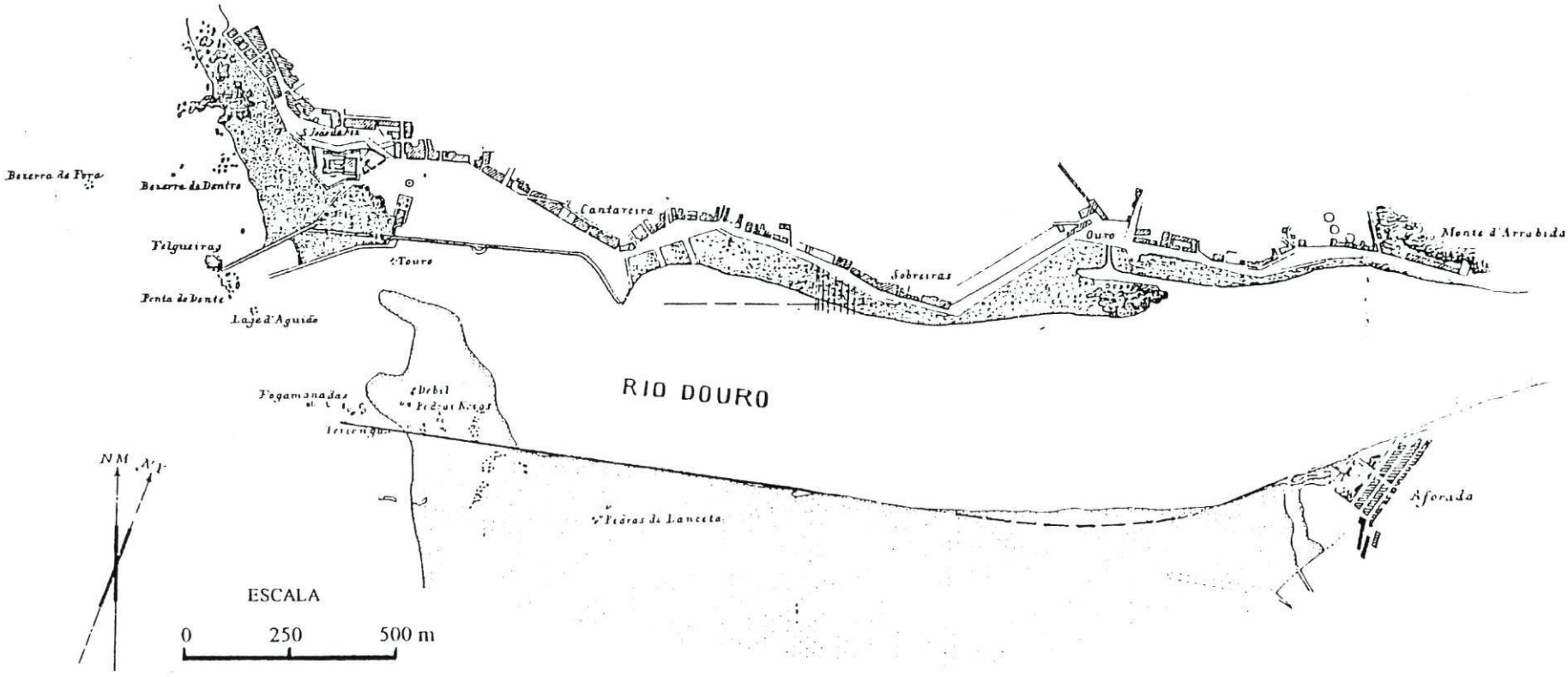
Este dique não foi completado, estando parcialmente construído (...). O quebramento da rocha que fazia parte do projecto ficou também incompleto". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 2, Tomo 1, p. 4).

[229] A este propósito Óscar Fangueiro refere que: "As obras do porto de abrigo começaram em 1884 e estavam já concluídas em grande parte, em 1892.

O quebramar só foi iniciado por volta de 1933. Porém, já em 1923 se construiu a entrada da actual doca nº1 destinada a porto comercial, cuja actividade se iniciou em 1933, ficando concluída em 1940.

Mais tarde, iniciou-se a construção do porto de pesca, composto por três pontes-cais, com o comprimento total acostável de 1740 m., onde podem descarregar ao mesmo tempo 72 traineiras. Em 1966, já estava concluída a ponte-cais nº 1 e as duas restantes foram também posteriormente construídas". (Óscar Fangueiro - "A descarga do peixe no passado", «Colecção Matosinhos - O lugar e a imagem», nº 2, Câmara Municipal de Matosinhos, p. 10).

Fig. 51 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE LUIZ GOMES DE CARVALHO (1820)



Fonte: Adolpho Loureiro, "Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes", 1904.

Este imobilismo perante uma questão da maior importância, tem a ver com factores vários, sendo, no entanto, de destacar aqueles que se prendem com as perspectivas contraditórias dos vários intervenientes, em particular os comerciantes do Porto e os trabalhadores ribeirinhos, que temiam a queda da importância da praça comercial do Porto e a perda de emprego, caso se consumasse a construção do Porto de Leixões.

O problema além de político, era também económico e, só com o naufrágio do Vapor Porto, em 29 de Março de 1852,[230] e a morte de inúmeras personalidades portuenses mobilizou os contendores para o abandono dos projectos para a barra do Douro, voltando-se , então, definitivamente para Leixões.[231]

Como é natural estas limitações físicas causam graves inconvenientes e prejuízos, quer de ordem humana, quer de ordem material. No entanto outros factores há que, de forma decisiva, inibem o desenvolvimento da actividade, como por exemplo a inexistência de um sistema de frio.[232]

A ausência deste tipo de estrutura vulneraviliza os produtores, pois não permite uma estabilização do preço do pescado, deixando-os à mercê da correlação oferta/procura, pela obrigatoriedade de ser comercializado de imediato.

Na Afurada o edifício da lota[233] é relativamente recente, tendo apenas sido projectado em Maio de 1952[234] (figs. 40 e 52).

---

230 "No séc. passado, o naufrágio mais dramático foi o do navio *Porto*, ocorrido em 1852 (29 de Março), da carreira regular de Lisboa, completamente destruído, a cem metros da barra, na *pedra do Touro*, junto do molhe velho. Nesse desastre, ocorrido em pleno dia, perderam a vida 53 pessoas (entre elas algumas das mais representativas da burguesia do Porto) e apenas se salvaram cinco". (Fundação Calouste Gulbenkian - "Guia de Portugal", 2ª edição, vol. IV, Tomo I, Outubro de 1985, pp. 379-380).

231 "O porto artificial de Leixões é uma resposta hodierna às intermináveis aplicações e infrutíferas medidas e estudos para resolução do problema da barra do Douro". (J. M. Pereira de Oliveira - "O Douro e as Navegações", STVDIVM GENERALE 1460-1960, Boletim do Centro de Estudos Humanisticos (Anexo à Universidade do Porto), V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. VII, Porto, MCMLX, p. 159).

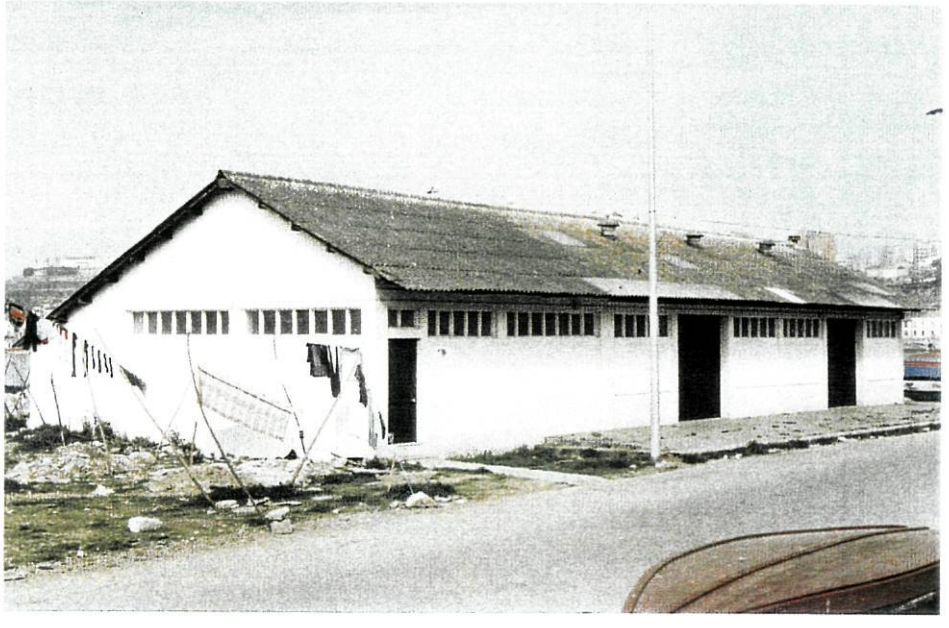
232 "A inexistência de infraestruturas adequadas obriga a que grande parte das descargas do pescado das embarcações registadas na Afurada se efectuem em Aveiro e Matosinhos servindo o porto de pesca sobretudo para estacionamento e aprovisionamento da frota". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 1, p. 90).

233 O posto da lota da Afurada, pertencente à Delegação de Matosinhos DOCAPESCA, SA, mantém sub-postos em Valbom, Aguda, Espinho e Esmoriz, possuindo todos um elemento destacado (excepto o de Valbom), que controla a descarga e vendagem do pescado.

Esta estrutura, de dimensão relativamente pequena, só não traz problemas no tocante às descargas do pescado, porque uma parte substancial dos barcos de pesca costeira, nomeadamente as embarcações de maior dimensão, que transportam quantidades de pescado mais elevadas, descarregam em Matosinhos.

Sendo obrigatória a transacção em lota da primeira venda de todo o pescado fresco ou refrigerado, este é, por isso, o local onde o mecanismo de formação de preços que se aplica à maior parte do pescado tem lugar.[235]

Fig. 52 - EDIFÍCIO DA LOTA DA AFURADA (CONSTRUÍDO EM 1952)
LOCALIZADO NA RUA CAIS DO ESTALEIRO



Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

[234] O pavilhão da Lota, sendo composto por duas secções (zona de compra e zona de venda), possui forma rectangular e ocupa uma superfície total de 143,6 m^2 (8,00 x 17,95) tendo sido orçamentado em 83 230$00. (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Projecto de um pavilhão para a lota do pescado na Afurada - Estimativa Orçamental", Administração dos Portos do Douro e Leixões, Maio de 1952).

[235] É importante salientar que a "DOCAPESCA, SA." é o organismo que, a nível nacional, detém o monopólio da primeira venda do pescado.

Esta realidade não nos parece muito salutar, em termos económicos, dado por um lado, o valor desse serviço não ser determinado pelo mercado e, por outro, a qualidade que lhe é inerente ser inquestionável devido à inexistência de alternativas.

Pese, embora, não ter sido nosso propósito, com este trabalho, realizar uma análise exaustiva do actual sistema de comercialização do pescado, não podemos deixar de alertar para um aspecto que, em nosso entendimento, é de capital importância para o sector devendo, por isso, ser alvo de uma profunda reflexão.

As embarcações de pesca estão, desta forma, extremamente dependentes das quantidades capturadas e venda do pescado na lota, visto ser aí que se efectua a primeira transacção. No entanto, este mercado apresenta-se bastante pequeno, sendo essencialmente constituído por pequenos compradores, designados de "compradores de canastra" e apenas por dois ou três que adquirem por grosso.

Têm sido, justamente, as mulheres dos pescadores quem, ao longo do tempo, têm vindo a assegurar a venda diária do peixe na cidade do Porto.

É, também, através da lota que se efectuam os descontos para a Mútua dos Pescadores e para a Caixa de Previdência, instituições que configuram os pilares do sistema de segurança social destes profissionais.

Porém, é aqui frequente, à semelhança da generalidade dos pequenos portos de pesca, a evasão à lota, quer através das «caldeiradas» dos pescadores que, embora destinadas a consumo próprio, são comercializadas, quer através de descargas de pescado irregulares.

Aliás, sublinhe-se que muitas embarcações que, normalmente, descarregam noutros portos dirigem-se à Afurada quando necessitam de descarregar peixe fora do tamanho mínimo, em detrimento de Leixões, devido ao menor controlo e maiores possibilidades de fuga à fiscalização.

A produção real é, por isso, significativamente maior do que a indicada nas estatísticas oficiais,[236] já que o fenómeno de evasão à lota adquire aqui, bem como na generalidade da pesca artesanal praticada nas comunidades piscatórias em toda a faixa litoral, uma intensidade superior à registada noutros tipos de pesca.

A lota, embora constituindo um pequeno mercado local, não deixa, por isso, de estar condicionada por factores de ordem externa, tanto de âmbito nacional como de origem internacional.

---

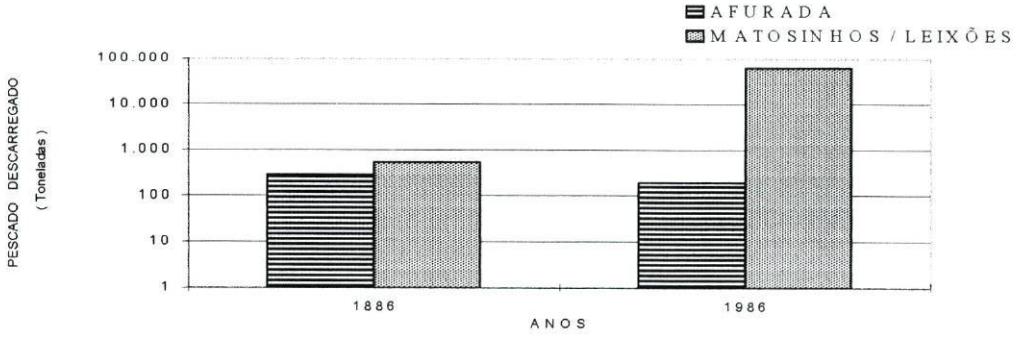
[236] Torna-se na verdade impossível encontrar um factor de ponderação que permita realizar uma estimativa da produção de pescado mais próxima dos valores reais, já que a fuga à lota constitui uma realidade multifacetada e, por isso, difícil de aferir.

A confirmar esta realidade, de permanente fuga à lota e consequentemente de adulteração dos dados estatísticos oficiais, é interessante atentar no texto onde a determinado passo pode ler-se: "Os elementos estatísticos disponíveis sobre capturas merecem alguma reserva, particularmente no caso da lota da Afurada, pois verifica-se que as capturas declaradas são substancialmente diferentes das reais...". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 1, p. 89).

Não há dúvidas que desde meados deste século se assiste a um processo de (re)localização da actividade piscatória, até então sediada na Afurada. Efectivamente, a partir dos anos cinquenta, verificou-se uma transferência dos armadores que aqui operavam para o porto de Leixões/Matosinhos, onde não só adquiriram armazéns, mas cujas embarcações passaram também a descarregar e vender o pescado.[237]

Esta dinâmica de concentração geográfica da actividade piscatória, protagonizada neste caso por Leixões (fig. 53),[238] encontra-se intimamente relacionada com as infra-estruturas de apoio à actividade piscatória.[239]

Fig. 53 - PESCADO DESCARREGADO NOS PORTOS DA AFURADA E DE LEIXÕES EM 1886 e 1986



Fonte: A.A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para Matosinhos no ano de 1996;
Livro de registos de venda de pescado da Lota da Afurada, para a Afurada no ano de 1996.

237 A este propósito o Padre Joaquim Araújo refere que, após o ano de 1948, em que se verificou o apogeu da actividade, esta começa "...a baixar e a passar para Matosinhos, não só por causa da barra do Douro oferecer perigos e às vezes os barcos que aqui estavam não podiam sair para o mar, enquanto outros queriam entrar, e não podiam fazê-lo e não tinham armazém em Matosinhos, por isso armadores de pesca de Afurada, começaram a arranjar armazéns, em Matosinhos, onde os barcos passaram a passar a safra e a vender, entrando apenas quando vinham para os estaleiros do Ouro, Afurada e até de Gaia, na margem esquerda". (Joaquim Araújo, 1992, p. 75).

238 Os desembarques de pescado registados em 1886 e 1986, isto é, com um século de intervalo, são na Afurada, respectivamente, 280 e 201 toneladas e, em Matosinhos/Leixões, 533 e 61.110 toneladas.

Estes valores são o reflexo, mais visível, do processo de concentração geográfica da actividade.

239 O protagonismo de Matosinhos, nesta dinâmica de concentração geográfica da actividade que, começando-se a esboçar em finais do século passado, se acelera com o porto de Leixões, é incontestável.

A este propósito Jorge Alves refere que: "Matosinhos vê crescer rapidamente o seu número de pescadores: muitos poveiros e vareiros, estes de Espinho, aí se radicam, mas sobretudo, vêm aqui fazer as suas descargas de pescado, conferindo uma nova dinâmica de exportação (para Brasil e Galiza) ao porto de Leixões recém-construido, que aumentará sensivelmente com a fixação das fábricas de conservas de sardinhas, ao raiar do novo século, as quais se tornam o melhor cliente deste tipo de peixe". (Jorge Fernandes Alves - " A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol.VIII, Porto, 1991, p. 163).

Porém, não é negligenciável, no processo de concentração da actividade, por um lado, o aumento progressivo na autonomia das embarcações, conseguido através da sua motorização e, por outro, o aumento da dimensão (tAB) dos barcos, implicando obviamente melhores condições portuárias.

Leixões, enquanto centro polarizador, teve uma influência decisiva, ao longo do tempo, na diminuição da actividade piscatória na Afurada. Este factor, foi, mais recentemente, reforçado por outro lado, com a adesão à União Europeia e a consequente abertura do mercado nacional, a proximidade geográfica da Galiza,[240] nomeadamente do porto pesca de Vigo, veio introduzir alguns problemas no escoamento do pescado.

Efectivamente, as redes de distribuição de pescado espanholas tem conseguido colocar o peixe a preços mais baixos e mais cedo no mercado nacional, do que as portuguesas.[241]

2.3. A EVOLUÇÃO RECENTE DA ACTIVIDADE

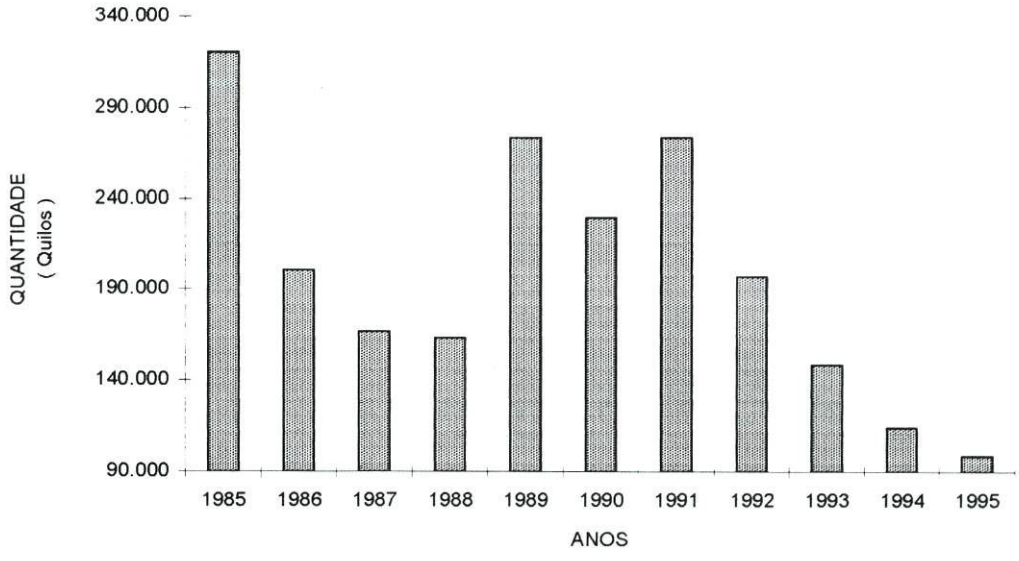
2.3.1. A PRODUÇÃO DE PESCADO

A evolução da produção de pescado (fig. 54), nos anos recentes, embora evidenciando uma tendência geral regressiva, é passível de ser dividida em vários períodos, atendendo às variações ocorridas.

[240] Sobre a importância piscatória da Galiza, Maurel refere que: "...es la primera región pesquera de España; su flota sumaba la tercera parte del T.R.B. estatal. Pero la importancia de Galicia es muy superior; no sólo tiene la mejor infraestructura en todos los sentidos sino, con diferencia, la mayoreconomía externa de escala pesquera de España". (Joaquín Bosque Maurel e Joan Vilà Valentí - "Geografia de España - Geografia Humana 1", Editorial Planeta, Barcelona, 1989, p. 576).

[241] A este propósito Faria de Morais refere que: "Com a libre circulação de mercadorias, não constitui novidade para alguém a "inundação" de pescado galego nas praças portuguesas. Pescada, fresca e congelada, lulas, solhas, chocos, badejo, mesmo sem certificado de salubridade, atravessam em grandes quantidades a fronteiriça Valença para abastecer os mercados a sul do rio Minho". (in Jornal de Notícias de 3 de Fevereiro de 1997, p. 16).

Fig. 54 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE PESCADO NA AFURADA (1985/1995)



Fonte: Livro de registos de venda de pescado da Lota da Afurada.
Nota: O valor relativo a 1989, corresponde a uma estimativa, dado não se encontrar disponível.
O valor relativo a 1995, foi cedido pela Direcção-Geral das Pescas.

Assim, entre 1985 e 1988 observa-se uma diminuição progressiva nos desembarques de pescado, constituindo aquele último ano, o momento de alteração da tendência negativa.

Efectivamente, a partir de 1988, assiste-se a um crescimento, passando a produção de um valor na ordem das 164 toneladas, para 273 toneladas em 1989.[242]

De 1989 a 1991 é possível observar uma estagnação da produção de pescado.

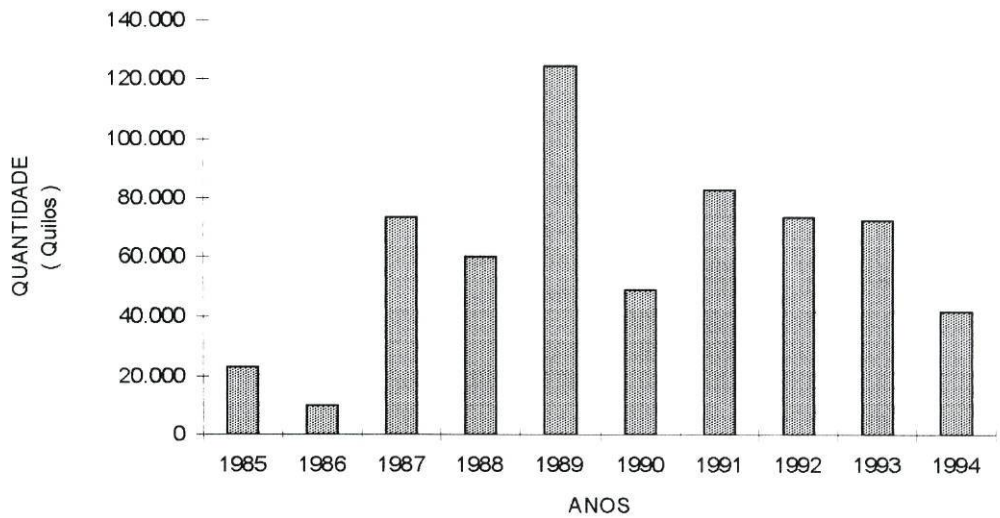
A partir de 1991 constata-se, à semelhança do que se passa em todo o continente (fig. 9), uma tendência regressiva, embora aqui mais acentuada, dado ter-se verificado uma diminuição, em termos relativos na ordem dos 58%, obtendo-se o valor absoluto mais reduzido de sempre em 1995, com um total de 98.800 quilos.[243]

Do total de pescado, a sardinha ocupou sempre um lugar de destaque, relativamente às restantes capturas, no entanto a evolução recente dos desembarques desta espécie (fig. 55), manifesta uma acentuada diminuição a partir de 1991.

[242] Anexo 25, p. 207.

[243] Anexo 25, p. 207.

Fig. 55 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE SARDINHA NA AFURADA (1985/1994)



Fonte: Livro de registos de venda de pescado da Lota da Afurada.
Nota: Os valores relativos a 1989 e 1990, correspondem a uma estimativa, dado não se encontrarem disponíveis.

Efectivamente, apesar da irregularidade dos desembarques, a série definida pelos últimos quatro anos, de 1991 a 1994, evidencia um nítido decréscimo da produção. Contudo, não podemos deixar de salientar a importância que, a pesca da sardinha, assumiu no desenvolvimento deste núcleo.

Neste sentido, se há indicadores que permitem aferir a evolução da pesca da sardinha, a indústria de conservas é, pela elevada dependência de proximidade da matéria-prima, indiscutivelmente um deles.

Em terreno da freguesia de Canidelo, na proximidade do núcleo piscatório da Afurada, embora mais tardiamente do que noutros centros pesqueiros, implantou-se uma unidade industrial[244] de conservas de sardinha.[245]

[244] Observe-se a figura 40 da pagina 123 onde é manifesta a elevada proximidade da "Fábrica de Conservas da Afurada" relativamente ao núcleo piscatório.

[245] A título de curiosidade refira-se que o pedido de licenciamento de construção nº 611/41 de Manuel Pereira Júnior "...para construir uma Fábrica de Conservas no lugar de Tintos, freguesia de Canidelo..." foi deferido pela autarquia em Agosto de 1941. (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - "Acta da Sessão de 14 de Agosto de 1941", V. N. de Gaia, 1941, p. 4).

Durante a construção da fábrica, foram edificadas outras estruturas complementares e de apoio à unidade principal, como o "posto de tratamento de redes de pesca"[246] e uma "cabine de alta tensão"[247] para abastecimento de energia eléctrica.

Esta empresa, denominada Fábrica de Conservas de Manuel Pereira Júnior, vulgarmente conhecida por "Fábrica de Conservas da Afurada" (fig. 56), iniciou a sua actividade em 1942, nela laborando cerca de 300 pessoas, maioritariamente do sexo feminino, sendo abastecida de sardinha proveniente das embarcações que descarregavam na Afurada.[248]

Em 1957, as instalações desta unidade industrial foram arrendadas a Benito Garcia acusando uma redução de mão-de-obra em 50%, predominando trabalhadoras.

---

[246] A 7 de Outubro de 1941, Manuel Pereira Júnior solicita à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia autorização para no lugar de Tintos, freguesia de Canidelo, em terreno contíguo à Fábrica de Conservas que, se encontrava em curso de construção, edificar um posto de tratamento de redes de pesca.

Estas novas instalações seriam equipadas com "...caldeiras, secadores e tinas necessárias ao completo funcionamento do posto de tratamento de redes de pesca".

O enquadramento arquitectónico deste edifício, foi outra das preocupações do seu proprietário, podendo na memória descritiva, a dado passo, ler-se que: "O terreno fronteiro à construção será regularizado na quási totalidade da sua extensão com as terras sobrantes da Fábrica de Conservas, propriedade do requerente, actualmente em curso de construção, na vizinhança imediata do posto de tratamento agora projectado". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - "Processo de Licenciamento de Construção de um Posto de tratamento de Rêdes de Pesca", Processo nº43/1943, datado de 7 de Outubro de 1941).

[247] Em 10 de Julho de 1942, Manuel Pereira Júnior solicita à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia autorização para realizar a "remodelação das fachadas dos armazéns e outras obras complementares" com o objectivo de adaptar o edifício desses armazéns a oficinas de serração e serralharia.

De entre as obras complementares, encontrava-se a construção de uma "cabina de alta tensão com 27 m^2, destinada a receber energia eléctrica para as oficinas e para a Fábrica de Conservas da Afurada".

Ao lado daquela cabine seria, ainda, construída "...uma cisterna subterrânea, (...) em alvenaria de granito, alimentada por nascente de água existente no terreno de construção; esta água será depois elevada a altura conveniente, para o abastecimento dos armazéns e da Fábrica de Conservas próxima, por uma bomba localizada na dependência anexa, construída entre a cisterna e a cabine de alta tensão". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Arquivo Geral - Processo nº43/1943, datado de 10 de Julho de 1942).

[248] "Também do lado de Gaia surgem fábricas ligadas à cortiça (...) e às conservas. Esta última era facilmente alimentada pelo produto resultante da intensa e ancestral actividade piscatória, essencialmente localizada nas zonas de S. Pedro da Afurada, Cantareira e Massarelos". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Projecto ATLANDOURO", Matosinhos, 1992, p. 7).

Fig. 56 - RUÍNAS DO EDIFÍCIO DA FÁBRICA DE CONSERVAS DA AFURADA - 1997
(LOCALIZADAS EM TERRENO DA FREGUESIA DE CANIDELO)



Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

No início da década de sessenta este empresário, adquire definitivamente a empresa, que então se passou a designar de "Fábrica de Conservas Benito Garcia, Lda",[249] unidade que funcionou normalmente até 1986, altura em que a empresa foi arrendada a António da Silva Serrano, um empresário matosinhense do ramo conserveiro, que assumiu a sua gestão.

Todavia, passados dois anos, ou seja em 1988 a empresa abre falência, tendo sido lançados no desemprego todos os trabalhadores, não restando outra alternativa do que a venda em hasta pública.

---

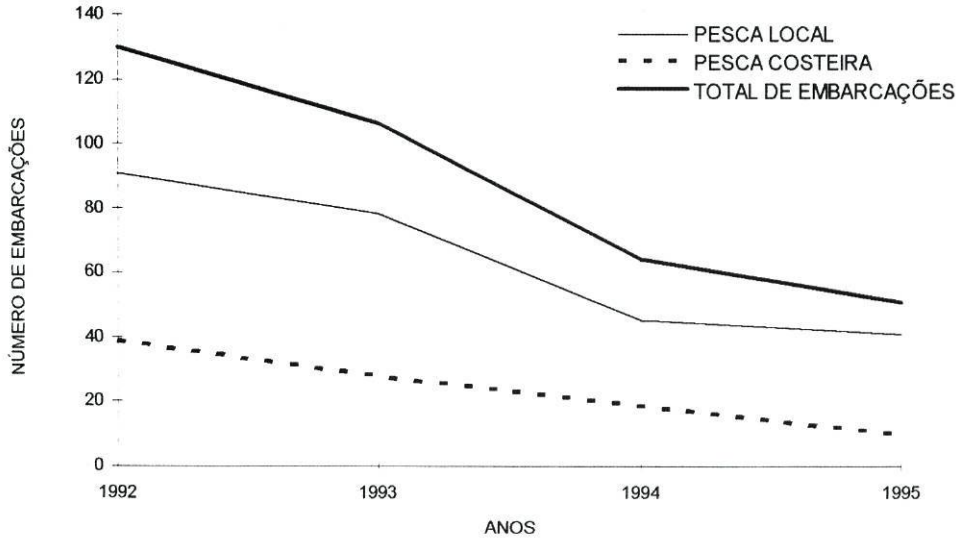
[249] José Cordeiro referindo-se a esta unidade conserveira menciona que: "(...) a Benito Garcia, Lda, apresentava além disso instalações de uma grande qualidade arquitectónica - o seu projecto foi da autoria do arquitecto António Varela, igualmente o responsável pelo edifício da Algarve Exportador em Matosinhos". (José M. Lopes Cordeiro - "A Indústria Conserveira em Matosinhos", Exposição de Arqueologia Industrial, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 43).

Não nos causa, por isso, estranheza o edifício da «Casa da Fábrica das Conservas» se encontre proposto para ser classificado como Monumento constando "...na lista do Inventário do Património Construído de V. N. de Gaia (Edital de 23 de Julho de 1989) e respectivos Aditamentos aprovados pela Câmara Municipal". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - "Relatório do Plano Director Municipal", V. N. de Gaia, Outubro de 1993, pp. 122-123).

2.3.2. A FROTA

A observação da evolução recente da frota de pesca da Afurada (fig. 57),[250] permite-nos confirmar um acentuado decréscimo da actividade que é mais significativo na frota adstrita à pesca local do que na costeira.[251]

Fig. 57 - EVOLUÇÃO DA FROTA DE PESCA, AFECTA AOS DESEMBARQUES DE PESCADO, NA AFURADA



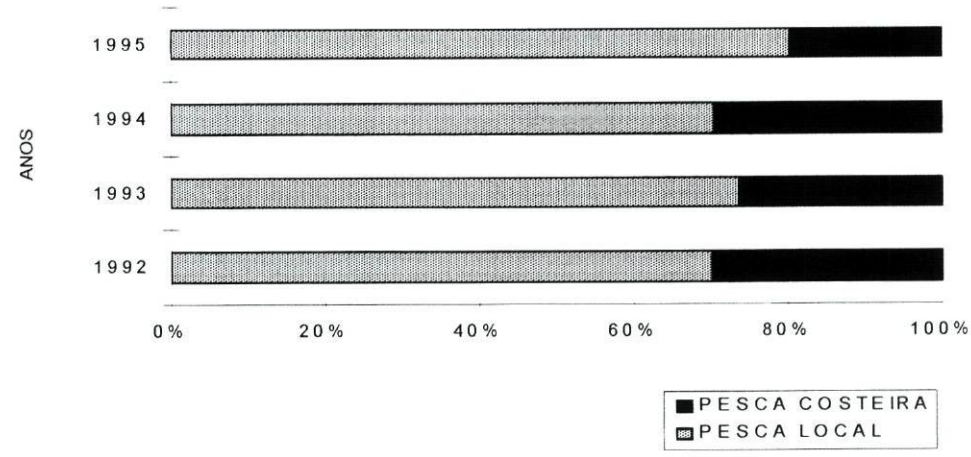
Fonte: Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1996.

Porém, não deixa de ser interessante verificar que, em termos relativos, as embarcações de pesca local, tem alcançado progressivamente um peso crescente relativamente à frota de pesca artesanal costeira (fig. 58).

[250] Anexo 26, p. 208.

[251] Recordamos que a pesca artesanal é passível de ser dividida em dois segmentos: - a pesca artesanal local praticada por embarcações mais pequenas que operam dentro da área de jurisdição da repartição marítima onde estão registadas; - a pesca artesanal costeira é praticada por embarcações de maior porte operando ao longo da costa nacional.

Fig. 58 - EVOLUÇÃO RELATIVA DA FROTA DE PESCA ARTESANAL, AFECTA AOS DESEMBARQUES DE PESCADO, NA AFURADA



Fonte: Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1996.

Com o objectivo de restruturar a frota, foi delineado um projecto de candidatura a fundos estruturais comunitários, tendo resultado na compra, em 1996, de nove embarcações de pesca,[252] construídas em fibra de vidro, financiadas a fundo perdido em 60% pela União Europeia, destinadas a substituir as tradicionais embarcações com motor fora de bordo (fig. 59).

O abate de embarcações, acção incentivada e apoiada pela União Europeia, tem provocado uma diminuição do emprego no sector. Além disso, as verbas disponibilizadas para esta operação são entregues aos armadores, os quais não são obrigados a indemnizar os pescadores.

O ajustamento estrutural, nomeadamente o abate de embarcações, em função dos recursos disponíveis implicaria a existência de medidas de acompanhamento social, facto que, como já foi referido, não se verificou desde a adesão à União Europeia e que tem provocado algumas situações de ruptura na comunidade piscatória.

[252] Refira-se que estas embarcações, orçadas em cerca de 9000 contos cada (incluindo o equipamento de navegação, motor, sonda, radar...), destinadas à pesca artesanal com rede de cerco, foram construídas em poliester e possuem como características principais: um comprimento de sinal de 8 metros, uma tAB de aproximadamente 6,7 tM, estando equipadas com motor semi-fora de borda a gasóleo com potência de 75 HP. Estes barcos destinam-se a substituir as tradicionais embarcações de motor fora de bordo, que serão progressivamente abatidas aquando da entrega destas novas unidades.

Fig. 59 - EMBARCAÇÕES DE PESCA FINANCIADAS PELA UNIÃO EUROPEIA - 1997



Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

2.3.3. A MÃO-DE-OBRA

Nos últimos anos, o número de pescadores matriculados, tem registado um acentuado decréscimo.

Através da observação da evolução da população activa[253] (fig. 60), não só é possível confirmar a diminuição do número de pescadores, visível no decréscimo em termos relativos da população no sector primário, como ainda se torna evidente a tendência para a terciarização deste aglomerado.

[253] Anexo 27, p. 208.

Fig. 60 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA CIVIL A EXERCER UMA PROFISSÃO SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA EM 1981 E 1991



Fonte: Recenseamentos da População e da Habitação, INE, Lisboa, 1981/91.

Os pescadores da Afurada, depois do fim da safra, na época do defeso que decorre entre 31 de Janeiro e 30 de Abril, recorrem fundamentalmente à «baixa à Caixa», em detrimento do "subsídio de desemprego", como forma de garantir a subsistência.

O pescador não aufere um rendimento fixo do trabalho, dado este ser dependente da quantidade de pescado conseguido. Pelo sistema em vigor, depois de descontadas todas as despesas, o lucro da pesca é dividido em 40% para o armador e 60% para os tripulantes.

Visto que, na pesca artesanal, o factor de remuneração é a receita da embarcação deduzida de determinadas despesas (como por exemplo o combustível, taxa de lota, descontos para a previdência e mútua...),[254] os pescadores estão totalmente dependentes do mar.

---

[254] Sem pretendermos entrar numa análise exaustiva das remunerações dos pescadores, não deixa de ser interessante determo-nos na leitura de um comunicado da PROPEIXE OP - Cooperativa de Produtores de Peixe do Norte, C.R.L. que, reportando-se explicitamente a esta matéria, refere: *"Desde há pelo menos 15 anos, e sempre com a maior aceitação das tripulações, a retribuição salarial vem sendo feita ao abrigo do sistema chamado «monte-maior».*

De acordo com tal sistema, do rendimento bruto da pesca, depois de deduzidas as despesas comuns, é atribuída uma percentagem de 40% para o armador e 60% para os pescadores.

As despesas comuns são o gasóleo consumido por maré de pesca, os óleos e valvulinas, os rolos de papel de sonda e gelo aplicado no peixe a bordo, e sobre o rendimento bruto da pesca, 10% para a previdência, 3% de taxa de vendagem do pescado e 3,5% do seguro dos acidentes de trabalho. Estas despesas totalizam à volta de 28% do bruto da pesca.

Por outro lado, o sistema de segurança social vigente, para além de não assegurar uma "reforma" condigna, não possibilita que perante situações pontuais de inactividade o "subsídio de desemprego" proporcione uma sobrevivência satisfatória.[255]

Este quadro de dificuldades laborais, contrasta com a existência de baixos níveis de sindicalização. Tanto quanto nos foi possível constatar estes baixaram de forma significativa a partir dos anos oitenta.[256]

Daquilo que nos foi possível observar a pesca a tempo parcial constitui uma realidade no grupo etário mais avançado.

A juventude não manifesta atracção pela vida do mar. Muitas causas estão na base deste desinteresse, destacando-se, entre outras, a dureza das fainas e a (in)segurança física e social a que estão sujeitos estes profissionais.

No entanto, no campo da formação profissional, não deixou de existir um verdadeiro esforço no sentido de atrair as camadas mais jovens para a actividade.

Na Afurada, à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o litoral, foi criada a Escola Elementar de Pesca da Casa dos Pescadores, em meados de 1950.

Esta escola, inicialmente instalada no imóvel da Casa dos Pescadores[257] (figs. 40 e 61), veio a ter um segundo pólo,[258] para o qual foi construído um edifício de

---

Os armadores, com os 40% que lhes cabe na partilha do «monte-maior», têm de suportar, além do mais, as seguintes despesas: seguros da embarcação e seus equipamentos, manutenção e beneficiação do casco, dos motores, aladores, grua hidráulica, acamador de rede, electrónicos, rede de pesca e mão-de-obra no seu arranjo durante o defeso, pintura e calafeto e subidas ao plano inclinado para reparações, bem como juros bancários. Se durante o ano a embarcação sofrer avarias no casco, motores e rede, o armador terá que suportar uma despesa extra de largos milhares de contos. A título de curiosidade, informa-se que uma embarcação do cerco, pronta a pescar custa hoje à volta de 100 mil contos, e uma rede de pesca custa presentemente à volta de 25 mil contos. Acresce referir ainda que, durante o ano, os armadores perdem grandes quantidades de rede por avarias provocadas pelas bóias de sinalização de outras artes de pesca, perdas que, em muitos casos, ascendem a muitos milhares de contos, redes que não estão seguras por recusa das entidades seguradoras". (in Jornal de Notícias de 11 de Janeiro de 1997, p. 10).

[255] Refira-se que tanto as "reformas" como o "subsídio de desemprego" são função dos descontos realizados durante o tempo de actividade. No entanto, dado a maioria dos pescadores realizarem esses descontos em função de um rendimento do trabalho subavaliado, sofrem os reflexos dessa prática a nível da segurança social em alturas críticas.

[256] Segundo Celeste Malpique no *Sindicato Livre dos Profissionais de Pesca do Distrito do Porto* (a funcionar presentemente no edifício da antiga Casa dos Pescadores da Afurada) o "...número de sócios inscritos em 1981 era de 1158, (...). O pagamento efectivo das quotas anda por 330 sócios". (Celeste Malpique, 1984, p. 131).

No entanto, segundo o que pudemos apurar em conversa com José Alegre, dirigente daquele sindicato, em 1988, 1989 e 1990, os sócios com pagamento efectivo de quotas, eram respectivamente de 16, 21 e 12, evidenciando, desta forma, um elevado decréscimo nos níveis de sindicalização.

raiz, com o objectivo de ministrar apenas as disciplinas teóricas, ficando a funcionar no espaço primitivo, que se revelou exíguo, apenas as disciplinas práticas.[259]

A formação ministrada incidia sobre diversas áreas da actividade piscatória salientando-se, a título de exemplo, os cursos de ajudante-de-motorista, contramestre e arrais de pesca.

Fig. 61 - EDIFÍCIO DA CASA DOS PESCADORES ONDE FUNCIONOU A ESCOLA DE PESCAS DA AFURADA - 1997



Fotografia realizada em Fevereiro de 1997.

[257] Actualmente funciona neste edifício uma Unidade de Saúde "(...) que começou por ser um Posto Clínico, passando mais tarde a ser uma Unidade de Saúde do Centro de Saúde de Barão do Corvo, ficando lá a funcionar a 1ª Unidade, sendo a de Afurada a 2ª Unidade de Saúde do referido Centro de Saúde". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 70).

[258] O edifício onde funcionou este segundo polo da Escola Elementar de Pesca veio a ser reconvertido na actual Casa Mortuária que, depois de benzida em Junho de 1991, entrou funcionamento.

[259] Segundo o Padre Joaquim de Araújo, as disciplinas eram Marinharia, cuja docência estava atribuída a um professor e um monitor, Navegação, Cultura Geral, Pesca e Moral. As primeiras três disciplinas eram leccionadas por Oficiais da Capitania do Porto do Douro, a disciplina de pesca era ministrada por um arrais e a de moral pelo próprio pároco.

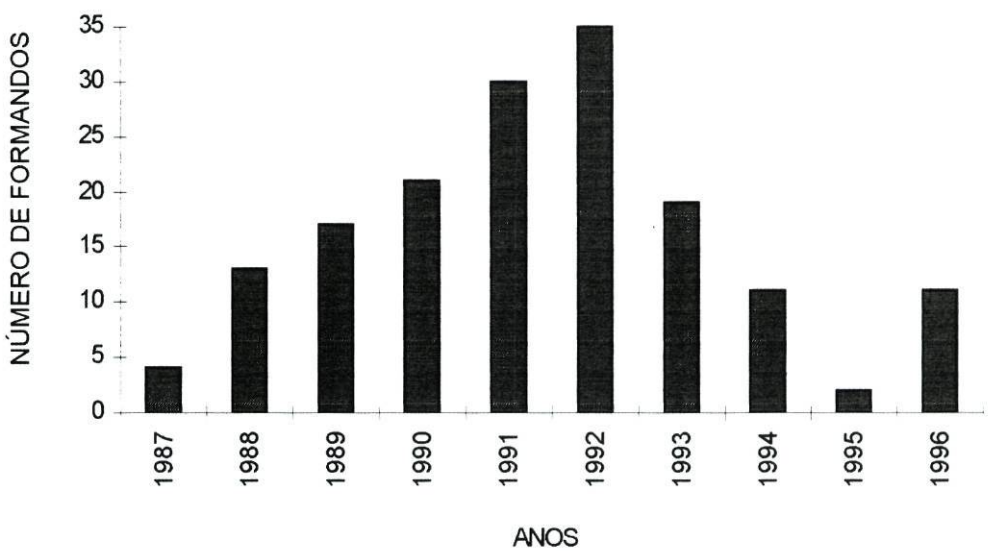
Foram precisamente as disciplinas práticas, de Marinharia e Pesca, que continuaram a funcionar no edifício da casa dos pescadores, passando as restantes para as novas instalações (Joaquim de Araújo, 1992, pp. 65-69).

Este centro de formação veio a cessar a sua actividade em 1974, por imposição governamental[260] de encerramento de todas as Escolas de Pesca do país.

Porém, em 1986 teve lugar a abertura de uma escola de formação profissional, em Matosinhos, da Forpescas, onde os jovens da Afurada têm a possibilidade de encetar a sua aprendizagem em diversas áreas.

A observação da evolução do número de formandos residentes na Afurada a frequentar aquela instituição (fig. 62), permite constatar a existência de um crescimento até 1992, ano a partir do qual se verifica uma tendência regressiva, atingindo-se, em 1995, o valor mínimo. Daquele ano em diante regista-se uma ténue recuperação, verificando-se, em 1996, um total de onze formandos.[261]

Fig. 62 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FORMANDOS, RESIDENTES NA AFURADA
(INSCRITOS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FORPESCAS, EM MATOSINHOS)



Fonte: FORPESCAS, Delegação de Matosinhos, 1997.

[260] As Escolas de Pesca cessaram a sua actividade por imposição do Decreto Lei nº 240 de 5 de Junho, o qual no seu artigo 4º decreta que sejam "...extintas todas as organizações estatais e paraestatais, às quais estavam atribuídas funções de direcção, administração, regulamentação, fomento e disciplina, relativas à exploração, utilização e investigação das pescas e dos recursos vivos aquáticos, bem como das actividades conexas". (Decreto-Lei nº 240/74 de 5 de Junho de 1974).

[261] Anexo 28, p. 208.

No entanto, mesmo assim, muitos dos jovens que optam pela sua frequência fazem-no como forma de obtenção temporária de um rendimento, vindo posteriormente a escolher outras actividades, quando ingressam na vida activa.

Embora a formação profissional seja um dos instrumentos de importância estratégica para a valorização do potencial humano existente no sector, será necessário complementá-la com a introdução de alterações no âmbito da legislação laboral para que os jovens sintam atracção pela profissão, contribuindo desta forma para contrariar tendência de alheamento que se faz sentir.

Mudança legislativa que, em nosso entendimento, passa pela garantia mínima de estabilidade profissional, isto é, a existência de uma remuneração base complementada com uma percentagem no valor das capturas de pescado, garantindo-se, desta forma, por um lado, a subsistência em alturas críticas e, por outro, um vínculo aos armadores, assumindo estes uma maior responsabilidade enquanto entidade patronal, até agora inexistente.

3. AS RECENTES DINÂMICAS LOCAIS

3.1. OS FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL

A freguesia da Afurada é hoje um espaço em profunda alteração fruto, a nosso ver, de dois factores fundamentais, por um lado, a implementação de uma nova malha viária e, por outro, a mudança no tecido sócio-produtivo intimamente relacionada com o declínio da actividade piscatória.

Se, relativamente ao primeiro, é indiscutível, como já foi referenciado, a importância resultante da construção da Ponte da Arrábida, no que diz respeito ao segundo, não restam dúvidas sobre o "espaço" deixado livre, pela pesca, à implantação de outras actividades.

Por outro lado, a expansão da cidade do Porto para este espaço periférico que lhe é contíguo, corresponde ao desenvolvimento natural de um área já de si sobreocupada.

Estes factores, tendo sido determinantes nos actuais processos de (re)configuração territorial e na consequente emergência de pólos de centralidade, continuarão, em nosso entendimento, a ter um peso decisivo no futuro ordenamento deste espaço pois, para satisfazer o fluxo crescente de bens e pessoas, novas vias de circulação tem sido implantadas ou ajustadas às necessidades surgidas, definindo uma rede de circulação rodoviária que, por sua vez tem eliminado e desqualificado a rede antecedente.

Com efeito, este constante ajuste da rede de estradas exigido pelas centralidades, entretanto geradas, introduziu mutações e desenvolveu novos interesses nos diferentes

actores, em consequência das vantagens que os terrenos adquiriram face à definição de novas acessibilidades.

No entanto, importará observar a evolução que, em termos de acessibilidades, a Afurada foi registando ao longo do tempo.

Neste sentido, não deixa de ser pertinente reforçar a ideia de isolamento que, desde tempos recuados, marcou os destinos desta povoação.[262]

Outrora as ligações com o Porto faziam-se preferencialmente por barco, o que impossibilitava um contacto influente do exterior.

A povoação permaneceu assim durante longos anos isolada da cidade do Porto, sendo o único meio de contacto, a travessia do rio, através de caícos,[263] em dois trajectos distintos, um da Afurada até ao Gás e vice-versa, e outro do lugar do Cavaco a Massarelos. No entanto, este último percurso era menos frequentado e, por isso, tinha menor número de caiqueiros o que provocou que com a morte do último tivesse terminado.

Apenas permaneceu o primeiro percurso, tendo os caícos, no entanto, sido substituídos, em 1961,[264] por lanchas de transporte, pertencentes a duas empresas, uma das quais veio a extinguir-se passado pouco tempo.[265]

---

[262] Neste sentido, é porventura lícito usar o conceito de "comunidade" para definir este aglomerado humano dado, nesta altura, a carga que por norma sociologicamente está associada ao vocábulo, particularmente no que respeita à estanquicidade de um grupo em relação ao exterior, sob aspectos tão variados como a base territorial, a homogeneidade cultural, a auto-suficiência económica e a sua personalidade de base, lhe serem amplamente reconhecidas.

A partir de meados deste século, a utilização do conceito "comunidade" para classificar a Afurada poderá suscitar dúvidas, já que em consequência das novas acessibilidades entretanto geradas, a contracção dos espaços, das distâncias e relações entre os homens e as suas produções culturais, fruto da permanente interferência em termos espaciais, sócio-económicos e culturais das populações que a circundam, características estas que não se coíbe de integrar, em especial a faixa etária mais permissiva à mudança - os jovens, são agora uma realidade, embora outras particularidades se mantenham imutáveis e resistentes, por isso, à troca.

[263] Os caícos eram embarcações semelhantes às caícas que hoje se utilizam na pesca, possuindo um banco fixo de cada lado, cuja lotação máxima era de dez pessoas.

[264] Nunes da Ponte ao aludir à carreira permanente de lanchas entre o Ouro e a Afurada assinala que, naquele trajecto, as travessias "(...) começaram por ser em barco a remos, tendo a grande procura levado à adopção de barcos maiores e com motor.

Tomemos (...) o exemplo da lancha denominada «Flor do Gás», ainda em uso neste trajecto. Foi registada em 7/08/61 cabendo-lhe o número P1448TL. Como aparte diremos que o critério usado para a numeração das «matriculas» era, e é, muito simples uma vez que a primeira letra é fixa, seguindo-se a numeração, em sequência ordenada desde o primeiro registo efectuado na Capitania a que coube a matrícula P1TL. As duas últimas letras (TL), também constantes, referem-se à abreviatura de «tráfego local».

Constituindo um meio fundamental de transporte de pessoas, não impediu que o mundo urbano apenas se abrisse de forma eficaz com a construção da ponte da Arrábida e seus acessos em 1963.[266]

Estas novas vias de circulação aproximaram a Afurada da cidade do Porto e da sede do concelho, cujas populações a descobriram, valorizando e cobiçando o seu solo e a sua localização agora privilegiada,[267] promovendo o seu desenvolvimento.

Foi este o marco fundamental que possibilitou a emergência de actividades associadas a novas formas de distribuição[268] e consumo (Hipermercados, Shoppings, Hotéis, Serviços...), actividades estas que se localizam fundamentalmente nos nós desta recente malha viária, assumindo um carácter central.

Esta lancha tem o comprimento total de 11,41 m e a tonelagem bruta de 12,80 ton. Iniciou o serviço com um motor de 40 H.P., tendo posteriormente mudado para outro com a potência de 70 H.P. Está licenciada para o transporte de passageiros no Rio Douro, sendo a lotação autorizada de 47 pessoas com bom tempo e a de 24 com más condições atmosféricas". (Miguel Luís Pereira Nunes da Ponte - "Algumas Notas Sobre Atravessamentos do Douro a Partir de Gaia", Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro 25 de Abril a 2 de Março de 1986, Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vol. V, V. N. de Gaia, 1987, pp. 218-219).

[265] Actualmente a travessia do rio Douro, no percurso Afurada - Ouro (*Gás*) e vice-versa, é realizada por uma embarcação cuja designação é de "Flor do Douro" pertencente à Sociedade de Transportes Catraeiros do Douro, Lda., S.T.C.D. - transportes Fluviais, com sede na Rua Elisio de Melo, 28 3º - Sala 31, 4000 Porto (contribuinte nº 500553866). Possuindo uma frequência de 10 minutos, as lanchas asseguram o transporte entre as 6 e as 24 horas sendo o custo de uma viagem, hoje em dia, de 65$00.

[266] Será oportuno recordar que esta notável obra de engenharia, iniciada em Maio de 1957 e concluída em 22 de Junho de 1963, deve-se ao Prof. Edgar Cardoso.

Sublinhe-se que este importante eixo viário destinava-se "...a alterar profundamente o sistema de circulação rodoviária entre a zona urbana do Porto e a populosa margem Sul do rio Douro". (Fundação Calouste Gulbenkian - "Guia de Portugal", 2ª edição, vol. IV, Tomo I, Outubro de 1985, p. 360).

[267] O Padre Joaquim Araújo ao abordar as implicações, para a Afurada, da construção da Ponte da Arrábida refere que "...depressa se tornou um lugar apetecível para a iniciativa privada". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 152).

[268] "A modernização da distribuição refere-se ao aparecimento de novas formas de venda, bem como às mudanças que determinam nas existentes, para as quais aparecem como um desafio e uma ameaça. Compreende, portanto a organização empresarial do sector, os tipos de loja e as técnicas de vendas, e reflecte-se nos padrões espaciais dos estabelecimentos comerciais e na ligação entre comércio e cidade, tendo profundos efeitos na organização urbana e nas paisagens das cidades. Por um lado, as novas formas de comércio apresentam diferentes padrões de localização - a implantação periférica das grandes superfícies é para alguns o principal sinal da revolução comercial...". (Teresa Barata Salgueiro - "Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança", Celta Editora, Oeiras, 1996, p. 51).

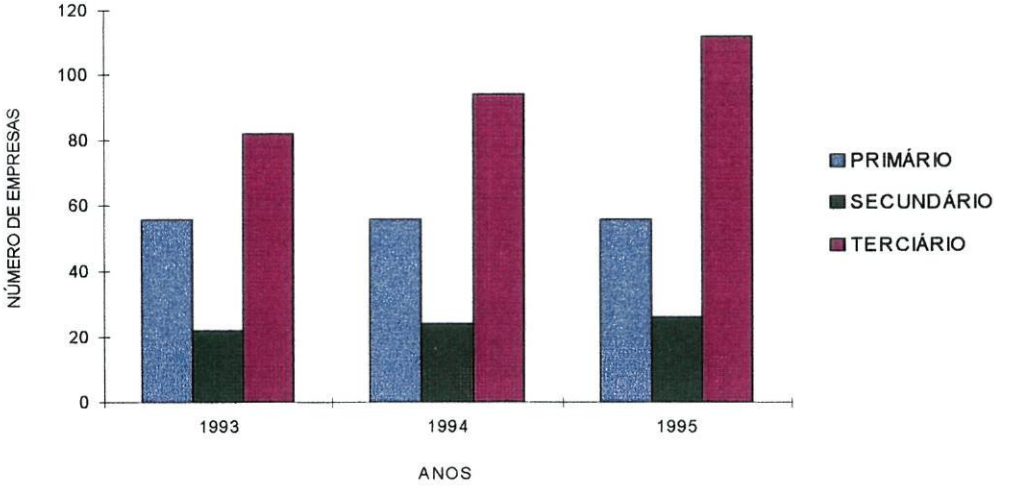
Contudo, pese embora a elevada importância das acessibilidades no emergir destes novos pólos de centralidade, existem outros factores que contribuem decisivamente para os processos de reconfiguração espacial, nomeadamente a alteração progressiva do tecido sócio-produtivo que, no caso particular da Afurada, se fica a dever, por um lado, ao espaço livre existente e, por outro, ao vazio económico motivado, especialmente nas últimas décadas, pelo decréscimo da actividade piscatória.

Este facto, que tivemos já oportunidade de constatar, não é nos tempos recentes tão visível, dada a residualização em que a actividade se encontra.

Efectivamente, as unidades de pesca aqui sediadas, embora mantendo o seu valor absoluto, diminuem progressivamente o seu peso relativo no tecido económico, passando de um valor próximo dos 34%, em 1993, para cerca de 28%, em 1995.[269]

Podemos, também, reconhecer a fraca apetência da Afurada para o sector industrial que, nestes últimos anos, evidência uma tendência para a estagnação (fig. 63).

Fig. 63 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM FUNÇÃO DO SECTOR DE ACTIVIDADE

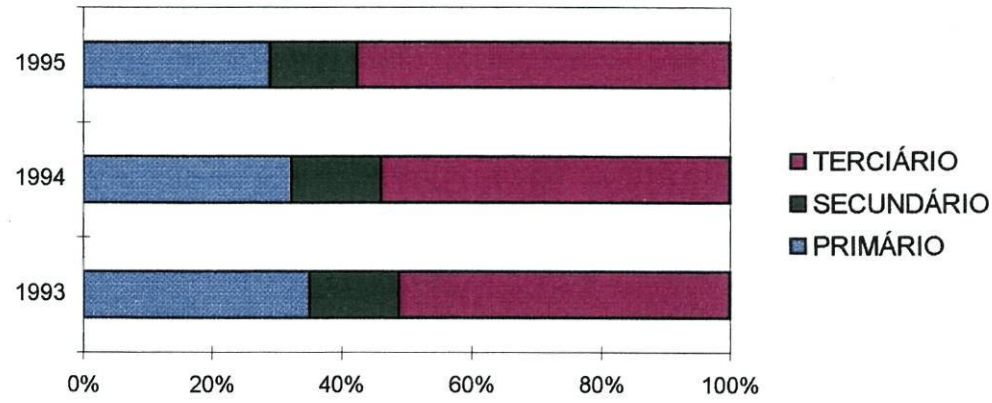


Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, INE, Lisboa, 1997.

[269] Anexo 29, p. 209.

É, pois, possível através da análise da evolução recente da actividade económica, confirmar a progressiva terciarização do tecido produtivo que, em nosso entendimento, deriva de um crescimento, em termos absolutos, das actividades de comércio e serviços e da consequente diminuição relativa dos sectores primário e secundário (fig. 64).

Fig. 64 - EVOLUÇÃO RELATIVA DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL, SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM FUNÇÃO DO SECTOR DE ACTIVIDADE



Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, INE, Lisboa, 1997.

Por outro lado, uma análise mais detalhada do terciário permite, não só conhecer a sua actual estrutura, como detectar tendências futuras.

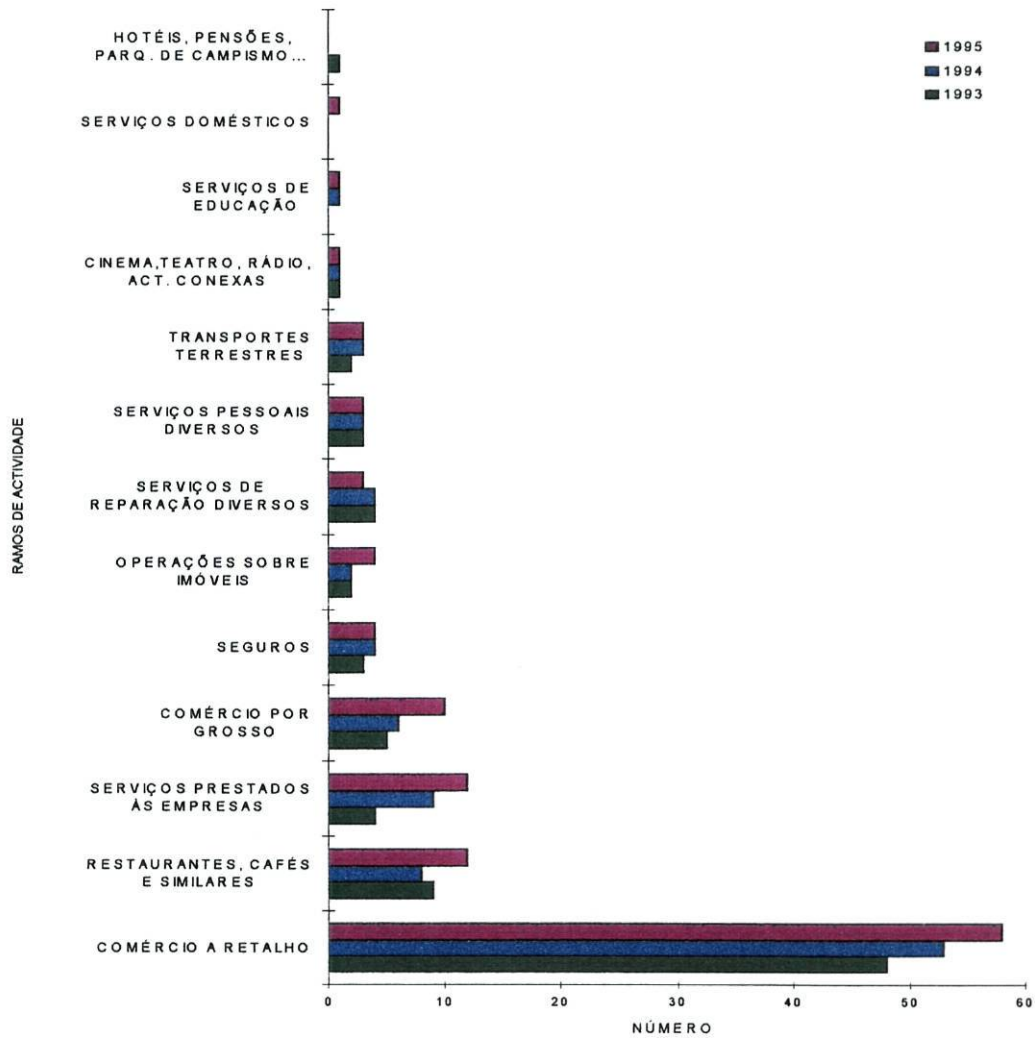
Desde logo, é possível constatar que o comércio retalhista assume uma posição de destaque, não só pelo elevado número de empresas mas, fundamentalmente, pelo seu peso relativo corresponder a mais de 50% do total (fig. 65).[270]

Porém, não deixa de ser pertinente verificar que, em termos relativos (fig. 66), a tendência é decrescente indiciando uma alteração no comportamento dos consumidores induzido, provavelmente, pela abertura de grandes superfícies, nomeadamente os hipermercados.[271]

[270] Anexo 29, p. 209.

[271] "O pequeno comércio sofre a concorrência das grandes superfícies em termos de preço, extensão do sortido, que propicia as compras agrupadas, e serviços (pagamento automático, horário alargado, serviços pós-venda e estacionamento)". (Teresa Barata Salgueiro, 1996, p. 124).

Fig. 65 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACTIVIDADES DO SECTOR TERCIÁRIO, SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA



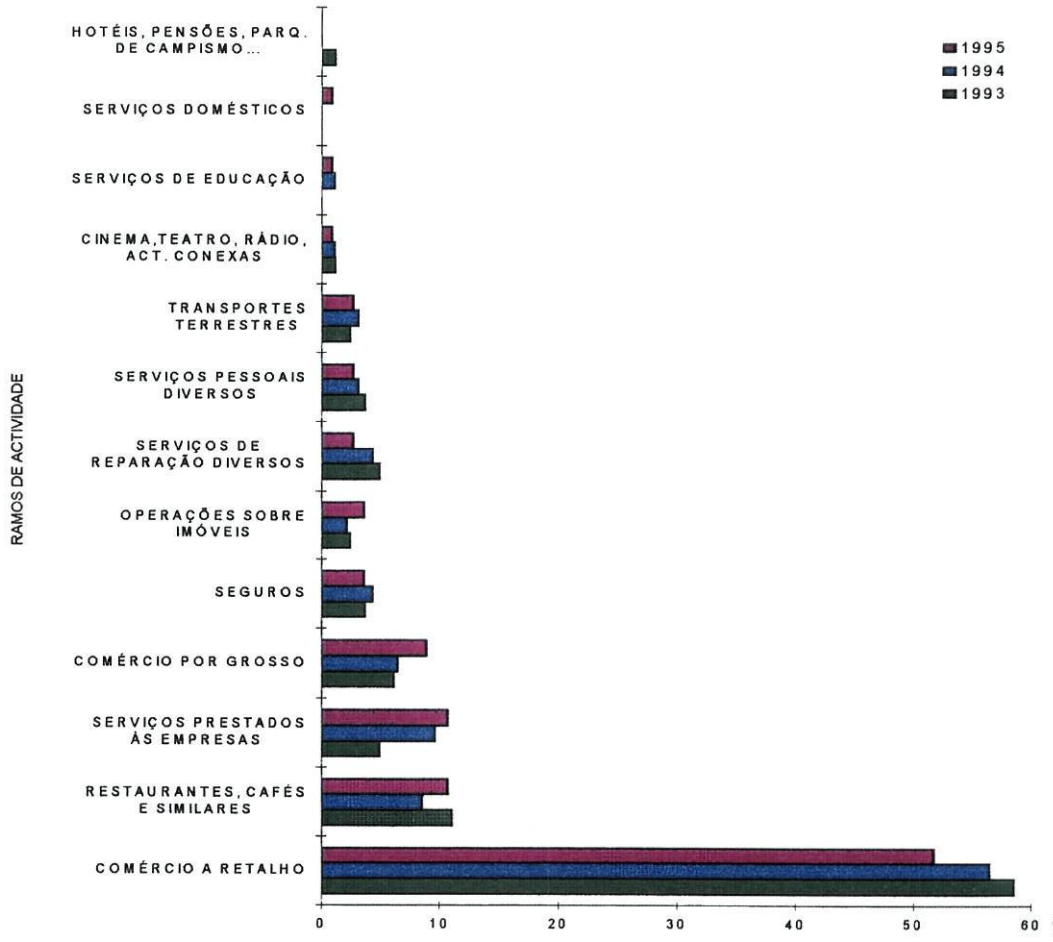
Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, INE, Lisboa, 1997.

Aspecto, não menos importante, é a sub-representatividade dos ramos que servem de apoio à industria - *comércio por grosso, transportes, serviços prestados às empresas, serviços de reparação diversos* - o que, não constituindo surpresa, apenas confirma a débil implantação daquele sector.

No entanto, no tocante aos *"serviços prestados às empresas"*, observa-se um crescimento significativo, passando-se de quatro empresas, em 1993, para doze, em 1995, o que consubstancia um crescimento de 200% (fig. 65).

Relevante é, também, o crescimento dos sub-sectores *"comércio por grosso"* e *"operações sobre imóveis"* que, em ambos os casos, para o triénio em análise, corresponde uma duplicação do número de empresas.

Fig. 66 - EVOLUÇÃO DO PESO RELATIVO DAS DIFERENTES ACTIVIDADES DO SECTOR TERCIÁRIO, SEDIADOS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA



Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, INE, Lisboa, 1997.

Facto, a nosso ver, intimamente relacionado com o desenvolvimento do sub-sector industrial da *"construção e obras públicas"* que, naquele período, acusa um ligeiro crescimento.[272] Esta dinâmica é, também, facilmente perceptível pela observação do espaço recentemente edificado.

[272] Anexo 29, p. 209.

A freguesia manifesta, ainda, fraca apetência pelos serviços de natureza social, de que são exemplo os *"Serviços de Educação"* representando apenas 0,5% das actividades existentes em 1995.[273]

Os restaurantes, cafés, confeitarias e outros estabelecimentos similares existem em quantidade apreciável, evidenciando uma tendência de crescimento (fig. 65).

Não podemos ignorar que as tabernas, assim como os cafés, constituíram sempre o ponto de encontro do pescador quando terminava a faina ou se encontrava impedido, pelas más condições atmosféricas, de sair para o mar.[274]

É, por isso, perfeitamente justificável a proliferação deste tipo de unidades funcionais, não só pelos hábitos enraizados na comunidade piscatória, como também pelo aumento da procura resultante do acréscimo de população residente (fig. 28).

As alterações territoriais reflectem assim a mutação ocorrida, não só pela implantação de novas áreas residenciais, como também pelo crescimento efectivo das actividades de serviços e comércio.[275]

A profunda transformação que tem vindo a ocorrer na Afurada de Cima, à semelhança de outros espaços "periféricos",[276] emergindo como área de atracção através da fixação de actividades e da criação de emprego, enquadra-se num novo cenário urbano de cariz policêntrico mais vasto e de contornos ainda indefinidos, respeitante à Área Metropolitana do Porto.

---

[273] Anexo 29, p. 209.

[274] Celeste Malpique menciona que os pescadores nos seus tempos livres "...reúnem-se na taberna, no jogo da bisca ou conversando junto ao rio". (Celeste Malpique, 1984, p. 138).

[275] "Numa altura de profunda crise na geração de unidades produtivas e de emprego, a actividade comercial, em plena fase de mudança e reestruturação, parece ser, em conjunto com os serviços, um dos poucos sectores que ainda não manifestaram verdadeiros sinais da recessão". (Teresa Barata Salgueiro, 1996, p. 37).

[276] "É o grau de afastamento a um centro que clarifica a posição periférica (física, social, morfológica, etc.) e esta é-o tanto mais quanto maior é a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central. Enquanto agregado social, a periferia define-se, por isso e também, não pela densidade ou pela intensidade do interrelacionamento interno ao nível local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares". (Álvaro Domingues - "(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?", texto da comunicação ao III Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fevereiro de 1996, p. 1).

No entanto, se os aspectos que se prendem com a situação e com questões de ordem funcional são importantes, aqueles que têm a ver com a natureza morfológica destes novos espaços, não são de ignorar.

A forma destes novos edifícios é também uma característica de centralidade que, embora de menor relevância, não deverá ser descurada, já que a imagem e os atributos simbólicos são um elemento fundamental destes espaços.

3.2. OS NOVOS PÓLOS DE CENTRALIDADE

É, pois, neste contexto que, a Afurada de Cima, embora numa fase inicial, após a abertura da Ponte da Arrábida, se tenha assumido como uma área predominantemente residencial, de características heterogéneas, protagoniza, desde o início dos anos noventa, uma nova dinâmica em que a atractividade começa a ser uma característica marcante.

De facto, o espaço edificado apresenta-se, ainda hoje, com tipologias díspares tanto no que concerne aos aspectos morfológicos como funcionais.

A densificação residencial intensificou-se fruto do diferencial existente entre a renda locativa desta área comparativamente a outras cujas acessibilidades e proximidade ao centro do Porto eram idênticas.[277]

A relação de subalternidade e dependência em função daquele centro reflectiu-se nos movimentos pendulares entre lugar de residência e lugar de trabalho.[278]

No entanto, se tem sido real a relação de dependência existente, não será menos verdade que, nos últimos anos, devido fundamentalmente à forte acessibilidade gerada pela Ponte da Arrábida e à evolução da mancha terciária da Boavista/Campo Alegre, se

---

277 Celeste Malpique recorda que: "A população era quase só constituída por famílias de pescadores, mas veio a receber pessoas de freguesias limítrofes, do Porto e de Matosinhos. Uma das razões da fixação naquela área era o preço mais acessível das rendas de casa". (Celeste Malpique, 1984, p. 125).

278 "Du point de vue sociologique, ce qui sous-tend l'organisation de l'espace entre centre et périphérie, c'est un rapport de dépendance et de subordination entre la sphère de production et la sphère de reproduction; c'est cela le principe ségrégatif de la ville industrielle, de la ville moderne, pour simplifier c'est la séparation entre habitat et travail". (Didier Rebois (org.) - "EUROPAN 4: Construire La Ville sur la Ville; Transformation de Sites Urbains Contemporains", Europan European Secretariat, Paris, 1995, p. 28).

terá verificado a emergência de alguns fenómenos de centralidade, sustentados pelo desenvolvimento de actividades de natureza logística e distributiva.

"On assiste en effet à la fin de la dépendence des aires périphériques par rapport à la ville-centre et à leur émancipation pour former une ville-puzzle".[279]

Tendo-se desenvolvido como periferia "espontânea"[280] em que, por um lado, a ausência de plano e, por outro, a pré-existência de uma malha viária labiríntica, definiram um espaço desordenado, descaracterizado e de deficiente qualidade urbanística, assume-se hoje como área de importância crescente, não só na fixação de população pela oferta de trabalho, mas sobretudo pelos intensos fluxos gerados, fruto de uma atractividade crescente, resultante da implantação dessas actividades económicas.[281]

Este espaço participa, por isso, numa nova lógica urbana, mais abrangente e de contornos ainda indefinidos, em que a capacidade de fixação de actividades e de emprego, deriva da oferta de condições de excelência para a sua (re)localização.[282]

Constitui exemplo desta nova dinâmica o empreendimento, surgido em finais da década de oitenta, pertencente a um importante grupo multinacional, constituído por uma moderna unidade hoteleira, a Novotel-Porto,[283] localizada na proximidade da Ponte da Arrábida (fig. 67).

---

[279] Didier Rebois (org.) - "EUROPAN 4: Construire La Ville sur la Ville; Transformation de Sites Urbains Contemporains", Europan European Secretariat, Paris, 1995, p. 26.

[280] A este propósito Álvaro Domingues refere que "A periferia espontânea constroi-se, por isso, segundo um processo errático, formado por sucessivas adições, fruto de milhares de decisões isoladas e de escala e perfil funcional muito diverso: a racionalidade do planeamento é substituída pela dinâmica do investimento privado e pela variabilidade do mercado; a forma urbana resultante é, à primeira vista, não estruturada, caótica, incompleta, labiríntica e instável". (Álvaro Domingues, 1996, p. 2).

[281] Álvaro Domingues assinala como factores de ruptura que se sobrepõem a estas formações territoriais:" - o primeiro (...) tem a ver com a sobreposição de uma malha rodoviária de alta capacidade (circulares, nós, vias rápidas, auto-estradas, etc.); o segundo relaciona-se com a nova lógica espacial dos sistemas de produção, i. e., com as dinâmicas de transformação da base económica metropolitana". (Álvaro Domingues, 1996, pp. 12-13).

[282] "The globalisation of the financial system within advanced capitalism is one of the most determining factors of contemporary urban topographies: capital can operate instantaneously on a global scale resulting in the devaluation of spatial delimitations. Simultaneously, cities evolve into poles of attraction whose success depends on their offer of specific facilities to attract certain activities".(Architectural Design - "The Periphery", Vol 64, St. Martins Press, New York, 1994, p. 26).

[283] "A propriedade deste edifício é da Portotel, sendo a exploração feita pela cadeia francesa Novotel, que faz parte do grupo ACCOR". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 154).

Em Novembro de 1990, iniciou a sua actividade uma grande superfície comercial, o "Euromarché (Portugal) Sociedade de Exploração de Hipermercados S.A." (actualmente designado CARREFOUR) (fig. 67), localizada na intersecção «de três freguesias, Afurada, Santa Marinha e Canidelo».[284]

No ano seguinte, em 1991, surge uma nova unidade hoteleira, o Hotel IBIS,[285] em terrenos contíguos ao Novotel.

Em 1996, tem lugar a abertura do empreendimento "Arrábida Shopping" composto por cinco pisos e ocupando uma área próxima dos 177.000 m^2.

Este mega-centro comercial, sendo hoje o maior "shopping" do norte do País, integra para além de um hipermercado, uma multiplicidade de lojas especializadas no não alimentar, algumas das quais em regime de *franchising*,[286] encontrando-se estrategicamente localizado à saída da Ponte da Arrábida (fig. 67), em terrenos da freguesia da Afurada.

Tornam-se, assim, visíveis as opções locativas destas recentes formas de distribuição, elegendo um sítio de entrada com boa acessibilidade regional que possibilite «atrair as áreas residenciais urbanas de classes médias altas e importantes fracções de territórios suburbanos».[287]

O novo "shopping", pela sua dimensão, vai gerar intensos fluxos de pessoas[288] e de mercadorias, induzindo a implantação de outras actividades.

---

[284] Idem, p. 154.

[285] O padre Joaquim de Araújo a este propósito refere que: "A propriedade do edifício pertence à empresa Portis e a sua exploração pertence à cadeia de hotéis Ibis, que por sua vez também pertence ao Grupo ACCOR, ou seja, o mesmo do Novotel...". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 154).

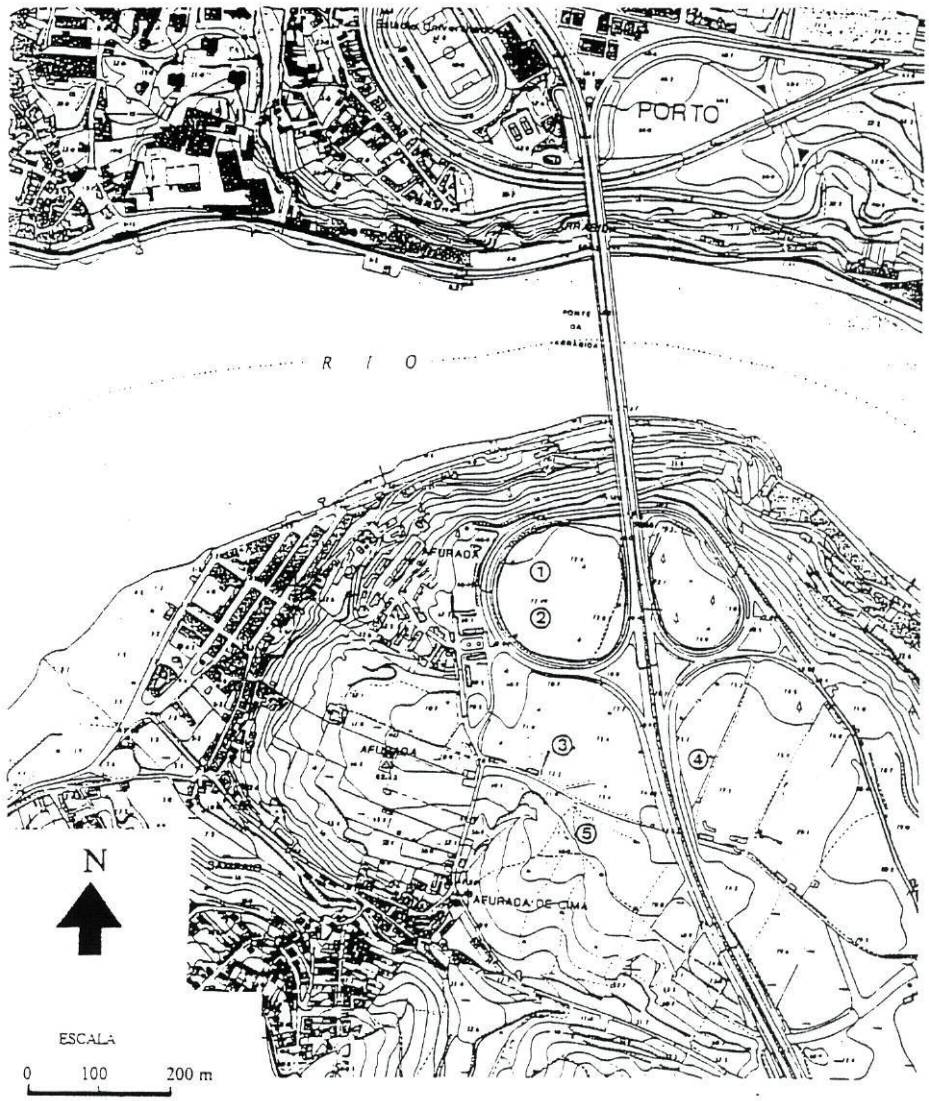
[286] A expressão inglesa *franchising* corresponde em português a *contrato de franquia* e em frances, a *franchise*.

"Há várias definições de *franchise*. A mais comum refere um acordo mediante o qual uma empresa, o franqueador, confere a outra, o franqueado, o direito de explorar um negócio, isto é, de comercializar determinada marca, produto ou serviço." (Teresa Barata Salgueiro, 1996, p. 111).

[287] Idem, p. 63.

[288] "...prevendo os seus promotores que, no primeiro ano, o "Arrábida Shopping" seja visitado por 15 milhões de pessoas que proporcionarão um volume de negócios a rondar os 300 milhões de contos". (in Jornal de Notícias de 16 de Outubro de 1996, p. 13).

Fig. 67 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PÓLOS DE CENTRALIDADE - 1997



1 - HOTEL IBIS

2 - NOVOTEL

3 - JARDINS DA ARRÁBIDA

4 - ARRÁBIDA SHOPPING

5 - CARREFOUR

Fonte: Planta Topográfica, Direcção Geral de Planeamento Urbanístico da Camara Municipal de V. N. de Gaia, Esc. 1/5000, 1978.

A densificação que está presentemente a ocorrer neste nó rodoviário, correspondendo a uma expansão natural do eixo Boavista/Campo Alegre, sujeito também ele a recentes processos de concentração de comércio e serviços, aumenta a pressão sobre a Ponte da Arrábida.[289]

Porém, é natural que a procura venha a intensificar-se neste nó viário, o que implicará, a curto prazo, congestionamentos constantes da Via de Cintura Interna (VCI) podendo, porventura, diminuir a apetência dos agentes económicos por esta área.

Assinale-se ainda, a emergência de novas áreas residenciais, na parte alta da Afurada, como é exemplo o empreendimento "Jardins da Arrábida",[290] composto por vários blocos[291] de apartamentos de luxo, em que a qualidade urbanística é uma realidade.

Contudo, o avultado custo dos alojamentos resulta na ocupação, deste conjunto habitacional, por famílias de estrato socioeconómico elevado. [292]

É, fundamentalmente, na parte alta da freguesia que estas dinâmicas têm assumido maior importância,[293] no entanto, para a Afurada de Baixo estão já previstos alguns projectos que irão modificar por completo a frente de rio.

---

[289] Somos de opinião que a inexistência de uma verdadeira alternativa à Ponte da Arrábida, para quem pretenda cruzar o rio Douro, utilizando a auto-estrada Lisboa-Porto (A1), contribui significativamente para o congestionamento daquela importante infraestrutura.

Afigura-se, por isso, urgente a conclusão do anel viário de ligação entre as pontes da Arrábida e do Freixo, permitindo, por um lado, diminuir o fluxo viário na primeira e, por outro, possibilitar um cabal aproveitamento da segunda como ligação privilegiada entre as áreas a norte e a sul do rio Douro.

[290] "Arrábida é um lugar da freguesia de Lordelo do Ouro no Porto, que fica ligado ao alto da Afurada, através da ponte. Os Jardins da Arrábida tomaram esse nome, embora localizados em Afurada para ter melhor venda, pois se fossem chamados Jardins da Afurada, terra de pescadores, isso iria afastar alguns compradores, é pois uma designação psicológica". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 153).

[291] "Todos os blocos têm nomes de árvores, tais como: Plátano ligado a outro bloco chamado Palmeira, havendo também outro bloco geminado, com os nomes, Pinheiro e Jacarandá. Estes blocos já estão habitados e há mais três blocos, trigeminados, com os nomes, Tília, Amendoeira e Magnólia. Está previsto, no projecto, a construção de mais dez blocos, ainda com nomes a designar". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 153).

[292] A titulo de curiosidade atente-se na descrição feita pelo pároco local: "São esses blocos, de construção rica e perfeita, mas que é preciso dinheiro para adquirir os andares, o que à partida, faz a selecção dos moradores". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 153).

[293] Encontra-se já aprovado o projecto, junto ao Arrábida Shopping, pela Dourarrábida (empresa imobiliária do Grupo Amorim), de um outro conjunto habitacional de luxo - *"Arrábida Place"*, constituído por 147 apartamentos de diferentes tipologias, desde o T1 (habitação de apenas um quarto) ao T4 (habitação com quatro quartos). Sendo os preços de venda previstos variáveis em função da tipologia (T1 / 12.500 contos; T2 / 20.000 contos; T3 / 23.000 contos e T4 / 33.000 contos).

De entre esses projectos, destaca-se pelo seu elevado impacte, aquele que diz respeito à Barra do Douro.

Inserindo-se num objectivo mais amplo (o Projecto Atlandouro)[294] de ordenamento da orla litoral, este projecto irá ser decisivo no futuro próximo deste núcleo.

3.3. O RECENTE PROJECTO DA BARRA DO DOURO

Constituindo uma aspiração secular das gentes ribeirinhas, a consolidação da Barra do Douro surge agora como um objectivo da Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL).

Visando a criação de um canal de navegação que dê resposta às necessidades operacionais e de segurança do tráfego fluvio-marítimo relativo ao rio Douro e respectivo estuário,[295] este projecto assume capital importância para o desenvolvimento sócio-económico das áreas marginais.

"O Arrábida Place é um condomínio fechado, que está implantado numa "ilha" completamente vedada, com 15 mil m^2, dos quais mais de 11 mil m^2 de espaço exterior pintado e jardinado.

Américo Amorim garantiu, ainda, aos eventuais investidores, que «**o conforto ambiental, o conforto térmico e acústico, assim como a segurança, foram pontos de honra para todos aqueles que projectaram este empreendimento**»". (in Jornal de Notícias, 29 de Março de 1997, p. 31).

Já em 1992 o Padre Joaquim de Araújo referenciava a realização deste "(...) projecto num gabinete de arquitectura do Porto, para aí serem implantados escritórios, blocos de apartamentos de luxo e um hotel". (Joaquim de Araújo, 1992, p. 155).

[294] O Projecto Atlandouro constitui um plano integrado com o objectivo de proceder ao ordenamento do espaço compreendido entre a praia de Leça e a de Lavadores, subindo o estuário e o rio até cerca de 200 metros a montante da Ponte Luis I.

A 2 de Maio de 1991 reuniram-se, a convite da Administração dos Portos do Douro e Leixões, e pela primeira vez, as entidades responsáveis pelo futuro da orla ribeirinha e marítima da área de jurisdição e zonas adjacentes dos Portos do Douro e Leixões: Câmaras Municipais de Matosinhos, Porto e V.N. de Gaia, Capitania do Douro e Leixões, Comissão de Coordenação da Região Norte e Administração dos Portos do Douro e Leixões.

Reuniões posteriores viriam a confirmar o interesse comum no desenvolvimento do projecto então apresentado, designado "Projecto Atlandouro".

Assim, e em tempo útil, foi criado um conjunto de estruturas capazes de dar sequência prática aos objectivos pretendidos, consubstanciado na forma de um Conselho Executivo, um Conselho Consultivo e de Gabinetes de Estudos Permanentes GEP 1 e GEP 2.

[295] "O estuário do rio Douro desenvolve-se nos últimos 22 Km do curso do rio, entre a foz e a barragem de Crestuma que, a partir de 1985, passou a constituir o limite superior do estuário, onde se fazem sentir efeitos provocados pelas marés". (Administração dos Portos do Douro e Leixões, "Estudos

Os "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro" estabelecem as bases deste projecto que se consubstancia na construção de dois molhes,[296] um de cada lado da embocadura (fig. 68) e o aprofundamento do leito do rio até à cota de menos de cinco metros abaixo do zero hidrográfico.

As obras para a abertura do canal de acesso envolvem a execução de dragagens que se estimam em cento e vinte e cinco mil metros cúbicos de areia e dez mil metros cúbicos de rocha, implicando a construção dos molhes a utilização de grandes quantidades de materiais de enrocamento e betão a transportar até ao local por via marítima e terrestre.

Como é natural este projecto, pela sua natureza e dimensão, é susceptível de gerar impactos significativos no ambiente estando, por isso, sujeito a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA),[297] o qual deu origem ao respectivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

Neste Estudo são referenciados diversos aspectos relativos à implementação do projecto com incidência na actividade piscatória e, por consequência, no desenvolvimento do seu suporte territorial, a Afurada.

---

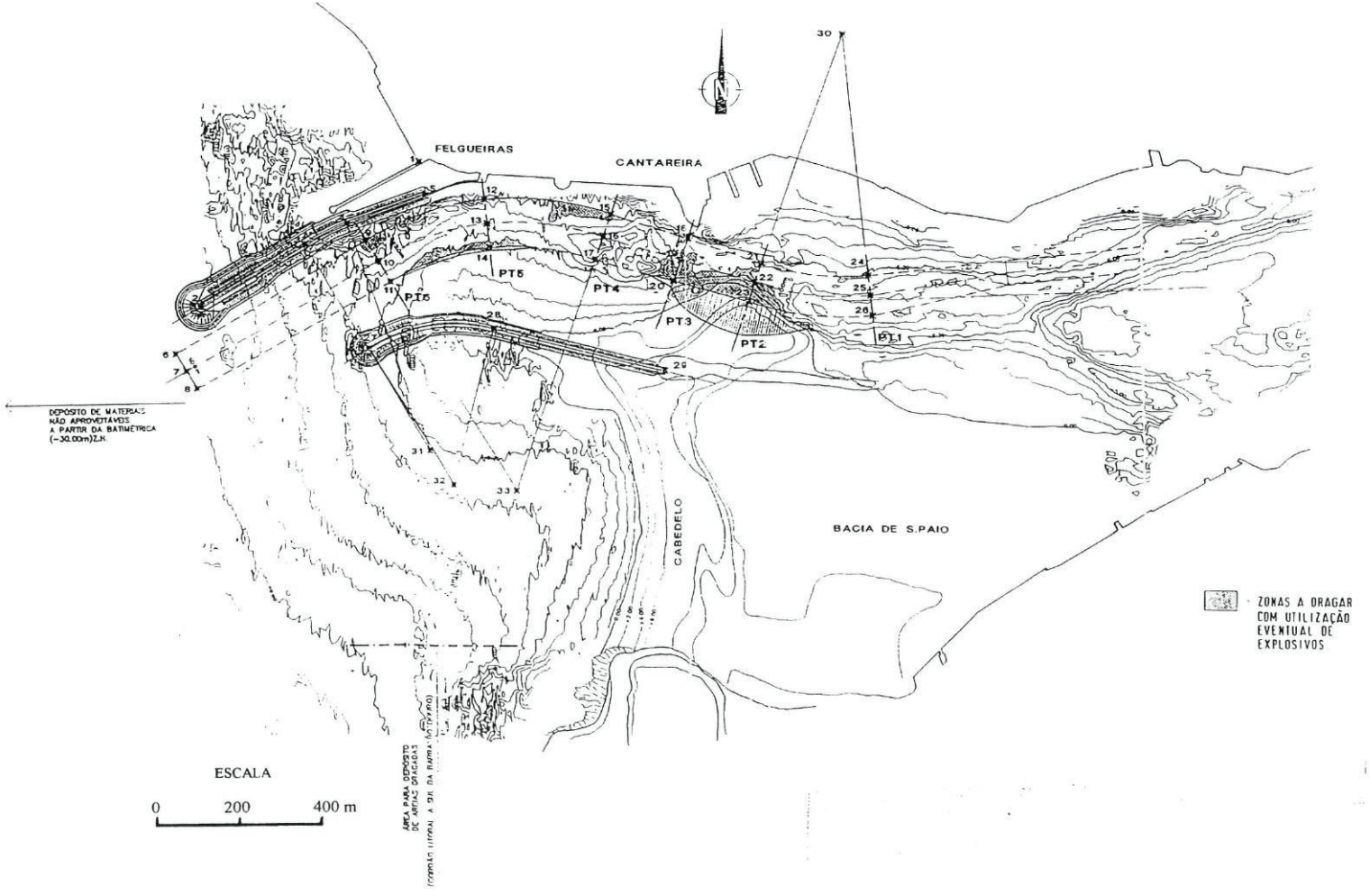
das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico", Matosinhos, Outubro de 1996, p. 5).

296 "...um a norte, com cerca de 600 metros de extensão, no seguimento do actual molhe do Douro, e outro a sul, implantado no meio do rio, que terá um prolongamento de 750 metros a partir dos afloramentos rochosos visíveis no Cabedelo". (Cristina Mota - "O Comércio do Porto", 18 de Novembro de 1996, p. 2).

"Segundo os autores, o molhe sul visa reduzir drasticamente o volume de areia que o canal de acesso tem de movimentar, contribuindo, igualmente para a consolidação do Cabedelo. Quanto ao molhe norte, ele permitirá a melhoria das condições de abrigo, facilitando a navegação e impedindo a repetição dos ataques do mar à marginal do Passeio Alegre." (in Jornal de Notícias de 23 de Abril de 1996, p. 8).

297 As normas deste processo encontram-se consignadas no Decreto-Lei nº 186/90 de 6 de Junho e no Decreto-Regulamentar nº 38/90 de 27 de Novembro, correspondendo a uma transposição legislação comunitária (Directiva 85/337/CEE, do Conselho de 27 de Junho de 1985) para o direito interno português.

Fig. 68 - PROJECTO ACTUAL PARA A BARRA DO DOURO / LOCALIZAÇÃO DOS MOLHES - 1996



Fonte: Administração dos Portos do Douro e Leixões, Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico, 1996.

De entre esses aspectos, assumem especial importância, desde logo, aqueles que se prendem com a fase de construção, dado implicar a remoção dos fundos do estuário devido às dragagens que serão efectuadas.

Aliás, sublinhe-se que nos últimos anos se tem verificado uma diminuição de espécies no estuário devido às várias intervenções de que foi objecto o rio, nomeadamente as barragens.

Com efeito, «os dados referentes à fauna e flora do estuário do rio Douro, permitem constatar que a acção do Homem se tem reflectido na fauna e flora estuarinas, quer em termos quantitativos quer quanto ao seu estado de saúde.

As espécies migratórias (sável, savelha, lampreia, enguia, solha) de grande valor económico, deixaram de constituir um recurso piscícola importante devido às alterações do regime hidrodinâmico verificado nos últimos anos.

Também os aumentos de salinidade por penetração da água do mar provocaram diminuição da produtividade do estuário.

A aparente pobreza observada em termos biológicos poderá ser confirmada ou infirmada pelo aprofundamento do estudo da fauna e flora mediante a colheita de novos dados na área de estudo».[298]

Por outro lado, é sabido que em geral o tipo de intervenções, como a agora prevista, não são racionais em termos de equilíbrio global, sendo-o apenas em termos sectoriais de engenharia hidráulica ou portuária, esquecendo os pressupostos ecológicos que deviam ser considerados prioritários e fundamentais.

A implementação deste projecto implicará, na sua fase inicial, a remoção dos fundos das águas estuarinas que constituem um autêntico viveiro, não só das espécies fluviais como também daquelas que, sendo marítimas, elegem este local para a sua reprodução, devendo, por isso, existir um particular cuidado na execução dessas obras.

De facto, os impactes negativos do projecto, nesta fase, são em parte reconhecidos como tal, nomeadamente no que concerne à macrofauna bêntica,[299] já não o sendo tanto no caso do fitoplâncton[300] como da restante fauna piscícola.[301]

---

[298] Administração dos Portos do Douro e Leixões, "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico", Matosinhos, Outubro de 1996, p. 7.

Segundo aquele estudo, após a execução das obras projectadas são esperados impactes positivos significativos em diferentes domínios da actividade económica, nomeadamente na pesca.[302]

No entanto, sendo no Estudo de Impacte Ambiental reconhecida a importância do núcleo da Afurada[303] e da actividade piscatória que aí se tem desenvolvido, seria previsível que se referenciassem os instrumentos de suporte ao seu desenvolvimento, aspecto que não é contemplado.

Por outro lado está prevista a construção de uma via marginal que ligará a Afurada à futura VL1,[304] o que em nosso entendimento poderá contribuir para a especulação imobiliária, com a consequente instalação de blocos residenciais de elevada

---

[299] A macrofauna bêntica é composta por organismos fixados ao fundo ou deslocando-se sobre ele.

[300] O fitoplâncton são organismos vegetais que flutuam.

[301] A este propósito "A execução das obras vai provocar impactes negativos significativos na comunidade biológica, temporários e reversíveis em relação ao fitoplâncton e à fauna piscícola, mas sendo parcialmente permanentes e irreversíveis em relação à macrofauna bêntica, cuja recuperação total não é, obviamente, possível". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico", Matosinhos, Outubro de 1996, p. 11).

[302] "Relativamente às actividades económicas são de prever impactes positivos significativos, permanentes e irreversíveis quer para actividade comercial, quer para as actividades da pesca, quer para o recreio náutico, actividades que serão potenciadas pela navegabilidade da via fluvial e fluvio-marítima". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico", Matosinhos, Outubro de 1996, p. 14).

[303] "No concelho de Vila Nova de Gaia, imediatamente a jusante da Arrábida existe um importante núcleo piscatório, a Afurada, onde cerca de 500 famílias vivem da pesca.

Esta comunidade ocupa-se sobretudo da pesca no rio Douro, tendo a franca recessão das espécies migratórias resultante das alterações verificadas nos últimos anos no regime hídrico do Douro, em particular após a construção da barragem de Crestuma, levado ao desenvolvimento da pesca costeira e ao aumento da captura de espécies marinhas.

A grande maioria das embarcações registadas na Afurada não descarrega neste porto, devido a vários factores entre os quais a falta de segurança na Barra do Douro". (Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico" Outubro de 1996, p. 8).

[304] "Outra das vias estruturantes locais com especial importância para as novas infraestruturas fluviais de apoio à actividade piscatória da Afurada, é a que liga a marginal da Afurada à futura VL1, cuja melhoria e beneficiação deverá ser equacionada em função da decisão que venha a ser tomada relativamente ao perfil da marginal do Douro, para poente da rua Rei Ramiro. Por sua vez as características dessa marginal (que se considera prematuro fixar neste Plano face às incógnitas existentes quanto ao futuro portuário da Bacia de S. Paio), deverão articular-se com outros projectos que venham a estabelecer-se com a APDL para esse cordão marginal, designadamente a construção de infraestruturas de apoio à navegação de recreio". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - "Relatório do Plano Director Municipal", Vila Nova de Gaia, Outubro de 1993, p. 89).

volumetria e de actividades económicas nos andares inferiores, estratégia de construção e comercialização dos espaços construídos que actualmente se pratica, o que vai densificar populacional e comercialmente os terrenos adjacentes a essa artéria, cujos reflexos na rede viária serão de sobrecarga evidente.

4. O NÚCLEO PISCATÓRIO E O FUTURO

A génese do aglomerado da Afurada, inseriu-se num amplo e ancestral processo de povoamento intimamente relacionado com a dispersão espacial da actividade piscatória que percorreu todo o litoral Continental de Portugal.

Aquele processo, em nosso entender terá cessado por volta da década de cinquenta, momento a partir do qual se conjugaram diversos factores, dos quais se salienta a tecnificação (motorização, aumento da tAB...) das pescas e consequente necessidade de infraestruturas adequadas que contribuíram para a concentração geográfica da actividade.

Devendo a sua origem à actividade piscatória e tendo-a visto crescer até meados deste século, este aglomerado confrontou-se a partir daquela altura com o seu declínio e consequente alteração progressiva do tecido sócio-produtivo.[305]

Neste contexto, Matosinhos assumiu-se como centro polarizador da actividade, dado desde os anos cinquenta se ter assistido a uma migração progressiva, de alguns segmentos da actividade, para este importante porto de pesca que, possuindo melhores infraestruturas, oferecia maiores garantias de continuidade aos armadores.

---

[305] Recorde-se que, em 1955, "Excluindo 2 padarias, 2 talhos, 4 lojas de panos, 5 barbearias e as mercearias-taberna (...) a vida económica na Afurada gira em torno da pesca e da venda do pescado". (José Manuel de Pina Cabral - "Afurada", Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 24, 4º Vol., Vila Nova de Gaia, Junho de 1988, p. 32).

Este processo de concentração da actividade naquele centro pesqueiro continua a ser potenciado pelas dificuldades impostas, aos pescadores da Afurada, na transposição da Barra do Douro e na carência de infraestruturas adequadas ao seu exercício.

Para além das condicionantes locais, a situação crítica da actividade assenta num contexto mais vasto de integração europeia e das dificuldades decorrentes da Política Comum da Pesca.

Recordar a inexistência de apoio comunitário à pesca artesanal é, também, um elemento fundamental para perceber a situação actual, já que durante longos anos a política comunitária se mostrou adversa ao seu desenvolvimento, constituindo mesmo um elemento de asfixia do sector.[306]

A actividade piscatória assume hoje, por isso, um carácter residual, com tendência para, no futuro, se acentuar progressivamente o seu decréscimo até uma eventual estagnação em limiar pouco significativo, considerando inalteráveis os factores condicionantes.

Somos, por isso, de opinião que, neste momento, muito dificilmente os projectos para a criação de infraestruturas e instalações de apoio à pesca previstos no PDM, [307] serão capazes de fazer inverter a actual tendência.

Acresce ainda o facto da inevitabilidade de racionalização da pesca e protecção dos recursos, tornando imperiosa a redução de algumas actividades, face aos efeitos negativos resultantes do uso descontrolado de algumas artes menos selectivas, em áreas de criação de juvenis, como o são as águas estuarinas do Douro.

---

[306] Inicialmente, os Programas de Orientação Plurianual (POP) não contemplavam medidas de reestruturação para o sector da pesca artesanal. Só depois da pressão exercida pelo Parlamento Europeu, com a aprovação do relatório GARCIA sobre a pesca artesanal, em 1989, esta actividade começou a merecer alguma atenção por parte da União Europeia.

Em 1990, com a entrada em vigor do Regulamento (CEE) 3944/90, foram introduzidas medidas para a reestruturação da pesca artesanal.

[307] "A APDL tem em curso a elaboração do Projecto de Execução das infraestruturas e instalações de apoio à actividade piscatória na Afurada, a concretizar segundo faseamento proposto, tendo o Estudo Prévio merecido aceitação Camarária. Uma vez que o referido estudo é posterior à aprovação da REN, a delimitação na Planta de Ordenamento (como equipamento) da área a afectar por esta infraestrutura apenas respeita às áreas localizadas fora dessa Reserva, pelo que a seu tempo a APDL deverá proceder à desafectação das restantes áreas, na Comissão da REN". (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - "Relatório do Plano Director Municipal", Outubro de 1993, p. 119).

Este imperativo que, sendo hoje amplamente reconhecido, torna-se no caso do estuário do Douro urgente dadas as actividades depredadoras que aí se verificam e de que são exemplo o arrasto.

Chegados a este ponto é legítimo questionarmo-nos sobre a importância futura da actividade piscatória neste aglomerado.

Em nosso entendimento, o progressivo esvaziamento da actividade piscatória na actual freguesia de São Pedro da Afurada constitui um processo irreversível, atendendo ao actual cenário de globalização económica, em que a especialização decorre de vantagens comparativas subjacentes.

Não significa isto que a pesca não subsista enquanto actividade residual, em que alguns segmentos de pesca artesanal mais lucrativos, possam continuar.

Sublinhe-se que existem certas pescarias bastante rendíveis o que de certa forma incentiva a sua continuidade. São exemplo as capturas de alguns demersais costeiros como a faneca e a pescada, de moluscos e crustáceos, espécies cujo valor, sendo já hoje elevado, manifestam tendência para um aumento progressivo resultante de uma procura crescente.

Será, também, previsível que a tradicional captura de espécies pelágicas, como a sardinha e o carapau, sustentáculo actual da actividade na Afurada,[308] tenderão para uma diminuição progressiva do seu peso relativo.

Assistir-se-á, assim, a um acentuar da diminuição da pesca, dando esta lugar a outras, como o turismo e actividades conexas.

O estuário do Douro, dada a beleza natural, apresenta potencialidades para o desenvolvimento do recreio náutico e de outras actividades de lazer.

Somos, por isso, de opinião que, dadas as excelentes condições naturais e a eventual criação de uma "marina" na Bacia de São Paio (espaço contíguo da Afurada na freguesia de Canidelo) propiciando o incremento das actividades náuticas, de recreio e desportivas teria, a curto prazo, reflexos positivos na actividade económica local, nomeadamente pela criação de emprego industrial, comercial e de serviços de apoio

[308] A título de exemplo refira-se que, em 1994, de um total de 114 toneladas de pescado desembarcado, 46 foram de carapau e 42 de sardinha, correspondendo respectivamente a cerca 40,4% e 36,8% do total. (Lota da Afurada - "Livro de registos de venda de pescado").

aquelas actividades, contribuindo para absorver os excedentes de mão-de-obra gerados pela diminuição dos activos na pesca.

Sublinhe-se que, actualmente, «a nível associativo, o desporto náutico reúne três clubes de remo - Sport Clube do Porto, Clube Fluvial Portuense e Clube Desportivo da Universidade do Porto - e uma associação de vela e remo, a Associação Náutica Portus Cale.

O facto de existirem estes pólos de actividade de recreio náutico, mesmo com instalações rudimentares, é já indicador da apetência local para o desenvolvimento desta actividade. O manifesto crescimento de actividades de animação, a beleza natural de rio Douro e a navegabilidade, ainda que condicionada, são também factores potenciadores desse desenvolvimento».[309]

No entanto, a elevada apetência dos agentes económicos, pela área próxima da margem fluvial, nomeadamente a parte baixa da Afurada e o espaço contíguo da bacia de São Paio, com objectivos de especulação imobiliária, será outra das realidades a ter em conta, num futuro próximo e que, sob pena de se cair na anarquia, deverá ser alvo de enquadramento pelos poderes públicos.

[309] Administração dos Portos do Douro e Leixões - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental". Volume 1, Matosinhos, 1996, p. 92.

CONCLUSÕES

A abordagem das pescas em Portugal Continental permitiu conhecer a existência de diferentes períodos de desenvolvimento da actividade tendo por base a evolução da produção.

Foi, por isso, possível constatar a existência de duas grandes fases, decorrendo a primeira entre os fins da II Guerra Mundial e meados da década de sessenta correspondendo a uma expansão do sector e, a segunda, a partir daquela altura até à actualidade em que se verificou o declínio da produção.

No entanto, a observação isolada de um indicador da actividade, como é o caso da produção primária, oculta uma realidade bem diferente ao fazer crer que existiu um período de franco desenvolvimento do sector, como as décadas de cinquenta e sessenta, facto que, pela sobreposição de variáveis, se revelou infundado.

A existência de importantes desajustamentos estruturais, só visíveis pelo cruzamento da informação consubstanciada em rácios de produtividade, tanto da mão-de-obra como das embarcações, foi outra das realidades emergentes.

Neste sentido, importa sublinhar que mesmo no período de crescimento das pescas, em termos de produção primária, a produtividade foi decrescente o que atesta a falta de consistência dessa expansão.

Aspecto fundamental para perceber as ineficiências do sector é, sem dúvida, o elevado intervencionismo estatal que, ao não permitir aos agentes económicos realizarem as adaptações tecnológicas necessárias, impossibilitou a obtenção de níveis de competitividade crescentes.

Por outro lado, a alteração jurídica internacional no domínio dos oceanos, com o consequente estabelecimento das zonas económicas exclusivas, afectou de forma decisiva a pesca longínqua, traduzindo-se num decréscimo significativo da produção, particularmente nas capturas de bacalhau.

Com a adesão à União Europeia, em 1986, as debilidades estruturais emergiram com especial ênfase, manifestando-se de forma crítica numa diminuição significativa da mão-de-obra.

O processo de reestruturação do sector, teve então lugar embora balizado pela Política Comum da Pesca.

No entanto, torna-se conveniente salientar que, num mundo dominado pela globalização da economia e consequente abertura dos mercados, a reestruturação do sector constituía um imperativo, pela falta de competitividade evidenciada.

Portugal, contrariamente ao que seria desejável, encetou esse processo tardiamente pelas exigências decorrentes do contexto de integração europeia e, não como desígnio interno.

Esta coincidência, entre o momento de alteração estrutural e integração europeia, resultou numa identificação da Política Comum da Pesca como principal responsável de todos os constrangimentos, nomeadamente da significativa redução nas embarcações e na mão-de-obra.

Embora não partilhemos dessa imagem apocalíptica é conveniente lembrar a inexistência, tanto por parte dos órgãos de tutela nacionais como comunitários, de uma política social de apoio aos pescadores, no sentido de minimizar os efeitos negativos do ajustamento estrutural.

Sendo Portugal um país em que a pesca artesanal (local e costeira) possui uma elevada dimensão, deveria ter sido acautelado nas instâncias comunitárias a necessidade de apoio às alterações a fazer, instrumento que só veio a ser disponibilizado em 1990.

O estado actual das pescas reflecte, não só as alterações nas condicionantes envolventes do sector, como o consequente processo de ajustamento estrutural encetado na década de oitenta.

É precisamente o ano de 1983 que marca a viragem no sector, correspondendo a um crescimento que, embora diminuto, consubstancia um efectivo desenvolvimento, patente nos aumentos de produtividade tanto da frota como da mão-de-obra.

Se a análise da evolução económica do sector constituiu tarefa difícil, a problematização do impacto desses mesmos processos na reconfiguração dos espaços litorais, assumiu um maior grau de complexidade.

A redução da população piscatória do litoral reflecte, a partir dos anos cinquenta, simultaneamente a decadência efectiva da actividade e um profundo processo de alteração tecnológica, que abrangeu fundamentalmente a pesca marítima, através de investimentos em técnicas mais eficazes (mecanização, motorização, aumento da tAB média por embarcação...) complementada com uma gestão de nível empresarial.

Como qualquer outra alteração estrutural profunda, aquela que teve lugar nas pescas, transportou consigo o sacrifício da mão-de-obra e dos processos de qualidade artesanal. São disso exemplo a drástica diminuição dos activos no sector e das embarcações de pequena tonelagem.

Por outro lado, os processos de alteração tecnológica induziram à concentração geográfica da actividade e consequente (des)estruturação dos núcleos baseados em modelos artesanais, provocando um (re)ordenamento da rede de centros pesqueiros.

A dispersão espacial da actividade por todo o litoral correspondendo a uma distribuição linear ao longo da costa, foi progressivamente cedendo lugar a uma descontinuidadade territorial em que emergem centros pesqueiros de média e grande dimensão.

Este progressivo processo de concentração geográfica da actividade, que se começa a esboçar nos finais do século passado,[310] é acelerado pela motorização e tecnificação da pesca a partir dos anos cinquenta.

A Afurada, sendo um núcleo cuja génese se ficou a dever à actividade piscatória surge como exemplo, à semelhança de outros centros de pequena dimensão que povoam

[310] Jorge Alves no tocante à mão-de-obra assinala, relativamente ao norte litoral, este fenómeno de cariz eminentemente geográfico ao mencionar no seu estudo: "...o que mais impressiona é a redistribuição geográfica dos pescadores que se começa a fazer sentir no final do século passado, de acordo com a polarização(...) referida". (Jorge Fernandes Alves - " A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol. VIII, Porto, 1991, p. 163).

todo o litoral, de um espaço em profunda metamorfose devido aos processos de alteração tecnológica incompatíveis com a manutenção de estruturas artesanais.

Porém, neste espaço, outros factores se adicionam, contribuindo de forma decisiva para as alterações do tecido sócio-produtivo, sendo disso exemplo a abertura da Ponte da Arrábida que alterou significativamente a posição da Afurada no contexto da cidade do Porto e da sua Área Metropolitana, favorecendo a sua aproximação, em termos relativos, ao centro de comércio e serviços do Campo Alegre e da Boavista.

Por outro lado, uma nova lógica locativa das áreas de comércio e serviços, encontrou aqui terreno fértil à sua implantação, gerando na parte alta desta freguesia um novo pólo de centralidade.

Assiste-se, assim, nesta última década, a uma crescente terciarização do tecido económico deste aglomerado e a uma progressiva diminuição da actividade piscatória.

Com o actual projecto para a Barra do Douro produz-se agora uma alteração nas variáveis que contribuíram decisivamente para o declínio da actividade piscatória neste núcleo.

É, por isso, previsível que a alteração desta variável, de elevado impacte, nas condições de segurança na embocadura do Douro se observem pelo menos condições para a manutenção dos segmentos que, persistentemente, ainda aí continuam a operar.

No entanto, somos cépticos sobre as possibilidades de um retorno daqueles que, por razões de ordem vária, participaram nesse movimento de migração para outras áreas portuárias que lhes asseguravam maiores garantias, enquanto suporte territorial à continuidade da actividade.

A reforçar este ponto de vista está o facto da actividade piscatória não ser atractiva para os jovens que, contrariamente aos seus progenitores, tem vindo a optar por outras profissões.

Por outro lado, somos de opinião que o referido projecto associado à eventual criação de uma marina na Bacia de S. Paio, produz condições objectivas à emergência de empreendimentos imobiliários na margem esquerda deste troço final do Douro.

Área que, em nosso entendimento, deveria ser alvo de recuperação e valorização paisagística, potenciando-se, desta forma, o espaço edificado já existente.

Somos, por isso, de opinião que, caso se implemente o referido projecto, os poderes públicos devem balizar a actuação dos agentes económicos, no sentido de preservar a frente de rio.

Não significa isto que não devam ser incentivadas actividades turísticas, como o recreio náutico que, em complementaridade com a pesca, servirão o desenvolvimento endógeno.

Por último, julgamos indispensável existir uma maior sensibilidade dos poderes públicos para o facto da actividade piscatória constituir um pilar fundamental do nosso tecido produtivo devendo, por isso, ser tratado como um sector estratégico da economia nacional.

ANEXOS

ANEXO 1 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	QUANTIDADE (toneladas)	PESCADORES	PRODUTIVIDADE (Toneladas / Pescador)
NORTE	5.723	10.788	0,53
CENTRO	3.503	5.061	0,69
LISBOA E VALE DO TEJO	15.805	7.405	2,13
ALENTEJO	200	217	0,92
ALGARVE	5.245	6.301	0,83
PORTUGAL CONTINENTAL	30.476	29.772	1,02

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

ANEXO 2 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	PORTOS, RIOS E ESTAÇÕES DE PESCA	NUMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES E JANGADAS	PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO		VALOR DO MATERIAL DA PESCA (RÉIS)	
				QUANTIDADE EM QUILOS	VALOR EM RÉIS	EMBARCAÇÕES E JANGADAS	APARELHOS DE PESCA
N O R T E	Rio Minho	1.252	498	300.000	30.000$000	8.964$000	18.862$000
	Caminha	191	32	39.180	3.134$200	2.312$500	5.668$000
	Insua	30	1	1.430	100$000	22$500	12$560
	Gontinhães	164	65	73.500	5.879$475	2.816$000	5.982$000
	Rio Ancora	12	3	500	36$000	25$000	24$000
	Caneiro	3	2	650	48$000	18$000	14$000
	Carreço	48	18	1.500	120$000	716$000	846$000
	Fonte do Mar	40	10	1.000	80$000	428$000	555$000
	Vianna do Castello	492	118	131.250	10.500$000	8.340$000	6.548$000
	Rio Lima	50	22	16.500	1.200$000	440$000	360$000
	Moinho do Bispo	50	22	8.000	600$000	227$500	140$000
	Rio Neiva	40	10	7.000	625$000	83$000	58$500
	S. Bartholomeu	70	15	3.000	200$000	75$000	25$000
	Marinhas	30	16	5.000	450$000	144$000	60$000
	Espozende	360	53	81.250	6.500$000	3.500$000	6.100$000
	Rio Cavado	20	8	4.500	390$000	160$000	250$000
	Costa de Fão	38	12	3.500	280$000	177$500	84$000
	Frade	200	66	27.000	2.160$000	1.233$000	560$000
	Sedovem	203	70	28.000	2.240$000	1.252$500	580$040
	Apulia	33	12	7.500	600$000	238$500	315$000
	Aguçadoura	140	43	4.300	346$040	967$500	520$000
	Abremar	162	46	62.000	4.954$345	2.175$000	2.360$000
	Povoa de Varzim	4.500	699	1.437.500	115.613$900	65.500$000	96.940$000
	Villa do Conde	310	71	110.200	8.815$580	6.200$000	7.200$000
	Villa Chã	140	35	75.000	6.014$860	2.450$000	3.500$000
	Lavra	160	40	84.500	6.760$220	2.800$000	3.600$000
	Leça e Matosinhos	171	38	533.000	42.650$080	2.790$000	3.940$000
	Foz	180	26	533.500	42.762$980	2.600$000	3.440$000
	Porto	28	2	94.000	7.500$000	20.200$000	680$000
	Valbom	522	158	280.000	23.766$590	4.975$000	9.340$000
	Afurada	480	234	280.000	23.766$590	6.425$000	12.500$000
	Lavadores	70	15	121.800	9.745$880		
	Granja	36	4	766.140	61.291$320	1.120$000	6.000$000
	Espinho	240	10				
	Paramos	213	8	457.400	36.592$120	640$000	3.200$000
	Esmoriz	85	4	143.300	11.465$360	320$000	1.600$000
	Esmoriz (lagoa)	25	10	130	9$000	40$000	12$000
	TOTAL	10.788	2.496	5.723.030	467.197$450	150.375$500	201.876$100

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.
Nota. Os valores assinalados a vermelho correspondem ao somatório de dois portos de pesca.

ANEXO 3 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	PORTOS RIOS E ESTAÇÕES DE PESCA	NUMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES E JANGADAS	PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO		VALOR DO MATERIAL DA PESCA (RÉIS)	
				QUANTIDADE EM QUILOS	VALOR EM RÉIS	EMBARCAÇÕES E JANGADAS	APARELHOS DE PESCA
C E N T R O	Furadouro	600	12	467.900	37.433$560	960$000	7.200$000
	Torreira	450	12	534.460	42.757$320	1.200$000	8.000$000
	S. Jacinto	150	4	149.260	11.941$520	420$000	2.400$000
	Ria de Aveiro	872	350	556.700	38.969$420	8.750$000	10.464$000
	Costa Nova	600	16	159.140	12.731$340	1.280$000	1.920$000
	Arião	200	4	100.000	7.000$090	320$000	1.600$000
	Mira	350	10	344.000	24.080$000	900$000	6.000$000
	Tocha	200	9	48.200	3.379$000	720$000	2.400$000
	Costinha	50	3	95.300	6.232$000	240$000	900$000
	Quiaios	120	4			320$000	1.600$000
	Buarcos	350	19	352.000	28.167$000	3.320$000	7.200$000
	Figueira da Foz	234	52	162.100	12.970$567	11.000$000	1.126$000
	Monte Mór o Velho	146	35	14.500	1.380$000	720$000	290$000
	Coimbra	70	18	8.000	750$000	200$000	210$000
	Cova	200	26	59.800	4.785$000	815$000	2.100$000
	Lavos	129	4	120.500	9.642$000	320$000	1.700$000
	Leirosa	120	4	172.300	13.782$000	350$000	1.800$000
	Pedrogão	40	2	7.125	570$000	160$000	800$000
	Vieira	180	6	151.625	12.130$000	500$000	2.500$000
	TOTAL	5.061	590	3.502.910	268.700$817	32.495$000	60.210$000

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.
Nota. Os valores assinalados a vermelho correspondem ao somatório de dois portos de pesca.

ANEXO 4 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO LISBOA E VALE DO TEJO, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	PORTOS RIOS E ESTAÇÕES DE PESCA	NUMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES E JANGADAS	PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO		VALOR DO MATERIAL DA PESCA (RÉIS)	
				QUANTIDADE EM QUILOS	VALOR EM RÉIS	EMBARCAÇÕES E JANGADAS	APARELHOS DE PESCA
L I S B O A E V A L E D O T E J O	Nazareth	539	65	1.082.563	86.605$000	5.150$000	17.375$000
	S. Martinho	46	12	3.030	243$000	336$000	116$000
	Lagôa de Obidos	34	17	13.830	1.107$000	204$000	102$000
	Peniche	539	94	799.155	63.932$460	4.000$000	18.200$000
	Seixal	8	2	1.700	136$000	70$000	60$000
	Atalaya	16	4	3.712	297$000	160$000	180$000
	Ribamar	36	9	8.300	664$000	360$000	370$000
	Porto Novo	12	3	2.700	218$000	100$000	75$000
	Santa Cruz	16	4	3.800	302$000	150$000	140$000
	Assenta	36	17	9.000	715$940	680$000	390$000
	Ericeira	126	45	160.100	12.806$340	2.300$000	2.500$000
	Cascaes	160	52	115.300	10.382$160	3.000$000	32.000$000
	Rio Tejo	1.034	122	370.000	34.000$000	1.500$000	6.500$000
	Paço de Arcos	9	5	65.400	5.236$340	125$000	125$000
	Belem	86	12	190.000	17.008$800	1.440$000	240$000
	Lisboa	892	126	5.200.000	520.237$120	161.200$000	12.000$000
	Trafaria	270	32	74.250	5.940$960	6.000$000	850$000
	Caparica	780	68	771.600	61.726$760	7.200$000	11.000$000
	Cezimbra	169	770	3.900.000	351.583$000	25.000$000	85.000$000
	Setúbal	2.387	443	2.897.100	231.769$728	80.000$000	90.000$000
	Rio Sado	214	107	133.000	10.700$000	2.000$000	4.000$000
	TOTAL	7.405	2.009	15.804.540	1.415.615$108	300.975$000	281.110$000

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

ANEXO 5 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO ALENTEJO, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	PORTOS, RIOS E ESTAÇÕES DE PESCA	NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES E JANGADAS	PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO		VALOR DO MATERIAL DA PESCA (RÉIS)	
				QUANTIDADE EM QUILOS	VALOR EM RÉIS	EMBARCAÇÕES E JANGADAS	APARELHOS DE PESCA
ALENTEJO	Melides e Santo André	37	3	33.700	2.696$542	120$000	500$000
	Sines	99	31	154.100	12.332$133	1.250$000	11.500$000
	Porto Covo	27	9	6.050	484$100	270$000	14$000
	Milfontes	54	18	6.000	419$955	540$000	300$000
	TOTAL	217	61	199.850	15.932$730	2.180$000	12.314$000

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

ANEXO 6 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO DO ALGARVE, NO ANO DE 1886

REGIÃO (NUTS II)	PORTOS, RIOS E ESTAÇÕES DE PESCA	NUMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES E JANGADAS	PESCARIA EXPLORADA DURANTE O ANO		VALOR DO MATERIAL DA PESCA (RÉIS)	
				QUANTIDADE EM QUILOS	VALOR EM RÉIS	EMBARCAÇÕES E JANGADAS	APARELHOS DE PESCA
ALGARVE	Salema	25	2	3.310	265$400	80$000	800$000
	Almadena	45	7			300$000	11.000$000
	Burgau	68	9	1.700	137$340	360$000	6.800$000
	Senhora da Luz	90	16			700$000	12.000$000
	Porto de Moz	45	8			400$000	12.000$000
	Lagos	269	40	861.600	68.927$560	3.740$000	27.000$000
	Alvor	146	29	40.000	3.187$840	2.160$000	2.000$000
	Portimão	237	42	178.000	14.270$960	2.400$000	2.500$000
	Rio de Portimão	144	17	10.300	819$280	900$000	2.000$000
	Ferragudo						
	Carvoeiro	40	7	450	32$620	300$000	12.000$000
	Benagil	12	4	350	26$460	160$000	60$000
	Senhora da Rocha	5	3	200	15$640	90$000	50$000
	Armação de Pera	176	27	101.050	8.084$180	1.460$000	2.500$000
	Pedra da Galé	45	7			400$000	13.600$000
	Albufeira	205	37	55.200	4.414$900	2.140$000	25.000$000
	Vallongo	45	7			400$000	13.600$000
	Quarteira	280	29	200.000	15.988$780	3.200$000	17.000$000
	Forte Novo	45	7			400$000	13.600$000
	Ramalhete	130	19			1.200$000	25.800$000
	Cabo de Santa Maria	50	8			2.000$000	22.000$000
	Faro	347	73	346.100	27.691$720	4.000$000	5.000$000
	Olhão	1.162	150	1.326.000	106.124$800	30.000$000	25.000$000
	Fuzeta			174.000	13.926$440		
	Tavira	748	102	420.000	41.959$740	8.000$000	54.000$000
	Cacella	40	6			400$000	5.600$000
	Torre Velha	40	6	7.000	649$520	400$000	5.600$000
	Cabeço						
	Monte Gordo	1.848	173	14.000	1.353$260	12.000$000	26.000$000
	Villa Real			1.400.000	140.831$120		
	Rio Guadiana		78	76.300	6.102$820	2.400$000	800$000
	Pomarão	2	1	2.140	150$000	30$000	21$000
	Mertola	12	6	27.000	1.890$000	180$000	108$000
	TOTAL	6.301	920	5.244.700	456.850$000	80.200$000	343.439$000

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891.

Nota: Os valores assinalados a vermelho correspondem ao somatório de dois ou três portos de pesca;
Quando os valores das variáveis são inexistentes, a quadrícula encontra-se preenchida a cor azul;
Considerou-se as estações de Pomarão e Mértola na Região do Algarve, dado estarem localizadas no Rio Guadiana.

ANEXO 7 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTUGAL CONTINENTAL, SEGUNDO ALGUNS INDICADORES

ANOS	NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA	TONELAGEM	TONELAGEM MÉDIA POR EMBARCAÇÃO
1886	29.772	6.076	*	*
1899	33.108	6.369	23.420	3,68
1900	32.096	7.407	22.420	3,03
1915	41.816	11.187	47.373	4,23
1920	41.881	11.779	45.680	3,88
1930	47.214	12.562	58.338	4,64
1936	43.240	11.109	54.618	4,92

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886; Adolpho Loureiro, Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1904, para os anos de 1899 a 1936.

* Valor inexistente.

ANEXO 8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL

Quantidade (toneladas)

ANOS	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
TOTAL	211.549	193.926	188.449	183.439	192.558	246.841	243.661	239.647	254.926	225.721
Total em águas marítimas	210.789	192.890	187.503	182.716	191.921	246.263	243.054	238.940	254.099	225.062
peixes marinhos	195.215	171.753	176.798	167.787	174.129	227.442	224.293	215.880	232.625	213.806
sardinha	113.085	87.806	98.211	76.850	81.667	132.923	128.221	109.029	107.453	97.967
bacalhau	14.600	19.454	20.634	20.888	21.168	23.040	24.925	28.849	31.670	34.489
crustáceos	12.690	17.051	7.802	10.295	13.422	15.069	14.939	18.373	16.121	7.055
moluscos	2.884	4.086	2.903	4.634	4.370	3.752	3.822	4.687	5.353	4.201
Total em águas salobras	760	1.036	946	723	637	578	607	707	827	659

Quantidade (toneladas)

ANOS	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957
TOTAL	216.765	208.997	224.898	228.031	249.531	287.019	299.469	277.218	313.364	319.077
Total em águas marítimas	216.142	208.471	224.449	227.477	248.862	286.546	298.810	276.592	312.879	318.541
peixes marinhos	205.009	197.299	218.211	221.762	242.316	279.553	288.523	267.929	305.408	311.184
sardinha	78.023	58.986	82.528	78.253	88.954	96.848	112.473	92.330	99.827	112.554
bacalhau	36.162	45.333	53.179	51.045	55.851	69.400	68.002	71.782	78.830	71.912
crustáceos	6.497	7.303	3.296	1.995	2.384	2.596	4.493	2.026	1.811	1.420
moluscos	4.636	3.869	2.942	3.720	4.162	4.397	5.794	6.637	5.660	5.937
Total em águas salobras	623	526	449	554	669	473	659	626	485	536

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

ANEXO 8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL

Quantidade (toneladas)

ANOS	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967
TOTAL	326.241	315.694	340.044	360.273	366.145	363.953	417.074	404.596	360.875	400.484
Total em águas marítimas	325.708	315.296	339.611	359.911	365.767	363.395	416.593	404.004	360.408	399.954
peixes marinhos	318.927	308.361	332.334	351.485	357.942	356.009	409.141	394.597	353.105	387.245
sardinha	131.088	128.345	138.746	139.067	135.010	118.312	163.294	137.762	124.830	114.696
bacalhau	63.365	56.700	65.790	70.613	77.484	82.621	75.920	71.280	71.217	97.312
crustáceos	780	1.234	749	947	685	762	777	925	713	848
moluscos	6.001	5.701	6.528	7.479	7.140	6.624	6.675	8.482	6.590	11.861
Total em águas salobras	533	398	433	362	378	558	481	592	467	530

Quantidade (toneladas)

ANOS	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
TOTAL	355.794	319.051	352.004	328.149	327.524	357.157	277.108	269.837	273.333
Total em águas marítimas	355.296	318.593	351.570	327.615	327.141	356.770	276.793	269.592	273.079
peixes marinhos	337.956	303.216	341.760	322.052	314.255	344.923	268.978	261.087	264.347
sardinha	79.413	64.103	69.158	84.408	87.528	100.825	75.439	95.457	79.234
bacalhau	79.413	62.699	66.256	56.961	49.518	46.704	49.370	38.668	40.305
crustáceos	818	880	811	486	795	727	713	327	226
moluscos	16.522	14.497	8.999	5.077	12.091	11.120	7.102	8.178	8.506
Total em águas salobras	498	458	434	534	383	387	315	245	254

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

ANEXO 8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL

Quantidade (toneladas)

ANOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TOTAL	273.499	241.595	228.171	256.222	249.088	223.582	205.135	222.555	251.535	292.448
Total em águas marítimas	273.012	241.284	227.407	255.563	248.043	222.794	204.533	221.892	250.852	292.319
peixes marinhos	264.664	230.813	220.921	244.455	236.911	215.456	195.253	212.789	240.037	278.677
sardinha	79.821	88.548	90.486	106.324	113.572	100.863	85.974	95.112	111.583	103.451
bacalhau	34.813	30.190	22.710	19.480	14.738	9.311	9.680	13.651	16.721	20.051
crustáceos	85	105	264	590	453	647	1.168	1.595	1.820	3.278
moluscos	8.263	10.366	6.222	10.518	10.679	6.691	8.112	7.508	8.995	10.364
Total em águas salobras	487	311	764	659	1.045	788	602	663	683	129

Quantidade (toneladas)

ANOS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
TOTAL	277.016	270.925	271.189	283.155	279.899	250.775	240.418	220.816	210.070
Total em águas marítimas	276.895	270.468	270.111	280.813	277.542	248.874	238.898	219.306	207.843
peixes marinhos	256.074	249.232	232.640	249.123	239.211	209.904	207.010	191.997	183.897
sardinha	90.092	94.482	91.263	92.882	87.147	83.318	90.404	94.466	87.710
bacalhau	6.554	13.453	19.313	20.261	20.118	5.315	1.932	4.832	4.949
crustáceos	3.809	3.637	3.632	3.616	2.858	1.364	2.120	1.776	2.014
moluscos	17.012	17.599	33.839	28.074	35.007	37.183	29.505	25.393	21.822
Total em águas salobras	121	457	1.078	2.342	2.357	1.901	1.520	1.510	2.227

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1938 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

Nota: Nos anos de 1991 a 1994 o valor da variável "outros produtos (fígados, oleos, ovas)" foi integrado apenas no "Total em águas marítimas", não correspondendo este, por isso, ao somatório dos respectivos valores parciais.

ANEXO 9 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL (MÉDIAS)

Quantidade (toneladas)

ANOS	1938	1941	1944	1947	1950	1953	1956	1959	1962	1965
TOTAL	202.738	188.149	243.383	232.471	220.642	278.673	303.220	327.326	363.457	394.182
Total em águas marítimas	201.840	187.380	242.752	231.768	220.132	278.073	302.671	326.872	363.024	393.668
peixes marinhos	183.484	172.905	222.538	217.147	212.424	270.131	294.840	319.874	355.145	385.614
sardinha	100.446	85.576	123.391	94.481	73.256	99.425	101.570	132.726	130.796	141.962
bacalhau	17.027	20.897	25.605	34.107	49.852	64.418	74.175	61.952	76.906	72.806
crustáceos	14.871	10.506	16.127	9.891	4.198	3.158	1.752	921	798	805
moluscos	3.485	3.969	4.087	4.730	3.510	4.784	6.078	6.077	7.081	7.249
Total em águas salobras	898	769	631	703	510	600	549	455	433	513

Quantidade (toneladas)

ANOS	1968	1971	1974	1977	1980	1983	1986	1989	1992	1995
TOTAL	358.443	335.892	301.367	262.809	244.494	217.091	273.666	275.090	257.031	215.443
Total em águas marítimas	357.948	335.442	301.052	262.458	243.671	216.406	273.355	273.797	255.105	213.575
peixes marinhos	342.806	326.022	291.663	253.275	234.096	207.833	258.263	243.665	218.708	187.947
sardinha	86.108	80.365	90.574	82.534	103.461	93.983	101.709	92.876	86.956	91.088
bacalhau	79.808	57.578	44.914	35.103	18.976	10.881	14.442	17.676	9.122	4.891
crustáceos	849	697	589	139	436	1.137	2.969	3.628	2.114	1.895
moluscos	14.293	8.722	8.800	9.045	9.140	7.437	12.124	26.504	33.898	23.608
Total em águas salobras	495	450	316	351	823	684	311	1.292	1.926	1.869

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1983 a 1970;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.

Nota: O gráfico foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados (com excepção do ano de 1995 que corresponde a uma média bienal) com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas.

ANEXO 10 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MENSAL DE SARDINHA EM PORTUGAL CONTINENTAL

ANOS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1945	7.587	4.367	5.482	3.799	3.718	5.501	5.735	7.228	13.797	15.486	21.630	14.698
1950	2.860	414	290	568	1.320	2.767	4.581	11.567	14.573	16.635	12.940	14.011
1955	6.246	107	99	2.034	5.719	6.899	11.308	16.165	17.017	11.137	8.474	7.123
1960	5.733	31	79	4.531	5.019	6.304	15.050	17.584	20.025	22.041	19.740	22.659

Fonte: Boletim Mensal, INE, Lisboa, para os anos referenciados;
Nota: Os gráficos foram elaborados com base nos totais de produção de sardinha no continente, cujos quantitativos estão representados em quilogramas.

ANEXO 11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESCADORES MATRICULADOS EM PORTUGAL CONTINENTAL

ANOS	TOTAL	ANOS	TOTAL	ANOS	TOTAL
1886	29.772	1954	36.709	1976	26.574
1899	33.108	1955	35.500	1977	30.991
1900	32.096	1956	36.982	1978	32.251
1915	41.816	1957	39.562	1979	33.125
1920	41.881	1958	40.231	1980	32.764
1930	47.214	1959	39.274	1981	36.280
1936	43.240	1960	39.718	1982	41.778
1939	29.381	1961	38.378	1983	34.274
1940	26.714	1962	38.843	1984	35.119
1941	30.758	1963	36.668	1985	32.900
1942	35.441	1964	36.773	1986	35.466
1943	37.533	1965	35.781	1987	35.121
1944	33.509	1966	34.727	1988	34.889
1945	34.287	1967	35.904	1989	34.617
1946	35.254	1968	32.496	1990	34.561
1947	34.236	1969	30.062	1991	33.167
1948	35.193	1970	28.661	1992	30.590
1949	36.239	1971	29.155	1993	28.654
1950	34.478	1972	28.461	1994	26.245
1951	36.745	1973	25.067	1995	25.110
1952	35.531	1974	26.625		
1953	36.538	1975	23.923		

Fonte: A. A. Baldaque da Silva. Estado Actual das Pescas em Portugal. Lisboa. 1891, para o ano de 1886;
Adolpho Loureiro, Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes, Lisboa, 1904, para os anos de 1899 a 1936;
Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1939 a 1968;
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.

ANEXO 12 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA EXISTENTES NO CONTINENTE, SEGUNDO O SISTEMA DE PROPULSÃO E TONELAGEM

ANOS	EMBARCAÇÕES EXISTENTES (REGISTADAS) EM 31 / XII					
	TOTAL		COM MOTOR		SEM MOTOR	
	Nº	tAB	Nº	tAB	Nº	tAB
1940	11.068	61.769	622	39.961	10.446	21.808
1941	11.463	64.077	643	40.992	10.820	23.085
1942	11.798	63.619	689	40.151	11.109	23.468
1943	12.726	77.008	778	52.570	11.948	24.438
1944	12.918	76.957	831	52.528	12.087	24.429
1945	13.047	81.974	873	58.278	12.174	23.696
1946	13.085	84.335	959	60.923	12.126	23.412
1947	12.622	87.678	1.049	65.597	11.573	22.081
1948	13.064	98.440	1.178	75.941	11.886	22.499
1949	13.261	107.221	1.255	85.751	12.006	21.470
1950	13.431	124.967	1.278	103.748	12.153	21.219
1951	13.590	111.918	1.297	90.801	12.293	21.117
1952	13.548	115.324	1.341	94.769	12.207	20.555
1953	13.889	118.908	1.448	98.637	12.441	20.271
1954	14.220	123.804	1.601	103.128	12.619	20.676
1955	14.274	127.570	1.684	107.066	12.590	20.504
1956	14.543	132.348	2.046	112.201	12.497	20.147
1957	14.546	132.187	1.867	113.210	12.679	18.977
1958	14.702	138.724	2.093	120.297	12.609	18.427
1959	15.296	145.153	2.206	126.822	13.090	18.331
1960	15.563	146.338	2.440	128.146	13.123	18.192
1961	16.259	155.421	2.608	136.559	13.651	18.862
1962	16.092	152.720	2.608	133.917	13.484	18.803
1963	16.203	154.296	2.753	135.788	13.450	18.508
1964	16.159	157.692	2.804	138.646	13.355	19.046
1965	15.988	158.857	2.832	139.681	13.156	19.176
1966	15.777	163.921	2.890	145.508	12.887	18.413
1967	15.891	174.191	3.009	155.691	12.882	18.500

ANOS	EMBARCAÇÕES EXISTENTES (REGISTADAS) EM 31 / XII					
	TOTAL		COM MOTOR		SEM MOTOR	
	Nº	tAB	Nº	tAB	Nº	tAB
1968	15.899	178.494	3.171	160.791	12.728	17.703
1969	15.452	180.999	3.248	163.839	12.204	17.160
1970	15.375	185.012	3.230	168.050	12.145	16.962
1971	15.352	178.938	3.180	162.009	12.172	16.929
1972	15.031	181.346	3.142	165.583	11.889	15.763
1973	14.745	188.486	3.272	173.475	11.473	15.011
1974	14.741	186.569	3.375	172.009	11.366	14.560
1975	14.473	188.581	3.878	175.192	10.595	13.389
1976	14.530	186.108	4.174	173.529	10.356	12.579
1977	15.277	207.059	4.384	194.036	10.893	13.023
1978	15.394	212.232	4.531	199.062	10.863	13.170
1979	16.418	210.980	5.041	197.362	11.377	13.618
1980	16.772	211.428	5.305	197.747	11.467	13.681
1981	15.984	212.137	5.397	199.577	10.587	12.560
1982	15.566	207.550	5.330	194.052	10.236	13.498
1983	16.099	207.591	5.608	194.435	10.491	13.156
1984	16.275	194.450	5.774	180.862	10.501	13.588
1985	15.666	195.654	5.721	182.619	9.945	13.035
1986	15.181	193.685	5.619	180.838	9.562	12.847
1987	16.159	192.462	7.268	182.813	8.891	9.649
1988	15.156	180.510	7.346	172.034	7.810	8.476
1989	13.988	176.144	7.423	169.019	6.565	7.125
1990	13.298	165.446	7.480	159.208	5.818	6.238
1991	12.250	154.848	7.350	149.440	4.900	5.408
1992	11.644	140.079	7.096	135.102	4.548	4.977
1993	10.668	124.448	6.885	120.251	3.783	4.197
1994	10.189	112.770	8.048	110.543	2.141	2.227
1995	9.857	105.383	7.840	103.289	2.017	2.094

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1940 a 1968; Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.
Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995.

Nota: Os valores relativos a 1987 e 1988 são estimados, dado existir quebra na série estatística publicada pelo INE.

ANEXO 13 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM MÉDIA DAS EMBARCAÇÕES, DA PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA E DA FROTA EM PORTUGAL CONTINENTAL

ANOS	PRODUÇÃO (Toneladas)	NÚMERO DE PESCADORES	TONELAGEM (tAB) DAS EMBARCAÇÕES	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	TONELAGEM MÉDIA DAS EMBARCAÇÕES	PRODUTIVIDADE (TON / PESCADOR)	PRODUTIVIDADE (TON / tAB)
1941	188.149	30.971	63.155	11.443	5,52	6,08	2,98
1944	243.383	35.110	78.646	12.897	6,10	6,93	3,09
1947	232.471	34.894	90.151	12.924	6,98	6,66	2,58
1950	220.642	35.821	114.702	13.427	8,54	6,16	1,92
1953	278.673	36.259	119.345	13.886	8,59	7,69	2,34
1956	303.220	37.348	130.702	14.454	9,04	8,12	2,32
1959	327.326	39.741	143.405	15.187	9,44	8,24	2,28
1962	363.457	37.963	154.146	16.185	9,52	9,57	2,36
1965	394.182	35.760	160.157	15.975	10,03	11,02	2,46
1968	358.443	32.821	177.895	15.747	11,30	10,92	2,01
1971	335.892	28.759	181.765	15.253	11,92	11,68	1,85
1974	301.367	25.205	187.879	14.653	12,82	11,96	1,60
1977	262.809	29.939	201.800	15.067	13,39	8,78	1,30
1980	244.494	34.056	211.515	16.391	12,90	7,18	1,16
1983	217.091	37.057	203.197	15.980	12,72	5,86	1,07
1986	273.666	34.496	193.934	15.669	12,38	7,93	1,41
1989	275.090	34.689	174.033	14.147	12,30	7,93	1,58
1992	257.031	30.804	139.792	11.521	12,13	8,34	1,84
1995	215.443	25.678	109.077	10.023	10,88	8,39	1,98

Fonte: Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, INE, Lisboa, 1971, para os anos de 1983 a 1970;
Estatísticas da Pesca. INE, Lisboa, para os anos de 1971 a 1995.
Nota: O quadro foi elaborado com base nas médias trienais centradas nos anos referenciados (com excepção do ano de 1995 que corresponde a uma média bienal) com o objectivo de atenuar a componente errática das capturas.

ANEXO 14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE PESCA E DE FORMANDOS INSCRITOS EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS EM PORTUGAL CONTINENTAL

ANOS LECTIVOS	1981 / 82	1982 / 83	1983 / 84	1984 / 85	1985 / 86	1986 / 87	1987 / 88	1988 / 89	1989 / 90	1990 / 91	1991 / 92	1992 / 93	1993 / 94	1994 / 95
ESCOLAS	1	1	1	1	1	9	11	11	11	10	11	11	10	10
FORMANDOS INSCRITOS	46	67	80	115	362	1.426	1.430	2.713	2.281	3.318	3.599	3.325	3.694	2.527

Fonte: Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa.

ANEXO 15 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA E NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA

ANOS	1911	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Freguesia de S. Pedro da Afurada	1.613	2.414	2.909	3.573	4.055	3.430	3.616
Concelho de Vila Nova de Gaia	85.815	119.535	133.760	157.357	181.095	226.331	248.565

Fonte: Recenceamento Geral da População, 1960/70/81/91, INE, Lisboa.
Nota: Os valores relativos a 1911 e 1940 foram fornecidos pelo Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal de V. N. de Gaia:
O valor relativo à freguesia da Afurada em 1950 é citado pela Dr.ª Celeste Malpique.

ANEXO 16 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, NA FREGUESIA DE DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1981

	HM	%	H	%	M	%
0-14	1.097	32,0	564	16,3	533	15,5
15-19	336	9,8	168	4,9	168	4,9
20-24	314	9,1	168	4,9	146	4,3
25-29	300	8,7	158	4,6	142	4,1
30-34	238	6,9	123	3,6	115	3,4
35-39	209	6,1	104	3,0	105	3,1
40-44	167	4,9	87	2,5	80	2,3
45-49	147	4,3	69	2,2	78	2,3
50-54	162	4,7	72	2,1	90	2,6
55-59	140	4,1	67	1,9	73	2,1
60-64	116	3,4	55	1,6	61	1,8
65-69	92	2,7	34	1,0	58	1,7
70-74	57	1,7	23	0,7	34	1,0
75-79	37	1,1	10	0,3	27	0,8
80-84	11	0,3	3	0,1	8	0,2
85 e +	7	0,2	1	0,0	6	0,2
TOTAL	3.430	100,0	1.706	49,7	1.724	50,3

Fonte: Recenceamento Geral da População, INE, Lisboa, 1981.

ANEXO 17 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, NA FREGUESIA DE DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1991

	HM	%	H	%	M	%
0-4	293	8,1	149	4,1	144	4,0
5-9	278	7,7	153	4,2	125	3,5
10-14	287	7,9	153	4,2	134	3,7
15-19	369	10,2	196	5,4	173	4,8
20-24	320	8,9	165	4,6	155	4,3
25-29	356	9,8	182	5,0	174	4,8
30-34	334	9,3	169	4,7	165	4,6
35-39	266	7,4	138	3,8	128	3,6
40-44	215	6,0	115	3,2	100	2,8
45-49	183	5,1	77	2,1	106	2,9
50-54	160	4,4	77	2,1	83	2,3
55-59	138	3,8	64	1,8	74	2,0
60-64	137	3,8	56	1,6	81	2,2
65-69	105	2,9	47	1,2	58	1,6
70-74	87	2,4	28	0,8	59	1,6
75-79	45	1,2	10	0,3	35	1,0
80-84	27	0,7	9	0,2	18	0,5
85 e +	16	0,4	2	0,1	14	0,4
TOTAL	3.616	100,0	1.790	49,4	1.826	50,6

Fonte: Recenceamento Geral da População, INE, Lisboa, 1991.

ANEXO 18 - ALOJAMENTOS CLÁSSICOS OCUPADOS, NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES (QUARTOS), PESSOAS RESIDENTES PELO NÚMERO E DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS NOS ALOJAMENTOS

Nº DE PESSOAS NOS ALOJAMENTOS	NÚMERO DE DIVISÕES (QUARTOS)											TOTAL DE PESSOAS	TOTAL DE ALOJAMENTOS
	com 1	com 2	com 3	com 4	com 5	com 6	com 7	com 8	com 9	com 10	com 11		
com 1 pessoa	1	2	2	1								6	6
com 2 "		2	2	1								10	5
com 3 "		2	1	1			1					15	5
com 4 "		3	5	2	1							44	11
com 5 "		2	2	1	1							30	6
com 6 "		3	2									30	5
com 7 "		1										7	1
com 8 "			2	1								24	3
com 9 "			1									9	1
com 10 "												0	0
com 11 "						1						11	1
TOTAL	1	15	17	7	2	1	1	0	0	0	0	186	44

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 19 - AGREGADOS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES, NO BAIRRO DOS PESCADORES, EM NÚMERO, TAMANHO MÉDIO, DIMENSÃO E IDADE MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA

		NÚMERO	TAMANHO MÉDIO	DIMENSÃO					IDADE MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA					
				1 - 2	3 - 5	6 - 8	9 - 10	> 11	1 - 2	3 - 5	6 - 8	9 - 10	> 11	TOTAL
NÃO FAMILIARES		1	2,0	1	0	0	0	0	43,0	0	0	0	0	43,0
FAMILIARES	NUCLEARES	34	3,9	10	16	7	1	0	61,6	46,0	49,8	50	0	51,5
	ALARGADOS	9	6,0	0	6	2	0	1	0	49,8	39,5	0	49	47,4
TOTAL		44	4,3	11	22	9	1	1	52,3	47,9	44,7	50	49	50,5

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 20 - RENDA DOS ALOJAMENTOS NO BAIRRO DOS PESCADORES, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE QUARTOS

RENDA / ALOJAMENTOS	169$00	180$00	200$00	208$00	239$00	270$00	300$00	379$00	590$00	2.680$00	3.500$00	TOTAL DE ALOJAMENTOS
Com 2 Quartos / número	7	2	3	3	1	0	1	1	1	1	1	21
/ %	23,3	6,7	10,0	10,0	3,3	0,0	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	70,0
Com 3 Quartos / número	2	0	0	6	0	1	0	0	0	0	0	9
/ %	6,7	0,0	0,0	20,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0
TOTAL / número	9	2	3	9	1	1	1	1	1	1	1	30
/ %	30,0	6,7	10,0	30,0	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	100,0

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 21 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E IDADE

CLASSES ETÁRIAS / NÍVEL DE ESCOLARIDADE	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 e +	TOTAL NÚMERO	TOTAL %
NÃO INICIARAM ESCOLARIDADE	8	6													14	8,2
ANALFABETO									1	1	3	1	6	13	25	14,6
SABE LER E ESCREVER		6	1					3	1		1				12	7,0
ENSINO BÁSICO (1º CICLO)		1	4		6	3	10	9	12	5	6	5	1	2	64	37,4
ENSINO BÁSICO (2º CICLO)			9	8	11	5	5	4	1						43	25,2
ENSINO BÁSICO (3º CICLO)				6			1								7	4,1
ENSINO SECUNDÁRIO				4		2									6	3,5
CURSO SUPERIOR															0	0,0
NÚMERO TOTAL	8	13	14	18	17	10	16	16	15	6	10	6	7	15	171	100,0

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 22 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O CONCELHO DE NATURALIDADE E IDADE

CLASSES ETÁRIAS / CONCELHO DE NATURALIDADE	0 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 e +	TOTAL Nº	TOTAL %
AFURADA	6	8	8	11	14	8	10	11	11	4	3	3	2	9	108	63,2
COIMBRÕES							1								1	0,6
CANIDELO						1	2					1	1		5	2,9
SANTA MARINHA	1		1	1			1		1		2	1	3	4	15	8,8
AGUDA											2				2	1,1
LAVADORES						1									1	0,6
MAFAMUDE				1											1	0,6
GAIA (centro)		2		1				1							4	2,3
PORTO (centro)		1	1			1		1	1					1	6	3,5
PORTO (Foz do Douro)									1						1	0,6
PORTO (Miragaia)			1												1	0,6
PORTO (Massarelos)	1	2	2	2	2		2	2							13	7,6
MATOSINHOS											3				3	1,8
OVAR								1							1	0,6
PÓVOA DO LANHOSO										1					1	0,6
CELORICO DE BASTOS														1	1	0,6
MONDIM DE BASTOS									1	1					2	1,1
BRAGA (centro)													1		1	0,6
PONTE DA BARCA												1			1	0,6
FRANÇA				2											2	1,1
DESCONHECIDA			1												1	0,6
TOTAL	8	13	14	18	16	11	16	16	15	6	10	6	7	15	171	100,0

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 23 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA, NO BAIRRO DOS PESCADORES, POR PROFISSÃO, EM FUNÇÃO DO LOCAL ONDE A EXERCE

LOCAL ONDE EXERCE / PROFISSÕES	Afurada	Serzedo	Canidelo	V. N. de Gaia (centro)	Matosinhos (centro)	Lordelo do Ouro	Porto (centro)	Maia (centro)	Alemanha	Escócia	França	Holanda	TOTAL	
													Nº	%
Brunideira							2						2	2,8
Camionista				1	1								2	2,8
Comerciante							2						2	2,8
Costureira	1			1			5						7	9,7
Cozinheira	2												2	2,8
Controlador						1							1	1,4
Distribuidor de Pão	1												1	1,4
Distribuidor de fruta											1		1	1,4
Emp. Supermercado	1												1	1,4
Estocador									1				1	1,4
Emp. Armazém	1				1								2	2,8
Emp. Limpeza	2						2				1		5	6,9
Emp. Doméstica							5						5	6,9
Func. Público				1									1	1,4
Marinha Mercante										1		2	3	4,1
Operário Industrial		1					1	2					4	5,5
Padeiro							1						1	1,4
Pescador	9												9	12,5
Policia	1												1	1,4
Promotora				1									1	1,4
Tipografo				2		1							3	4,1
Torneiro Mecânico				1									1	1,4
Trolha	7			2			1		1		2		13	18,1
Serralheiro Civil	1		1										2	2,8
Secretária				1									1	1,4
TOTAL	26	1	1	10	2	2	19	2	2	1	4	2	72	100,0

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O TIPO DE ACTIVIDADE, POR SEXO

	ASSALARIADOS	POR CONTA PRÓPRIA	INVÁLIDOS	REFORMADOS	DOMÉSTICAS	MILITARES	DESEMPREGADOS	ESTUDANTES	EM IDADE PRÉ-ESCOL.	TOTAL
HOMENS	46	0	0	6	0	2	7	18	5	84
MULHERES	27	2	1	6	23	0	6	14	8	87
TOTAL	73	2	1	12	23	2	13	32	13	171

Fonte: Inquérito realizado no Bairro dos Pescadores da Freguesia de São Pedro da Afurada, em Julho de 1996.
Nota: Os valores referem-se à população inquirida e seus familiares.

ANEXO 25 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE PESCADO EM SÃO PEDRO DA AFURADA

ANOS / PRODUÇÃO (Quilos)	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
TOTAL	320.396	200.771	166.762	163.600	273.251	229.462	273.167	197.193	148.688	114.102	98.800
SARDINHA	23.216	10.094	73.494	60.265	124.346	48.801	82.504	73.560	72.036	41.679	(*)

(*) Valor inexistente
Fonte: Livro de registos de venda de pescado da Lota da Afurada
Nota: O valor relativo a 1989, corresponde a uma estimativa, dado não se encontrar disponível; os valores relativos a 1989 e 1990 de captura de sardinha são estimados.
O valor relativo a 1995, foi cedido pela Direcção- Geral das Pescas.

ANEXO 26 - EVOLUÇÃO DA FROTA DE PESCA, AFECTA AOS DESEMBARQUES DE PESCADO, NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA

	1992	1993	1994	1995
PESCA LOCAL	91	78	45	41
PESCA COSTEIRA	39	28	19	10
TOTAL DE EMBARCAÇÕES	130	106	64	51

Fonte: Direcção-Geral das Pescas.

ANEXO 27 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA CIVIL A EXERCER UMA PROFISSÃO SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA

1981

SECTOR DE ACTIVIDADE	HM	%	H	%	M	%
PRIMÁRIO	344	27	340	27,0	4	0,3
SECUNDÁRIO	617	49,1	386	30,7	231	18,4
TERCIÁRIO	297	23,6	187	14,9	110	8,7
TOTAL	1258	100	913	72,6	347	27,4

1991

SECTOR DE ACTIVIDADE	HM	%	H	%	M	%
PRIMÁRIO	258	16,4	245	15,6	13	0,8
SECUNDÁRIO	660	42,0	394	25,1	266	16,9
TERCIÁRIO	655	41,6	323	20,5	332	21,1
TOTAL	1573	100,0	962	61,2	611	38,8

Fonte: Recenseamento da População e da Habitação, INE.

ANEXO 28 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FORMANDOS RESIDENTES NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, A FREQUENTAR A FORPESCAS EM MATOSINHOS

ANO / CURSO	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	TOTAL
AJUDANTE DE MOTORISTA (1)		1	1		2	2					6
AJUDANTE DE MOTORISTA (2)		1		1	1		1				4
AJUDANTE DE MOTORISTA (3)				1							1
APTIDÃO DE PESCAS (1)			1								1
APTIDÃO DE PESCAS (2)	1										1
APTIDÃO DE PESCAS (3)		1	1								2
APTIDÃO DE PESCAS (4)		4	4								8
APTIDÃO DE PESCAS (5)		1									1
ARRAIS DE PESCA (1)				1	4	13		3			21
ARRAIS DE PESCA (2)					7	4	1				12
ARRAIS DE PESCA (3)			1		3	3	4				11
ARRAIS DE PESCA (4)					1						1
ARTES DE PESCA / REDES DE CERCO (2)			1		1						2
ARTES DE PESCA / REDES DE ARRASTO (4)			2								2
CONTRAMESTRE PESCADOR				1		3		2		5	11
ELECTROMECANICO DE FRIO						1	1				2
FORMAÇÃO PROFISSIONAL MODELAR (1)	2		4								6
FORMAÇÃO PROFISSIONAL MODELAR (2)	1	2									3
FORMAÇÃO PROFISSIONAL MODELAR (5)		2									2
FORMAÇÃO PROFISSIONAL MODELAR (6)		1									1
INICIAÇÃO ÁS PESCAS (2)				2							2
MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES FRIGORIFICAS						1					1
MARINHEIRO PESCADOR				11	7	5	4	6	2	4	39
MOTORISTA PRÁTICO (3ª)			2								2
PESCADOR (Refª A)				3	1		5			2	11
PESCADOR (Refª B)					1		1				2
PESCADOR (Refª C)					2	2	2				6
REDEIROS (3)				1							1
TÉCNICO DE AQUACULTURA						1					1
TOTAL	4	13	17	21	30	35	19	11	2	11	163

Fonte: FORPESCAS, Delegação de Matosinhos, 1997.

ANEXO 29 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL, SEDIADOS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA

SECTOR DE ACTIVIDADE	CÓDIGO (CAE) *	ACTIVIDADE ECONÓMICA	ANOS					
			1993		1994		1995	
			NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
PRIMÁRIO	111	AGRICULTURA E PECUÁRIA	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	130	PESCA	55	34,4	55	31,6	55	28,4
SECUNDÁRIO	290	EXTRACÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS E ROCHAS INDUSTRIAIS	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	311	INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO	3	1,9	2	1,1	3	1,6
	322	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO, COM EXCEPÇÃO DO CALÇADO	2	1,3	2	1,1	1	0,5
	331	INDÚSTRIAS DA MADEIRA; FABRICO DE ARTEFACTOS DE MADEIRA E DE CORTIÇA, COM EXCEPÇÃO DO MOBILIÁRIO	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	351	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	356	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	1	0,6	2	1,1	1	0,5
	381	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS, COM EXCEPÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTO E MATERIAL DE TRANSPORTE	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	384	CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	390	OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1	0,6	2	1,1	2	1,0
	500	CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	11	6,9	12	6,9	14	7,2
TERCIÁRIO	610	COMÉRCIO POR GROSSO	5	3,1	6	3,5	10	5,1
	620	COMÉRCIO A RETALHO	48	30,0	53	30,5	58	29,8
	631	RESTAURANTES, CAFÉS E ACTIVIDADES SIMILARES DE COMIDAS E BEBIDAS	9	5,6	8	4,6	12	6,2
	632	HOTÉIS, PENSÕES, PARQUES DE CAMPISMO E OUTROS LOCAIS DE ALOJAMENTO	1	0,6	0	0,0	0	0,0
	711	TRANSPORTES TERRESTRES	2	1,3	3	1,7	3	1,6
	820	SEGUROS	3	1,9	4	2,3	4	2,1
	831	OPERAÇÕES SOBRE IMÓVEIS	2	1,3	2	1,1	4	2,1
	832	SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS, COM EXCEPÇÃO DO ALUGUER DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTO	4	2,5	9	5,2	12	6,2
	931	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	0	0,0	1	0,6	1	0,5
	941	CINEMA, TEATRO, RÁDIO, TELEVISÃO E ACTIVIDADES CONEXAS	1	0,6	1	0,6	1	0,5
	951	SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DIVERSOS	4	2,5	4	2,3	3	1,6
	953	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	959	SERVIÇOS PESSOAIS DIVERSOS	3	1,9	3	1,7	3	1,6
TOTAL			160	100,0	174	100,0	194	100,0

Fonte: Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, INE, Lisboa, 1997.

* Segundo a Classificação das actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (CAE), Revisão - 1 de 1973.

BIBLIOGRAFIA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 2, Tomo 1, Matosinhos, 1996.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES - "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental", Volume 1, Matosinhos, 1996.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES - in Projecto ATLANDOURO, Matosinhos, 1992.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES - in Agenda 91, Matosinhos, 1991.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO E LEIXÕES, "Estudos das Obras Necessárias à Melhoria da Acessibilidade e das Condições de Segurança na Barra do Douro - Estudo de Impacte Ambiental/Resumo Não Técnico", Matosinhos, Outubro de 1996.

ÁLVARES, Pedro - "Portugal na CEE", Publicações Europa-América, Mem Martins, 1986.

ALVES, Jorge Fernandes - " A Pesca e os Pescadores do Litoral Portuense em 1868", Separata da «Revista da Faculdade de Letras», II Série, Vol. VIII, Porto, 1991, pp. 151 a 184.

ARAÚJO, Joaquim de - "História da Afurada", Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, Junho de 1992.

ARAÚJO, Joaquim de - "S. Pedro da Afurada", in Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia, nº4, Abril de 1978, pp. 35-37.

ARCHITECTURAL DESIGN, - "The Periphery", Vol. 64, St. Martins Press, New York, 1994.

AZEVEDO, Francisco Cardoso de - "Novo Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular", 3ª Edição, Typographia da papelaria Palhares, Lisboa, 1902.

AZEVEDO, Francisco Cardoso de - "Novo Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular", 4ª Edição, Typographia a Vapor de José da Silva Mendonça, Porto, 1906.

AZEVEDO, José António Monteiro d` - "Descripção Topográfica de Villa Nova de Gaya", Imprensa Real, Porto, 1881.

BANDEIRA, Carlos Alberto Rodrigues - "Conferência Internacional Sobre a Política Europeia das Pescas", in Marés-Publicação da Mútua dos Pescadores, nº 26, Lisboa, Dezembro de 1995, p. 15.

BARROTE, Maria Alexandra M. Barbosa; COUTINHO, Maria Beatriz Fernandes Tato Leite - "As Cheias do Rio Douro", Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro 25 de Abril a 2 de Março de 1986, Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vol. V, V. N. de Gaia, 1987, pp. 49-68.

BRANDÃO, Raul - "Os Pescadores", Paisagem Editora, Porto, 1920.

CABO, Fernando Lozano - "Oceanografia, Biologia Marina y Pesca", Paraninfo, Madrid, 1983.

CABRAL, José Manuel de Pina - "Afurada", in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 24, 4º Vol., Vila Nova de Gaia, Junho de 1988, p. 31-35.

CABRAL, José Manuel de Pina - "Afurada", Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 25, 4º Vol., Vila Nova de Gaia, Novembro de 1988, p. 54-58.

CABRAL, José Manuel de Pina - "Contribuição para o estudo médico-social da freguesia de S. Pedro da Afurada", Monografia apresentada ao Curso de Medicina Sanitária do Instituto Superior de Higiene Drº. Ricardo Jorge, não publicada, Porto, Agosto de 1955.

CAMACHO, Maria Branca; ANTUNES, Carlos - "Séries Retrospectivas de Indicadores Diversos Para a Economia Portuguesa 1960-1988", Banco de Fomento Exterior, Núcleo de Apoio Técnico Estatístico dos Serviços de Estudos Económicos, Lisboa, 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA - "Acta da Sessão de 14 de Agosto de 1941", Vila Nova de Gaia, 1941.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA - "Relatório do Plano Director Municipal", V. N. de Gaia, Outubro de 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Casa dos Pescadores do Porto / Projecto de um Bairro para Pescadores a construir na Afurada / Memória descritiva", 1946.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Parecer sobre os terrenos d`Afurada", datado de 28 de Julho de 1929.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Plano de uma rua nova no lugar da Afurada", Processo datado de 11 de Abril de 1883.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Processo de Criação da Freguesia de S. Pedro da Afurada - Exposição dos residentes na freguesia de Santo André de Canidelo", datado de 26 de Julho de 1945.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Processo de Licenciamento de Construção de um Posto de tratamento de Rêdes de Pesca", Processo nº43/1943, datado de 7 de Outubro de 1941.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Projecto de um pavilhão para a lota do pescado na Afurada - Estimativa Orçamental", Administração dos Portos do Douro e Leixões, Maio de 1952.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - "Requerimento de Bernardo Soares de Almeida, datado de 6 de Agosto de 1934", Processo nº P529SM.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, ARQUIVO GERAL - Processo nº43/1943, datado de 10 de Julho de 1942.

CASTRO, Armando - "A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)", Edições 70, 3ª Edição, Lisboa, 1979.

CASTRO, Armando - "A Evolução da Economia de Portugal", Vol. IV, Portugália Editora, Lisboa, 1966.

COMÉRCIO DO PORTO de: 14 de Junho de 1945; 18 de Novembro de 1996; 19 de Dezembro de 1996.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "Quadro Comunitário de Apoio 1991-1993", Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1992.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XIX Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1985", Bruxelas, Luxemburgo, 1986, pp. 245-251.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XX Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1986", Bruxelas, Luxemburgo, 1987, pp. 267-275.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXI Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1987", Bruxelas, Luxemburgo, 1988, pp. 257-265.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXII Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1988", Bruxelas, Luxemburgo, 1989, pp. 310-318.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXIII Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1989", Bruxelas, Luxemburgo, 1990, pp. 273-281.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXIV Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1990", Bruxelas, Luxemburgo, 1991, pp. 223-232.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXV Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1991", Bruxelas, Luxemburgo, 1992, pp. 211-221.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXVI Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1992", Bruxelas, Luxemburgo, 1993, pp. 192-201.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - "XXVII Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1993", Bruxelas, Luxemburgo, 1994, pp. 211-218.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE - "O Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território na Região do Norte", Porto, Dezembro de 1995.

COMISSÃO EUROPEIA - "Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1994", Bruxelas, Luxemburgo, 1995, pp. 221-228.

COMISSÃO EUROPEIA - "Relatório Geral sobre a Actividade das Comunidades Europeias 1995", Bruxelas, Luxemburgo, 1996, pp. 235-244.

COMISSÃO EUROPEIA, DIRECÇÃO-GERAL DA PESCA - "A Nova Política Comum da Pesca", Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1994.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, Direction générale de l'emploi et des affaires sociales - "Aspects sociaux de la politique commune de la pêche maritime: Hanstholm, Danemark, Avril 1992", Actes du Séminaire, Bruxelles, 1992.

CORDEIRO, José M. Lopes - "A Indústria Conserveira em Matosinhos", Exposição de Arqueologia Industrial, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989.

COSTA, Fernando Correia da; FRANCA Maria de Lourdes Paes da - "Pesca Artesanal na Costa Algarvia - subsídio para o conhecimento do seu estado actual", Instituto Nacional de Investigação das Pescas, publicações avulsas nº 1, Lisboa, 1982.

COSTA, Fernando Correia da; FRANCA Maria Lourdes Paes da - "Pesca Artesanal na Zona Norte da Costa Ocidental Portuguesa - subsídio para o conhecimento do seu estado actual", Instituto Nacional de Investigação das Pescas, publicações avulsas nº 6 Lisboa, 1985.

COSTA, Teresa; GANDRA, Vasco Pinto - "UE: Ministros adiam decisões sobre pescas", in Jornal de Notícias, Porto, 23 de Novembro de 1996.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - nº 131, I Série, 5 de Junho de 1974; nº 124, I Série, 28 de Maio de 1977; nº 153, I Série, 7 de Julho de 1987; nº165, I Série, 19 de Julho de 1990.

DIÁRIO DO GOVERNO: nº 30, I Série, 9 de Fevereiro de 1952; nº 219, III Série, 18 de Setembro de 1948.

DOMINGUES, Álvaro - "(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?", texto da comunicação ao III Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fevereiro de 1996.

EÇA, Vicente M. M. C. Almeida - "Sobre o Estado Actual das Pescas Marítimas em Portugal", comunicação apresentada à 2ª Conferência preparatória na sede da Liga Naval Portuguesa em 4 de Dezembro de 1902, La Bécarre, Lisboa, 1903.

EUROPEAN COMMISSION, "Collection of consolidated texts - 388 R 2052 - Council Regulation (EEC) No 2052/88 of 24 June 1988 on the tasks of the Structural Funds and their effectiveness and on coordination of their activities between themselves and with the operations of the European Investment Bank and the other existing financial instruments", Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 1996.

FANGUEIRO, Óscar - "A descarga do peixe no passado", «Colecção Matosinhos - O lugar e a imagem», nº 2, Câmara Municipal de Matosinhos, 1988.

FANGUEIRO, Óscar - "Achegas Sobre o Passado da Pesca no Rio Douro", Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Dezembro de 1987.

FANGUEIRO, Óscar - "Artes de Pesca no Rio Douro Junto ao Porto no Início do Sec. XX", in Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 2ª Série - Vol. 3/4, 1985/1986.

FERREIRA, António Carlos Vieira Cardoso - "O Porto de Leixões e a sua Área de Influência", Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

FIGUEIRA, Alexandra - "Especial / V. N. Gaia" in Jornal de Notícias, Porto, 14 de Março de 1996, p. 12.

FRANCA, Maria de Lourdes Paes da; COSTA, Fernando Correia da - "Pesca Artesanal na Zona Centro da Costa Ocidental Portuguesa - subsidio para o conhecimento do seu estado actual", Instituto Nacional de Investigação das Pescas, publicações avulsas nº 3, Lisboa, 1984.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - "Guia de Portugal", 2ª edição, vol. IV, Tomo I, Outubro de 1985.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DAS PESCAS - "Pescas na CEE", Lisboa, 1987.

GANDRA, Vasco Pinto, - "Não haverá limites à captura de sardinha", in Jornal de Notícias, Porto, 12 de Dezembro de 1996.

GONÇALVES, Maria Eduarda - "A Política Comum de Pesca da Comunidade Económica Europeia", Moraes, Lisboa 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA:

- Estatísticas Económicas, Série Retrospectiva, nº 2, Lisboa, 1971;
- Estatísticas da Pesca, INE, Lisboa, para os anos de 1969 a 1995;
- Boletim Mensal, INE, Lisboa, para os anos de 1945/50/55/60;
- Recenceamento Geral da População, 1960/70/81/91;
- Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, Base de Dados Belém, Lisboa, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DAS PESCAS - "Definição e Classificação dos Tipos de Navios de Pesca", Publicações Avulças do I.N.I.P. nº 13, Lisboa, 1988.

JORNAL DE NOTÍCIAS de: 5 de Janeiro de 1995; 23 de Abril de 1996; 13 de Novembro de 1996; 18 de Novembro de 1996; 18 de Novembro de 1996; 17 de Dezembro de 1996; 19 de Dezembro de 1996; 11 de Janeiro de 1997; 23 de Abril de 1996; 16 de Outubro de 1996; 3 de Fevereiro de 1997; 29 de Março de 1997.

JORNAIS OFICIAIS DAS COMUNIDADES: JO C 105 de 07.05.1981; JO L 071 de 31.03.1995; JO L 140 de 03.06.1994; JO L 140 de 3.06.1994; JO L 171 de 06.07.1994; JO L 185 de 15.07.1988; JO L 193 de 31.07.1993; JO L 207 de 29.07.1987; JO L 220 de 29.07.1982; JO L 24 de 27.01.1983; JO L 24 de 27.01.1983; JO L 247 de 28.09.1977; JO L 261 de 20.10.1993; JO L 314 de 04.11.1987; JO L 341 de 31.12.1993; JO L 361 de 31.12.1985; JO L 376 de 31.12.1986; JO L 380 de 31.12.1990; JO L 388 de 30.12.1989; JO L 388 de 31.12.1992; JO L 389 de 31.12.1992; JO L 389 de 20.12.1992; JO L 4 de 07.01.1988; JO L 401 de 31.12.1992; JO L 51 de 23.02.1977; JO L 51 de 23.02.1977; JO L 71 de 31.03.1995.

LEAL, Manuel Cardoso - "As pescas em Portugal", in Diário de Notícias, Lisboa, 31 de Agosto de 1981, p. 23; 7 de Setembro de 1981, p. 21; 14 de Setembro de 1981, p.19.

LEAL, Manuel Cardoso - "As Pescas Portuguesas Face à Integração Europeia", Banco de Fomento Nacional, Lisboa, Março de 1984.

LEAL, Manuel Cardoso - "Da crise das pescas ao deficiente enquadramento governamental", «Expresso», Lisboa, 13 de Março de 1982, p.19.

LEAL, Manuel Cardoso - "Pescas Anos 90 - Documentos de Trabalho", Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento, Lisboa, 1990.

LEITE, Alberto M.; GIL, David B.; METELO, Manuel B. - "Definição e Classificação dos Tipos de Navios de Pesca", Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Lisboa, 1988.

LOUREIRO, Adolpho - "Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes", Volume I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1904.

MAIA, Alfredo, - "Molhes na barra do Douro-impactes mais negativos durante a construção", in Jornal de Notícias, Porto, 17 de Dezembro de 1996.

MALPIQUE, Celeste - "Ausência do pai / Estudo Sociopsicológico na Freguesia de S. Pedro da Afurada - Vila Nova de Gaia", Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, 1984.

MATTOSO, José - "História de Portugal", Círculo de Leitores, Lisboa, Junho de 1994.

MAUREL, Joaquín Bosque; VALENTÍ, Joan Vilà - "Geografia de España - Geografia Humana 1", Editorial Planeta, Barcelona, 1989.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William W. - "Os Limites do Crescimento", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1972.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO; Secretaria de Estado das Pescas - "Acordos de Pesca CEE/Países Terceiros", Direcção Geral das Pescas, Lisboa, 1988.

MOTA, Cristina - "O COMÉRCIO DO PORTO", 18 de Novembro de 1996, p. 2.

OLIVEIRA, E. Veiga; GALHANO, F.; PEREIRA, Benjamim - "Actividades Agro-Marítimas em Portugal", Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1975.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de - "O Espaço Urbano do Porto - Condições Naturais e Desenvolvimento", Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de - "O Douro e as Navegações", STVDIVM GENERALE 1460-1960, Boletim do Centro de Estudos Humanisticos (Anexo à Universidade do Porto), V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Vol. VII, Porto, MCMLX, pp. 147-184.

PARLEMENT EUROPEEN, Direction Générale des Etudes - "Manuel de la Politique Commune de la Pêche - La Contribution du Parlement Européen pour la Construction de L'Europe Bleue", Série Agriculture - Pêche Forêts, Bruxelles, Luxembourg, 1994.

PARLEMENT EUROPEEN, Direction Générale des Etudes - "Manuel sur la Politique Commune de la Pêche", Division de l'agriculture, de la pêche, des forêts et du développement rural, Bruxelles, Luxembourg, 1992.

PEDROSA, David - "A Grande Tragédia da Afurada", in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 18, 3º Vol., Vila Nova de Gaia, Maio de 1985, p. 9-11.

PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério - "História de Portugal - Edição Monumental/Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade", Barcelos, Portucalense Editora.

PONTE, Miguel Luís Pereira Nunes da - "Algumas Notas Sobre Atravessamentos do Douro a Partir de Gaia", Actas do 1º Congresso Internacional Sobre o Rio Douro 25 de Abril a 2 de Março de 1986, Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vol. V, V. N. de Gaia, 1987, pp. 215-228.

REBOIS, Didier (org.) - "EUROPAN 4: Construire La Ville sur la Ville; Transformation de Sites Urbains Contemporains", Europan European Secretariat, Paris, 1995.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - "Geografia de Portugal", Vol. IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - "Geografia de Portugal", Vol. I, 1ª edição, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987.

SALGUEIRO, Teresa Barata - "Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança", Celta Editora, Oeiras, 1996.

SAMPAIO, Alberto - "As Póvoas Marítimas", Editorial Vega, Lisboa, 1979.

SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS - "Programa de Orientação Plurianual Para a Frota - 1987/1991", Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, Lisboa, Abril de 1987.

SERRA, J. Almeida - "Política Comum de Pesca presente e futuro", «Pesca e Navegação», nº 114, Dezembro de 1991, pp. 13-17.

SILVA, Anabela Ferreira da; SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da - "Da «Furada» à «Afurada» - Ensaio de Toponímia Gaiense", in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, nº 22, 3º Vol., Vila Nova de Gaia, Maio de 1987, pp. 14-15.

SILVA, António Arthur Baldaque da - "Estado Actual das Pescas em Portugal", Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

TATO, José Fernandes - "As Cheias do Rio Douro", separata de "Documentos e Memórias para a História do Porto", da Câmara Municipal do Porto, Vol. XXXVII, 1966.

UNITED NATIONS - "Final Act of the Third United Nations Conference on the Law of the Sea", New York, 1983.

VILAS, Jorge - "Aberta consulta pública às obras na barra do Douro", in Jornal de Notícias, Porto, 13 de Novembro de 1996, p. 9.

ÍNDICE DAS FIGURAS

1 - PRODUÇÃO DE PESCADO NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886 13

2 - EMBARCAÇÕES E JANGADAS NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886 14

3 - PESSOAS EMPREGADAS NA PESCA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886 15

4 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, EM 1886 15

5 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS NÚCLEOS PISCATÓRIOS EM PORTUGAL CONTINENTAL (1886) 18

6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL 23

7 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL 24

8 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESCADORES EM PORTUGAL CONTINENTAL 24

9 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO TOTAL DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL 30

10 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA PESCA DO BACALHAU EM PORTUGAL CONTINENTAL 31

11 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DA PESCA DA SARDINHA EM PORTUGAL CONTINENTAL 32

12 - DISTRIBUIÇÃO DAS CAPTURAS DE SARDINHA, AO LONGO DO ANO, EM PORTUGAL CONTINENTAL 33

13 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE PESCADORES EM PORTUGAL CONTINENTAL 35

14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE EMBARCAÇÕES EM PORTUGAL CONTINENTAL 36

15 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES EM PORTUGAL CONTINENTAL 37

16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES EM FUNÇÃO DO SISTEMA DE PROPULSÃO EM PORTUGAL CONTINENTAL 39

17 - EVOLUÇÃO DA TONELAGEM DAS EMBARCAÇÕES EM FUNÇÃO DO SISTEMA DE PROPULSÃO EM PORTUGAL CONTINENTAL 40

18 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA FROTA DE PESCA EM PORTUGAL CONTINENTAL 41

19 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA EM PORTUGAL CONTINENTAL 42

20 - EVOLUÇÃO DA PESCA ÁGUAS SALOBRAS EM PORTUGAL CONTINENTAL 44

21 - ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE) DE PORTUGAL 81

22 - NÚMERO DE ESCOLAS DE PESCA, EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS, EM PORTUGAL CONTINENTAL 91

23 - NÚMERO DE FORMANDOS, EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS, EM PORTUGAL CONTINENTAL 92

24 - O NÚCLEO PISCATÓRIO DA AFURADA (1977) 96

25 - O EDIFÍCIO DA CRECHE DA AFURADA (1997) 103

26 - O EDIFÍCIO DA PRIMEIRA CAPELA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 103

27 - LOCALIZAÇÃO DA PRIMEIRA CAPELA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 104

28 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA AFURADA (1911/1991) 106

29 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA (1911/1991) 107

30 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1981 108

31 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1991 110

32 - A ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA FREGUESIA DE S. PEDRO DA AFURADA 111

33 - PLANTA RELATIVA A UM DOS PEDIDOS DE EMPRAZAMENTO DE TERRENOS NA AFURADA DE BAIXO (início do sec. XIX) 112

34 - PLANTA RELATIVA À ABERTURA DA RUA 27 DE FEVEREIRO NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA (1883) 115

35 - A RUA DA CRECHE (1977) 116

36 - PLANTA DA AFURADA DE BAIXO, EM 1930 117

37 - LOCALIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS DE ARTIGOS DE PESCA PERTENCENTES A BERNARDO SOARES DE ALMEIDA 118

38 - PLANTA DE 1947 120

39 - HABITAÇÃO REVESTIDA A AZULEJO NA RUA VASCO DA GAMA (1997) 122

40 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS EM SÃO PEDRO DA AFURADA (1997) 125

41 - O BAIRRO SOCIAL CAVACO I 126

42 - O BAIRRO SOCIAL CAVACO II 126

43 - PROJECTO DO BAIRRO DOS PESCADORES 128

44 - EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR NO BAIRRO DOS PESCADORES 129

45 - EMBARCAÇÕES E PESCADORES NOS DIFERENTES PORTOS DO ESTUÁRIO DO RIO DOURO, NO ANO DE 1886 134

46 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NOS DIFERENTES PORTOS DO ESTUÁRIO DO RIO DOURO, EM 1886 135

47 - EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA 138

48 - O PORTO DE PESCA DA AFURADA 140

49 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE MONTEIRO SALAZAR (1779) 143

50 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE REYNALDO OUDINOT (1789) 144

51 - PROJECTO PARA A BARRA DO DOURO DE LUIZ GOMES DE CARVALHO (1820) 146

52 - EDIFÍCIO DA LOTA DA AFURADA 148

53 - PESCADO DESCARREGADO NOS PORTOS DA AFURADA E DE LEIXÕES EM 1886 E 1986 150

54 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE PESCADO NA AFURADA (1985/1995) 152

55 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE SARDINHA NA AFURADA (1985/1994) 153

56 - RUÍNAS DO EDIFÍCIO DA FÁBRICA DE CONSERVAS DA AFURADA 155

57 - EVOLUÇÃO DA FROTA DE PESCA, AFECTA AOS DESEMBARQUES DE PESCADO, NA AFURADA 156

58 - EVOLUÇÃO RELATIVA DA FROTA DE PESCA ARTESANAL, AFECTA AOS DESEMBARQUES DE PESCADO, NA AFURADA 157

59 - EMBARCAÇÕES DE PESCA FINANCIADAS PELA UNIÃO EUROPEIA 158

60 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA CIVIL A EXERCER UMA PROFISSÃO SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA EM 1981 E 1991 159

61 - EDIFÍCIO DA CASA DOS PESCADORES ONDE FUNCIONOU A ESCOLA DE PESCAS DA AFURADA 161

62 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FORMANDOS, RESIDENTES NA AFURADA (INSCRITOS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA FORPESCAS, EM MATOSINHOS) 162

63 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM FUNÇÃO DO SECTOR DE ACTIVIDADE 167

64 - EVOLUÇÃO RELATIVA DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL, SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM FUNÇÃO DO SECTOR DE ACTIVIDADE 168

65 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACTIVIDADES DO SECTOR TERCIÁRIO, SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 169

66 - EVOLUÇÃO DO PESO RELATIVO DAS DIFERENTES ACTIVIDADES DO SECTOR TERCIÁRIO, SEDIADOS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 170

67 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PÓLOS DE CENTRALIDADE (1997) 175

68 - PROJECTO ACTUAL PARA A BARRA DO DOURO / LOCALIZAÇÃO DOS MOLHES (1996) 179

ÍNDICE DOS QUADROS

1 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886 13

2 - LEVANTAMENTO DA HABITAÇÃO PRECÁRIA NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA, EM 1991 124

3 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS DIFERENTES PORTOS DO RIO DOURO, EM 1886 133

ÍNDICE DOS ANEXOS

1 - PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA NAS DIFERENTES REGIÕES DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO ANO DE 1886 193

2 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL, NO ANO DE 1886 193

3 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL, NO ANO DE 1886 194

4 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO, NO ANO DE 1886 194

5 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO DO ALENTEJO, NO ANO DE 1886 195

6 - INDICADORES DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA NOS PORTOS DA REGIÃO DO ALGARVE, NO ANO DE 1886 195

7 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE PISCATÓRIA EM PORTUGAL CONTINENTAL SEGUNDO ALGUNS INDICADORES 196

8 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL 197

9 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCADO EM PORTUGAL CONTINENTAL (MÉDIAS) 200

10 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MENSAL DE SARDINHA EM PORTUGAL CONTINENTAL 201

11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESCADORES MATRICULADOS EM PORTUGAL CONTINENTAL 201

12 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA EXISTENTES NO CONTINENTE, SEGUNDO O SISTEMA DE PROPULSÃO E TONELAGEM 202

13 - EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA MÃO-DE-OBRA E DA FROTA, EM PORTUGAL CONTINENTAL 203

14 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE PESCA E DE FORMANDOS INSCRITOS EM FUNÇÃO DOS ANOS LECTIVOS EM PORTUGAL CONTINENTAL 203

15 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE VILA NOVA DE GAIA E NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 203

16 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1981 204

17 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, EM 1991 204

18 - ALOJAMENTOS CLÁSSICOS OCUPADOS, NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES (QUARTOS), PESSOAS RESIDENTES PELO NÚMERO E DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS NOS ALOJAMENTOS 205

19 - AGREGADOS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES, EM NÚMERO, TAMANHO MÉDIO, DIMENSÃO E IDADE MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA 205

20 - RENDA DOS ALOJAMENTOS NO BAIRRO DOS PESCADORES, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE QUARTOS 205

21 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E IDADE 206

22 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O CONCELHO DE NATURALIDADE E IDADE 206

23 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA, NO BAIRRO DOS PESCADORES, POR PROFISSÃO, EM FUNÇÃO DO LOCAL ONDE A EXERCE 207

24 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DOS PESCADORES, SEGUNDO O TIPO DE ACTIVIDADE, POR SEXO 207

25 - EVOLUÇÃO DOS DESEMBARQUES DE PESCADO EM SÃO PEDRO DA AFURADA 207

26 - EVOLUÇÃO DA FROTA DE PESCA NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 208

27 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA CIVIL A EXERCER UMA PROFISSÃO SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 208

28 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FORMANDOS RESIDENTES NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA, A FREQUENTAR A FORPESCAS EM MATOSINHOS 208

29 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL, SEDIADAS NA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA 209

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO